

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-351-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.511213007>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas II”. São ao todo 22 pesquisas instigantes, que provocam a leitura diante de temáticas relevantes e extremamente contemporâneas.

As pesquisas apresentadas permitem a aproximação e o reconhecimento de movimentos da sociedade brasileira e global, como os processos migratórios, a pandemia de COVID-19, a sustentabilidade e gestão ambiental, modelos de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e impactos nos territórios e desenvolvimento social.

Registra-se que os temas apresentam relação entre si, e apontam para os impactos de processos históricos. O contexto de pandemia do COVID - 19, reconhecida oficialmente pela OMS – Organização Mundial da Saúde desde março de 2020, já contabiliza mais de 4 milhões de pessoas mortas. Além do impacto à vida e à saúde, a pandemia trouxe consequências diretas para as questões econômicas, condições de vida e relações sociais.

As temáticas são apresentadas a partir de eixos centrais como os espaços organizacionais, pesquisas e práticas acadêmicas, relação com as políticas públicas, redes sociais e aspectos territoriais.

O e-book congrega a sistematização de resultados de pesquisas que permitem a relação entre a teoria e a prática em um contexto extremamente dinâmico da vida social, sendo relevante o registro dos impactos imediatos identificados. Espera-se ainda, que estas possam contribuir para a realização de análises sistemáticas de tal realidade, a partir de novos questionamentos e de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MEG SUSTENTÁVEL - MÉTODOS PARA TORNAR UMA INSTITUIÇÃO SUSTENTÁVEL

Elias Giovanni de Oliveira Brandão

Guilherme Magalhães M. Gomes

Manoel Victor Silva Borges Aguiar

José Roberto Cruz e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130071>

CAPÍTULO 2..... 17

MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO : A ANÁLISE DE LUC BOLTANSKI E EVE CHIAPELLO

Cristina Maria Quintão Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130072>

CAPÍTULO 3..... 23

REFLEXOS E MEDIDAS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: ESTUDO DE CASO CAPIXABAS BAR E RESTAURANTE

Beatriz Mendes Leal

Brenda Layane Mendes

José Victor Lopes de Abreu

Rayssa da Cunha Moraes

Carmen Luiza Moreira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130073>

CAPÍTULO 4..... 34

ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) NO RAMO DE LATICÍNIOS

Emerson Ordonioda Silva

Simone Macedo Ferreira

Elias Caetano da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130074>

CAPÍTULO 5..... 52

ESTUDO DO PERFIL DE EMPREENDEDORES FILIADOS A ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS NO PARANÁ

Tayso Silva

Izabela Martins Rodrigues

Lincoln Tutida

Cristina Hinterlang e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130075>

CAPÍTULO 6	59
<p>IMIGRAÇÃO HAITIANA E SENEGALESA: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE CULTURAL E A INFLUÊNCIA ORGANIZACIONAL NA AGROINDÚSTRIA DA CIDADE DE XAXIM NO OESTE DE SANTA CATARINA</p> <p>Jerri Kallebe da Silva</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130076</p>	
CAPÍTULO 7	79
<p>O FENÔMENO DAS FÁBRICAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: FLASKÔ E ERTS ARGENTINAS EM FOCO</p> <p>Cícero Costa Hernandez</p> <p>Carlos Raul Etulain</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130077</p>	
CAPÍTULO 8	92
<p>GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS NAS INDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE</p> <p>Dione Olesczuk Soutes</p> <p>Iago Rafael Muller</p> <p>Matheus Vitor da Silva</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130078</p>	
CAPÍTULO 9	112
<p>FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: AS PROPOSTAS DE UM CURSO TÉCNICO NO CONTEXTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARANÁ</p> <p>Ednéia Martins Ferreira de Souza</p> <p>Maria Izabel Rodrigues Tognato</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130079</p>	
CAPÍTULO 10	122
<p>ANÁLISE DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE CONTABILIDADE INTERORGANIZACIONAL PELOS OLEIROS DO PARACURI – ICOARACI – PA</p> <p>Ana Paula da Costa Ewerton</p> <p>Márcia Athayde Moreira</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300710</p>	
CAPÍTULO 11	134
<p>SISTEMATIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA A PARTIR DE TRABALHOS ACADÊMICOS</p> <p>Aline Cardoso Barreto</p> <p>Vera Santana Luz</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300711</p>	

CAPÍTULO 12.....	152
APROXIMAÇÕES SOBRE OS PESQUISADORES QUE DEFENDEM EXPLICITAMENTE A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho Leonardo Carnut	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300712	
CAPÍTULO 13.....	170
PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A COVID-19 EM REPOSITÓRIOS BRASILEIROS COMO APOORTE PARA O COMBATE À PANDEMIA	
Sonia Aguiar Cruz-Riascos Paloma Rayana França da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300713	
CAPÍTULO 14.....	183
DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE DO SOB A ÓTICA DO <i>BEM VIVER</i> NO DIREITO URBANÍSTICO EM SALVADOR/RIO DE JANEIRO	
Gilmar Bittencourt Santos Silva Paula Miranda Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300714	
CAPÍTULO 15.....	200
A DESISTÊNCIA DA CONDUTA INFRACIONAL POR ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL	
Andrea Lagares Neiva Liana Fortunato Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300715	
CAPÍTULO 16.....	214
EXPOSIÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PRÁTICAS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Rubens da Silva Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300716	
CAPÍTULO 17.....	226
A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA SETORIAL RODOLFO HELINSK	
Maria Jane Chelly de Oliveira Inácio Raimunda Fernanda Santos Marjorye Isidio Oliveira Maribel Silva Monteiro Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300717	

CAPÍTULO 18.....	241
PERFIL DOS SEGUIDORES DAS REDES SOCIAIS DO 'PROJETO SABERES, SABORES E PRÁTICAS GASTRONÔMICAS DA CULINÁRIA BRASILEIRA': UMA ANÁLISE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Pedro Ricardo Viviani da Silva	
Gabrielle Padilha Bochi	
Thaina Schwan Karls	
Camila Pinheiro Coura	
Mara Lima de Cnop	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300718	
CAPÍTULO 19.....	254
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Ana Paula Cassimiro	
Jaqueline Figueredo Silva	
Jessica Maria de Souza Felix	
Kauany da Silva Morais	
Thais Lopes Vasconcelos	
Paulla Christianne da Costa Newton	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300719	
CAPÍTULO 20.....	268
A COMPREENSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA SAÚDE EM MOMENTOS DE PANDEMIA – COVID 19	
Cândida Kirst Bergmann	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300720	
CAPÍTULO 21.....	280
CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	
Guilherme Balduino Gonzaga	
Giuliana da Cunha Faccioli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300721	
CAPÍTULO 22.....	301
A (DES) URBANIDADE DO DISTRITO DE MARECHAL BORMANN / CHAPECÓ / SC	
Ana Laura Vianna Villela	
Katiane Laura Balzan	
Gabriela Borges da Silva	
André Luiz Carrilho Nucci	
Dyenifer Taysa Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300722	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317
ÍNDICE REMISSIVO.....	318

CAPÍTULO 1

MEG SUSTENTÁVEL - MÉTODOS PARA TORNAR UMA INSTITUIÇÃO SUSTENTÁVEL

Data de aceite: 21/07/2021

Elias Giovanni de Oliveira Brandão

Discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Araguaína - TO - Brasil

Guilherme Magalhães M. Gomes

Discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Araguaína - TO - Brasil

Manoel Victor Silva Borges Aguiar

Discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Araguaína - TO - Brasil

José Roberto Cruz e Silva

Professor EBTT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) - Araguaína - TO - Brasil

RESUMO: O advento da tecnologia torna cada vez mais rápido e prático a disseminação do conhecimento sobre diversas áreas. A plataforma MEG - Sustentável é um site informacional que promove o conhecimento de diversos fatores que são necessários para a conversão de uma escola comum em uma escola sustentável. Neste contexto, este projeto tem como intuito apresentar um guia de implementação de ações sustentáveis para escolas.

PALAVRAS – CHAVE: escola sustentável, sustentabilidade, energia sustentável, investimento, ecoeducação.

ABSTRACT: The advent of technology makes the dissemination of knowledge in different areas faster and more practical. The MEG - Sustainable platform is an informational website that promotes knowledge of several factors that are necessary for the conversion of an ordinary school into a sustainable school. In this context, this project aims to present a guide for the implementation of sustainable actions for schools.

KEYWORDS: sustainable school, sustainability, sustainable energy, investment, eco-education.

1 | INTRODUÇÃO

Com todos os problemas ambientais que surgem ao longo dos anos, a sustentabilidade acaba ganhando mais atenção da população. Ela compreende vários fatores, em que visam causar o mínimo impacto ambiental possível (DA SILVA et al., 2016).

Dos Reis et al. (2012) diz que a precariedade dos serviços públicos oferecidos à população se dá, além dos impactos ambientais negativos, como também pela omissão dos cidadãos, isso acaba colocando em risco os interesses do coletivo. Essa dependência decorre bastante pelo desconhecimento da população acerca dos problemas ambientais. Nesse contexto, a educação ambiental acaba por ser um instrumento que pode superar os

atuais problemas da sociedade em relação ao meio ambiente. Segundo Zitzke (2002), um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental contribui para a compreensão fundamental da relação e interação da humanidade com todo o ambiente, e fomenta uma ética ambiental pública a respeito do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, despertando nos indivíduos e nos grupos sociais organizados o desejo de participar da construção de sua cidadania.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2014) defende, em seu texto, a necessidade da implementação de práticas de políticas públicas voltadas ao ensino, direcionadas à preservação do meio ambiente em todos os níveis de ensino, que compreendam a perspectiva de um efeito multiplicador na sociedade e a articulação entre as questões orientadas para a melhoria socioambiental e a proteção, recuperação e educação ambiental.

Nesse contexto, podemos considerar a escola um espaço propício ao desenvolvimento de ações voltadas para a educação ambiental, uma vez que pode incentivar os educandos a buscar o equilíbrio entre homem e natureza, e instigá-los a disseminar esse conhecimento voltado à sustentabilidade (EL TUGOZ et al., 2017). Uma escola sustentável promove ações educacionais que ensinam seus alunos a repensarem seus atos com relação ao meio ambiente. Ensinam, também, os valores éticos, morais, culturais e sociais, mostrando a importância do respeito para com o próximo (DA SILVA; TAVEIRA, 2002).

Para que isso aconteça, entretanto, torna-se indispensável que as instituições comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, seja para iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, atingindo professores, funcionários e alunos, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas (TAUCHEN et al., 2006).

A utilização da tecnologia acaba por abranger diversas áreas; tendo isso em vista, a sustentabilidade pode aparecer nessa perspectiva, “a tecnologia não é apenas uma ferramenta de apoio, pois cria novas condições de produção do trabalho escolar e, conseqüentemente, da produção coletiva do conhecimento do grupo” (NETO, 2002). Nesse contexto, o projeto MEG - Sustentável buscou investigar as potenciais práticas relacionadas a escolas sustentáveis que podem ser implantadas no *Campus Araguaína* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO. As informações oriundas do estudo feito para a realização deste trabalho estão disponibilizadas através de uma plataforma *online* e de acesso gratuito MEG - Sustentável. Assim, espera-se conscientizar a comunidade em geral acerca dos problemas ambientais, mas, também, fornecer um instrumento para que as escolas possam consultar métodos para implantar um ambiente mais sustentável. Em suma, buscamos em nosso projeto, propor medidas sustentáveis para mobilizar o coletivo à fazer sua parte, e com isso, estimular o desenvolvimento sustentável.

2 | MÉTODO

A presente pesquisa, a princípio realizou uma pesquisa bibliográfica a fim de destacar as dificuldades encontradas para conversão de uma escola convencional a uma escola sustentável. Com isto buscou-se realizar uma análise comparativa entre plataformas que abordam o tema escola sustentável tendo como intuito constatar vantagens, desvantagens e prestabilidade para iniciativa de uma maior conscientização sustentável. Analisou-se três plataformas relacionadas ao tema dentre as mais relevantes pelo público-alvo, a saber: o Portabilis, o Nova Escola e o SustentArqui. Além disso, entrevistou-se um gestor da área administrativa do *Campus Araguaína* do IFTO a respeito dos gastos com a instituição, dificuldade na implementação de iniciativas sustentáveis e a possibilidade da utilização do meio digital para o incentivo a essas práticas. Isso com o intuito de legitimar a pesquisa gerada e levantar imposições para o desenvolvimento da plataforma. Por fim, promoveu-se o processo de desenvolvimento do *software*.

2.1 Estudo sobre plataformas com o tema sustentabilidade

O Portabilis tem como objetivo potencializar o impacto das políticas públicas através do uso de tecnologia e de dados, assim oferecendo na sua plataforma soluções inteligentes para diversos temas sociais, econômicos e educacionais, tal como transformar sua escola em uma escola sustentável.

O Nova Escola é uma plataforma voltada exclusivamente para a gestão de escolas contando com conteúdos diversificados desde notícias sobre alterações de leis educacionais a maneiras de transformar sua escola/instituição em um ambiente mais interativo, econômico, sustentável e de maior aprendizagem.

O SustentArqui é uma plataforma que tem como iniciativa gerir um espaço voltado à arquitetura sustentável oferecendo conteúdos relacionados ao uso e inovações da energia fotovoltaica, estruturas sustentáveis e projetos legislativos e de iniciativa própria como a execução dessas práticas no campo escolar. Ainda mais, o SustentArqui oferece cursos pagos sobre arquitetura sustentável e suas ramificações.

2.2 Delimitação de temas para a plataforma

Iniciou-se, então, a escolha dos conteúdos a serem apresentados na plataforma. Decidiu-se a prática de uma desmembração do tema escola sustentável gerando assim seis campos de interesse, a saber: Energia sustentável, Reutilização da água, Ecoeducação, Jardinagem sustentável, Reciclagem e Projetos sustentáveis. Essa separação decorreu de uma escolha pessoal dos autores deste projeto, visto que se notou a amplitude deste tema e a necessidade da exploração completa de cada fragmento que forma uma Escola Sustentável. Vale ressaltar, o nome da plataforma foi dado a partir da junção das iniciais dos integrantes deste projeto 'M', 'E', 'G' com a palavra Sustentável.

2.3 Estudo de Viabilidade de Uso

Foi elaborado um questionário contendo 6 questões, 2 de múltipla escolha relacionadas a sustentabilidade escolar e 4 objetivas/dissertativas relacionadas a opinião e sugestão de estudantes do *Campus Araguaína* do IFTO sobre práticas sustentáveis. A aplicação foi realizada no dia 14 de setembro de 2019, através de um questionário *online* feito no google *forms*. Ao todo, 26 alunos do 1º ao 3º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do *Campus Araguaína* do IFTO responderam o questionário.

Os dados coletados foram compilados através da planilha eletrônica do google *sheets*, sendo elaborado gráficos para a análise das respostas dos envolvidos. A análise foi realizada de forma qualitativa, a qual, segundo Graham Gibbs (2009), visa descrever e explicar fenômenos sociais de diversas maneiras.

O questionário foi composto pelas seis seguintes perguntas: 1) Você pratica ou já praticou alguma ação sustentável? 2) Já identificou algum problema no campus? 3) Para você o que uma escola precisa ter para ser sustentável? 4) Já utilizaram alguma plataforma como a nossa (Portabilis, Nova Escola, SustentArqui ...)? a) Sim; b) Não; 5) Acha que a plataforma teria significância para o nosso *campus*? a) Sim; b) Não; 6) Dê alguma sugestão de uma prática sustentável que poderia ser feita em nosso campus?

2.4 Processo de Desenvolvimento do *Software*

Para o desenvolvimento desse *software* foi utilizado o modelo espiral, devido ao fato deste possibilitar alterações durante o desenvolvimento do projeto, realizar uma parte do projeto sem ter concluído a anterior e testar o projeto antes da sua conclusão, argumentos com base em Tonsing (2013). O modelo espiral envolve 6 passos: determinar os objetivos; identificar e resolver riscos; avaliar as alternativas disponíveis; desenvolver os artefatos; planejar a próxima iteração; obter concordância (WAZLAWICK, 2013).

Foram usadas as seguintes linguagens de programação para o desenvolvimento da aplicação: HTML5, CSS3 e JavaScript para *front-end* (frente da aplicação); UML para a análise e documentação; PHP para o *back-end* (linguagem que é executada no servidor); e SQL para criação e manipulação do banco de dados. Os programas utilizados para a análise e desenvolvimento da aplicação foram: draw.io para criação dos diagramas UML; Netbeans para o desenvolvimento da aplicação (*front-end* e *back-end*); PhpMyadmin para a manipulação do banco de dados e o *FrameWork* Bootstrap para complementar na estruturação e estilização.

Para uma melhor praticidade no momento da inserção ou edição de conteúdo da plataforma foi utilizado um editor *WYSIWYG online* gratuito e *open-source* chamado de *CKEditor*. Ele é feito em *JavaScript* e é usado para gerar um código de saída *HTML* estilizado. Em conjunto ao *CKeditor* foi utilizado o *CKfinder* que basicamente se trata de uma ramificação do *CKeditor* com o intuito de gerenciar *uploads* de imagens, sendo assim na nossa plataforma foi utilizado para inserir imagens junto ao conteúdo de texto da página.

Pensando na usabilidade, aplicamos alguns conceitos com intuito de que o usuário não canse ou desgaste sua visão, sendo esses conceitos: uso de cores leves, um modo “dia/noite” que pode ser alternado conforme o desejo do usuário e um “*Plugin/Player*” chamado “Audima” que converte todo o conteúdo da plataforma em áudio, assim além de possibilitar uma forma que não necessite de uma leitura convencional do conteúdo acaba gerando uma forma de inclusão digital abrangendo todos os públicos que possua interesse no tema escola sustentável.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Figura 1 e no Quadro 1 observa-se o diagrama de caso de uso que permite ver as principais funcionalidades da plataforma MEG Sustentável.

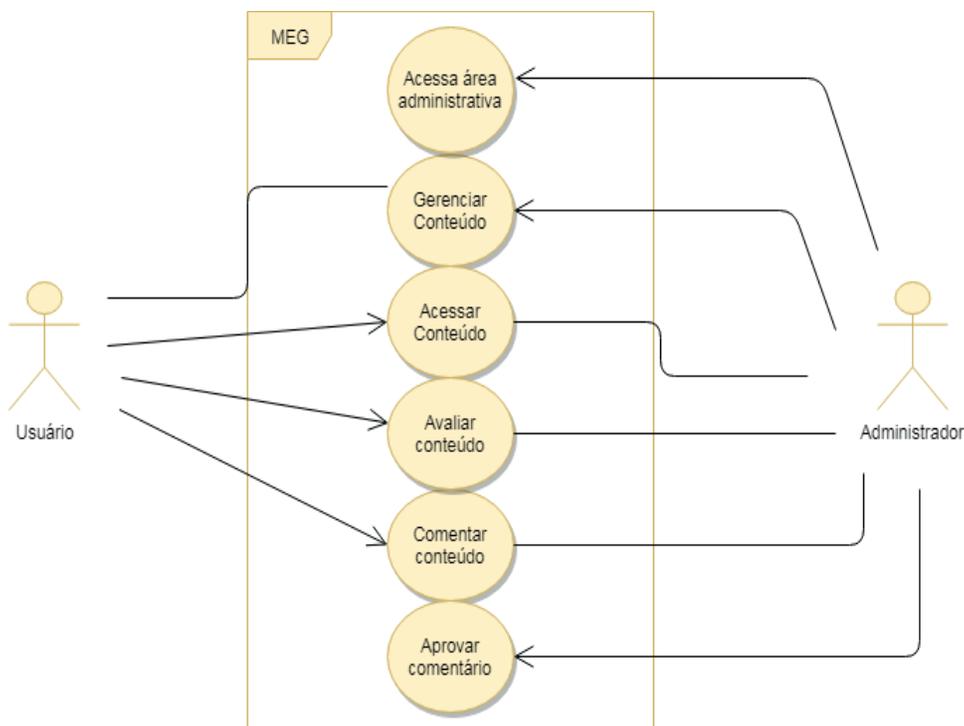


Figura 1 - Diagrama de caso de uso

Fonte: O autor

Acessar área administrativa:	Se o usuário já for cadastrado no sistema, assim sendo um administrador poderá acessar a área administrativa, informando seu nome e senha.
Gerenciar Conteúdo:	Ao administrador acessar o sistema, será mostrado todos os conteúdos já cadastrados, o permitindo editar, ou apagar, e adicionar uma nova categoria ou conteúdo.
Acessar conteúdo:	O usuário tem acesso a todos o conteúdos já postados na plataforma.
Avaliar conteúdo:	O usuário tem a possibilidade de avaliar todos o conteúdos postados por meio de um sistema de avaliação de estrela que gera um percentual conforme a quantidade de votos.
Comentar conteúdo:	O usuário pode comentar todos os conteúdos postados na plataforma, assim o permitindo expressar sua opinião e fazer sugestões.
Aprovar comentário:	Ao administrador acessar o sistema, será listado todas os comentários já enviados pelos os usuários, o permitindo aprovar ou reprovar, se aprovado o comentário será exibido na área de comentários de determinado conteúdo, se reprovado não será exibido e poderá ser excluído pelo administrador.

Quadro 1 - Detalhamento do funcionamento do diagrama de caso de uso

Fonte: O autor

Quanto à entrevista com um gestor das finanças do *Campus Araguaína* do Instituto Federal do Tocantins - IFTO a respeito das dificuldades no processo de implementação de medidas sustentáveis no *campus*. Esse, repassou dados de custos com a manutenção da instituição, dentre eles, custo com água e energia instigando assim valores altos e uma clara necessidade da implementação de medidas que reduzissem esses gastos. Mesmo o gestor concluindo que pequenas medidas já foram iniciadas como a troca parcial de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas leds, ainda sim se torna nítida a necessidade de um planejamento mais elaborado que possa gerar bons resultados que incentivem um maior investimento. Portanto, foi ressaltado que a utilização da plataforma como guia e as medidas pesquisadas e elaboradas por nossa pesquisa poderiam colaborar para diminuição de tais problemas.

Em relação aos dados da aplicação do questionário, observou-se que entre os 26 estudantes que responderam o questionário, 18 já praticaram algum ação sustentável, assim podemos concluir que dentre a maioria dos estudantes há uma certa consciência de que iniciativas sustentáveis se tornam necessárias, algo que pode ser observado na Figura 2.

Quando questionados se já notaram algum problema no nosso *campus*, cerca de 23 estudantes responderam que sim, ainda citaram problemas em que em sua maioria eram relacionados à gasto excessivo de água dos ares-condicionados, utilização de lâmpadas em excesso e falta de arborização. Portanto, para solucionar tais problemas os estudantes apresentaram soluções como: oficinas para reutilização de resíduos sólidos

para artesanato, uso de restos alimentares orgânicos para adubação e fortalecimento do solo e em conjunto o reaproveitamento da água dos ares-condicionados para irrigação dos jardins, algo que pode ser observado na figura 3.

Você pratica ou já praticou alguma ação sustentável?

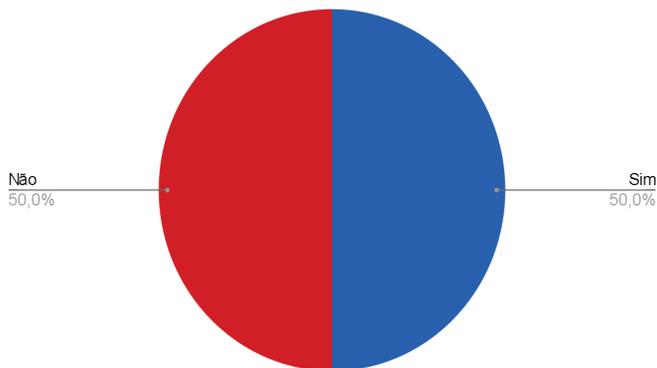


Figura 2 - Respostas sobre a prática de ações sustentáveis

Fonte: O autor

A figura 2, mostra que metade dos estudantes do *Campus Araguaína* do Instituto Federal do Tocantins - IFTO que responderam ao questionário já praticaram alguma ação sustentável, seja em sua residência ou em seu cotidiano.

Já identificou algum problema no campus?

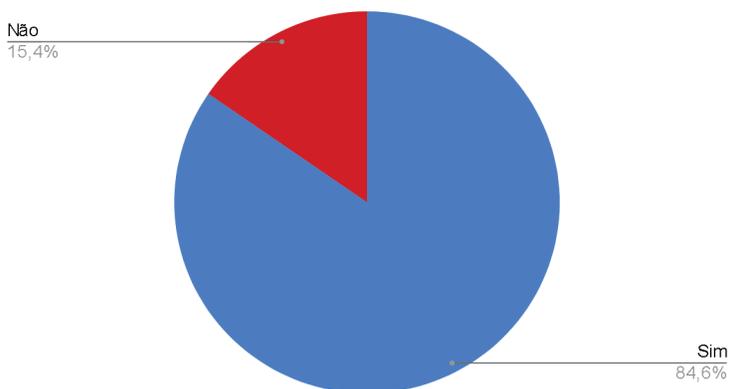


Figura 3 - Respostas sobre a identificação de problemas no campus

Fonte: O autor

Na figura 3, evidencia que em média, 85% dos estudantes do *Campus Araguaína* do Instituto Federal do Tocantins - IFTO que responderam ao questionário, já identificaram irregularidades em nossa instituição, exaltando a clara necessidade de uma busca de soluções para tais problemas.

Você já utilizou alguma plataforma como a nossa (Portabilis, Nova Escola, SustentArqui...)?

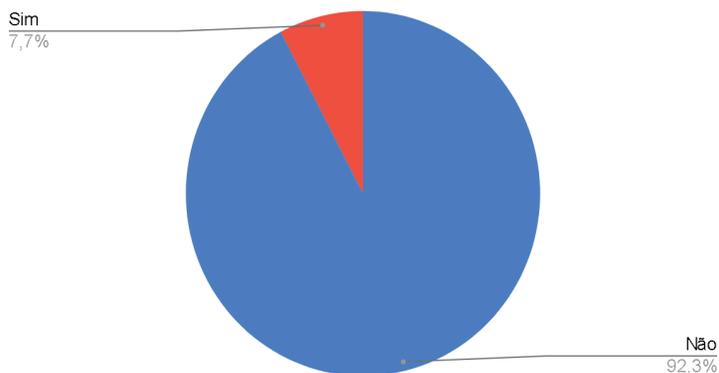


Figura 4 - Respostas sobre o uso de plataformas como a nossa

Fonte: O autor

Na figura 4, demonstra que a maior parte dos estudantes do *Campus Araguaína* do Instituto Federal do Tocantins - IFTO que responderam ao questionário, nunca utilizaram uma plataforma como o MEG-Sustentável.

Acha que a plataforma teria alguma significância para o nosso campus?

26 respostas

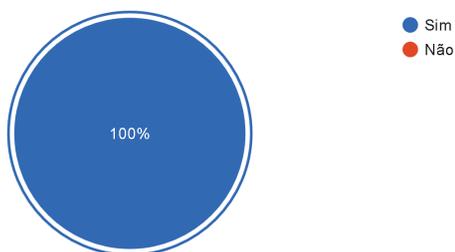


Figura 5 - Respostas dos estudantes, se achariam que a nossa plataforma teria alguma significância no *Campus Araguaína* do IFTO

Fonte: O autor

Na figura 5, tornou-se evidente que 100% dos estudantes acreditam que a plataforma teria alguma significância para o *Campus*, isso mostra que o nossa plataforma teria grande aceitação na Instituição.

3.1 Apresentação do software

A plataforma MEG-Sustentável, é uma aplicação feita para *web*, com um design prático e de fácil entendimento, voltada especificamente para escolas que se interessem pela conversão de sua escola para uma escola sustentável assim servindo como um guia, carregando em seu banco de dados conteúdos diversos relacionados a práticas sustentáveis.

O *software* desenvolvido neste contexto, possui sua página inicial dividida em seções sendo elas: Área de interesse: nesta seção, todo o conteúdo da plataforma foi dividida em categorias, portanto foi criado links para o acesso de cada uma, assim facilitando e gerando a possibilidade do usuário visualizar apenas conteúdos de um determinado assunto de seu interesse; Cálculo: onde o usuário pode realizar cálculos relacionados ao consumo de energia, água, BTUs e ao cálculo de Lúmens, além de ter acesso a conteúdos extras; Sobre: seção em que o usuário pode conhecer um pouco mais sobre nossos objetivos; Equipe: onde o usuário pode conhecer os desenvolvedores da plataforma; Contato: onde o usuário tem a possibilidade de mandar um mensagem para o email do administrador, assim o permitindo fazer perguntas, sugestões ou reclamações.

A figura 6, exibe a área de interesse, o conteúdo da plataforma foi fragmentado em 6 assuntos, são eles: energia sustentável, reutilização da água, ecoeducação, jardinagem sustentável, reciclagem e projetos, assim facilitando a procura do usuário por conteúdos de determinado tema.



Figura 6 - Área de interesse

Fonte: O autor

Na figura 7, é exposto a área de cálculo na qual o usuário pode fazer diversas operações como calcular quanto sua instituição irá gastar seguindo nossas medidas, se tratando de energia e água, também pode ser feito o cálculo de BTU e de Lúmens.

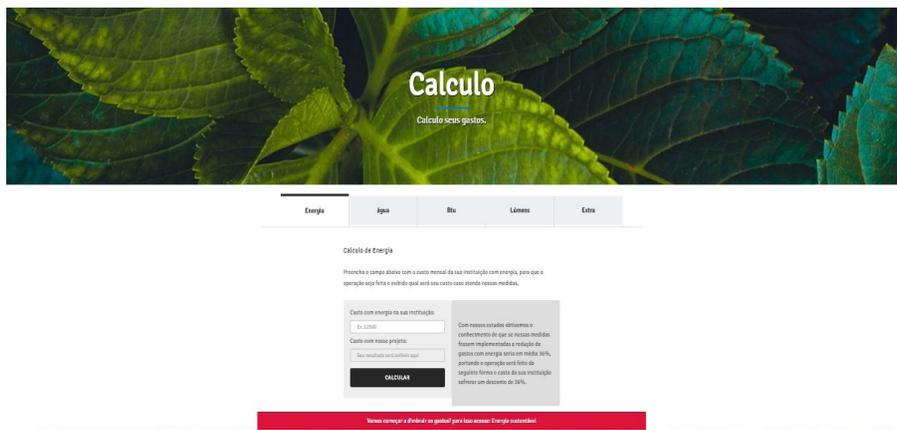


Figura 7. Área de Cálculo

Fonte: O autor

Na figura 8, Após o usuário escolher sua área de interesse, o usuário se encontrará em uma interface que mostrará todos os conteúdos relacionados a área de interesse escolhida, poderá pesquisar pelo o nome do conteúdo para achá-lo mais facilmente, categorias serão listadas na lateral da página caso o usuário queira trocar de tema.



Figura 8. Conteúdos de determinada categoria

Fonte: O autor

Na figura 9, é mostrado que o usuário também tem a possibilidade de ver todos os conteúdos presentes no banco de dados caso ele não selecione uma área de interesse e clique em “Ver Todos”.

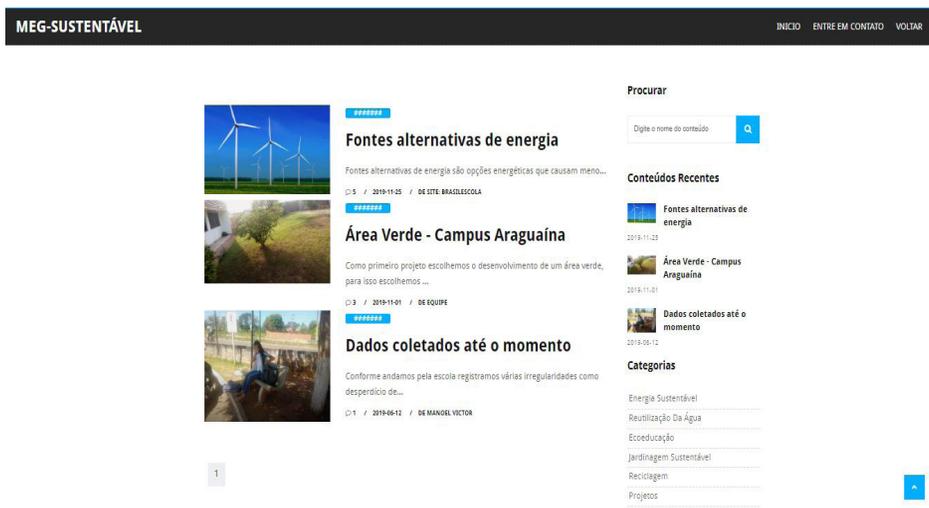


Figura 9. Todos os conteúdos

Fonte: O autor

Na figura 10, observa-se a área de *login*, pressupondo que o usuário possua cadastro no banco de dados, assim se tornando administrador, ele possuirá total acesso a área administrativa da plataforma.

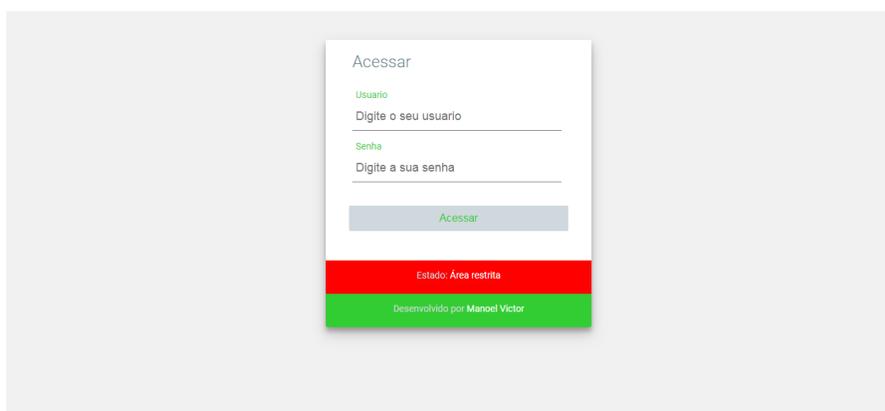


Figura 10. Login área administrativa

Fonte: O autor

Na figura 11, dando enfoque para um outro lado do sistema, observa-se a página inicial da área administrativa, esta possui dados como quantidade de categorias, dicas, comentários e acessos e *links* para as outras páginas.

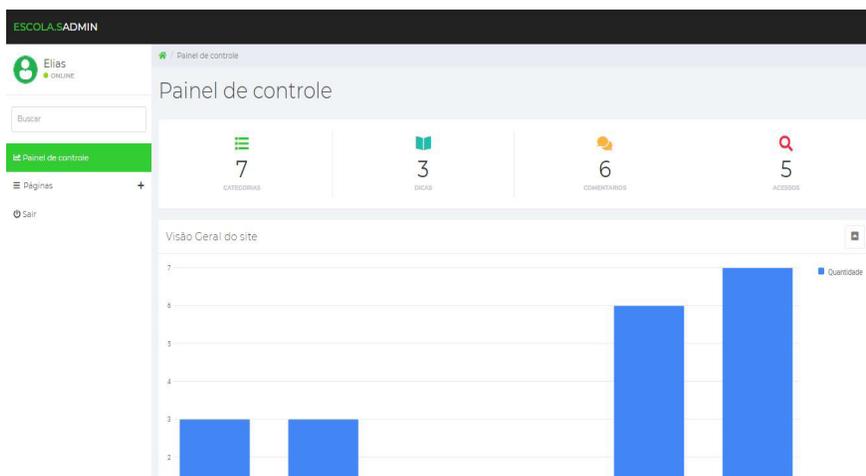


Figura 11. Página Inicial da área administrativa

Fonte: O autor

Na figura 12, é mostrado a página categorias cujo o administrador tem a possibilidade criar, editar e excluir todas as categorias presentes no banco de dados.

Id	Titulo	Ação
23	teste	[+]
18	Projetos	[+]
17	Reciclagem	[+]
16	Jardinagem sustentável	[+]
15	Ecoeducação	[+]
14	Reutilização da água	[+]
13	Energia sustentável	[+]
		[+]

DESENVOLVIDO POR MANDEL VICTOR

Figura 12. Página Categoria da área administrativa

Fonte: O autor

Na figura 13, é apresentado a página conteúdo onde todos os conteúdos já inseridos pelos administradores são listados e são apresentados os *links* para adicionar um novo conteúdo ou editar um conteúdo já postado.

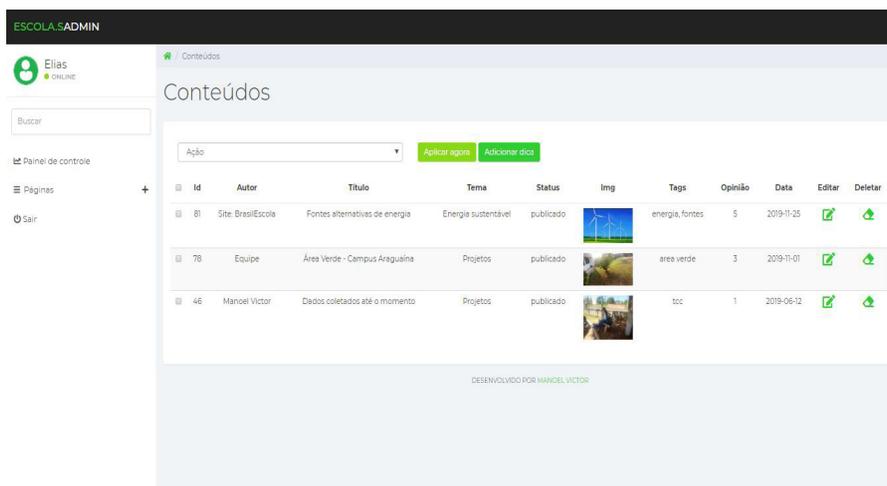


Figura 13. Página Conteúdo da área administrativa

Fonte: O autor

Na figura 14, observa-se que caso o administrador clique em adicionar conteúdo ele será direcionado para a página de criação de conteúdo onde se é necessário preencher campos como: título do conteúdo, autor do conteúdo, categoria, status, imagem, tags e conteúdo (texto).

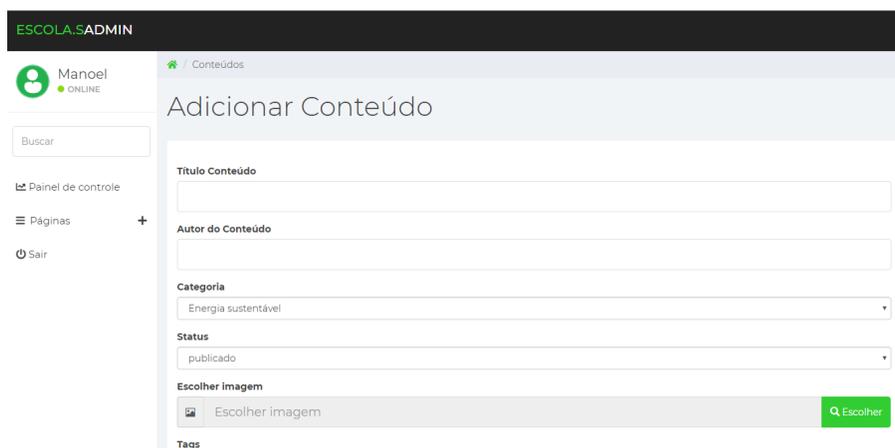


Figura 14. Página Adicionar conteúdo da área administrativa

Fonte: O autor

Na figura 15, observa-se que caso o administrador clique no ícone de editar conteúdo ele será direcionado para a página de edição onde serão apresentados os dados título do conteúdo, autor do conteúdo, categoria, status, imagem, tags e conteúdo (texto) ambos podendo ser alterados e salvos ao clicar em editar .

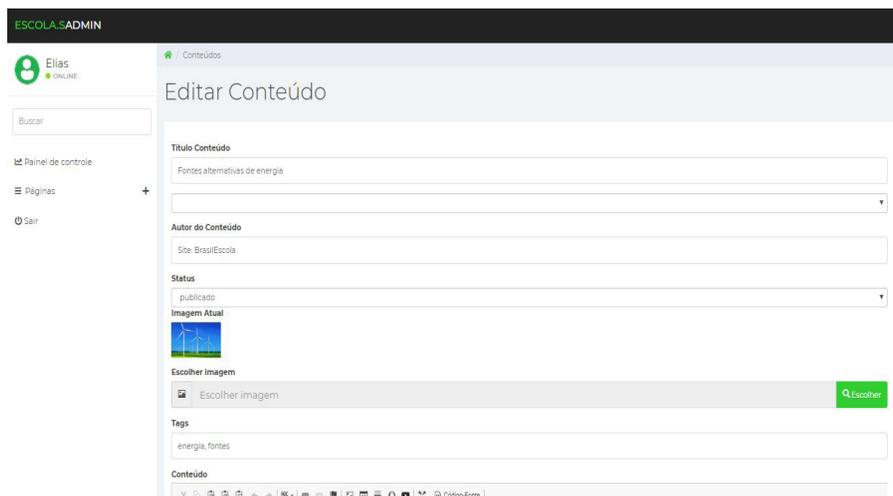


Figura 15. Página Editar conteúdo da área administrativa

Na figura 16, é apresentado a página comentários na qual são listados todos os comentários feitos pelos os usuários assim o administrador se torna responsável por aprovar ou reprovamos os comentários, se aprovado, será exibido na área de comentários de determinado conteúdo, se reprovado, o comentário não será exibido.

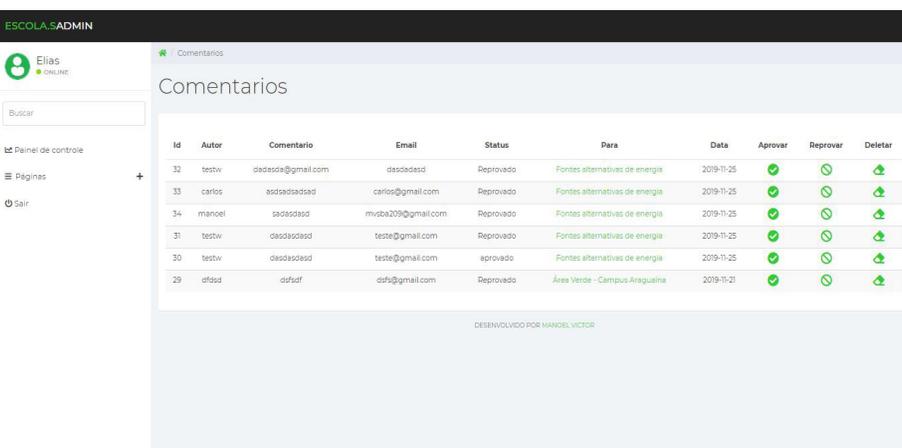


Figura 16. Página Comentários da área administrativa

Fonte: O autor

4 | CONCLUSÃO

Toffler (1990) já indagava que “os nossos sistemas de educação de massas se tornaram em larga medida obsoletos (...) a educação exigirá uma proliferação de novos canais e um enorme aumento da diversidade dos programas. Portanto, maneiras dissímeis de conhecimento devem ser oferecidas ao determinado público-alvo, para isto alternativas que desvincule a adição de conhecimento pela forma convencional de aprendizado a, face a face, devem ser pesquisadas e implementadas, notando-se assim que a utilização de instrumentos tecnológicos, como uma plataforma pode facilitar amplamente a aprendizagem de determinado conteúdo.

Portanto, com as pesquisas bibliográficas feitas e os dados obtidos nas entrevistas com o servidor do *campus* da área de finanças foi constatado as diversas dificuldades enfrentadas na gestão de uma instituição, de maneira sustentável e econômica. Incentivando assim a utilização de uma plataforma informacional como a MEG-Sustentável, que possibilitaria alternativas para solucionar problemas do *campus* Araguaína e serviria como guia para outras instituições interessadas.

Neste contexto, o presente artigo apresenta um *software* de gestão escolar sustentável o MEG - Sustentável, uma plataforma que engloba todos os preceitos necessários para a conversão de uma escola convencional para uma escola sustentável, assim oferecendo aos seus gestores um conteúdo simplista e de fácil entendimento, conseqüentemente incentivando o desenvolvimento de uma consciência sustentável e a busca por alternativas mais econômicas que não prejudiquem e degradem o meio ambiente.

A princípio, a plataforma foi desenvolvida para ser apenas uma *site* informacional, onde as escolas interessadas passam a buscar conteúdos relacionados ao meio sustentável para implementar em suas instituições práticas sustentáveis. No entanto, futuramente, espera-se adicionar novos recursos que possibilitem a plataforma se tornar uma consultoria, assim os integrantes do projeto poderiam auxiliar as instituições de ensino interessadas de forma mais direta montando cronogramas e reuniões online por meio de um *chat* que seria implementado na plataforma.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Alfesio; PEREIRA, Luiz Alberto Amador; SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento. Poluição atmosférica e seus efeitos na saúde humana. **Trabalho apresentado no evento de sustentabilidade na geração e uso de energia, UNICAMP**, v. 18, 2002.

DOS REIS, Luiz Carlos Lima; SEMÊDO, Luzia Teixeira de Azevedo Soares; GOMES, Rosana Canuto. Conscientização ambiental: da educação formal a não formal. **Revista Fluminense de extensão universitária**, v. 2, n. 1, p. 47-60, 2012.

DA SILVA, Carmen Lúcia Gomes; TAVEIRA, Flavia Giangiulio. POR QUE FAZER ESCOLAS SUSTENTÁVEIS?. **Revista Campo do Saber**, v. 2, n. 2, 2016.

DA SILVA RAMOS, Margarete; DA SILVA RAMOS, Ronaldo. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE Pequenas escolas na construção da eco-responsabilidade local. **Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1** - Jan/Jun 2008.

EL TUGOZ, Jamila; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; BRANDALISE, Loreni Teresinha. Captação e aproveitamento da água das chuvas: o caminho para uma escola sustentável. **Revista de gestão ambiental e sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 26-39, 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

NETO, Humberto Torres Marques. A tecnologia da informação na escola. In: COSCARELLI, Carla Viana (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 51-63.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.

TAKADA, Mário Yudi; DE SOUZA SANTOS, Genivaldo. Educação ambiental como instrumento de formação do sujeito ecológico. In: **Colloquium Humanarum**. 2015. p. 89-96.

TOFFLER, A. (1990) - Os novos poderes (powershift). **Colecção Vida e Cultura nº 121, Livros do Brasil** – Lisboa.

WAZLAWICK, Raul. **Engenharia de software: conceitos e práticas**. Elsevier Brasil, 2013.

ZITZKE, Valdir Aquino. Educação ambiental e ecodesenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 9, p. 175-188, 2002.

CAPÍTULO 2

MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO: A ANÁLISE DE LUC BOLTANSKI E EVE CHIAPELLO

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 04/05/2021

Cristina Maria Quintão Carneiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Curso de Ciências Sociais
Toledo/PR
<http://lattes.cnpq.br/1433356214417365>

Este artigo foi publicado originalmente nos Anais do I Congresso Paraguaio de Ciências Sociais, em Assunção, julho de 2017.

RESUMO: Este artigo é uma reflexão sobre as transformações contemporâneas, no mundo do trabalho, segundo a abordagem desenvolvida por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009). Os autores postulam a tese de que estamos em presença de um novo espírito do capitalismo; em consequência de uma mutação da justificação da moral do trabalho. A reflexão desenvolvida pelos autores põe em relevo a crítica e o seu papel nas transformações recentes do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: espírito do capitalismo, crítica, justificação

CONTEMPORARY MUTATIONS IN THE WORLD OF WORK AND THE NEW SPIRIT OF CAPITALISM: THE ANALYSIS OF LUC BOLTANSKI AND EVE CHIAPELLO

ABSTRACT: This article is a reflection on contemporary transformations in the world of work, according to the approach developed by

Luc Boltanski and Ève Chiapello (2009). The authors postulate the thesis that we are in the presence of a new spirit of capitalism; as a result of a mutation of the justification of the morale of the work. The reflection developed by the authors highlights the critique and its role in the recent transformations of capitalism

KEYWORDS: spirit of capitalism, critique, justification

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as transformações contemporâneas, no mundo do trabalho, segundo a abordagem desenvolvida por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009).

Boltanski e Chiapello (2009), postulam a tese de que estamos em presença de um novo espírito do capitalismo; em consequência de uma mutação da justificação da moral do trabalho. A reflexão desenvolvida pelos autores põe em relevo o papel da crítica e o seu papel nas transformações recentes do capitalismo, reconstituindo as mudanças que conduziram, durante os anos 1990, à constituição deste novo espírito do capitalismo.

Os autores interessam-se pelas razões que levam as pessoas a comprometer-se com o sistema capitalista, às justificações que dão sentido aos seus atos; à ideologia que subjaz às transformações recentes do capitalismo.

A noção weberiana de “espírito do capitalismo” foi utilizada para caracterizar a

ideologia própria do capitalismo.

“O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista” (ibid:42)

O capitalismo deve fornecer justificações a fim de mobilizar certas categorias de trabalhadores e profissionais, ao processo de acumulação do capital, que sob muitos aspectos é profundamente absurdo. Segundo os autores as justificações do capitalismo podem ser individuais, tal como analisadas por Weber, mas igualmente coletivas, como na referência ao bem comum analisada por Hirschman. Estas duas dimensões são retomadas pelos autores e articuladas ao conceito de justificação.

Segundo os autores o espírito do capitalismo constitui uma “ideologia que justifica o compromisso no capitalismo” (ibid:42).

Os autores distinguem três espíritos do capitalismo, que se sucedem desde a primeira revolução industrial.

As principais características dos três espíritos do capitalismo, podem ser assim resumidas:

a) Primeiro espírito do capitalismo: capitalismo familiar, lógica comercial dominante apoiada pela lógica doméstica, proximidade entre proprietários e empregados (paternalismo), figura central: burguês, enriquecimento pessoal do proprietário, dominado pela pequena empresa, emergência em reação às formas tradicionais de organização social

b) Segundo espírito do capitalismo (1930 – 1960): capitalismo da grande empresa, ação anônima (destacada da família), lógica industrial dominante apoiada pela lógica cívica, figura central: o diretor, desenvolvimento da produção de massa, desenvolvimento da burocracia, dominado pela grande empresa burocratizada e centralizada;

c) O novo espírito do capitalismo (a partir de 1990): capitalismo mundializado a lógica de projetos, aplicação de novas tecnologias, figura central: o mediador de projeto, dominado pela grande empresa multinacional.

Todos articulam uma tripla preocupação: (1) a autonomia, (2) a segurança, (3) o bem comum.

É a partir da relação entre o capitalismo e sua crítica que os autores identificam a gênese do seu novo espírito. Segundo os autores a crítica do capitalismo, no seu fundamento, não procede de uma posição externa ao sistema que define, mas enraíza-se nele, e é mesmo uma dimensão deste. Pois, a ambiguidade da crítica é expressão do paradoxo do capitalismo, inapto por si próprio a formular a sua própria justificação, devido ao caráter amoral do propósito do lucro .

Nas palavras dos autores :

“O capitalismo é, provavelmente, a única, ou pelo menos a principal, forma histórica ordenadora de práticas coletivas perfeitamente desvinculada da esfera moral, no sentido de encontrar sua finalidade em si mesma (a acumulação do capital como fim em si), e não por referência não só ao bem comum, mas também aos interesses de um ser coletivo, tal como povo, Estado, classe social. A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a construtos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro” (ibid: 53)

De acordo com Boltanski e Chiapello, a crítica ao capitalismo se desenvolveu a partir de quatro grandes motivos: 1) o capitalismo, fonte de desencanto; 2) o capitalismo, fonte de opressão; 3) o capitalismo, fonte de miséria e de desigualdade; 4) o capitalismo, fonte de oportunismo e de egoísmo.

1 | A CIDADE COMO PRINCÍPIO DE JUSTIÇA

Com o objetivo propor um modelo para lógica da justificação os autores fazem referência ao conceito de “cidade” elaborado anteriormente por Boltanski e Thevenot (1991).

O conceito de cidade responde à ideia segundo a qual toda configuração, submetida a um imperativo de justificação, tende a incorporar a referência a um tipo de convenção geral orientada para um bem comum e que pretende ter validade universal.

O espírito do capitalismo está associado a um princípio de justificação que é externo à lógica do capitalismo;

Uma cidade responde a uma particular concepção de *grandeza* e a um *princípio de equivalência ou princípio superior comum* que inspira tal concepção de grandeza.

De acordo com Boltanski e Thévenot “as grandezas tornam-se particularmente salientes nas situações de disputas, como pode-se observar em numerosas ocasiões da vida diária” (ibid.: 26), porque põe em jogo a avaliação das pessoas e as formas de justificações existentes. Para os autores, existem diferentes modelos de argumentações gerais apoiados em diferentes concepções da justiça. E por conseguinte, existiria uma relação entre justificação pública e justiça. Devido à esta relação, vão recorrer à autores clássicos de filosofia política que desenvolveram concepções diferentes de justiça. Estes autores clássicos vão ser apreendidos como gramáticos da relação política, codificadores de concepções da justiça.

Os autores definem seis grandes princípios de legitimidade ou “*idades*” contidos estes em conjuntos teóricos:

1. A inspiração na Cidade de Deus de Santo Augustin [Cidade inspirada],
2. o princípio doméstico na Política de Bossuet [Cidade doméstica];
3. os sinais de glória e o crédito de opinião no Léviathan de Hobbes [Cidade de renome];

4. a vontade geral no Contrato social Rousseau [Cidade cívica];
5. a riqueza e as transações comerciais na Riqueza das nações e a Teoria dos sentimentos morais de Adam Smith [Cidade comercial] ;
6. a eficácia industrial no Sistema industrial de Saint-Simon [Cidade industrial]. (cf. p.27).

Os autores estabelecem uma relação entre os tipos de cidade e os tipos de espírito do capitalismo.

O *novo espírito do capitalismo* aponta para outro princípio de justificação: o conexionismo definido pela relação em rede e modelado como a “cidade por projetos”. E contrariamente às seis cidades citadas anteriormente, a cidade por projetos não se apoia em textos de filosofia política, mas em textos de gestão empresarial dos anos 1990 destinados aos “quadros” de empresas (cf. Boltanski et Chiapello, 2009:93-153).

2 | A CIDADE POR PROJETOS

A cidade, nomeada “cidade por projetos”, assim como o mundo dito “conexionista” em que materializa-se, teria aparecido no início dos anos 1990, em resposta à crise do capitalismo vivida desde o início dos anos 1980, crise que corresponde ao esgotamento dos modos de produção fordista nas sociedades ocidentais industrializadas, Segundo os autores desde a década de noventa o capitalismo está vivendo uma mudança profunda em seu princípio de justificação frente a um enfraquecimento da crítica que lhe deixa o campo aberto.

As transformações, principalmente organizacionais às quais deram lugar as respostas à crise, são procedentes de uma definição do bem comum ligada à emergência da cidade por projetos. Esta põe em convergência os seus princípios de justificação com as capacidades de autonomia e mobilidade dos seres e as coisas sobre as linhas de interconexão de um funcionamento em rede que tende a naturalizar o movimento cultural, tecnológico e socioeconômico dos anos 1990. Velocidade, flexibilidade, adaptabilidade tornam-se assim as palavras de ordem de um novo espírito do capitalismo que responde às críticas lançadas ao segundo espírito do capitalismo: contra a opressão da autoridade hierárquica e o desencanto de um mundo conformista.

Gradualmente, as condições de trabalho passam de um regime fundado sobre um compromisso, estabelecido principalmente entre os princípios do mundo cívico (segurança, rigidez, antiguidade, coletividade, etc.) e os do mundo industrial (eficácia, medida, norma, método, etc.) a um novo regime cujos componentes do compromisso situam-se entre o mundo industrial e o mundo conexionista, este último caracterizado pela fragilidade dos contratos, pela flexibilidade das tarefas, pela autonomia acrescida dos trabalhadores e o desempenho individual.

O mundo em redes agrupa os indivíduos por meio de vínculos temporais denominadas

projetos. Isto exige dos sujeitos um potencial de mobilidade. O que importa é o exercício das capacidades individuais para estar conectado a um projeto, ou seja, a possibilidade de estar conectado em um ponto de uma rede de relações que não está definida nem por hierarquia, nem por prestígio (ou renome), nem por apego a um coletivo. Assim, a aquisição de excelência na cidade por projetos só pode ocorrer se a capacidade para deslocar se une à de ter novos vínculos. Graças a ela as relações podem se transformar em projetos.

2.1 Autonomia versus Segurança

A crítica dos anos 1960 e 1970 atacava as principais formas organizacionais e institucionais que estruturaram o desenvolvimento social e econômico das sociedades industriais capitalistas durante do período 1930 à 1960. Este conjunto institucional específico caracterizava o que Boltanski e Chiapello chamaram “o segundo espírito do capitalismo” (Historicamente, este segundo espírito do capitalismo constituiu-se em resposta às críticas dirigidas ao primeiro espírito do capitalismo do fim do século XIX até aos anos 1930).

Historicamente, os diferentes espíritos do capitalismo sucederam-se procurando responder a demandas por emancipação: liberação no que diz respeito a laços domésticos ou locais para o primeiro espírito, liberação no que diz respeito à burocracia para o segundo espírito.

O novo espírito do capitalismo não escapa à esta lógica. A autonomia proposta no novo espírito do capitalismo é uma resposta à crítica artista. Mas, uma resposta que impõe uma nova forma de constrangimento, que é o auto-controle e a responsabilidade individual.

As demandas por autonomia tornaram-se a pedra angular da reorganização dos dispositivos organizacionais nas empresas. Portanto, as novas provas constituídas a fim de fixar a ordem das grandezas visam medir “a capacidade de manifestar qualidades de autonomia e de responsabilidades” (ibid. : 275).

Neste contexto, o mundo do trabalho fica constituído de elementos atomizados conectados em rede, cujos projetos constituem pontos de focalização sobre os quais os diversos componentes da produção (máquinas e instrumentos, peritos e gerentes, etc..) convergem para completar as suas tarefas ou de realizar os seus objetivos. Uma vez o projeto terminado, cada um volta, em função da sua mobilidade (ou da sua empregabilidade) à outros pontos de conexão da sua rede a fim de empreender um novo projeto (quer no mesmo lugar de trabalho, quer em outra empresa).

Esta disponibilidade exige uma velocidade das coisas e os seres para que possam dirigir-se com facilidade e com um mínimo de constrangimentos dentro das redes. Subjaz igualmente uma polivalência e uma capacidade de adaptação excepcional da mão-de-obra.

O desempenho dos trabalhadores, por conseguinte será avaliado em termos de autonomia, que permite aos trabalhadores reintegrar-se em novos projetos, uma vez terminada o trabalho pelo qual inicialmente têm sido solicitados.

Estas transformações vão frequentemente ser designadas sob o vocábulo de

“flexibilidade”. Os assalariados aderem à empresa no âmbito de relações flexíveis, (os referidos “projetos”), relações que excedem as formalizações por contrato rígidos e considerados obsoletos.

Boltanski e Chiapello afirmam :

« A mobilidade de quem explora tem como contrapartida a flexibilidade de quem é explorado. Confinado a uma precariedade angustiante, que não lhe dá a liberdade de ser móvel e não lhe permite desenvolver sua capacidade de ser móvel, quando não a destrói, o trabalhador flexível é candidato à exclusão no próximo deslocamento do mais forte (no fim de seu contrato temporário, por exemplo), tal como ocorre com os assalariados que, por razões de saúde, por exemplo, já não conseguem acompanhar o ritmo frenético que lhes é imposto» (op.cit : 379).

No contexto latinoamericano, podemos pensar que a liberação oferecida pelo capitalismo encontra os seus limites não tanto num sofrimento presente mas na incerteza que pesa sobre o futuro. Pois, na *cidade por projetos* se desvanece a necessidade de invocar o princípio de justiça social na medida em que a realização de quem se vê formando parte de um conjunto social, o faz com a suposição de que cada um que realiza sua conexão na rede o faz de acordo com sua própria capacidade.

Os autores observam que o “novo espírito” mobiliza menos e revela-se inapto para conciliar a justiça e a segurança” (p.149).

Pode-se neste contexto falar do enfraquecimento da capacidade de agregação das relações de trabalho e do descentramento dos sentidos coletivos. Em termos de implicações subjetivas significam não liberação para os sujeitos, mas formas de abandono e de ausência de proteção social.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc e THEVENOT, Laurent. **De la justification.Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard,1991.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: EDUSC, 2001.

HIRSCHMAN, Albert.O. **As paixões e os interesses – Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WEBER, Max .**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

REFLEXOS E MEDIDAS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: ESTUDO DE CASO CAPIXABAS BAR E RESTAURANTE

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 21/05/2021

Beatriz Mendes Leal

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB
Paço do Lumiar - MA
<http://lattes.cnpq.br/9461711887246800>

Brenda Layane Mendes

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB
São Luís - MA
<http://lattes.cnpq.br/3906705012258109>

José Victor Lopes de Abreu

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB
São Luís - MA
<http://lattes.cnpq.br/8760983953652926>

Rayssa da Cunha Moraes

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB
São Luís - MA
<http://lattes.cnpq.br/8760983953652926>

Carmen Luiza Moreira Costa

Centro Universitário Dom Bosco – UNDB
São Luís - MA
<http://lattes.cnpq.br/9423507512951771>

RESUMO: O estudo evidenciou os reflexos da pandemia aos Microempreendedores Individuais (MEI) e estratégias capazes de retomar as atividades dos pequenos negócios paralisados pela crise sanitária, que se iniciou a partir da Covid-19. O Capixabas Bar e Restaurante, situado na região litorânea, atua no comércio do ramo alimentício, um dos mais afetados pela

crise, foi objeto de análise desta pesquisa. O objetivo foi propor medidas com baixo custo e com auxílio da tecnologia para que a empresa pudesse se manter no mercado durante a pandemia. O trabalho foi realizado por meio de pesquisas exploratórias, bibliográficas e de campo. A finalidade foi demonstrar que ferramentas de controle e planejamento contábil, o delivery, linhas de créditos e mídias sociais são componentes eficazes para manter e expandir as vendas, podendo também ser aplicadas posteriormente, pois as estratégias continuam sendo funcionais após o período de crise. O resultado encontrado por meio do exame dos custos, da localização, produto e clientes do restaurante foi satisfatório, haja vista que se adequou ao empreendimento e possibilitou realizar suas demandas, obtendo um lucro mensal até maior do que havia anteriormente. Dessa forma, verifica-se que há mecanismos que possam impedir a descontinuidade das empresas e evitar o desemprego, preenchendo lacunas na gestão empresarial. Por isso, constata-se que a utilização das ferramentas gerenciais foi viável e oportuna para o MEI, sendo essas eficientes para superar a crise, tornando-a como um elemento fundamental diante das dificuldades e contribuindo indiretamente para o crescimento da economia.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Crise econômica. Ferramentas gerenciais. Mídias sociais. Microempreendedor Individual.

REFLECTIONS AND MEASURES FOR SMALL BUSINESSES DURING THE COVID-19 PANDEMIC: CASE STUDY CAPIXABAS BAR AND RESTAURANT

ABSTRACT: The study showed the reflexes of the pandemic to Individual Microentrepreneurs (MEI) and strategies capable of resuming the activities of small businesses paralyzed by the health crisis, which started after Covid-19. The Capixabas Bar e Restaurante, located in the coastal region, operates in the food business, one of the most affected by the crisis, was the object of analysis of this research. The objective was to propose measures at low cost and with the help of technology so that the company could remain in the market during the pandemic. The work was carried out through exploratory, bibliographic and field research. The purpose was to demonstrate that accounting control and planning tools, delivery, credit lines and social media are effective components to maintain and expand sales, and can also be applied later, as the strategies continue to be functional after the crisis period. The result found by examining the restaurant's costs, location, product and customers was satisfactory, given that it suited the enterprise and made it possible to fulfill its demands, obtaining a monthly profit even greater than there was previously. Thus, it appears that there are mechanisms that can prevent the discontinuity of companies and prevent unemployment, filling gaps in business management. Therefore, it appears that the use of managerial tools was feasible and timely for MEI, being efficient to overcome the crisis, making it a fundamental element in the face of difficulties and indirectly contributing to the growth of the economy.

KEYWORDS: Covid-19. Economic crisis. Management tools. Social media. Individual Microentrepreneur.

1 | INTRODUÇÃO

As medidas sanitárias impostas pelo governo decorrente da pandemia da Covid-19 causaram prejuízos na economia diante da suspensão do comércio e serviços não essenciais, entre eles bares e restaurantes, afetando principalmente aos pequenos empreendedores, que já possuem poucos recursos para investir no seu negócio e encontram diariamente dificuldades na administração operacional e financeira dos empreendimentos.

Os pequenos empreendedores já têm sentido o impacto nos seus negócios em todos os seguimentos empresariais, especialmente bares e restaurantes, como o caso em questão, Capixabas Bar e Restaurante, localizado na praia do Araçagi, que possui o desafio de usar novas estratégias para impedir a queda mais acentuada do empreendimento e que estejam em coerência com seu capital, para manter pelo menos o nível mínimo de operação com vistas à manutenção do negócio.

Neste sentido, indaga-se quais estratégias devem ser estabelecidas para amenizar os impactos financeiros dos Microempreendedores Individuais e como a contabilidade pode contribuir no gerenciamento desse novo contexto social.

Para o alcance destas respostas, levanta-se por objetivo geral evidenciar como o Microempreendedor individual pode evitar a sua falência durante a crise da Covid-19. E, por objetivos específicos, busca-se verificar os obstáculos que impedem o restaurante de

exercer suas atividades, elencar soluções por meio de ferramentas contábeis para que o restaurante mantenha-se no mercado e por em prática as soluções mais viáveis para que o restaurante continue sua atividade, analisando o seu resultado.

A metodologia para este trabalho foi através de pesquisa de campo e bibliográficas, tendo como base estudos bibliográficos que buscam métodos e soluções em tempos de crises. Foram analisados dados fornecidos pelo restaurante a fim de obter uma proposta viável para o estabelecimento, além de serem recolhidos os seguintes dados: custos adicionais, público alvo, capital a ser investido, novos produtos e funcionários.

Justifica-se esta pesquisa tendo em vista a apresentação de soluções para possíveis dificuldades enfrentadas por diversos outros Microempreendedores Individuais nesta pandemia. Estes tipos de empreendimentos devem ser muito bem observados, pois representam uma significativa parcela da economia nacional. Portanto, a pesquisa acadêmica também se faz necessária pois busca novas possibilidades para que as empresas possam se situar e adaptar seus negócios através deste estudo de caso, ademais pela multiplicidade de medidas que um empreendimento pode inserir para obter mais rentabilidade e lucratividade.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo teve a intenção de demonstrar as dificuldades do microempreendedor individual em manter suas atividades em funcionamento, devido à crise econômica e sanitária ocasionada pela COVID-19. O objetivo principal foi dar suporte a essas empresas, através de ferramentas gerenciais que contribuam de forma eficiente para manutenção de suas operações.

Segundo Almeida et. al. (2012), para que as pequenas empresas possam manter-se ativas no mercado, faz-se necessário adoção de procedimentos que permitam aos gestores implementar, sem muito custo financeiro, métodos de gerenciamento que atendam aos requisitos da empresa e dos clientes, especialmente em tempos de pandemia, mas também podem ser usadas para sua sobrevivência no cenário altamente competitivo.

Ao longo desse estudo foi relatado os impactos que a crise instalou nos pequenos negócios, tratando o Capixabas Bar e Restaurante como objeto de estudo, haja vista que o estabelecimento encontrava-se fechado e sem previsão para continuar suas atividades, ressaltando a necessidade de sua permanência para economia e as estratégias sugeridas e as que foram implantadas como alternativas de gestão.

2.1 Microempreendedor Individual: antes da pandemia

De acordo com Palermo (2002, *apud* Lima, 2020) as pequenas empresas por meio de sua estrutura ágil e flexível puderam se adaptar mais rapidamente as transformações ocorridas no mundo. Com a tecnologia da informação e o advento da globalização econômica, surgiram novos segmentos empresariais que possibilitaram o surgimento de

novos produtos e serviços e, principalmente, uma nova dinâmica de organização advinda da modernização de equipamentos e processos.

Ele ainda disserta que a informática e as telecomunicações passaram a ser fundamentais, flexibilizando as relações empresariais, trabalhistas e comerciais. O mundo dos negócios passou a ser altamente versátil e dinâmico, com a queda de barreiras burocráticas e a consequente aceleração e dinamização dos negócios.

O crescente registro de formalizações de empresas de pequeno porte decorreram também do elevado número de desemprego no país, ou seja, estes pequenos empreendedores foram impulsionados pela necessidade que se encontravam, assim comprova pesquisa realizada pelo indicador *Serasa Experian* sobre nascimento de empresas, relatando que em 2016 o desemprego atingiu 12 milhões de pessoas, e nesse mesmo ano o Brasil bateu o recorde com novos empreendimentos (JUNQUEIRA, 2016).

Cabe destacar, que esse movimento foi diretamente impulsionado pelo MEI, modalidade que concede impostos mais baixos e que é mais atrativa para os empreendedores que estão iniciando e que não possuem um elevado capital para investir. Gandra (2021) descreve que os Microempreendedores Individuais representam 56;7% das empresas em atividade no Brasil, com uma expansão de 8,4% em 2020, conforme dados do Ministério da Economia.

Dessa forma, a economia brasileira é aquecida, não somente de empresas de grande porte, mas também, pela contribuição de pequenos negócios que fomentam o desenvolvimento do país, e geram impactos expressivos e positivos em todo território nacional. (YANO, 2016). Um estudo do IBGE através de um pesquisa realizada em 2005 sobre a quantidade de pessoas ocupadas nas empresas formais do Brasil, evidencia o MEI com uma participação de 31,8%.

Apesar de sua significancia, essas empresas não sobrevivem por muito tempo no mercado. A ausência de um gerenciamento administrativo e financeiro ocasionam perda de receita e diluição delas. As inserções de medidas gerenciais são primordiais para mantê-las funcionando e contribuindo com a economia do país (GUERRA, 2010).

A permanência das micro e pequenas empresas são importantes fragmentos responsáveis pela maior fonte de empregos, absorvendo uma parte considerável de mão de obra oriunda das demissões em massa de grandes empresas, assoladas por alto índice de desestatização, abertura econômica e políticas governamentais recessivas" (NASCIMENTO, 2019)

Esta análise é essencial para a condução de um eficiente gerenciamento, a utilidade e qualidade da informação gerada eleva a otimização dos processos e da tomada de decisão e as prepara para eventuais crises financeiras, pontos fundamentais para os microempreendedores manterem-se ativos, pois potencializam a economia do país, gerando empregabilidade e influenciando indicadores de desempenho socioeconômicos.

Logo, a existência dos pequenos negócios é a base sustentável da economia. Por

esse motivo, deve-se dar ênfase à sobrevivência desse segmento para que ocorra um desenvolvimento econômico e social no país.

2.2 Dificuldades do Microempreendedor Individual no atual cenário e após a COVID-19

O mundo tem vivenciado grandes mudanças, tanto na saúde quanto na economia. Desde que a pandemia começou tem surgido diversos problemas para os microempreendedores individuais, bem como seu fechamento total ou parcial.

O Capixabas Bar e Restaurante é uns dos milhares de microempreendedores individuais que vivem uma situação de incertezas em relação ao futuro dos negócios. Diante desse impacto econômico causado pela pandemia, os bancos públicos e privados vêm anunciando novas linhas de crédito, com juros menores e longos períodos de carência e pagamento facilitado, essas estratégias buscam alavancar diversos setores econômicos.

Embora os bancos tenham disponibilizado as linhas de créditos, não é tão simples obter-los. De acordo com o SEBRAE (2020), cerca de 60% dos donos de pequenos negócios já tiveram o pedido de crédito negado desde o início da crise. O maior problema para essas empresas são as garantias solicitadas pelas instituições financeiras para concessão do empréstimo.

O problema está na falta de documentação necessária para a obtenção dos valores dentro dessas regras, em especial o Balanço Patrimonial bem estruturado. No geral, essas pequenas empresas são gerenciadas pelos próprios donos, que não possuem conhecimento sobre o assunto financeiro.

2.2.1 Ausência de ferramenta gerencial

Segundo o SEBRAE (2020), atualmente há 16 milhões de micro e pequenas empresas; muitos desses são negócios familiares, de bairros, com nenhum ou poucos funcionários, os quais lidam com serviços financeiros, compras, pagamentos do mês. São poucas as empresas que tem um contador ou utilizam os serviços de contabilidade de forma efetiva.

É restrita a quantidade de empresários que fazem um planejamento com frequência e estejam regulares com fisco; que façam análise de caixa, análise de indicadores sobre a saúde do negócio etc.

2.2.2 Dificuldade de adaptação

Durante o período de quarentena, o setor de *delivery* se apresenta como uma das principais alternativas para os consumidores e comerciantes que estão com o comércio fechado. As empresas precisam recorrer às entregas para continuar funcionando, mas há grande dificuldade para empresas que não prestavam esse serviço anteriormente, como é o caso do Capixabas Bar, que viu dificuldades em conquistar novos clientes nessa modalidade

e tem a preocupação de fazer entregas diante das exigências de distanciamento entre pessoas impostas pela crise do COVID-19.

2.2.3 Captação de clientes

As dificuldades causadas pelos efeitos do novo coronavírus são realidade para os pequenos empreendedores, principalmente para aqueles que não possuem muito conhecimentos sobre ferramentas digitais para captar novos clientes. A proprietária do Capixabas Bar teve que rever seus hábitos de compra, venda e gestão, uma vez que sua forma de vender nunca foi de forma digital. De acordo com o presidente da Associação Comercial Empresarial (ACE) Mark

2.3 Estratégias para adaptação do Capixabas Bar e Restaurante

Como supracitado, a situação atual não permite que o comércio possa atuar normalmente devido às medidas protetivas no combate a proliferação do coronavírus. Sendo assim, busca-se encontrar soluções e estratégias para que não haja a falência destes pequenos empreendedores.

O Capixabas Bar é uma comércio no ramo alimentício que atua na praia e que devido a pandemia teve que fechar as portas temporariamente. Isso acabou sendo um grande impecilho, tendo em vista que o restaurante apenas prestava os seus serviços para o clientes que estavam na praia.

O restaurante teve que procurar estratégias para se adaptar. O cenário anterior era de atender às pessoas que estavam na praia, ou seja, no local específico do próprio estabelecimento e, na situação da pandemia, os clientes estavam em suas casas e conseqüentemente as praias encontravam-se vazias. Desta forma, foram propostas as estratégias elencadas nas subseções em seqüência.

2.3.1 Aderir a serviços de delivery

A adesão ao serviço de *delivery* pode alavancar o restaurante, visto que é uma forma mais ágio de obter mais clientes. Apesar de ser uma realidade já vivida por muitos restaurantes, o Capixabas Bar até o presente momento não trabalhou com este modelo de serviço.

Embora seja um novo desafio, é um serviço extremamente essencial diante do contexto vivenciado e os números comprovam essa informação, segundo o Rocha (2020): “Desde que o isolamento social passou a ser necessário, por causa da pandemia do novo coronavírus, o número de delivery de comida cresceu 37,07% em Curitiba”.

As medidas restritivas impediram o Capixabas Bar de ter a sua principal forma de renda, obetendo como solução iniciar em seu estabelecimento a modalidade de serviço *delivery*.

2.3.2 Utilização das mídias sociais para divulgação do negócio.

Uma boa forma de divulgação do negócio é através das redes sociais, onde pode-se divulgar promoções, cardápio, satisfação dos clientes etc. Além do fato de que as divulgações nas mídias são gratuitas caso o perfil não tenha o alcance desejado, pode pagar para aumentá-lo e assim chegar a um número maior de usuários.

Segundo LANGE e SHROEDER (2008) citado por Rafael Formento (2009, p.28), “*Mobile Marketing* define-se pelo fato de pensar estratégias para envio de publicidade usando tecnologias móveis. Este meio de comunicação tem algumas características como comunicação a qualquer hora ou a interação e envolvimento”.

O restaurante Capixabas Bar pode utilizar o *Mobile Marketing* para atrair clientes, tais como: fazendo promoções através da divulgação feita pelos clientes, tendo como exemplo uma porcentagem de divulgação para quem postar as recomendações do restaurante em suas mídias sociais ou até mesmo realizando sorteio a partir de marcações de amigos nas publicações do Capixabas Bar.

2.3.3 Adaptação do produto ao público-alvo

Anteriormente o público alvo do restaurante Capixabas Bar eram os banhistas, logo a refeição vendida era voltada a eles, as quais são comuns na praia, como frutos do mar. No entanto, o cenário é divergente, as praias estão vazias e o restaurante, por enquanto, não pode funcionar na praia e sim na residência do proprietário do estabelecimento.

Ressalta-se que o Capixabas Bar funcionava muito bem na praia e já possui seus clientes, porém mesmo transitando para o serviço de *delivery* é bem provável que nem todos aqueles que já conhecem o restaurante queiram fazer pedidos, pois sua comida é bem conhecida por ser uma comida praiana, por isso a necessidade de se adaptar para atender seus clientes e atrair novos.

Segundo o *blog Delivery Much* os cinco pedidos mais comuns nos aplicativos de *delivery* são: pizza, hambúrguer, esfiha, marmite e pastel (2019). E com base nessa pesquisa, o Capixabas Bar pretende se adaptar para ter pelo menos um desses produtos em seu cardápio e poder atender com sucesso via *delivery*.

2.3.4 Linhas de créditos para auxílio financeiro

Diversas instituições financeiras disponibilizaram linhas de créditos para empresas que estão passando por um momento de dificuldade por conta da situação atual. O SEBRAE também disponibilizou uma lista com todas as linhas de créditos disponíveis até o momento.

Com a procura crescendo, e novas autorizações do Banco Central, há novas linhas surgindo especialmente para atender a demanda das micro e pequenas empresas durante a crise causada pela pandemia, principalmente ao MEI. Especialistas recomendam que

os empreendedores optem por essas linhas, que costumam trazer condições melhores. (VEJA, 2020)

Esta seria uma boa oportunidade para compensar a falta de capital de giro, já que a empresa não possui muitos recursos no caixa. Investir mais para colher mais no futuro.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer do trabalho foram vistas algumas estratégias que poderiam ser aplicados nesse estudo de caso. Com base em autores já citados anteriormente neste projeto, tendo em vista a realidade atual de pandemia e analisando os as necessidades da microempresária obtivemos os resultados descritos nos tópicos abaixo.

3.1 Aderir a serviços de delivery

É a opção mais adotada por empresas neste momento por se tratar de um serviço em que o cliente não precisa sair de casa para obter o produto, sendo esta uma forma de se adaptar a quarentena.

Os produtos que são servidos no Capixabas bar possuíam preços fixos, que foi estabelecido com base de custos de preparo, custos indiretos e outras despesas. Porém, a nova despesa com *delivery* deve ser adicionada ao valor final do produto. Para trabalhar com *delivery* o sistema de trabalho fica completamente diferente do que o Capixabas Bar e Restaurante trabalhava no período antes da pandemia. Os pratos e bandejas se transformaram em depósitos para guardar comida, o garçom teria que ser um motoboy para entregar os pratos em lugares mais longe.

Para propor uma solução adequada para o cliente foi necessária uma vasta pesquisa na área, trabalhando com diferentes simulações de custos, despesas e taxas nas diversas plataformas de *delivery* que existem hoje. Com todos os cálculos feitos e as simulações, foi concluído que a melhor opção foi contratar um motoboy próprio para fazer as entregas e a proposta foi apresentada a cliente, que se sentiu motivada a aderir.

Ao analisar que o restaurante desprovia de divulgação e também não faria uso de plataformas de *delivery* que o divulgasse, houve a necessidade da criação de um perfil nas mídias sociais onde, diariamente, seriam postados cardápios e promoções.

Utilizando esta plataforma de divulgação, o Capixabas Bar estará aumentando a sua visibilidade de forma gratuita. A estratégia para atrair mais seguidores foi fazer sorteios através de marcação de amigos em publicações promocionais, onde poderiam ser oferecidos combos grátis a partir de sorteios dos comentários.

Outra estratégia utilizada foi conceder porcentagens de descontos nos próximos pedidos aos clientes que publicassem nas redes sociais os pedidos que compraram do Capixabas Bar e Restaurante.

3.2 Adaptação do produto ao público-alvo

Diante da mudança da modalidade de serviço, faz-se necessário que haja uma adaptação ao seu novo público alvo. O restaurante passará a funcionar na casa da proprietária, onde serão feitas as refeições e de lá encaminhadas para seus clientes. Na praia as refeições disponíveis no cardápio eram de acordo com a localidade do restaurante, mas agora pode ser que não seja mais tão atrativo para as pessoas consumirem em suas próprias casa.

Para propor uma solução para esse possível problema, foram realizadas diversas pesquisas sobre as refeições que costumam ser mais pedidas nos aplicativos de *delivery*. E com os recursos disponíveis, como que poderia adaptar esse prato para os novos tipos de clientes. Foi proposto para o Capixabas Bar reduzir as porções de suas refeições para duas e quatro pessoas e também tentar adaptar o prato para que fique o mais próximo de uma marmitta.

3.3 Linhas de crédito

Diversas instituições financeiras criaram propostas de linhas de créditos para ajudar as empresas a se manterem no mercado. Como o Capixabas Bar não teria mais como continuar funcionando no seu modelo habitual, foi considerada a opção do uso dessas linhas de créditos para aumentar o seu capital de giro.

Após analisarmos as linhas de créditos disponíveis para MEI's, apresentamos a proposta a dona do Capixabas Bar. Ela não sentiu a necessidade de um empréstimo no momento, haja vista que a mesma já teria uma reserva de capital do qual a ajudaria a passar por esse momento e não compensaria pagar os juros do crédito. Outra questão levantada por ela foi a preocupação de que futuramente ela não pudesse pagar a dívida com o banco por não saber o futuro de seu negócio.



Figura 1: Resultados econômicos do Capixabas Bar e Restaurante antes e após a implantação do delivery

4 | CONCLUSÃO

A finalidade deste trabalho foi demonstrar as estratégias eficientes para superar a crise e como as mídias sociais e as ferramentas de negócios são essenciais para enfrentar os impecilhos advindos da crise sanitária e econômica, além de demonstrar a relevância que o pequeno empreendedor possui para economia e a necessidade da permanência do mesmo no mercado.

O problema de pesquisa evidencia as dificuldades de adaptação dos pequenos empreendedores em utilizar as plataformas digitais como a única forma para atrair mais clientes, tornando uma situação preocupante, uma vez que as essas empresas representam boa porcentagem da mão de obra no setor privado e no país, e seu fechamento decorre da falta de um gerenciamento de qualidade, trazendo consequências negativas para a economia.

A solução encontrada foi usar mecanismos que sempre fizeram parte da gestão do pequeno empresário, como criatividade, flexibilidade e muita resiliência. E, claro, utilizando as plataformas digitais e diversas ferramentas de gestão. A gestão financeira será fundamental nos próximos meses, a utilização das ferramentas gerenciais e planilhas de controles vão direcionar o empreendedor como agir usando as métricas do seu próprio negócio.

Este estudo é de grande relevância para os empresários, sobretudo para a sobrevivência dos pequenos empreendedores, mas também essencial para o meio acadêmico, tendo em vista as matérias de empreendedorismo, marketing, e contabilidade.

A evidenciação da gestão eficiente alinhado com planejamento e adaptabilidade foram mecanismos o qual serviram como suporte ao empreendimento em questão e possibilitou-o utilizar dessas estratégias após o período de crise, pois a receita adquida na hodierna tornou-se superior a anterior, o que mostra ao empreendedor meios menos custosos, ágeis e práticos de se reinventar e obter maior lucratividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliano et al. **A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA**. Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2012. Disponível em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/404>. Acesso em 09 de maio de 2020.

FORMENTO, Rafael. **Aplicação mobile marketing com comunicação**

Bluetooth focada em bares e restaurantes. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, p.28 2009. Acesso em 12 de maio, 2020. Disponível em: <http://dsc.inf.furb.br/arquivos/tccs/monografias/TCC2009-2-16-VFRafaelFormento.pdf>

FRANÇA, Ivanir. **Delivery de comida online: os 5 alimentos mais pedidos no interior do Brasil**.

Delivery Much, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/04/07/delivery-de-comida-aumenta-37percent-e-m-curitiba-no-isolamento-social-veja-como-entregar-e-receber-com-seguranca.ghtml>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

GANDRA, Alana. **Mais de 620 mil micro e pequenas empresas foram abertas em 2020**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/mais-de-620-mil-micro-e-pequenas-empresas-foram-abertas-em-2020#:~:text=O%20MEI%20representa%20hoje%2056,empresas%20abertas%20no%20ano%20passado..> Acesso em 01 de maio de 2021.

GUERRA, Oswaldo; EIXEIRA, Francisco. **A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 30, n. 1, p. 124-139, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100008. Acesso em 12 de maio, 2020.

JUNQUEIRA, Diego. **Pequenos negócios viram saída para desemprego, mas chances de fracasso também aumentam**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/pequenos-negocios-viram-saida-para-desemprego-mas-chances-de-fracasso-tambem-aumentam-08122016>. Acesso em 09 de maio, 2020.

LIMA, Ryan Aleff Araujo. **Gestão de Capital de Giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/gest%C3%A3o-de-capital-de-giro-contribui%C3%A7%C3%A3o-para-as-micro-e-pequenas-empresas-no-brasil>. Acesso em 02 de março de 2021.

KANNIAK Thais e ROCHA, Marcelo. **Delivery de comida aumenta 37% em Curitiba no isolamento social; veja como entregar e receber com segurança**. G1, 07 de abr. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/04/07/delivery-de-comida-aumenta-37percent-em-curitiba-no-isolamento-social-veja-como-entregar-e-receber-com-seguranca.ghtml>. Acesso em: 14 de mai. de 2020.

NASCIMENTO, Luciano. **Pequenos negócios geraram 75% dos empregos formais em setembro**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/pequenos-negocios-geraram-75-dos-empregos-formais-em-setembro>. Acesso em 12 de maio, 2020.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. “**Crterios de classificao de empresas: MEI - ME – EPP**”. Portal Eletrnico do SEBRAE [2020].

Disponvel em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01/04/2020.

TRINDADE, Marcos Antnio Barreto et al. **Gesto do capital de giro em micro e pequenas empresas**. Revista de Administrao, Contabilidade e Economia, v. 9, n. 1, p. 231-250, 2011. Acesso em 14 de set, 2019. Disponvel em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34368534/heitor.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DHeitor.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190915%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_req_uest&X-Amz-Date=20190915T143048Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=80b822b93c26368f4a297deda26f3144f2372d95b10450580d244d92ac8b19ce>. Acesso em 09 de maio, 2020.

YANO, Lilian Solano Solano; MATEO, Luana Santos Santos; MACHADO, Wilson de Lucas Fortes. **Relevncia e principais causas de mortalidade das micro e pequenas empresas no Estado de So Paulo**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAO CIENTIFICA-ISSN 21-76-8498, v. 12, n. 12, 2016. Disponvel em:<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5467>. Acesso em 12 de maio, 2020.

ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) NO RAMO DE LATICÍNIOS

Data de aceite: 21/07/2021

Emerson Ordonioda Silva

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2020)
<http://lattes.cnpq.br/9913052921130814>

Simone Macedo Ferreira

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2020)
<http://lattes.cnpq.br/5897859847604000>

Elias Caetano da Silva

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (2005),
graduação em Direito pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2019). Especialista em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/4134072750690095>

RESUMO: O sistema de gestão ambiental (SGA) é todo o processo adotado pela entidade para reduzir seus impactos ambientais, esses causados pelo seu processo produtivo, quando a empresa passa a adotar os métodos do SGA, por conseguinte a implantação e monitoramento são possíveis à maximização dos resultados econômicos, redução dos custos de produção, reduzirem os passivos ambientais originados nos desperdícios de matérias-primas e multas aplicadas pelos órgãos governamentais. O presente trabalho tem por objetivo principal analisar quais os meios utilizados pela indústria de laticínio para redução dos impactos ambientais e melhoria na qualidade da produção.

Para alcance dos resultados, utilizou-se método dedutivo, estruturado numa pesquisa bibliográfica e documental. Em confrontação do embasamento teórico com a possível aplicação prática dos procedimentos de auditoria tomou-se por base uma indústria laticínio situada na cidade de Presidente-Médici. Para alcance dos objetivos fez-se necessário à simulação de papéis de trabalhos pelo qual foi possível conhecer que embora a empresa utilize de boas práticas de fabricação, funcionários utilizam equipamentos de proteção individual, considerável padrão de higienização, assepsia do ambiente, a empresa não possui um SGA implantado, controle efetivo dos gases emitidos pelas caldeiras, constatou-se ausente documentação de regularidade ambiental prescrito pelas legislações ambientais vigentes, tratamento dos efluentes não atende os requisitos legais que pode provocar danos ambientais e a saúde da população. Percebeu-se ainda, que empresa não reutiliza a água derivada do processo produtivo, mesmo com tecnologias possíveis de utilizar para o tratamento desta água tornando-a apta a reutilização, com redução do impacto ambiental e custos operacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Gestão Ambiental. Contabilidade. Auditoria. Resultado Econômico

ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEM (EMS) IN THE BRANCH OF DAIRY PRODUCTS

ABSTRACT: The environmental management system (EMS) is the entire process adopted by the entity to reduce its environmental impacts, those caused by its production process, when the

company starts adopting the EMS methods, thereafter the implantation and monitoring are possible maximizing economic results, reducing costs production, reducing environmental liabilities arising from waste of raw materials and fines imposed by government agencies. The main objective of the study is analyzing the means used by the dairy industry to reduce environmental impacts and improve production quality. To achieve the results, a deductive method it was used, structured in a bibliographic and documentary research. Confronting the theoretical basis with the possible practical application of the audit procedures, it was based on a dairy industry located in the city of Presidente-Médici. In order to achieve the objectives it was necessary to simulate work papers whereby it was possible to know that although the company uses good manufacturing practices, employees use personal protective equipment, a considerable standard of hygiene, asepsis of the environment, the company does not have an EMS implanted, effective control of the gases emitted by the boilers, it was found that there was no documentation of environmental regularity prescribed by current environmental legislation, the treatment of effluents does not meet the legal requirements that can cause environmental damage and the health of the population. It was also noticed that the company does not reuse the water derived from the production process, even with technologies that can be used to treat this water, making it suitable for reuse, with reduced environmental impact and operational costs.

KEYWORDS: Environmental Management System. Accounting. Audit. Economic Result.

1 | INTRODUÇÃO

A preservação ambiental vem se tornando cada dia mais um fator relevante, e, de preocupação por parte da sociedade, a forma de as empresas lidarem com os impactos ambientais causados no processo produtivo, tem sofrido grandes alterações nos últimos tempos. As legislações de responsabilidade ambiental tratam com rigor as questões ambientais, desta forma empresas adotam responsabilidade frente a essas exigências.

De acordo com a Constituição Federal e legislações correlatas, todos têm obrigação de manter o meio ambiente equilibrado para que dele possa se usufruir. Com ênfase às indústrias de médio e grande porte, as maiores causadoras de impactos ambientais.

O sistema de gestão ambiental (SGA) é todo o processo adotado pela entidade para reduzir seus impactos ambientais, causados no processo produtivo.

Deste modo, o objetivo geral do presente trabalho é analisar quais os meios utilizados pela indústria de laticínio para redução dos impactos ambientais e melhoria na qualidade da produção. E a finalidade será verificar: quais os requisitos das legislações vigentes a indústria de laticínio utiliza para minimizar os impactos ambientais causados no processo de produção?

De acordo com a finalidade e objetivo estabelecido, foi realizada uma confrontação do embasamento teórico com a possível aplicação prática dos procedimentos de auditoria, para obter os achados, evidências e as consequências que esses impactos ambientais podem trazer ao patrimônio da entidade. A pesquisa tomou-se por base uma indústria laticínio no município de Presidente-Médici.

1.1 Conceito e Finalidade da Contabilidade

A contabilidade é um sistema que promove aos usuários informações da situação econômica, financeira e física da empresa objeto da contabilização, através de uma visão macro que demonstra a real situação da entidade e a utilização dos recursos a ele atribuídos. Nesse sentido destaca-se Marion;

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, p. 3, 2018)

A finalidade da contabilidade é registrar, controlar e demonstrar os resultados econômicos e financeiros resultantes do gerenciamento da riqueza do objeto da contabilidade o patrimônio da entidade.

1.1.1 Contabilidade Ambiental

Nas últimas décadas tem-se ganhado grande destaque com as grandes organizações, que fazem o uso de recursos naturais. Juntamente com outras ciências a preocupação com a preservação ambiental, a ciência contábil, atua como forma de controle e evidenciação desses impactos ambientais, com resultados significativos na situação econômico-financeira das entidades. Segundo Ribeiro;

Do ponto de vista da contabilidade, o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis, são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente. (RIBEIRO, 2010, Pág. 39)

Tema de debates e discussões mundial, conforme COSTA (2012) pode definir a contabilidade ambiental como um estudo do patrimônio ambiental da empresa, tais como, bens, direitos e obrigações ambientais. Tem como objetivo o fornecimento de informações a respeito dos eventos ambientais, para os usuários.

1.1.2 Evolução da contabilidade na abordagem ambiental

Com o surgimento da industrialização a partir do século XIX, como consequência, elevando-se o consumo de recursos naturais. Inicialmente nas décadas de 70 e 80, surgiu-se a preocupação das grandes potências frente aos impactos industriais.

A contabilidade ambiental ganhou espaço e contribuiu para a aplicação de legislações e regulamentações ambientais. Segundo Fenker;

A conscientização das partes interessadas (stakeholders) na sustentabilidade social e ambiental, especialmente dos consumidores, cria novas exigências e pressões sobre as organizações para adoção de programas de Responsabilidade Social e Ambiental. Com isso, a questão ambiental passa a ser importante para a gestão, na medida em que o atendimento dessas

exigências contribui para a sustentabilidade econômica no longo prazo. (FENKER, et.al., 2015, p. 25)

A conferência de estocolmo que ocorreu em 1972, foi um evento realizado por líderes das grandes nações, com pauta nos impactos ambientais.

Após 20 anos foi realizada a Eco-92, ou conhecida como Rio-92, grande evento para a questão ambiental empresarial, onde reuniu vários líderes mundiais, para debate sobre a conscientização ambiental no mundo.

1.1.3 Ativos e passivos ambientais

Os ativos ambientais são os que representam os estoques de insumos, acessórios, peças, são utilizados no processo de eliminação ou redução dos impactos ambientais causados pelas empresas. Tais como a poluição, um dos principais impactos causados pelas grandes indústrias, em especial as fábricas de laticínios, que utilizam muita madeira na caldeira, onde se dá origem ao vapor que é utilizado em toda a fábrica.

“Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.” (COSTA, 2012, Pág. 54)

Os passivos ambientais referem-se aos custos e obrigações na recuperação de seus impactos causados à natureza, já que as grandes indústrias utilizam os recursos naturais, como contrapartida dito, podem ocasionar possíveis alterações ao meio ambiente. Segundo Costa, 2012:

Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. (COSTA, 2012, Pág. 67).

Passivos ambientais de um modo geral são formados pelo conjunto de obrigações que as empresas têm com meio ambiente e a sociedade na qual ela está inserida.

1.2 Sistema Gestão Ambiental

Gestão ambiental é a representação utilizada para designar a gestão empresarial, tem como orientação evitar ou reverter problemas causados, pelos impactos de suas atividades e, a organização obter um desenvolvimento sustentável. BARBIERI (2016) Aponta que um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer diretrizes formuladas, definindo objetivos, coordenação das atividades e avaliação dos resultados. Nesse sentido destaca-se Costa;

Em função da cultura ambiental predominante nas empresas, a maior parte dos esforços tecnológicos e financeiros que são aplicados nos SGA está ligada a aplicações de técnicas corretivas. Para conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário que medidas corretivas sejam substituídas por políticas preventivas que atuam sobre a origem dos problemas. (COSTA, 2012, Pág. 103)

Entretanto o (SGA) é o método que as empresas utilizam para obtenção de informações a respeito de sua interação com o meio ambiente, a fim de garantir sua responsabilidade e compromisso com as legislações ambientais.

1.2.1 Contexto histórico

As ações humanas de modo geral produzem impactos sobre o ambiente e como consequência afeta as condições na qual o homem vive. De acordo com Ferreira;

Ao depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho e para as quais os contadores, de modo geral, não se encontravam (encontram) preparados. Esse fato acentuou-se na década de 90, principalmente a partir do ECO/92 e, também, em decorrência do agravamento dos problemas ambientais, de modo geral.[...] (FERREIRA, 2003, pag. 59 e 60)

Em virtude do agravamento dos impactos ambientais, surgiu a necessidade da contabilidade gerar informações de caráter ambiental e social. De acordo com Tachizawa;

Outra mudança, focada na transparência e responsabilidade pública das organizações, é a implementação do balanço social como instrumento de gestão que evidencia seu desempenho econômico, ambiental e social a seus clientes, fornecedores e comunidade em geral. (TACHIZAWA, 2015, Pág. 3)

A partir do momento que a empresa assume a responsabilidade social, ela desenvolve de modo ético e sustentável as atividades para reduzir os impactos negativos.

1.3 Responsabilidade Ambiental

Com as exigências cada vez mais rigorosas por parte da sociedade, legislações e do governo as empresas estão obrigadas a adotar as questões ambientais, observando a possibilidade de conciliar e evidenciar através do balanço social as questões financeiras com as de cunho social e ambiental. Nesse sentido destaca-se Moreira;

A pressão da sociedade e do Governo através de legislações mais rígidas obrigam as empresas a enfrentar com mais responsabilidade as questões ambientais. Dessa forma, as organizações estão percebendo que é possível associar o resultado financeiro e o cuidado com o ecossistema, utilizando e elaborando o Balanço Social, onde avalia a contribuição da empresa perante a sociedade. (MOREIRA, 2009)

As empresas buscam o equilíbrio entre os seus ganhos financeiros e a conservação do meio ambiente, deste modo passou a ter lucros econômicos, financeiros, social e ambiental, melhorando a imagem empresarial e evidenciando a sua qualidade de produção.

1.3.1 *Legislações e resoluções Ambientais*

No Brasil, para evitar a degradação do meio ambiente e prevenir ficar sem condições para se reconstituir estão sendo criadas legislações e resoluções com punições mais severas aos que as descumprem. Conforme Braga, pode se observar as seguintes:

Lei nº 6.938 de 31/8/81: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Constituição Federal de 1988: dispõe sobre os princípios que norteiam a base da política ambiental no Brasil.

Lei nº 9.433 de 8/1/97: institui a Política Nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Lei nº 9.605 de 12/2/98 – Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei nº 6.938 de 31/8/81: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Constituição Federal de 1988: dispõe sobre os princípios que norteiam a base da política ambiental no Brasil.

Lei nº 9.433 de 8/1/97: institui a Política Nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Lei nº 9.605 de 12/2/98 – Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 001/86: define as atividades que dependerão da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).

Resolução CONAMA nº 05/88: regulamenta o licenciamento de obras de saneamento básico.

Resolução CONAMA 001/90: define critérios e diretrizes para a emissão de ruídos. (BRAGA, 2007, p. 7)

Resolução CONAMA nº 001/86: define as atividades que dependerão da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).

Resolução CONAMA nº 05/88: regulamenta o licenciamento de obras de saneamento básico.

Resolução CONAMA 001/90: define critérios e diretrizes para a emissão de ruídos. (BRAGA, 2007, Pág. 7)

As legislações, resoluções, portarias possuem o objetivo de garantir a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e cobrar essa preservação principalmente das grandes indústrias que são umas das maiores poluidoras e devastadoras do meio ambiente.

1.3.2 Princípios da ISO 9000

A ISO 9000 é uma norma de regulamentação do sistema de gestão de qualidade. A partir do momento que a empresa utiliza a ISO ela tem certificação para garantir segurança aos seus clientes, credibilidade e responsabilidade. Isso proporciona a redução dos custos o aumento da produtividade e melhoria da relação comercial. Nesse sentido destaca-se Mello, Silva, Turrioni & Souza;

A série de normas ISO 9000 é um conjunto de normas e diretrizes internacionais para sistemas de gestão de qualidade. Desde sua primeira publicação, em 1987, ela tem obtido reputação mundial como a base para o estabelecimento de sistemas de gestão da qualidade. (MELLO, SILVA, TURRIONI & SOUZA, 2002, Pág. 15)

A ISO 9000 tem em comum com a ISO 14000 a garantia de implantação e aprimoramento do sistema de gestão de qualidade e gestão ambiental. Ambas tem como objetivo a satisfação de seus clientes através do seu desenvolvimento cultural, social, ambiental e organizacional nos estágios envolvidos no ciclo da qualidade da empresa.

1.3.3 ISO 9001

A ISO 9001:2000 trata sobre os requisitos do sistema de gestão da qualidade. Está estruturado de forma clara e objetiva para facilitar aos usuários a adaptação em todas as áreas da empresa. A partir da certificação a empresa garante aos seus clientes otimização, agilidade, correção de eventuais erros no processo de produção e proporciona o crescimento empresarial e a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido destaca-se Mello, Silva, Turrioni & Souza;

A norma ISO 9001:2000 foi organizada em um formato amigável para o usuário, com termos que são facilmente reconhecidos por todas as áreas de negócios. A norma é usada para fins contratuais e de certificação/Registro por organizações que procuram reconhecimento de seu sistema de gestão da qualidade. (MELLO, SILVA, TURRIONI & SOUZA, 2002, Pág. 17)

A ISO 9001 em conjunto com a ISO 14001 abordam o ciclo PDCA (planejar, fazer, checar e agir), com o objetivo de obter certificação do sistema de gestão de qualidade e ambiental com colaboradores competentes.

1.3.4 ISO 14000

A ISO 14000 trata sobre o SGA, tem como foco principal auxiliar as empresa na implantação ou aprimoramento do Sistema de Gestão Ambiental adotado para o desenvolvimento sustentável dentro do aspecto cultural, social e organizacional da empresa. De acordo com Braga;

O objetivo geral da ISO 14000 é fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A ISO é consistente com a meta de desenvolvimento sustentável e é compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais. (BRAGA, 2007, Pág. 19)

Ao concluir o processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental a empresa obtém a certificação da ISO 14000, isto indica que a entidade alcançou elevados indicadores de responsabilidade ambiental no desempenho de suas atividades operacional.

1.3.5 ISO 14001

A ISO 14001 tem por objetivo específico o sistema de gestão ambiental. Em conjunto com a ISO 9001 promove a eficácia e integração do SGA. Essas normas derivam-se da ISO 9000 necessárias para o alcance do gerenciamento de qualidade de bens e prestação de serviços na produção. De acordo com Braga;

A norma ISO 14001 define as diretrizes para uso da especificação de um sistema de gestão ambiental e estabelece uma correspondência com a ISO 9001, ou seja, seu objetivo é prover as organizações de elementos para um SGA eficaz e passível de integração com os outros objetivos da organização. A Norma ISO 9001 deriva da série ISO 9000 que, por sua vez, é formada por um conjunto de cinco normas que se referem aos Sistemas de Gerenciamento de Qualidade na Produção de Bens de Consumo ou Prestação de Serviços. (BRAGA, 2007, Pág. 19)

As empresas que adotam as boas práticas de gestão ambiental utiliza os recursos naturais de maneira consciente, trabalha de modo a reduzir os resíduos industriais, produzir sem poluir e desempenha suas atividades com responsabilidade ambiental e social.

1.3.6 A política nacional do meio ambiente

A política ambiental tem papel fundamental na implantação e no aprimoramento do SGA. Permite o aperfeiçoamento e o desempenho ambiental e, para o alcance do êxito dessa política faz-se necessário o comprometimento da administração da empresa em cumprir todos os ditames da legislação ambiental vigente. De acordo com Tachizawa;

Política ambiental é o elemento fundamental para a implementação e o aprimoramento do sistema de gestão ambiental da organização, permitindo que seu desempenho ambiental seja mantido e potencialmente aperfeiçoado. Para tanto, a política implementada deve refletir o comprometimento da alta administração em relação ao atendimento as leis aplicáveis e melhoria

A política ambiental é definida como padrão de administração que o governo ou as entidades adota para conduzir as ligações com o meio ambiente e os recursos naturais.

1.4 Etapas do processo de produção

O processo de produção varia de acordo com o produto a ser produzido. Apresenta-se as etapas descritivas para qualquer processo de produção de produtos lácteos. De acordo com Maganha;

Recepção Leite e Ingredientes: Transportado em caminhões isotérmicos ou vasilhames adequados, o leite depois de pesado e filtrado é encaminhado para o(s) tanque(s) de recepção e mantido refrigerado até sua utilização. Os produtos auxiliares são armazenados em condições apropriadas a fim de que sejam conservadas suas características e qualidade. Processamento: O processamento consiste em submeter o leite in natura a operações de filtração, clarificação, padronização e pasteurização/esterilização para consumo ou para obtenção de derivados. A filtração tem por finalidade remover as partículas grosseiras e impurezas eventualmente presentes. A clarificação consiste na centrifugação para remoção das impurezas contidas no leite e o desnatado, na remoção de quantidade desejada de gordura ou creme de leite. A operação de separação e ajuste de teor de gordura no leite é denominada padronização. Tratamento Térmico: Para assegurar a destruição dos micro-organismos patogênicos, é necessário aquecer o leite a determinada temperatura, e mantê-lo nessa temperatura durante certo intervalo de tempo, antes de resfriá-lo novamente. A relação entre temperatura e tempo de retenção é importante para determinar a intensidade do tratamento térmico. Elaboração de Produtos: Depois de termicamente tratado, o leite destinado a elaboração de outros produtos é encaminhado para as etapas produtivas posteriores, as quais variam em função dos produtos a serem obtidos. As atividades produtivas inerentes a cada derivado serão individualmente descritas. Envase e Embalagem: Os produtos prontos passam para a fase de acondicionamento em recipientes apropriados e identificados a fim de serem comercializados. Armazenamento: Embalados e prontos para serem comercializados, os produtos devem permanecer armazenados, em condições adequadas até que sejam encaminhados ao seu destino final. Cabe ressaltar que alguns produtos precisam permanecer sob refrigeração a fim de que sejam mantidas suas características e preservadas suas qualidades. Os produtos acabados devem ser armazenados em condições que impeçam a contaminação e/ou desenvolvimento de microrganismos. Expedição: A expedição e a distribuição dos produtos devem ser realizadas de modo a garantir que sua qualidade seja preservada. Deve-se:

- Impedir a alteração do produto e danos à sua embalagem;
- Ser adotado sistema FIFO (primeiro que entra, primeiro que sai);

Na expedição de produtos acabados, garantir que os veículos para o transporte estejam: isentos de presença de pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores desagradáveis, bem como adequados à temperatura exigida pelo produto. (MAGANHA, 2006, Pág. 28)

As etapas do processo de produção são importante para atestar a qualidade e segurança do produto. Nessas etapas são produzidos os resíduos que podem impactar o meio ambiente.

1.5 Certificação e Obrigatoriedade da Qualidade de Produção

O procedimento de certificação é aquele que uma terceira pessoa atesta e garante a qualidade do produto ou serviço prestado. Conforme destaca Barbieri;

[...]Certificação é o procedimento pelo qual uma terceira parte dá garantia escrita de que o SGA está em conformidade com os requisitos especificados. Terceira parte é uma pessoa ou organismo reconhecido como independente das partes envolvidas no que se refere a um dado assunto. Registro é o procedimento pelo qual um organismo indica as características pertinentes de um produto, processo ou serviço, ou características particulares de um organismo ou pessoa, em lista apropriada e disponível ao público. (BARBIERI, 2016, Pág. 178)

As regulamentações obrigatórias para a funcionalidade do estabelecimento e atestar a qualidade de produção de acordo com as legislações ambientais são: RIISPOA - Regulamento de Inspeção Industrial Sobre Produtos de Origem Animal; SIF- O Serviço de Inspeção Federal; DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal; SIE - Serviço de Inspeção Estadual; Vigilância sanitária - alvará de saúde; prefeitura - alvará de funcionamento e licença fornecida pelo corpo de bombeiro.

1.6 Conceitos Gerais de Auditoria

A auditoria surgiu na época da revolução a partir da necessidade de expansão de investimentos (capitais) das empresas familiares de capitais fechados. Muitos empresários queriam investir mais não confiava nos dados expostos nas demonstrações contábeis, então surgiu a necessidade de contratar uma terceira pessoa o auditor independente para fazer a análise e atestar a veracidade dos números apresentados se coincide com a real situação da empresa. Nesse sentido destaca Attie;

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multi geograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. (ATTIE, Pág.7, 2018)

Através dos procedimentos de auditoria o auditor irá avaliar se os dados contábeis estão em conformidades com as normas e legislações. Aferir os níveis e qualidade dos controles internos, manifestar a sua opinião.

O objeto da auditoria tem uma variação de acordo com o diagnóstico obtido da entidade e a que se remete a auditoria. Por esse aspecto defende Ribeiro;

[...] o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança dos usuários em relação a documentos, informações, controles, procedimentos etc., seu objeto variará conforme o fim a que se destina ou que se tem em vista. (RIBEIRO, Pág.17, 2013)

A finalidade da auditoria é desenvolver estratégias para alcançar os objetivos através de uma abordagem sistêmica e organizada. “Tendo em vista que a auditoria é uma técnica contábil com múltipla aplicação, sua finalidade variará conforme os objetivos desejados.” (RIBEIRO, Pág.17, 2013)

A auditoria pode ser de dois tipos, auditoria interna e auditoria externa. Auditoria interna são os conjuntos de métodos utilizados no controle interno para atestar a qualidade e segurança dos registros contábeis. Nesse sentido destaca Crepaldi;

A auditoria interna é facultativa, em função de previsão estatutária, funcionando como instrumento de apoio à gestão e objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento, proferindo o auditor, quando cabível, sugestão para melhora de tais controles internos ou implantação de controles, caso não existam. [...] (CREPALDI, Pág. 69, 2019)

A auditoria interna é subdividida em sete modalidades. A auditoria operacional tem como objetivo geral auxiliar a administração na execução de suas obrigações, atribuições e avaliar as atividades desenvolvidas pela empresa. Nesse aspecto destaca Crepaldi;

A auditoria operacional objetiva análise dos planos e diretrizes da empresa e mensurar a eficiência da gestão das operações e sua consistência com os planos e metas aprovados. Consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais. (CREPALDI, Pág. 16, 2019)

A auditoria operacional é exercida pelo auditor interno com as mesma características profissionais do auditor externo. Visto que a aplicação exige conhecimento técnico e prático na área de atuação, ao que consiste em testar os níveis de controle e expedir, quando for o caso, recomendações.

1.7 Planejamento de Auditoria

Planejamento de auditoria também conhecido como plano de auditoria ou programa de auditoria, é a etapa em que o auditor estabelece todos os seus requisitos gerais para a execução do trabalho, é o passo inicial de análise e compromisso dos serviços. Conforme se apura da NBC TI 01;

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. (NBC TI 01, item 12.2.1.1, Pág. 3, 2003)

Os papéis de trabalho constituem comprovantes de execução da auditoria, contendo todos os fatos e informações obtidas. Com base nesses papéis de trabalho que o auditor irá emitir o seu parecer (opinião) em relação à a empresa auditada. Extrai-se da NBC TI 01;

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. (NBC TI 01, item 12.1.2.2, p. 2, 2003)

Os papéis de trabalho devem ser estruturados na oportunidade do planejamento para atender todas as necessidades no procedimento de execução da auditoria.

1.8 Execução de Auditoria

Achados de auditoria são as evidências que podem ser negativas ou positivas obtidas através dos procedimentos de auditorias aplicados, que avalia se todos os objetivos estabelecidos estão sendo ou não atendidos. Destaca-se Santos e Ribeiro;

Os Achados de Auditoria decorrem da comparação da situação encontrada com o critério estabelecido no Programa de Auditoria e devem ser devidamente comprovados por evidências e documentados por meio dos papéis de trabalho. O achado pode ser negativo, quando revela impropriedade ou irregularidade, ou positivo quando aponta boas práticas de gestão. (SANTOS E RIBEIRO FILHO, 2014, pag. 39)

Evidências de auditoria são as informações obtidas no decorrer do processo que é utilizado para fundamentar o relatório de auditoria e por conseguinte a opinião do auditor. Conforme evidenciado na NBC TA 500;

Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e informações obtidas de outras fontes. (NBC TA 500, pag. 2)

A materialidade nada mais é do que toda prova material (elementos físicos) encontrado no decorrer da execução da auditoria que serão utilizados para lastrear a opinião do auditor no relatório de auditoria. De acordo com Crepaldi;

A materialidade é uma questão de julgamento profissional e deve ser aplicada pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, e na avaliação do efeito de distorções sobre as demonstrações contábeis e na formação da opinião do relatório do auditor independente.(CREPALDI, 2019, Pag. 336.)

O relatório de auditoria é o documento emitido pelo auditor para relatar o resultado da auditoria e evidenciar os pontos positivos e negativos para a administração tomar as devidas precauções e realizar as correções necessárias dos pontos negativos encontrados. Nesse sentido tem-se regulamentado a NBC TI 01;

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. (NBC TI 01, item 12.3.1, p. 6, 2003)

O relatório de auditoria deve ser redigido de forma escrita com objetividade e imparcialidade de forma clara a expressa a realidade dos fatos que merecem a atenção dos responsáveis pela gestão, tomada de decisões e implementações das recomendações elencadas.

2 | RESULTADOS

A auditoria foi aplicada para avaliar os possíveis impactos ambientais causados pelo processo produtivo da empresa e as consequências que esses podem ocasionar ao seu patrimônio.

A empresa pesquisada está situada na cidade de Presidente-Médici-RO e foi fundada em 28 de maio de 1993, iniciando suas atividades no mesmo período, desde o início de sua fundação fica caracterizada como indústria de alimentos, atuando na fabricação de produtos lácteos.

Quanto a sua natureza jurídica a mesma classifica-se como Sociedade Empresária Limitada, ela tem enquadramento empresarial como Empresa de médio e grande porte, com relação ao enquadramento tributário é optante pelo Lucro Real.

A produção principal do Laticínio é o queijo mussarela, como produção secundária o creme de soro, subproduto originado do leite que é destinado a fabricação de manteiga. A grande parte da comercialização de seus produtos é destinada ao Estado de São Paulo.

Realizado o diagnóstico da empresa foi elaborado papel de trabalho na forma de checklist como demonstra o quadro 01.

CHECKLIST DO DIAGNÓSTICO DO SGA DE UM LATICÍNIO						
Sequência	Descrição	Achados		Margem de Aceitação	Base Legal	Consequência
		Positivo	Negativo			
1	Sistema de tratamento de água					
2	Canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto					
3	Segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final					
4	Estação de tratamento de efluentes industriais					
5	Controle de poluição do meio ambiente					
Margem de aceitação:		0 - 3 Ruim	4 - 6 Bom	7 - 10 Ótimo		

Quadro 01 – Papel de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados levantados.

Inicialmente foi realizado um diagnóstico para conhecimento da empresa e a funcionalidade do seu SGA, na sequência com os papéis de trabalhos aplicados, foram realizadas as análises de cada item. Conforme ilustra o quadro 02, o papel de trabalho aplicado com os seus respectivos resultados aos achados, base legal e consequências de acordo com as legislações vigentes.

CHECKLIST DO DIAGNÓSTICO DO SGA DE UMLATICÍNIO						
Sequência	Descrição	Achados		Margem de Aceitação	Base Legal	Consequência
		Positivo	Negativo			
1	Sistema de tratamento de água	X		3	Lei Federal nº 9.433/1997	Multas, podendo também ocorrer até a suspensão das atividades, conforme for o agravamento.
2	Canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto	X		6	RDC Nº 222/2018 comentada; e Instrução Normativa nº 05/17	Multas ou até mesmo ser interditado em casos mais graves.
3	Segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final	X		8	Lie nº 12.305/2010	Punições da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), onde as penas chegam em multas altíssimas e pode ocorrer até a reclusão e detenção.
4	Estação de tratamento de efluentes industriais	X		4	CONAMA - Res. 430/2011	Advertências, multas simples ou multas diárias, suspensão de venda e fabricação, suspensão parcial ou total de suas atividades
5	Controle de poluição do meio ambiente	X		4	Lei nº 997/1976	Suspensão das atividades enquanto não adotar as medidas corretivas
Margem de aceitação:				0 - 3 Ruim	4 - 6 Bom	7 - 10 Ótimo

Quadro 02 – Aplicação do papel de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados levantados.

A análise da auditoria proposta serviu de base para o relatório de auditoria, atestando a forma do sistema de gestão ambiental que há na empresa, sua base legal, assim como a constatação de irregularidades e as possíveis consequências financeiras, na qual a empresa está sujeita a assumir.

Conforme item 1 do papel de trabalho que trata sobre o sistema de tratamento de água, a indústria possui um poço artesiano e uma estação própria de tratamento, que, é utilizada em toda a empresa e principalmente na produção do queijo mussarela. A água passa por todas as etapas de tratamentos e armazenadas em caixas antes do consumo.

Extrai-se da interpretação da Lei Federal nº 9.433/1997, instruções para o incentivo de preservação e aproveitamento de águas desde a captação e proporcionar o seu uso múltiplo.

O sistema de tratamento é dividido em etapas sendo elas a coagulação e floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação. Caso haja descumprimento das normas regulamentadoras do tratamento da água, a empresa fica suscetível a multas em valores vultosas.

Conforme item 2 do papel de trabalho que trata sobre as canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto. Verificou-se os requisitos necessários para a destinação dos resíduos e efluentes sólidos, provenientes da fabricação, a empresa possui piso projetado de maneira que facilita a limpeza e escoamento de todos os resíduos e efluentes, diretamente para as canaletas que levam para um sistema de esgoto, do qual

passam por um processo de separação dos resíduos sólidos, que levam a represa de tratamento.

Portanto esta de acordo com o inciso III do Art. 20 e conjunto com o Art. 7º da instrução normativa Nº 05, 14 de fevereiro de 2017.

Conforme item 3 do papel de trabalho, sobre a segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final. A empresa não possui o sistema de reciclagem integrado, porém há uma empresa local responsabilizada pela coleta dos materiais destinados a reciclagem.

A empresa faz a prática de segregação do lixo corretamente, de acordo com as exigências estabelecidas pela lei 12.305/10, evitando danos e procurando minimizar os impactos ambientais.

Conforme item 4 do papel de trabalho sobre a Estação de tratamento de efluentes industriais. Constatou-se nesse quesito que as instalações estão de acordo com as normas estabelecidas. Praticando todas as etapas de tratamento. Desta forma cumpre todos os requisitos exigidos para lançamento dos efluentes, conforme a resolução do CONAMA nº 430/11.

Dentre as consequências previstas na lei 9.605/98 do não cumprimento dos requisitos estabelecidos estão advertências, multas simples, suspensão de venda e fabricação, suspensão parcial ou total de suas atividades.

Conforme item 5 do papel de trabalho, com o objetivo de Controle de poluição do meio ambiente. Foi constatado pelos procedimentos aplicados na empresa, estando de acordo com todos os requisitos exigidos pelas legislações. A empresa está em conformidade com os licenciamentos de regularização, estabelecidos pelos órgãos competentes. De acordo com a lei nº 997/76, sobre emissão de resíduos poluentes.

De acordo com a análise do resultado obtido nesse procedimento de auditoria, foi verificado caso haja o não cumprimento ou falhas dos requisitos estabelecidos pelas legislações, normas e resoluções de cada papel de trabalho aplicado, poderá gerar as possíveis consequências como multas, advertências, suspensão de fabricação e venda das mercadorias, suspensão parcial ou total de suas atividades até que adote as medidas corretivas.

Em virtude das possíveis consequências de multas e advertências que acarretaria em um prejuízo financeiro, as consequências de suspensão de fabricação e vendas das mercadorias, e suspensão parcial ou total de suas atividades, resultando em grande impacto sobre a produção (etapas desde a recepção do leite in natura até o processamento do produto final, funcionários e fornecedores).

Gerando um prejuízo na produção de aproximadamente de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais) diário, juntamente com os gastos para a regularização das inconformidades encontradas, além dessas possíveis consequências terem um grande impacto na parte financeira e na produção, acaba impactando diretamente no patrimônio

líquido da empresa. Visto que essas inconformidades com as legislações pertinentes ao meio ambiente, quanto à responsabilidade ambiental, tem causa e efeitos negativos na imagem da empresa.

3 | CONCLUSÃO

Em apreciação ao embasamento teórico e as simulações práticas realizadas são possíveis concluir que o objetivo principal da pesquisa foi alcançado, vez que, as indústrias de laticínios causam alguns impactos no meio ambiente principalmente relativo aos efluentes líquidos na etapa final da produção os quais são despejados invariavelmente em algum córrego ou rio.

Pelo procedimento de auditoria aplicado foi possível visualizar em análise as documentações disponibilizadas pela empresa e a permissão concedida para visitas técnicas na planta industrial, embora a empresa tenha atendido significativos itens do sistema de gestão ambiental, restam outros itens a serem atendidos nos termos das legislações ambientais vigentes.

Conforme se apura, se não atendido os itens elencados nas legislações, podem resultar em impacto negativo no patrimônio da empresa visto a possibilidade da ocorrência de advertências, multas pecuniárias, embargos a operacionalização da atividade industrial, cujo os resultados podem majorar os custos e resultar em prejuízo ao invés de lucro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 9. ed.. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/10!/4/18@0:32.2>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

ATTIE, William, **Auditoria : conceitos e aplicações**. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/cfi/6/50!/4/32/4@0:15.3>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

BARBIERI , José Carlos, **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547208233/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 15 nov. 2019.

BARSANO, Paulo Roberto, **Gestão ambiental**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521596/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 07 agos. 2019

BRAGA, Célia(org.). **Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso dia 09 agos. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Portaria nº 146, de 07 de março de 1996. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1996. Disponível em: < <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/portaria-mapa-146-de-07-03-1996,669.html>> Acesso dia 14 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 16, de 23 de agosto de 2005. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Bebida Láctea**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2005. Disponível em: < http://www.lex.com.br/doc_411405_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_16_DE_23_DE_AGOSTO_DE_2005> Acesso dia 14 nov. 2019.

CARLOS, Henrique Pereira Mello. et al. **ISO 9001:2000: Sistema de gestão da qualidade para operação de produção e serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm, **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões, **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10. Ed.. São Paulo : Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/42!/4/314/2@0:75.6>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões, **Auditoria contábil : teoria e prática**. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022773/cfi/6/10!/4/2@0:0>, Acesso em: 07 de abril de 2020.

FENKER, Eloy Antônio et.al., **Gestão ambiental: incentivos, riscos e custos**, São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001181/cfi/4/1/4/4@0:00:0:0> > Acesso em: 07 agos. 2019.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza, **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2018. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/26!/4/2/4@0:0.00>> Acesso em: 31 jul. 2019.

Instituto Federal de Brasília, **Manual de Auditoria Interna – MAINT**. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/P_ANEXO_NORMATIVA__001_Aprova%20o%20Manual%20de%20auditoria%20interna%20do%20IFB%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.%20\(5\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/P_ANEXO_NORMATIVA__001_Aprova%20o%20Manual%20de%20auditoria%20interna%20do%20IFB%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.%20(5).pdf), Acesso em: 30 de abr. de 2020.

LINS, Luiz dos Santos, **Introdução à gestão ambiental empresarial : abordando economia, direito, contabilidade e auditoria**. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001082/cfi/19!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 14 agos. 2019.

LINS, Luiz dos Santos, **Auditoria : uma abordagem prática com ênfase na auditoria**. 4. ed., São Paulo : Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011807/cfi/6/22!/4/324@0:58.1>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

MAGANHA, Martha Faria Bérnils, **Guia técnico ambiental da indústria de produtos lácteos**. São Paulo : CETESB, 2006. Disponível em: < <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/serie-pl-producao-mais-limpa-produtos-lacteos/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

MARION, José Carlos, **Contabilidade básica**. 12. ed.. São Paulo : Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/cfi/6/2/1/4/2/2@0:0>, Acesso em: 16 de dez. de 2019.

MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina, **Contabilidade ambiental como instrumento de gestão ambiental e diferencial competitivo nas empresas**. XXV congresso brasileiro. Artigo, 2018, Disponível em: < <https://guiadamonografia.com.br/citacao-de-site-e-artigo-da-internet>> Acesso em: 21 Set. 2019.

RESOLUÇÃO CFC Nº 986/03. Brasília, 2003. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf, acesso em 16 de dez. de 2019.

RIBEIRO, Osni Moura, COELHO, Juliana Moura Ribeiro, **Auditoria fácil**. 2.ed..São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213487/cfi/2/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

SANTOS, Salatiel Gomes dos, RIBEIRO FILHO, Antônio Daniel. **Manual de Procedimentos de Auditoria**. Brasília : Secretaria de Controle Interno/CNJ, 2014. Disponível em: <<https://www.tjam.jus.br/index.php/controle-interno/manuais-e-procedimentos/746-2-manual-de-procedimentos-de-auditoria-cnj-2014/file>> Acesso em: 07 abril 2020.

TACHIZAWA, Takeshy, **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócio focadas na realidade brasileira**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493838/cfi/4/1/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 21 agos. 2019.

ESTUDO DO PERFIL DE EMPREENDEDORES FILIAADOS A ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS NO PARANÁ

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 14/02/2021

Tayso Silva

Universidade Estadual do Norte do Paraná/
Departamento de Administração
Cornélio Procópio – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7733232231918582>

Izabela Martins Rodrigues

Universidade Estadual do Norte do Paraná/
Departamento de Administração
Cornélio Procópio – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4930280148830824>

Lincoln Tutida

Universidade Estadual do Norte do Paraná/
Departamento de Administração
Cornélio Procópio – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8384621863342943>

Cristina Hinterlang e Silva

Faculdade Mater Dei/Pós-graduação em
Gestão de Pessoas
Pato Branco – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7636797526527651>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo identificar o perfil de empreendedores inseridos em Associações Comerciais no Paraná. As Associações Comerciais são instituições presentes e consolidadas na maioria das cidades paranaenses, atuando diretamente no desenvolvimento da atividade empreendedora enquanto entidade de suporte à classe

empresarial e que proporciona a geração de redes de relacionamentos entre eles. Justifica-se o presente estudo que contribui para a compreensão de quem são os empreendedores na prática, mais especificamente aqueles que estão filiados a associações comerciais no estado do Paraná. Foi possível perceber que as características do indivíduo empreendedor estão ligadas ao contexto social, aos diferentes tipos de personalidades e ao conhecimento sobre empreendedorismo. A atitude empreendedora está relacionada com a capacidade de inovar e de aceitar os riscos inerentes ao novo negócio, são indivíduos proativos, que buscam explorar as oportunidades levando em conta os aspectos positivos e negativos de uma empresa já existente.

PALAVRAS - CHAVE: Empreendedorismo, oportunidades, associações.

PROFILE'S STUDY OF THE ENTREPRENEURS AFFILIATED WITH COMMERCIAL ASSOCIATIONS IN PARANÁ

ABSTRACT: The present study aims to identify the profile of entrepreneurs inserted in Trade Associations in Paraná. Trade Associations are institutions present and consolidated in most cities in Paraná, acting directly in the entrepreneurial activity development as an entity supporting the business class and providing the generation of networks of relationships between them. The present study is justified in contribute to the understanding of who the entrepreneurs are in practice, more specifically those who are affiliated with commercial associations in Paraná state. It

was possible to perceive that the characteristics of the entrepreneurial are linked to the social context, to the different types of personalities and to the knowledge about entrepreneurship. The entrepreneurial attitude is related to the ability to innovate and accept the risks inherent in the new business, they are proactive individuals, who seek to explore opportunities taking into account the positive and negative aspects of an existing company.

KEYWORDS: Entrepreneurship, opportunities, associations.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo **identificar o perfil de empreendedores inseridos em Associações Comerciais no Paraná (ACs)**. As ACs são instituições presentes e consolidadas na maioria das cidades paranaenses, atuando diretamente no desenvolvimento da atividade empreendedora enquanto entidade de suporte à classe empresarial e que proporciona a geração de redes de relacionamentos entre eles. Conforme Borges (2004), alguns empreendedores reconhecem a AC como principal meio para se estabelecer relações com outros empreendedores ou outras instituições, ou seja, possibilitam a interação entre atores econômicos.

Para compreender porque determinados indivíduos se tornam empreendedores e outros não, Sarasvathy (2004) em vez de dividi-los em empreendedores e não empreendedores, analisa a distribuição de potencial em se tornarem empreendedores, considerando que alguns indivíduos serão empreendedores independentemente do contexto no qual estão inseridos, outros não se transformarão empreendedores em qualquer contexto possível, mas a principal parcela consistirá nos indivíduos que se tornarão empreendedores sob determinados contextos e outros não.

Pelo fato de provirem de experiências educacionais, situações familiares e vivências profissionais variadas (Hisrich; Peters, 2004), a capacidade de inovar é reconhecida como uma das habilidades do empreendedor. Souza (2005) realizou um estudo junto à literatura, procurando identificar características associadas ao conceito de empreendedor. Em consonância com uma referência mais atual, Silva *et al.* (2013), os dados afirmaram que os empreendedores são pessoas envolvidas no processo de inovação. Além disso, a maior parte destes pesquisadores concorda que para empreender é necessário aceitar os riscos inerentes ao novo negócio, buscar oportunidades e apresentar capacidade criativa.

Assim, com base nestes e em outros delineamentos do perfil de empreendedores, justifica-se o presente estudo que contribui para a compreensão de quem são os empreendedores na prática, mais especificamente aqueles que estão filiados a associações comerciais no estado do Paraná.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo de recorte transversal teve como abordagem escolhida para a consecução da pesquisa a combinação da qualitativa e quantitativa. Em uma primeira etapa, o método qualitativo foi mais adequado para entender a natureza de um fenômeno social para descrever a complexidade de um determinado problema, entrevistando-se o gestor e um filiado indicado pelo gestor de cada AC pesquisada.

Posteriormente, a utilização da abordagem quantitativa possibilitou abrangência para a pesquisa, e conforme Richardson (1999), caracterizou-se pelo emprego da quantificação tanto nos instrumentos de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, visando, em princípio, a precisão dos resultados e conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

A população deste estudo consiste no conjunto de empreendedores inseridos nas associações comerciais dos municípios de Apucarana-PR, Arapongas-PR e Londrina-PR. Para a etapa qualitativa do estudo, foi entrevistada apenas uma amostra população constituída pelo gerente e um afiliado de cada Associação. Na etapa quantitativa, aplicou-se um questionário junto a 153 empreendedores.

Na fase quantitativa da pesquisa foi adotado o modelo de amostragem estratificada proporcional que permite diminuir o tamanho da amostra e ainda assim permanecer representativa (COSTA NETO, 2002).

3 | REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Hisrich e Peters (2004), a aceitação de riscos também está em praticamente todas as definições recentes de empreendedor. Faz parte do processo empresarial assumir riscos, sejam eles financeiros, sociais ou psicológicos. O foco dos estudos sobre aceitação de riscos se concentra no componente de uma propensão geral para riscos, entretanto, como não foram determinadas relações causais conclusivas, ainda não foi empiricamente estabelecido que uma propensão para riscos é uma característica distintiva dos empreendedores.

Com relação à busca de oportunidades, o empreendedor é analisado como um agente reflexivo engajado em uma ação proposital na qual ele desenvolve e descobre a oportunidade. Além de estar atento às oportunidades estáticas, ele dinamicamente gera novas oportunidades e novos negócios por meio de ações embasadas em interpretações subjetivas, assim, o empreendedor constrói negócios, parcialmente, utilizando sua habilidade de influenciar o ambiente sócio-econômico em seu favor (SARASON; DEAN; DILLARD, 2006), podendo ele organizar e reorganizar mecanismos sócio-econômicos objetivando transformar situações e recursos para proveito prático (HISRICH; PETERS, 2004), influenciando voluntária e involuntariamente o contexto.

Empreendedores também apresentam um maior desejo de independência quando comparados ao restante da população. Indivíduos que apresentam um forte desejo de independência são mais propensos a explorar oportunidades empreendedoras porque a atividade empreendedora exige tomada de decisões pessoais ao invés de seguir o julgamento de terceiros. Contudo, o desejo de independência pode influenciar negativamente a exploração de uma oportunidade empreendedora caso ele atrapalhe a formação de importantes laços junto a consumidores, fornecedores, empregados ou investidores (SHANE, 2003).

A pró-atividade está relacionada às características empreendedoras. Um empreendedor mais pró-ativo possui mais predisposição para abrir um novo negócio. Analisar como as pessoas pró-ativas influenciam seus ambientes pode ser uma variável importante para entender o comportamento empreendedor (BECHERER; MAURER, 1999).

Para Hisrich e Peters (2004), o ambiente familiar na infância exerce influência na formação de indivíduos empreendedores. Há evidências de que os empreendedores tendem a ter pais também empreendedores. Ter pais que trabalham por conta própria propicia uma inspiração para o empreendedor, pois a natureza independente e a flexibilidade do trabalho autônomo exemplificadas são mais facilmente absorvidas em idade precoce. O relacionamento dos pais com a criança talvez seja o aspecto mais importante do ambiente familiar na infância para o estabelecimento do desejo pela atividade empresarial em um indivíduo. Os pais dos empreendedores podem demonstrar apoio e estimular a independência, a conquista e a responsabilidade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca de fatores que intervêm na explicação do processo de exploração de oportunidades, serão expostas características de empreendedores afiliados às ACs. Para esta etapa da apresentação e análise dos dados foi considerada a amostra total (153). Essas informações permitem um melhor conhecimento sobre o perfil de quem são os empreendedores que se afiliam às ACs.

Considera-se a influência da idade do empreendedor no processo de exploração de oportunidades. Filion (1999) menciona que quanto mais avançada a idade do empreendedor, mais importantes são as influências dos contatos com o meio de negócios ou da experiência prévia e das atividades de aprendizagem. Diferentemente, quanto mais novo for o empreendedor, maiores serão as influências do ambiente familiar.

Os menores grupos, segundo a faixa etária, são de empreendedores com até 19 anos de idade (2%) e com 60 anos ou mais (8%). Mais da metade (54%) de todos os afiliados encontra-se na faixa etária que varia de 30 até 49 anos.

Quase a metade dos respondentes é do sexo feminino (45%), demonstrando, assim, a expressão da participação da mulher empreendedora nas ACs.

No Brasil, somente 14% dos empreendedores estudaram mais de 11 anos (GEM, 2008) o que equivale ao curso superior incompleto. 56,3% dos empreendedores afiliados às ACs possuem mais de 11 anos de estudo, ou seja, um número quatro vezes maior que a média nacional. Ressalta-se que 40,6% dos respondentes possuem curso superior completo e 9,8% estão cursando ou concluíram pós-graduação em nível de especialização, demonstrando em parte, os níveis de qualificação dos empreendedores afiliados às ACs.

Antes de avaliar como o contexto das ACs influenciam a exploração de oportunidades, é importante conhecer a intensidade da participação dos associados pesquisados.

A intensidade com que o empreendedor participa na AC pode demonstrar o quanto ele estará inserido ou exposto ao contexto proporcionado por esta. A principal fração (44,44%) dos respondentes avalia que sua participação na AC se dá de forma moderada. Acima deste nível de participação, concentram-se 19,61% dos respondentes, sendo que 13,6% participam de forma intensa e 5,88% muito intensamente. Somando-se aqueles que participam de maneira fraca ou muito fraca, tem-se 35,95% dos respondentes.

A Tabela 1 apresenta as atividades nas quais os respondentes participam e a porcentagem de indivíduos que participam da cada atividade conforme a intensidade de suas participações nas ACs.

Porcentagem de associados	Intensidade da participação de cada grupo					
	Muito Fraca	Fraca	Moderada	Intensa	Muito intensa	Todos
	8,5%	27,45	44,44%	13,73%	5,88%	100%
Atividades						
Reuniões semanais	0%	2%	1%	0%	44%	4%
Reuniões mensais	0%	2%	16%	43%	44%	16%
Reuniões anuais	0%	10%	24%	0%	11%	14%
Visitas técnicas	0%	0%	6%	14%	11%	5%
Jantares comemorativos	0%	5%	13%	19%	67%	14%
Reuniões com órgãos de financiamento	0%	2%	3%	0%	33%	4%
Representa a AC em outros órgãos	0%	0%	0%	0%	44%	3%
Campanhas filantrópicas/ambientais	0%	2%	9%	14%	33%	8%
Treinamentos	7,7%	21%	54%	48%	89%	42%
Palestras	7,7%	33%	18%	67%	89%	48%
Outra	0%	2%	7%	0%	11%	5%
Nenhuma	92,3%	45%	0%	14%	11%	30%

Tabela 1 – Intensidade da participação nas ACs e atividades que participam

Observou-se uma incoerência entre os respondentes não participarem de nenhuma atividade da AC e ainda assim alegarem que participam de maneira muito intensa (11%) ou intensa (14%). Esta incoerência pode ser atribuída à possibilidade de

empreendedores entenderem que outros fatores, como o uso de serviços de proteção ao crédito ou treinamentos de seus funcionários, sejam determinantes da intensidade de suas participações.

As atividades nas quais mais empreendedores participam nas ACs são palestras (48%), treinamentos (42%) e reuniões mensais (16%). Entre as atividades com menor participação pelos empreendedores nas ACs estão principalmente a representação de entidade junto a outros órgãos (3%), reuniões com órgãos de financiamento, visitas técnicas (5%) e outras atividades que não constam na tabela (5%).

5 | CONCLUSÕES

O objetivo geral da pesquisa foi identificar, a partir de um estudo pormenorizado, as características inerentes dos empreendedores afiliados a ACs. A pesquisa demonstrou um estudo completo sobre o indivíduo empreendedor e as características dos empreendedores afiliados, atingindo-se o objetivo proposto.

Foi possível perceber que as características do indivíduo empreendedor estão ligadas ao contexto social, aos diferentes tipos de personalidades e ao conhecimento sobre empreendedorismo. A atitude empreendedora está relacionada com a capacidade de inovar e de aceitar os riscos inerentes ao novo negócio, são indivíduos proativos, que buscam explorar as oportunidades levando em conta os aspectos positivos e negativos de uma empresa já existente.

Os estudos permitiram a ampliação do conhecimento relacionado ao empreendedorismo trazendo informações precisas sobre o perfil dos Empreendedores inseridos nas ACs, para servir como base de estudos sobre exploração de oportunidades.

Este estudo não teve a pretensão de esgotar as discussões acerca do tema, seja o momento de iniciar uma nova pesquisa junto aos empreendedores afiliados visando pesquisar sobre as principais dificuldades encontradas ao iniciar seus empreendimentos e quais meios utilizados para superá-las. Assim, uma nova pesquisa é uma maneira de capacitar novos empreendedores para a abrupta tarefa de empreender.

AGRADECIMENTOS

À STARK móveis para escritório, de Santo Antônio da Platina

Aos 153 empreendedores respondentes

Às Associações Comerciais de Londrina, Apucarana e Araçongas

REFERÊNCIAS

BECHERER, Richard, C.; MAURER, John G. **The proactive personality disposition and entrepreneurial behavior among small company presidents.** *Journal of Small Business Management*. Milwaukee: v.37 n.1 p.28-36. Jan 1999.

BORGES, Cândido Vieira. **Características e contribuições das Redes para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas.** In: XXVIII Encontro da ANPAD, 2004, Curitiba. Anais do XXVIII EnANPAD, 2004.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística.** São Paulo: Edgar Blücher, 2002.

HISRICH, R.; PETERS, M. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

RICHARDSON, Roberto J. (Org.) **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SARASON, Yolanda; DEAN, Tom; DILLARD, Jesse F. Entrepreneurship as the nexus of individual and opportunity: A structuration view. *Journal of Business Venturing*, v.21 n.3, p.286-305, May 2006.

SARASVATHY, Saras D. The questions we ask and the questions we care about: reformulating some problems in entrepreneurship research. *Journal of business Venturing*. Elsevier, v.19, n.5, p.707-717, sep 2004b.

SHANE, Scott. **A general theory of entrepreneurship.** The Individual-Opportunity Nexus. NorthHampton: Edward Elgar, 2003.

SILVA, Tayso. *et al.* Metodologia em voga no campo de empreendedorismo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 181-208, out./dez. 2013.

SOUZA, Eda Castro Lucas de. **Empreendedorismo: da gênese à contemporaneidade** In: EGEPE – Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Curitiba, 2005.

CAPÍTULO 6

IMIGRAÇÃO HAITIANA E SENEGALESA: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE CULTURAL E A INFLUÊNCIA ORGANIZACIONAL NA AGROINDÚSTRIA DA CIDADE DE XAXIM NO OESTE DE SANTA CATARINA

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Jerri Kallebe da Silva

Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC
Campus Xanxerê
Xanxerê – Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0001-9302-0083>.
<http://lattes.cnpq.br/5051328726225453>

A pesquisa apresentada neste artigo se intitula, “CAPITAL HUMANO IMIGRANTE: Estudo da diversidade cultural e a influência organizacional na agroindústria de Xaxim-SC”.

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa de campo, realizada em 2017, tendo como objetivo retratar a inserção de imigrantes haitianos e senegaleses na agroindústria do município de Xaxim em Santa Catarina. Metodologicamente a pesquisa se caracterizou como qualitativa e quantitativa. Utilizando o método indutivo e fenomenológico, com nível de pesquisa exploratório e tendo um delineamento bibliográfico e documental, o que possibilitou criar um panorama amplo na sondagem da real situação das diásporas no ambiente de trabalho. A amostra populacional abrange os colaboradores e líderes nativos e colaboradores imigrantes, sendo o público imigrante constituído por haitianos e senegaleses. A pesquisa aponta resultados referentes às principais dificuldades dos imigrantes no ambiente

de trabalho, sendo constatadas a dificuldade de comunicação, discriminação e racismo como principal barreiras à inserção dos imigrantes no ambiente de trabalho. O destaque desta pesquisa está na análise da inserção dos imigrantes no contexto da agroindústria, sendo um tema com pouco material publicado e poucas pesquisas que expõem o contexto da agroindústria e as relações com a diáspora. Apresentando em sua conclusão as principais dificuldades da inserção do imigrante no ambiente de trabalho da agroindústria, destacando o preconceito e as diferenças culturais como pontos críticos destas interações.

PALAVRAS - CHAVE: Diáspora. Haitianos. Senegaleses. Diversidade cultural. Agroindústria.

HAITIAN AND SENEGALESE IMMIGRATION: A STUDY OF CULTURAL DIVERSITY AND ORGANIZATIONAL INFLUENCE IN THE AGROINDUSTRY OF THE CITY OF XAXIM IN WESTERN SANTA CATARINA

ABSTRACT: This article presents the results of the field research carried out in 2017, with the objective of researching the insertion of Haitian and Senegalese immigrants in the agroindustry of the municipality of Xaxim in Santa Catarina. Methodologically, the research was characterized as qualitative and quantitative. Using the inductive and phenomenological method, with an exploratory research level and having a bibliographic and documentary design, which made it possible to create a broad panorama in the survey of the real situation of the diasporas in

the work environment. The population sample includes collaborators and native leaders and immigrant collaborators, with the immigrant public consisting of Haitians and Senegalese. The research points out results referring to the main difficulties of immigrants in the work environment, being verified the difficulty of communication, discrimination and racism as the main barriers to the insertion of immigrants in the work environment. The highlight of this research is the analysis of the insertion of immigrants in the context of agroindustry, being a topic with little published material and few researches that expose the context of agroindustry and the relations with the diaspora. Presenting in its conclusion the main difficulties of the immigrant's insertion in the agro-industrial work environment, highlighting prejudice and cultural differences as critical points of these interactions.

KEYWORDS: Diaspora. Haitians. Senegalese. Cultural diversity. Agroindustry.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto moderno a sociedade em nível global tem acolhido processos migratórios de países que vivenciam e/ou vivenciaram crises sócio econômicas ou catástrofes naturais. Neste sentido, o Brasil desde o ano de 2010 tem recebido pelo acordo da Anistia Internacional imigrantes da África Central e países caribenhos. Especificamente no sul brasileiro as agroindústrias acolhem estes profissionais, fato que se polemiza em decorrência dos fatores empregatícios da região.

No oeste catarinense, destaca-se o crescimento da diáspora, logo, atrelado ao processo de convivência e estágio no campo da administração foi possível desenvolver o interesse no tema enquanto problematização do processo de desenvolvimento do capital humano frente às barreiras da diversidade cultural.

A presença de imigrantes na agroindústria vem de encontro com a falta de mão de obra devido ao crescimento econômico do setor, sendo uma alternativa para suprir a insuficiência de mão de obra para o setor. A agroindústria em relação a imigração apresentou relativa aceitação desta oferta de mão de obra, empregando grandes contingentes de imigrantes nas linhas de produção.

Contudo, as consequências desta acolhida da diáspora em primeiro momento foram sentidas no estranhamento da cultura, sendo que os imigrantes nascidos e criados à sombra de costumes de características diferentes às dos brasileiros. A partir das relações iniciais no ambiente e na comunidade, este 'primeiro choque' originou o surgimento de um comportamento de repúdio por diversos brasileiros e até pelas comunidades locais.

O contato com este tema, bem como interesse, surgiu primeiramente por observações empíricas sobre relatos preconceituosos de brasileiros sobre a forma que os imigrantes se comportam no ambiente de trabalho e pelas características culturais destes. Também ficou claro neste primeiro contato que o preconceito racial e religiosos estava fortemente enraizado nas supostas definições estabelecidas pelos nativos¹. O que em primeiro momento impulsionou o interesse por pesquisar qual a efetiva causa dos conflitos

¹ No texto, quando nos referimos a nativos, estamos falando dos brasileiros pertencentes à comunidade em geral.

e desavenças entre os nativos e imigrantes no ambiente de trabalho e o que estas novas perspectivas causaram ao contexto organizacional.

Destacou-se também que do ponto de vista social, teve grande peso na decisão por esta pesquisa. A importância do papel do administrador em uma organização vai além de priorizar redução de custos e aumento de ganhos e gestão. Além desta visão geral das funcionalidade do administrador, o dever de possibilitar o acolhimento e inserção dos colaboradores, implicando em ações frente às demandas sociais.

Neste sentido, delimitou-se como objeto de estudo: Como administrar/gestar a inserção da diáspora profissional na agroindústria do município de Xaxim/SC. Considerando a densidade do problema, subdividiram-se as seguintes questões de pesquisa: a) Quais as barreiras são perceptíveis no trabalho agroindustrial? b) Como as lideranças percebem a relação profissional com os imigrantes? c) Quais as necessidades para adequação a inserção dos imigrantes nas agroindústrias? d) Que possibilidades podem ser realizadas para melhorar a inserção dos imigrantes nas agroindústrias?

O problema e questões de pesquisa foram direcionadas pelo objetivo geral de pesquisar a gestão e inserção do capital humano em condição de diáspora na agroindústria do município de Xaxim/SC. Objetivo foi desdobrado nos seguintes específicos: a) Problematizar os desafios da cultura e clima organizacionais diante da diáspora; b) Verificar a percepção das lideranças em relação ao capital humano em condição de diáspora; c) Mapear as necessidades para adequação a inserção dos imigrantes nas agroindústrias; d) Identificar as possibilidades de melhoria da inserção profissional dos imigrantes na agroindústria.

Metodologicamente a pesquisa se caracterizou de cunho qualitativo e quantitativa para que atingisse resultados mais abrangentes sobre a amostra populacional, esta amostra abrange os colaboradores, líderes e imigrantes, sendo o público imigrante constituído por haitianos e senegaleses. O método abordado pela pesquisa foi o indutivo e fenomenológico, sendo seu nível de pesquisa exploratório e tendo um delineamento bibliográfico e documental, o que possibilitou criar um panorama amplo na sondagem da real situação das diásporas no ambiente de trabalho.

O embasamento desta pesquisa requereu o delineamento dividido em bibliográfico, documental e estudo de campo, favorecendo a coleta de dados tanto nos meios eletrônicos e em bibliografias existentes. Possibilitando uma experiência única em contado com os desafios que surgem no meio social e econômico da sociedade local.

Em relação à pesquisa bibliográfica ressaltou-se que há uma grande dificuldade em obter material, sendo ainda escassos livros que tratam diretamente sobre as imigrações haitianas e senegalesas modernas no Brasil. Limitando a coleta de dados a artigos científicos, teses e monografias acadêmicas, que tratam o assunto sobre apenas o aspecto migratório, não havendo o relato voltado às consequências e influências na construção de uma nova cultura miscigenada entre brasileiros e imigrantes haitianos e senegaleses no

ambiente da agroindústria.

Durante a pesquisa foram pesquisados 150 imigrantes, 179 colaboradores nativos, 5 líderes e gestores, sendo utilizado questionários on-line² o que facilitou a captação das informações de forma rápida e prática. Os resultados foram analisados através de representação em tabelamento e representação gráfica.

A análise resultante deste trabalho traz alguns apontamentos na conclusão, não sendo possível expor em sua totalidade as variantes presentes no ambiente de trabalho. A pesquisa sobre a imigração na inserção no ambiente de trabalho, possibilitam apontar novos temas para futuros estudos, apresentando uma rica temática que predispõem uma leitura do contexto social e histórico de nosso século.

1.1 Referencial teórico

Este breve referencial bibliográfico tem como objetivo situar o leitor nos principais temas que contextualizam a diáspora haitiana e senegalesa. Apontando os principais elementos que permeiam a trajetória histórica e social que engloba os movimentos migratórios com recorte temporal do período de 2010 a 2017, situando o recorte de pesquisa da região oeste de Santa Catarina e limitando o estudo a cidade de Xaxim, indicada na figura 1.

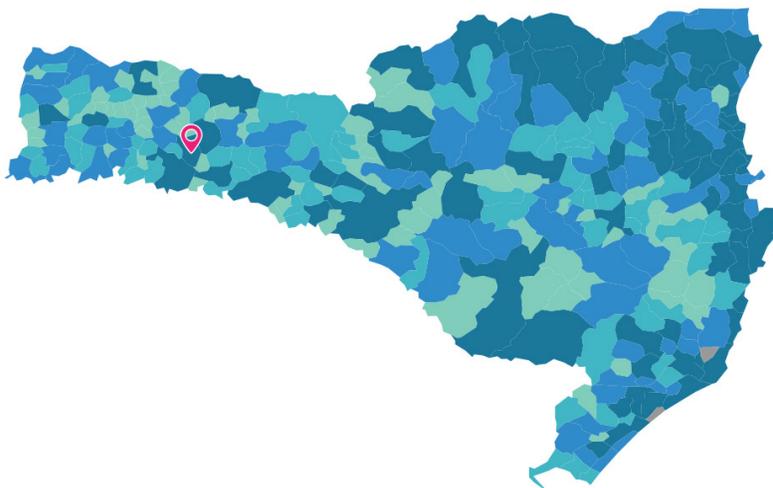


Figura 1- Localização da cidade de Xaxim no estado de Santa Catarina.

Fonte: IBGE (2021)³.

² Foi utilizado a plataforma Google Forms.

³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/xaxim>> Acesso em: 24 de março de 2021.

1.1.1 Contextualização da diáspora haitiana e senegalesa

A movimentação humana é uma fato que remonta os longínquos relatos históricos da humanidade. A necessidade de sobreviver às condições impostas pela natureza, a escassez de alimentos demandou de um modo de vida que orientasse a busca de melhores condições de vida para os clãs, assim o modelo nômade é imposto pela sobrevivência, conduziu a humanidade em destinos que propiciaram a difusão da espécie humana pelos mais diversos territórios.

As diásporas do século XXI, em sua essência conservam o mesmo clamor pela sobrevivência. A busca por emprego e por condições mais estáveis e favoráveis, conduzem gigantescas massa populacionais a abandonarem os territórios de origem, iniciando um êxodo para a terra prometida, que em sua maioria configuram países estáveis economicamente.

Principal causa das grandes migrações, têm origem em conflitos, instabilidade econômica e nas consequências de desastres ambientais. Tendo como plano de fundo, a decadência do modelo capitalista, que impulsiona as atrocidades nas periferias do sistema.

Com as mudanças internas nos países de origem surgem precedentes para que a necessidade forneça o impulso a saída dos residentes e que a partir deste momento comece uma aventura rumo a terras distantes, nestas poucas linhas fica evidente que o destino pode ser qualquer lugar e que os sonhos e as necessidades são diferentes como o destino desta viagem.

Um destino que vem chamando a atenção dos imigrantes é o Brasil, onde a oferta de trabalho e melhores condições de vida o coloca como destino certo para o refúgio e um novo recomeço. A partir de dados da Polícia Federal pode se notar que entrada de imigrantes nos últimos anos formam uma população considerável de 1.847.274 imigrantes com situação regular e estes posteriormente estão divididos em haitianos, bolivianos, colombianos, argentinos chineses, portugueses, paraguaios e norte-americanos, sendo em sua maioria jovens, homens com nível de escolaridade médio e superior que tem como destino as regiões sul e sudeste. (ONU, 2017).

Segundo o governo brasileiro em 2016 houve uma queda de 64% nos pedidos de refúgio principalmente em decorrência das solicitações haitianas, aparecendo como primeiro lugar como solicitante de refúgio venezuelanos, cubanos, angola e sírios. (GOVERNO BRASILEIRO, 2016). Percebendo estas demandas o governo sanciona a nova lei de migração em maio de 2017, que equipara os direitos dos imigrantes com os direitos dos nativos, reforçando a inviolabilidade do direito à vida, liberdade e igualdade, sendo possível o imigrante possuir o visto temporário para acolhida humanitária.

O imigrante que está em situação de violação dos direitos humanos é reconhecido como em condição de refugiado, questão que a Lei nº 9.474, art. 1º, III, esclarece e estabelece esta designação ao imigrante e tal condição. Esta lei coloca o Brasil na

vanguarda em defesa aos imigrantes, lei que também facilita a naturalização do imigrante. (GOVERNO BRASILEIRO, 2017).

No decorrer da história, foram muitos os movimentos migratórios para o Brasil, Clava (2012) explica que:

[...] o Império acolhe de braços aberto os comerciantes britânicos que integram o país à economia mundial; ele favorece também a chegada de imigrantes cujos comportamento não foram afetados pela escravidão. Entre 1830 e o início da Primeira Guerra Mundial chegam imigrantes de todas as partes da Europa Central e Oriental: alemães, boêmios, poloneses, judeus da Europa Oriental (CLAVAL, p. 18 - 19, 2012).

A imigração no Brasil é um fenômeno constante e de diversas nacionalidades.

Estes fluxos migratórios impactam na formação cultural e social do Brasil, constituindo uma sociedade permeada por uma diversidade de saberes oriundos de povos distintos. A contínua imigração visava o trabalho e melhora a condição de vida, sendo as terras Brasileiras o destino.

A exemplo o italianos imigraram, para o sul tendo os primeiros relatos no Rio Grande do Sul, colonos italianos instalaram-se para um processo de permanência construtiva em 1875. E em São Paulo, o fluxo migratório de italianos se ampliou por volta de 1880 e posteriormente teve um crescimento constante, mas não eliminando presença anterior a estas datas (JUNIOR, 1963).

No Brasil contemporâneo o processo de saída de brasileiros se intensifica pelo aumento da desigualdade social, sendo a alternativa a migração para países da Europa e América do Norte (CLAVAL, 2012). Mas os processos de imigração de outras nacionalidades ainda se mantêm, principalmente pela facilidade de entrada no país e tendo em vista a busca por emprego e condições que possibilitem a permanência no Brasil.

1.1.2 Haitianos

Haiti é um país da América Central, localizado na ilha de São Domingos, marcado historicamente pela disputa das potências pelo seu controle. No século XVII foi o maior produtor mundial de açúcar e café, estando sob domínio francês. Resultante deste processo de colonização foi a revolução em 1791, tornando o Haiti independente. A etnia haitiana foi formada principalmente por escravos oriundos de Daomé (JUNIOR, 2008).

Hoje o Haiti figura como um dos mais pobres países da América Latina e do mundo, estando abaixo da linha da pobreza com 52% da população na miséria e 47% das crianças com menos de cinco anos de idade têm problemas de crescimento, de acordo com a FAO⁴. Condições sociais e políticas também prevaleceram como motivação para a imigração, sendo o quadro crônico de falência do estado marcado por extrema instabilidades na insípida democracia, intercalada por constantes golpes e ditaduras (JUNIOR, 2008).

⁴ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

A entrada de haitianos no Brasil se intensifica a partir do ano de 2010, com o terremoto que devastou o Haiti. Fato que aprofundou os problemas sociais, deixando grande parcela da população desabrigada e sem alimentação em cidades totalmente desprovidas de qualquer condição para o atendimento de feridos e o sepultamento dos mortos, o que provocou a disseminação de doenças como a cólera (ALVAREZ, 2010).

A escolha do Brasil como destino, vem principalmente pela participação na ajuda humanitária, na MINUSTAH⁵e também o fechamento das fronteiras da Guiana Francesa. O status do Brasil de nação em desenvolvimento e em crescimento econômico fortaleceram o desenvolvimento de uma imagem positiva e que possibilitasse a busca por trabalho (PINTO, 2018).

1.1.3 Senegaleses

O país de Senegal se localiza na África Ocidental e subsaariana, uma rota de acesso ao continente africano, tanto marítima como aérea, considerado o “portal da África”. O Senegal tem seu território constituído por uma fronteira ecológica, onde convergem os pastos semiáridos, o mar e florestas tropicais. Meio ambiente que possui uma grande biodiversidade, o que inspirou a escolha dos símbolos nacionais, o leão e a árvore baobá (IBGE, 2021).

No período colonial, as riquezas desta região foram disputadas pelas potências Europeias, impasse que resultou no domínio Francês no final do século XIX, permanecendo como colônia até 1960, quando Léopold Sédar Senghor, escritor e estadista, liderou o processo de independência, primeiro como parte da duradoura Federação do Mali e depois como um Estado totalmente soberano (IBGE, 2021).

Tendo uma população de 14 milhões, constituída de 50,90% feminina e 49,10% masculina, tendo a concentração populacional nas cidades de Dakar, Thiés, Diourbel, Kaolack, Saint-Louis, Dagana e Ziguinchor (Tedesco, 2017 apud MALOMANO; FONSECA; BADI, 2015). A cidade mais importante do Senegal é a sua capital, Dakar. Esta metrópole fica localizada na Península de Cabo Verde ao longo da costa do Atlântico, e é um destino turístico popular (IBGE, 2021).

A imigração de senegaleses para o Brasil, tem como contexto histórico e social a crise econômica e ambiental do Estado Senegales, antiga colônia francesa teve em seu território o predomínio da monocultura, o que provocou degradação das áreas agricultáveis e com o passar do tempo o crescimento do êxodo rural que resultou no aumento da população nas cidades e posteriormente a imigração para outros países. Os principais motivos para a escolha do Brasil como destino é a busca por trabalho (TEDESCO, 2017).

5 Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

21 METODOLOGIA

Baseado no tema, problema, questões de pesquisa e objetivos, esta pesquisa se caracterizou como qualitativa e quantitativa, reconhecendo aspectos subjetivos e estruturantes que permeiam a pesquisa. A pesquisa teve como embasamento teórico a pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2009), assim sendo caracterizada como:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL,2009, p.10).

O método empregado foi indutivo e fenomenológico.

O método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade. Constitui o método proposto pelos empiristas (Bacon, Hobbes, Locke, Hume), para os quais o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos (GIL,2009, p. 50).

Sendo o nível empregado o exploratório, unindo a teoria à pesquisa de campo. Conforme afirmado por Lakatos (2003, p.186), “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Na pesquisa exploratória a separação da amostra é fundamental. Lakatos (2003) destaca como “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”, considerando que objeto de estudos desta pesquisa envolveu a compreensão da influência do capital humano imigrante na agroindústria, optou-se por pesquisar uma agroindústria local. A agroindústria possui entre seus colaboradores cerca de 239 imigrantes, o que viabilizou um estudo sobre a condição imigrante e sua influência na cultura organizacional.

A população total da pesquisa envolveu aproximadamente o total de 2235 colaboradores, sendo 239 colaboradores imigrantes e 1996 colaboradores nativos de uma agroindústria de Xaxim/SC. Frente a população total, foi aplicado o cálculo amostral sob o seguinte delineamento: amostra com 95% de confiabilidade, 5% de margem de erro e 15% de percentual mínimo. A subtração do cálculo amostral segue a fórmula indicado pelo estatístico Santo (2017) abaixo descrito:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Figura 1: Cálculo amostral.

Fonte: Santos (2017).

Símbolos	Significados
n	amostra calculada
N	população
Z	variável normal padronizada associada ao nível de confiança
p	verdadeira probabilidade do evento
e	erro amostral

Tabela 1: Simbologia do cálculo amostral.

Fonte: Santos (2017).

Sob os pressupostos acima, constituiu-se a seguinte amostra:

PÚBLICO	QUANTIDADE DE ENTREVISTADO	AMOSTRA
Colaboradores imigrantes	239	148
Colaboradores nativos	1996	179
Total	2235	327

Tabela 1: Amostra de pesquisa.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).

Considerando o cálculo amostral, a população total de participantes foi de 327. O instrumento de coleta de dados empregado foi o questionário on-line da plataforma Google Forms de pesquisa disponível, desenvolvido e habilitado para registro através de qualquer aparelho eletrônico. Conforme Lakatos (2003, p.201) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas [...]”. O formulário on-line foi composto por perguntas fechadas, as respostas obtidas passaram pelo processo de tabulação e representação gráfica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico segue a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada com os imigrantes, colaboradores e gestores. Os resultados estão expressos separadamente e divididos em seções, a primeira seção constitui

se das informações provenientes do questionário utilizado para os imigrantes, onde as informações provenientes de questionários respondidos por 148 imigrantes que constituem a porcentagem necessária para viabilizar a pesquisa.

A segunda seção é constituída pela amostragem de 179 colaboradores que responderam à pesquisa e como já citado, constituindo o percentual necessário para viabilizar a pesquisa. Na terceira seção vem como complemento para a pesquisa, onde consta um questionário específico aplicado a 5 gestores que tinham contato com os imigrantes, o que permitiria uma nova fonte de informações sobre a interação dos imigrantes e colaboradores.

3.1 Análise do questionário aplicado aos imigrantes

Os questionários aplicados aos imigrantes, foi construído visando as possibilidades de comunicação, tendo como primeira opção o idioma que poderia ser traduzida a pesquisa, sendo as opções o português, inglês, francês, espanhol. Mas em sua totalidade os imigrantes preferiram responder no idioma português, demonstrando que a sua estada no país lhe possibilitou ter um conhecimento significativo do idioma, mais adiante outras questões mostram que mesmo com este conhecimento ainda há a necessidade no ensino do português aos imigrantes, havendo algumas questões que exploram este assunto com significativa clareza.

Aceitação a pesquisa	Percentual da amostra	N° de entrevistados
Sim	84%	126
Não	16%	24
Total	100%	150

Tabela 2: Percentuais extraídos do gráfico de autorização de pesquisa.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).



Figura 2: Gráfico dos percentuais de autorização de pesquisa.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).

A segunda questão do questionário é participação na pesquisa, no gráfico fica claro que acolhida a pesquisa foi positiva sendo que os imigrantes se mostraram interessados em ajudar e responder com clareza aos questionários. No início no questionário, constava um breve texto que esclarece a natureza da pesquisa, os imigrantes apesar de algumas dificuldades de compreender algumas palavras tiveram êxito na resolução do questionário, o problema da compreensão foi solucionado com a ajuda do pesquisador e colegas com um maior conhecimento do idioma português.

Devo ressaltar que a amostra da população imigrantes se mostrou muito participativa e além das questões que constam na pesquisa, proporcionaram ricas narrativas sobre as mais diversas trajetórias decorrentes da longa viagem em busca de um refúgio, tendo nestas narrativas o grande peso de uma escolha, onde na busca pelo trabalho, milhares de imigrantes optaram em escolher o Brasil.

As próximas questões estabelecem o perfil dos pesquisados na amostra da população imigrante, acolhendo informações sobre gênero, faixa etária e escolaridade.

3.1.1 Perfil da amostra da população imigrante

A pesquisa contou com a participação de 79% de imigrantes do sexo masculino e 21% do sexo feminino, esta proporção maior de imigrantes masculino se deve ao fato de que muitos pais de família devido à falta de emprego no país natal, tiveram como opção apenas a imigração e muitas vezes tendo apenas o dinheiro suficiente para que conseguir chegar ao país, não havendo a possibilidade de deslocar a família junto consigo, neste processo de chegada ao novo país o imigrante se empenha em busca de conseguir trazer a família do país natal. Muitos dos imigrantes entrevistados expuseram esta situação, relatando o alto custo para conseguir propiciar uma viagem até o Brasil, sendo muito difícil para o imigrante alocar recursos suficientes para esta viagem.

Os próximos dados que ampliam a caracterização do perfil dos imigrantes é mensuração da faixa etária, apresentando 57% de imigrantes com idade de 26 a 31 anos e 28% com 18 a 25 anos demonstrando que a amostra entrevistada é quase em sua maioria um público jovem. O restante da amostra se subdivide em 32 à 40 anos, 41 a 50 anos e acima de 50 anos, evidenciando que a busca pelo trabalho e melhores condições de vida teve um engajamento maior entre os jovens.

Outra característica importante que é evidenciada ao compor o perfil dos imigrantes é a escolaridade, havendo um percentual elevado de imigrantes com o ensino médio completo, em torno de 39, 70%, seguido o percentual de 31% de imigrantes com o ensino médio incompleto, os percentuais que tiveram menor número foram o fundamental incompleto com 3,20%, fundamental completo com 7,10% o que demonstra de os imigrantes têm em sua maioria um nível de instrução não apresentando na amostra analfabetos. Outro ponto que chama a atenção é a presença de imigrantes com o nível superior incompleto

que é de 8,70% e com o ensino superior completo que atingiu o percentual de 10,30%, demonstrando que o público migrante tem um interesse pelo conhecimento e pelo crescimento profissional.

Um fato que chama a atenção é o grande percentual de imigrantes jovens com um nível de escolaridade entre ensino médio completo e ensino superior completo, o que foi constatado pela questão voltada a faixa etária no questionário percebendo se que a maioria dos imigrantes têm idades 18 a 31 anos, constatando que é um público jovem e com um nível de instrução significativo.

3.1.2 Ambiente de trabalho

Após as perguntas voltadas a delimitar o perfil dos pesquisados na amostra, entram no questionário as primeiras perguntas voltadas às questões que a pesquisa busca expor sobre a cultura organizacional e o capital humano migrante. A primeira pergunta ressalta o problema da comunicação e o choque da interação migrante em um novo ambiente de trabalho, diverso não apenas no contexto cultural, mas nas funções exercidas.

A pergunta “no ambiente de trabalho, você sente que é compreendido” expresso na tabela 3, busca determinar se o idioma é uma das variáveis que afetam a inserção do migrante na organização e a partir dos percentuais fica evidente que a comunicação ainda é precária, sendo que um dos percentuais mais elevados é o da alternativa “não” com 32% e “talvez” com 24%, que somadas representam o total de 56% de imigrantes que não se comunicam com clareza, os imigrantes afirmam que no ambiente de trabalho quando precisam conversar com um colaborador ou líder nativo a comunicação é difícil e muitas vezes os nativos não têm qualificação para poder estabelecer uma comunicação eficiente em outro idioma que o migrante tenha conhecimento como o inglês e o francês.

Compreensão no ambiente de trabalho.	Percentual da amostra	Nº de entrevistados
Sim	44%	55
Não	32%	40
Talvez	24%	31
Total	100%	150

Tabela 3: Dados que expressam compreensão no ambiente de trabalho.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2º).

Na pergunta sobre a escolha do idioma os imigrantes optaram pelo português não tendo grandes dificuldades em responder e necessitando da ajuda do pesquisador para alguns termos, mas com paciência conseguiram entender a natureza da pergunta, isso já é uma realidade distante da vivenciada no ambiente de trabalho onde os imigrantes relatam a falta de paciência em ser ouvidos.

Compreensão das informações repassadas	Percentual da amostra	Nº de entrevistados
Sim	67%	84
Não	33%	42
Total	100%	126

Tabela 4: Dados referentes à compreensão das informações repassadas no local de trabalho.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2º).

Na pergunta as “informações que lhe são repassadas são compreendidas por você”, cerca de 67% dos imigrantes afirma que compreende as informações repassadas no ambiente de trabalho, mas como foi representado na tabela 3 há uma grande dificuldade com relação aos imigrantes se expressarem no idioma português evidenciando ainda a falta de conhecimento sobre o idioma português.

Outro questionamento importante para a pesquisa é quais dificuldades que o imigrante percebe no ambiente organizacional, nesta questão levantou-se as possíveis dificuldades englobando preconceitos e falta de treinamentos para exercer a atividade. O percentual referente a discriminação teve uma expressão de 35%, este resultado já previamente esperado devido a constatações a priori a pesquisa, sendo um fator muito fácil de se constatar nas sociedades do oeste de Santa Catarina, que tem em seu modo de vida uma gama imensa de preconceitos e qualquer novo elemento que entre em contato com seu meio social é atacado por este “artifício de defesa”.

O segundo maior percentual foi a alternativa “não tenho dificuldades”, muitos dos imigrantes da amostra populacional entrevistada estão há um longo período no Brasil, estando parcialmente adaptados. O percentual de 7% restante da amostra constatou a não adequação da atuação profissional com a formação efetuada no país de origem e também as dificuldades ao trabalhar com os nativos.

Dificuldades no ambiente de trabalho	Percentual da amostra	Nº de entrevistado
Idioma nativo	42%	53
Ritmo de trabalho	1%	1
Discriminação	35%	44
Atuação profissional	6%	7
Falta de aprendizagem	0%	0
Não tenho dificuldades	16%	21
Total	100%	126

Tabela 5: Dados sobre a dificuldades do imigrante no ambiente de trabalho.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2º).



Figura 4: Perceptuais sobre as dificuldades no trabalho.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).

A tabela 6 apresenta os percentuais da pergunta “você sente que há uma falta de reconhecimento de seus esforços devido a sua condição de imigrante? Esta pergunta reforça a noção que os imigrantes têm sobre o quanto são discriminados no ambiente de trabalho, na amostra 64% alegou que a falta de reconhecimento é comum no ambiente de trabalho e que muitas ações que possibilitam a ascensão do colaborador nativo, não se repetem aos colaboradores imigrantes.

Na alternativa “não” cerca de 34% negaram haver uma distinção no ambiente de trabalho ligada à condição de imigrante, sendo que este percentual alegou não haver o preconceito em virtude de questões raciais e culturais, não se tratando diretamente de ser ou não ser imigrante. Na amostra apenas 2% optou por não fazer declarações a respeito desta questão.

Reconhecimento dos esforços	Percentual da amostra	N° de entrevistados
Sim	64%	81
Não	34%	43
Não desejo opinar	2%	2
Total	100%	126

Tabela 6: Dados referentes ao reconhecimento do imigrante no ambiente de trabalho.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).

3.2 Análise do questionário aplicado aos colaboradores nativos

Na segunda seção é analisado os questionários aplicados aos colaboradores nativos que têm contato no ambiente de trabalho com imigrantes. A pesquisa foi amplamente rejeitada, havendo pouquíssimos colaboradores que se dispuseram a responder o questionário.

Ao entrevistar muitos dos colaboradores insultaram o pesquisador, afirmando que não tinham tempo a perder e que haviam acabado de sair do trabalho e que o pesquisador estava fazendo algo inútil e que deveria ir trabalhar. Outros afirmaram categoricamente ao se referir aos imigrantes que não se devia fazer nada para ajudar este “tipo de gente”.

Em outras situações, os entrevistados ao avistar o pesquisador entrevistando outro colega, evadiram para o outro lado da avenida e quando o pesquisador deslocava-se para o outro lado da avenida os colaboradores apuraram o passo e para passar ao lado oposto. Também ocorre que muitos colaboradores ao serem abordados fugiram sem ao menos ouvirem qual o assunto da pesquisa, resultando em uma grande quantidade de questionários não respondidos.

Aceitação a pesquisa	Percentual da amostra	N° de entrevistados
Sim	8%	15
Não	92%	164
Total	100 %	179

Tabela 13: Percentuais expressando a aceitação da pesquisa.

Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).



Figura 5: Gráfico expressando o percentual de aceitação da pesquisa. Fonte: Pesquisa realizada pelo acadêmico Jerri Kallebe da Silva em (2017/ 2°).

A pesquisa não teve êxito, havendo pouca aceitação, totalizando apenas 8,4% da amostra, o tema da pesquisa não foi bem aceito por haver muito preconceito com relação a imigrantes e principalmente pelas questões raciais, fica evidente que não é apenas pela falta de tempo que alguns entrevistados não puderam responder o questionário, mas sim um desejo subliminar de garantir seu espaço em um país intitulado seu, não possibilitando o menor esforços ou ações que possibilite ajudar e qualificar a mão de obra imigrante.

Em vários momentos os entrevistados expressaram claramente o preconceito em relação aos imigrantes, afirmando com frases como “não é este o país deles”, “não tenho interesse por imigrantes”, “o lugar deles não é aqui”, “o problema da crise é os imigrantes”, frases como estas foram constantes e a não aceitação a pesquisa foi de 91,60%, o que prova o total desprezo dos brasileiros pelos imigrantes. Os imigrantes relataram como é grande as barreiras criadas pelo preconceito, não possibilitando a sua ascensão profissional, devido a estas percepções falhas e carregadas de preconceitos que os colaboradores nativos pré-estabelecem.

3.3 Análise do questionário aplicado aos gestores e líderes

Nesta seção apresenta-se a análise dos questionários dos líderes e gestores, foram enviados no total cinco questionários, mas apenas um questionário teve a participação, sendo os outros quartos não respondidos, por este motivo dispensei o uso dos gráficos e tabelas. Este questionário é complementar e não teve uma amostra definida.

Sendo apenas um instrumento auxiliar na pesquisa que busca evidenciar a cultura imigrante no ambiente organizacional, o papel do líder e gestores é fundamental para apontar o que realmente está acontecendo entre a interação dos imigrantes e nativos, mas não havendo a cooperação dos líderes e gestores, será efetuada uma análise breve sobre as respostas do gestor entrevistado.

O perfil do gestor, sexo masculino, entorno de 32 a 40 anos e com ensino superior incompleto. Na pergunta “quais as principais dificuldades na inserção do imigrante a empresa” a alternativa “idioma” foi escolhida sendo um dos principais problemas na entrada do imigrante no ambiente de trabalho e para contornar este problema como é relatado pela pergunta “como é orientada a inserção do imigrante no local de trabalho” em que o gestor respondeu a alternativa “ intérpretes que estão à disposição dos imigrantes para a interação no ambiente de trabalho”, sendo que esta ação é apenas paliativa, havendo o surgimento de grupos e a falta de interação dos imigrantes com o restante dos colaboradores. Na pergunta “há algum treinamento específico”, o gestor assinalou a alternativa “não há um treinamento específico”, ficando claro que o imigrante apenas conta com o intérprete não havendo uma interação e aprendizado voltado a inserção do imigrante.

Na questão “qual sua visão a respeito da imigração”, o gestor preferiu não responder, na questão “de um modo geral como você percebe o imigrante no ambiente de trabalho” o gestor optou pela alternativa “como uma forma de mão de obra que deve ser incentivada

e deve ser aparada pela lei com os mesmos direitos dos nativos”, o que demonstra que há uma preocupação com a presença do imigrante.

Na questão “pela sua experiência como é a interação do imigrante com os demais colaboradores, como esta relação se apresenta”, o gestor assinalou a alternativa “de outra forma”, evidenciando uma outra forma de interação entre os nativos e imigrantes, para complementar a questão anterior se propôs a pergunta “você já vivenciou algum incidente envolvendo imigrantes e brasileiros, em relação atos discriminatórios, (racial, religioso)” o gestor optou pela alternativa “não”, afirmando que não teve esta experiência.

4 | CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho verifico que há ainda a necessidade de novas pesquisas, que o problema abordado pela pesquisa que foi “como administrar/gestar a inserção da diáspora profissional na agroindústria do município de Xaxim/SC”, tem como principal motivo o afastamento dos imigrantes e colaboradores nativo e a falta de aplicação de métodos e de uma gestão adequada na inserção do imigrante.

As questões de pesquisa que foram elaboradas para direcionar o estudo e conseguiram ser explicadas pelos dados extraídos dos questionários, mesmo havendo grandes dificuldades para obter dados, a questão de pesquisa “Quais as barreiras são perceptíveis no trabalho agroindustrial” foi explicada pelo grande percentual de respostas que afirmavam que o idioma é a grande dificuldade entre os nativos e imigrantes, também a partir dos questionários foi possível relatar outras barreiras, como o preconceito.

A partir do levantamento dos dados foi possível conhecer e entender a presença dos imigrantes na agroindústria, possibilitando uma análise profunda sobre sua interação entre os nativos, esmiuçando pontos de conflito, onde a cultura do grupo tem de se adaptar para tolerar a presença dos imigrantes, pontos como o idioma e costumes foram expostos através de perguntas claras para o público nativo, que expôs sua opinião sobre a presença dos imigrantes e sua influência no ambiente organizacional.

O trabalho foi desenvolvido para entender como está se desenvolvendo as relações entre o público imigrantes e os nativos no ambiente organizacional, visando a adequação do ambiente organizacional da agroindústria, que na região tem uma grande importância na manutenção do ciclo econômico. Assim, este trabalho se demonstra essencial para o campo da cultura organizacional e diversidade cultural no ambiente organizacional.

Neste sentido, espero que outros se interessem pelo tema e que novas pesquisas venham a apresentar novos conteúdos e soluções, havendo ainda muitas outras dúvidas em relação a cultura imigrante e sua forte influência na nova cultura organizacional, que está surgindo e ampliando o panorama para novas pesquisas e trabalhos que possibilitem ajudar os imigrantes.

Após a análise e discussão dos dados da seção anterior pode se elaborar as

propostas que sanam e justificam as questões de pesquisa e os objetivos, também pode se estabelecer um comparativo entre a os objetivos, questões de pesquisa e a pesquisa de campo.

A primeira questão de pesquisa a ser retomada e confrontada com os dados da pesquisa é “quais as barreiras são perceptíveis no trabalho da agroindustrial”, podemos retornar na figura 2 e tabela 6, que consta os dados referentes às dificuldades por parte dos imigrantes no ambiente de trabalho, sendo que ficou claro que 42,1% têm dificuldade em relação ao idioma nativo e 34,9% enfrentam preconceitos, demonstra claramente que a pergunta de pesquisa foi respondida com eficiência, e para auxiliar nesta resposta, tabela 3 e 4 reforça as dificuldades de compreensão do idioma nativo.

A segunda pergunta de pesquisa “como as lideranças percebem a relação profissional com os imigrantes” pode ser respondida através do questionário de entrevista estruturado para os líderes que expuseram sua opinião e suas percepções a respeito do capital humano imigrante. A terceira pergunta, “quais as necessidades para adequação à inserção dos imigrantes nas agroindústrias”, foi respondida pelas questões do questionário referente aos imigrantes, que foram analisadas e seu resultado que se apresenta na seção das análises e discussões dos resultados no bloco 1.

A quarta pergunta de pesquisa “que possibilidades podem ser realizadas para melhorar a inserção dos imigrantes nas agroindústrias” foi respondida a partir dos resultados analisados na seção 3, blocos 1, 2 e 3 de análises que possibilitou ter uma perspectiva de quais as necessidades a serem supridas e de que forma poderia ser elaborada uma melhor solução aos problemas na inserção do imigrante no ambiente organizacional.

O objetivo geral da pesquisa foi atingido, por que a pesquisa conseguiu ter acesso aos imigrantes e assim cumpriu o que foi colocado como objetivo que seria pesquisar a gestão e inserção do capital humano em condição de diáspora na agroindústria do município de Xaxim/SC.

Os objetivos específicos foram atingidos, sendo o primeiro objetivo de pesquisa “problematizar os desafios da cultura e clima organizacionais diante da diáspora”, o que foi amplamente discutido nos itens de análise e discussão dos resultados. O objetivo verificar a percepção das lideranças em relação ao capital humano em condição de diáspora pode ser atingido com a aplicação do questionário de pesquisa voltado aos gestores e líderes e dos resultados da análise do item 3.3 referente ao bloco 3. O objetivo mapear as necessidades para adequação a inserção dos imigrantes nas agroindústrias, foi atingido principalmente com a análise do questionário aplicado aos imigrantes constando no item 3.1, as questões que foram analisadas ajudaram a estabelecer as condições e necessidades para a inserção dos imigrantes.

O objetivo identificar as possibilidades de melhoria da inserção profissional dos imigrantes na agroindústria, também foi respondido e possibilitou que fosse elaborado algumas soluções a partir dos dados da análise que a pesquisa possibilitou, sendo assim

para solucionar este problema a partir dos dados coletados da pesquisa e as análises, percebo a necessidade de um treinamento entre os colaboradores e os imigrantes e que este treinamento se desenvolva com as seguintes dinâmicas:

- Atividade em equipes mistas com imigrantes e nativos.
- Criação de uma plataforma de cursos para utilização interna na empresa, mas que possa contar com cursos para os imigrantes voltados à inserção no ambiente de trabalho, como língua portuguesa, cultura brasileira e costumes regionais, mas também possibilitar o acesso dos nativos em cursos sobre a cultura e o idioma dos imigrantes, para que haja um conhecimento mais amplo sobre o imigrante.
- A criação de um manual digital na língua que o imigrante tem conhecimento das atividades relacionadas ao trabalho do imigrante e a qual colega de trabalho os imigrantes devem perguntar quando tiver dúvida, além de maiores detalhes sobre as atividades diárias.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural no Brasil**. In: DELOIZY, Francine Barthe. SERPA, Angelo. **Visão do Brasil: Estudos culturais em Geografia**. Salvador: Editora EDUFBA e Edições L'Harmattan, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Países**. 2021. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/senegal>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO FEDERAL. **Cidadania e justiça número de refugiados no Brasil aumentou**. <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/06/numero-de-refugiados-no-brasil-aumentou-12-em-2016>> Acesso em: 23 de junho de 2017.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **Etnias e culturas no Brasil**. São Paulo: Círculo do livro, 1963.

JUNIOR, Elizeu de Oliveira Chaves. **Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração como parte da história**. Brasília: LGE editora, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Editora Atlas. Edição 2003.

NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Debate sobre a imigração**. <<https://nacoesunidas.org/em-brasilia-fao-celebra-dia-mundial-da-alimentacao-debate-migracoes/>> Acesso em: 23 de junho de 2017.

PINTO, Joseane M. Schuck. **Os deslocamentos forçados de Haitianos e suas implicações: Desafio global na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Editora Lumes Juris, 2018.

RODRIGO, Alvarez. **Haiti, depois do inferno: Memórias de um repórter no maior terremoto do século**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

TEDESCO, João Carlos. **A imigração senegalesa**: Dimensão histórica, econômica e socioambientais. In: GERHARDT, Marcos. NODARI, Eunice Sueli. MORETTO, Samira Peruchi. **História ambiental e migrações**: Diálogos. São Leopoldo: Oikos. Editora UFSC, 2017.

O FENÔMENO DAS FÁBRICAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: FLASKÔ E ERTS ARGENTINAS EM FOCO

Data de aceite: 21/07/2021

Cícero Costa Hernandez

UNICAMP-FCA Laboratório de Economia e Gestão (LEG), Limeira – SP
<http://lattes.cnpq.br/7701657505842119>

Carlos Raul Etulain

UNICAMP-FCA Coordenador do Laboratório de Economia e Gestão (LEG), Limeira – SP
<http://lattes.cnpq.br/2884551556176766>

RESUMO: O fenômeno das fábricas e empresas recuperadas (FERs) é mundial, não se restringe a algumas nações e Estados, senão que está vinculado à trajetória capitalista. A recuperação e ocupação de fábricas em situação de falência decorrem principalmente, das crises econômicas. O motivo da falência é em muitos casos gerados por variações políticas e econômicas, bem como equívocos dentro da administração. É evidente que alternativas distintas podem surgir e aumentar a resiliência da localidade tendo em vista as crises do capital, e assim há uma forma de agir que sobrevive às formas convencionais, caracterizada pela solidariedade e coletividade, através da recuperação das fábricas. Assim sendo o trabalho busca apresentar o caso da Flaskô, a partir de vivências e imersões feitas na fábrica, em comparação com a realidade das empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs) na argentina, utilizando como base os estudos realizados por Andres Ruggeri (2016).

PALAVRAS - CHAVE: Fábricas recuperadas, ERTs, Flaskô.

THE PHENOMENON OF FACTORIES RECOVERED BY WORKERS: FLASKÔ AND ERTS ARGENTINAS IN FOCUS

ABSTRACT: The phenomenon of recovered factories and companies (FERs) is worldwide, it is not restricted to some nations and states, but it is linked to the capitalist trajectory. The recovery and occupation of factories in bankruptcy are mainly due to economic crises. The reason for bankruptcy is in many cases generated by political and economic variations, as well as misunderstandings within the administration. It is evident that different alternatives can arise and increase the resilience of the locality in view of the crises of the capital, and so there is a way of acting that survives the conventional ways, characterized by solidarity and collectivity, through the recovery of the factories. Thus, the work seeks to present the case of Flaskô, based on experiences and immersions made in the factory, in comparison with the reality of companies recovered by workers (ERTs) in Argentina, using as a basis the studies carried out by Andres Ruggeri (2016).

KEYWORDS: Recovered factories, ERTs, Flaskô.

1 | UM FENÔMENO PECULIAR

Este trabalho deriva dos estudos feitos na fábrica Flaskô durante o período de 2013-2017, e que deu margem para que aspectos amplos e específicos da fábrica pudessem ser identificados. Compreendemos as ERTs e as FRs como irmãs de um movimento pela

ocupação das fábricas na América Latina.

Durante o período citado foram feitas na Flaskô visitas guiadas no chão de fábrica, imersões com pesquisadores, participação em festas, aniversários, comemorações, manifestações políticas e atividades de caráter político, cultural e social, que permitiram conhecer a fábrica para além das condições estritamente econômicas, mas também aquelas humanas e sociais. A fábrica coexiste com o capitalismo e busca apontar suas contradições.

Deste ponto de partida, reconhecer como este símbolo da luta anticapitalista foi constituído, é compreender os desdobramentos capitalistas desde como a abertura econômica da década de noventa afetou pequenos negócios, até o fato de que a administração tradicional não necessariamente é a mais eficaz, e principalmente que a Flaskô, por mais que seja única no Brasil, não está sozinha no mundo.

2 | PROBLEMÁTICAS FLUTUANTES NAS RUÍNAS DO CAPITALISMO

O controle da dinâmica do trabalho nos moldes tradicionais, se estende da capacidade física até a mental e de maneira geral, aparece ao controle da produção enquanto “olhos alheios” ao saber produtivo. Quando não, se materializa a partir da utilização da tecnologia visando maior eficiência a partir da substituição do trabalho humano, pelo de robôs e máquinas. Até aqui nenhuma surpresa, dado que esses são efeitos da separação e divisão do trabalho, que por fim, o uso da administração tradicional, enquanto conjunto de ferramentas, instrumentos, métodos, sistemas, estratégias e técnicas, visando expropriar do trabalhador tudo que ele tiver para oferecer (tempo, habilidade, criatividade, força, agilidade e etc), se tornou o “padrão sucesso” de qualquer organização.

Neste sentido, a recuperação de fábricas e empresas é uma reação de trabalhadores que enfrentam o movimento de expropriação do trabalho pelo capital na medida em que os trabalhadores se tornam os administradores sob um novo modelo, caracterizado na maior parte das vezes por práticas democráticas e autogestionárias no interior das recuperações, se opondo ao autoritarismo e controle representados na ‘gestão anterior’ pela presença do chefe, patrão, gerente, dono e etc.

Na Flaskô, observamos o controle operário em sua versão nua e crua. “Ocupar, resistir” e “se arrematar, não vai levar”, eram as palavras de ordem nas manifestações e atos contra o fechamento da fábrica. No caso da Flaskô nunca houve nenhuma apoio por parte do município, estado ou União, para resolver o caso, o qual era demandado a adjudicação da fábrica em posse dos trabalhadores. Por mais objetiva que fosse a ocupação, manter os postos de trabalho, o grupo é heterogêneo (para pensarmos nas motivações individuais) e de certo que há pessoas que participam mais do que outras, dentro da articulação política. De qualquer forma, há um consenso na questão de que a organização sem patrão é melhor. Os trabalhadores comentam que há líderes que tomam à frente da organização devido ao

maior conhecimento sobre o assunto, acúmulo de responsabilidades e funções cruciais, como financeiro e jurídico, transporte, qualidade, mas que tudo sempre é decidido de forma coletiva.

De qualquer maneira, o que está em jogo não é o futuro das ocupações, mas o quanto suas práticas revelam a possibilidade de outra organização do trabalho. Assim “a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado” (LEFEBVRE, 1966), e aqui observamos que o modelo do controle operário se adequa bem mais à organização da Flaskô, tendo em vista que a autogestão é do ‘muro pra dentro’. Tanto a autogestão, quanto o controle operário, são modelos paralelos à administração tradicional.

Seja pela preservação de milhares de postos de trabalho, em sua grande maioria no setor industrial (em flagrante retração), seja pela inovação que representam do ponto de vista da organização do trabalho e das estratégias de luta dos trabalhadores, a persistência dessas experiências de recuperação de empresas em crise representa um fenômeno social novo, que abre perspectivas diferenciadas dentre as alternativas até então conhecidas para o enfrentamento ao desemprego e à redução dos postos de trabalho (HENRIQUES, et. Al. 2013 p. 65)

Sendo a única fábrica ocupada do país, ela é uma fábrica em estado de ocupação e por isso ainda não passou pelo processo de estatização, e nem pelo decreto de falência, que acabaria com a produção. Assim, os trabalhadores mantêm uma ocupação de mais de 13 anos¹, que busca a garantia dos postos de trabalho sob controle operário a partir da legitimação social da propriedade, tornando a fábrica um patrimônio social. Isto significa praticar outra lógica. Assim a Flaskô busca através de maneiras alternativas construir seus processos e práticas, tornando de interesse público a sua história e realidade, sendo esta uma característica do movimento de fábricas recuperadas. De maneira muito semelhante, na Argentina as empresas recuperadas se tornaram um marco da resistência dos trabalhadores frente a abertura econômica que assolou o país, gerando altas taxas de desempregos no início do século XXI.

3 | OBJETIVO E MÉTODO DO PROJETO

O objetivo do trabalho é demonstrar que a Flaskô e as ERTs na Argentina passam por uma mesma problemática que se constitui para além da organização econômica, mas que atinge principalmente esta esfera, acentuando o problema nas esferas sociais e humanas daqueles que vivem do próprio trabalho.

Durante os anos, foi possível observar e participar das atividades da fábrica, como convidado/militante/pesquisador/amigo das pessoas da fábrica. A partir desta relação, manter o distanciamento do objeto de estudo de maneira completa sem que houvesse

1 - Atualmente (05/2021) a fábrica está parada em decorrência dos cortes de energia da CPFL, mas não está fechada.

interferência dentro da pesquisa foi impossível. Durante os anos a pesquisa esteve presente junto à fábrica em pesquisas de campo, festas de aniversário da fábrica, em acampamento político, manifestações, mais de dez visitas durante os anos, “sábados da feijoadá”, imersões, inúmeras visitas guiadas no chão de fábrica, participação em dois seminários acadêmicos e em outros encontros políticos.

O método utilizado para qualificar os boicotes sofridos na Flaskô é o estudo de caso, construído a partir das experiências decorrente durante o período de 2013 até 2017. Para a identificação da problemática na Argentina, utilizamos Andres Ruggeri (2016), relatando a problemática com a alta dos impostos.

4 | O PROBLEMA DO EFEITO DOMINÓ DE UMA PEÇA

A tomada dos meios de produção, representam e simbolizam um novo elemento dentro das questões de economia política. Um dos problemas dentro de fábricas e empresas que são tomadas pelos trabalhadores, são as dívidas deixadas pelos antigos donos, que leva à fragilidade dos empreendimentos, devido à falta de recursos, nome sujo e ausência de giro de capital, levando as ERTs à falência. Os estudos acerca do motivo da mortalidade de pequenos e médios empreendimentos são feitos desde o final da década de 30 por Henry Davis, em que apontam que os principais motivos que gera a mortalidade das pequenas empresas são “a falta de mão de obra especializada, a falta de infraestrutura, a instabilidade política e econômica, a rápida mudança de demanda por parte dos clientes” (1939 p. 330). Vemos que esse fator, na Flaskô foi o que culminou em sua falência durante o período patronal. As principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas a fatores econômicos relacionados à demanda e oferta, a imprevisibilidade do mercado. Entretanto, a “má gestão financeira pode ser considerada um dos principais fatores que contribuem para a mortalidade precoce” (FERREIRA et. al. 2012 p. 813). Queremos dizer com isso que, na administração patronal a má gestão, levou à quebra da fábrica, levando à sua ocupação.

No caso da Flaskô, os efeitos econômicos dos anos noventa levaram a uma crise interna do empreendimento, porque o ritmo imposto pelas empresas estrangeiras, foi muito agudo para os pequenos empreendimentos da época, inclusive para a Flaskô. Na época ela fazia parte de um grupo, a Corporação Holding Brasil (CHB), a qual buscou reestruturar as diretrizes do grupo inclusive as atividades da Flaskô.

Para maior organização das atividades, as 39 empresas da corporação foram distribuídas em seis holdings setoriais dentre as quais, a HB Consumo S.A. (Cipla: Material de Construção; Produtos do Lar; Tubos, Mangueiras e Flexíveis; Tintas) e a HB Industrial S.A. (Brakofix, Interfibra, Profiplast, Poliex, Glycerin e Flaskô) (NAPOLEÃO, 2004, P. 4).

Essa mudança estrutural veio acompanhada de uma mudança na administração das organizações do grupo, como mostra a figura 1.

FIGURA 1 - Medidas de Reestruturação empresarial da Corporação HB instituídas em de 1991

Objetivos da reestruturação empresarial				
* Concentração em negócios rentáveis e de origem da empresa; * Saneamento financeiro; * Redução de custos e despesas; * Racionalização industrial;				
* Maior agilidade de decisão; * Maior penetração de mercado; * Controle operacional mais eficaz.				
Ações				
Estrutura	Industrial	Comercial	Adm./Financeira	Reest. de capital
* Redução da estrutura empresarial; * Fusão de empresas com atividades afins; * Compactação do corpo executivo; * Redução de níveis hierárquicos;	* Desativação de plantas fabris; * Unificação das plantas fabris, buscando racionalidade e sinergias, com centralização em Joinville-SC e Sumaré-SP; * Liberalização de imóveis para compor o saneamento financeiro;	* Fortalecimento da especialização por mercado; * Redução da estrutura da área comercial, com ênfase nos custos fixos; * Centralização de áreas afins sob um único comando; * Concentração em negócios/linhas de produtos mais rentáveis; * Racionalização da equipe de vendas e escritórios regionais;	* Centralização de todas as decisões de ordem administrativa e financeira em Joinville-SC, sob um único comando; * Implantação de um sistema eficaz de controle das operações;	* Desmobilização de ativos; * Participação de credores no capital da empresa; * Alongamento do perfil da dívida; * Aporte de capital do acionista;
Benefícios auferidos até 1993				
* <u>Redução de estoques</u> : a nova política de estoques reduzidos (Kanban) proporcionou menores investimentos em capital de giro;		* <u>Redução de pessoal</u> : redução de 1.234 colaboradores entre jan/92 e dez/93, sem prejuízos significativos na atividade operacional das empresas;		* <u>Recuperação do preço médio</u> : a revisão da rentabilidade das linhas de produtos permitiu uma recuperação do preço médio da empresa e sua margem de contribuição;

Fonte Napoleão 2000

Esse quadro de medidas para modificar a situação da corporação, não foi suficiente, como relatam os trabalhadores que até hoje trabalham na fábrica. Esses trabalhadores são a prova viva do período antigo. Neste sentido a década de 90 no Brasil, é marcada por forte impacto da globalização, devido ao movimento de inserção das empresas estrangeiras no Brasil, enquanto um modificador do lugar, por condicionantes que fragmentam o território, como o capital direto estrangeiro e a entrada de capital estrangeiro pelas vias das multinacionais, começam a configurar o mercado nacional. Não que isso já não havia acontecendo (entrada de capital estrangeiro no Brasil), mas entendemos que o processo de abertura ao mercado estrangeiro, bem como o plano real, foram marcos na economia que influenciaram ainda mais a economia das pequenas e médias empresas durante os anos 90. Isso porque

a dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. (SANTOS, 1999 p. 12)

O neoliberalismo causou impactos para a estrutura do mundo do trabalho na América do Sul, de maneira que a resposta que os trabalhadores deram, frente aos efeitos neoliberais, foi de resistir à sua maneira ao desemprego, tanto no Brasil como na Argentina, mesmo que as políticas nacionais favorecessem o estrangeiro em detrimento do crescimento da economia local.

Na Argentina os efeitos neoliberais foram semelhantes, e assim, lá também ocorreu o mesmo movimento de recuperação, mas por lá o impacto neoliberal foi mais acentuado e tanto mais a resposta da classe trabalhadora. “Para termos uma ideia, um país onde as taxas de desemprego nunca passaram dos 4 ou 5% chegou a 20% com a desvalorização cambial no ano de 2001, sendo que mais de 50% dos trabalhadores estão hoje na informalidade” (NOVAES, 2005 p. 14).

Naquela época, isso levou a uma expropriação do trabalho cada vez mais aguda para os pequenos empreendimentos. Se antes já era difícil competir com as grandes empresas nacionais, competir com as grandes multinacionais se tornava uma odisséia. Com a fábrica Flaskô, além da abertura econômica e após a reestruturação na CHB, ela acabou sofrendo cortes de pessoal e redução de salários tendo em vista

“que as respostas uma vez implementadas foram extremamente duras para os trabalhadores. Configurou-se uma estratégia constituída de: 1) fechamento de 5 fábricas; 2) redução do quadro de pessoal de 5.401 para 1.711 trabalhadores; 3) diminuição de 215 para 51 chefes, além de diretores e gerentes; 4) redução dos níveis hierárquicos de 7 para 3; 5) terceirização da área comercial, com queda de 450 para 180 vendedores; 6) a informatização da área de vendas reduziu de 222 para 33 vendedores; e 7) uma centralização administrativa (Dieese, 1997, p. 76).”

Daí que a Teoria Geral da Administração surge como ferramenta ideológica para esconder a crise e seus efeitos. Na Flaskô, enquanto trabalhadores eram demitidos, os salários atrasavam, os benefícios da CLT não eram pagos pelos gestores, por outro lado os gerentes da fábrica eram mantidos pela CHB. O papel do gerente era escamotear a existência daquilo que estava ocorrendo na fábrica, o sucateamento das operações, da fábrica, do trabalho. Daí que o papel da administração é visto por alguns autores como Mauricio Tragtenberg, como ideológica, pois em todos os casos ela tende a escamotear a realidade para evitar conflitos, represálias e revoltas dos operários, e isso porque a TGA

traz em si a ambiguidade básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do trabalho e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia (TRAGTENBERG, 1974, p. 89).

Por isso apontamos anteriormente que a técnica nunca é neutra. Lembramos do fato que os trabalhadores só foram descobrir que os gestores não pagavam e depositavam os benefícios trabalhistas após a ocupação.

Neste sentido, lidar com as problemáticas econômicas e de gestão são importantes, tanto quanto o embate político que a fábrica faz. Mesmo assim, os problemas econômicos e de administração são sempre críticos:

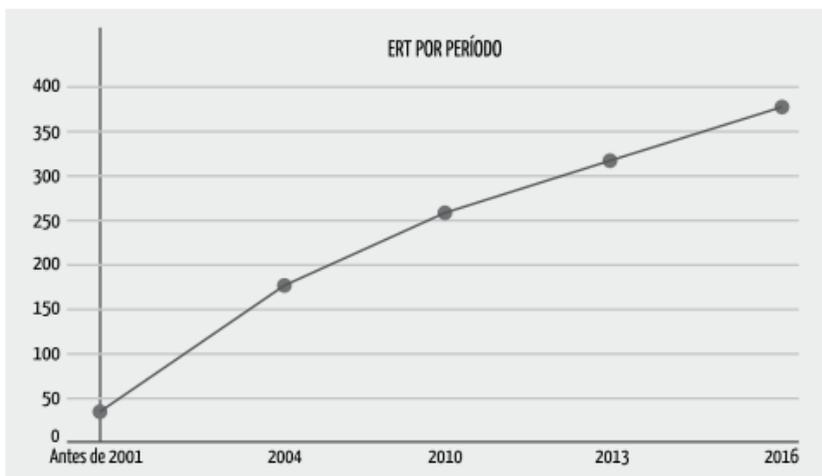
as principais questões relatadas para a baixa produtividade são: dificuldade de inserção do produto no mercado (21%), falta de capital de giro/crédito (16%), falta de demanda pelo produto (13%), falta de matéria prima (9%), falta de máquinas adequadas (8%), falta de trabalhadores especializados (6%) e outros (26%, dentre eles: sazonalidade, problemas de qualidade do produto, crise do setor, planejamento) (HENRIQUES et al., 2013, p. 60)

Se no Brasil houve pouco incentivo para a tomada dos meios de produção durante os períodos de crise, na Argentina o apoio às empresas recuperadas por trabalhadores cresceu. Durante os anos as políticas públicas apoiaram e fomentaram o surgimento de empreendimentos autogeridos pelos trabalhadores.

Em março de 2016, existiam na Argentina 367 empresas recuperadas que empregavam 15.948 trabalhadores e trabalhadoras. As empresas recuperadas que surgiram após o encerramento do relatório anterior, em dezembro de 2013, totalizaram 43 (RUGGERI, 2016 p. 13).

Essas informações fornecidas por Ruggeri (2016) nos revela um crescimento de mais de 700% dos empreendimentos recuperados por trabalhadores. Parece haver uma aposta de parcela da sociedade civil espalhada pela América Latina, que favorece essas iniciativas, e parece haver ERTs por todo o mundo.

Figura 1 - Empresas Recuperadas na Argentina por anos



Fonte: Ruggeri (2016 p. 17)

Mesmo assim os boicotes são constantes. Neste mesmo artigo, o autor aponta que na Argentina, o governo do presidente Macri tem gerado um efeito indireto que tem reduzido o faturamento dos empreendimentos, tendo em vista o aumento de tarifas de energia e de gás sobre os empreendimentos, ser muito alta.

Em relação às consequências que eles começam a ver sobre política econômica avançando desde dez de dezembro de 2015 sobre as ERTs, o primeiro e maior impacto, o que causou maior reação dos trabalhadores e suas organizações, é o aumento da taxa que varia entre 200% e 700% na eletricidade, e isso pode atingir mais de 1.300% para o gás. 43 (RUGGERI, 2016 p. 20)

Figura 3 - Aumento da tarifa de gas entre fevereiro/março e abril/maio de 2016

ERT	Sector de actividad	Provincia/localidad	Tarifa febrero-marzo (\$)	Tarifa abril-mayo (\$)
FASINPAT (ex Zanon)	Cerámica (construcción)	Neuquén	700.000	8.000.000
Los Chanchitos	Gastronomía	CABA	1.400	22.000
Renacer	Metalúrgico	Tierra del Fuego	3.400	49.000
Textiles Pigüé	Textil	Provincia de Buenos Aires/Saavedra	29.200	20.2000
Vitrofin	Vidrio	Santa Fe/Cañada de Gómez	44.000	293.000

Fonte: Ruggeri (2016, p. 22)

O autor argumenta que este aumento não só desfavorece a economia local e a potencialidade das ERTs, mas também converge para o favorecimento de grandes corporações e do capital financeiro na medida em que fragiliza o desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos recuperados.

Figura 3 - Aumento da tarifa de água entre fevereiro/março e abril/maio de 2016

ERT	Sector de actividad	Provincia/localidad	Tarifa febrero-marzo (\$)	Tarifa abril-mayo (\$)
Cueroflex	Cuero	Provincia de Buenos Aires/GBA/San Martín	20.000	80.000
Chilavert	Gráfico	CABA	800	5.000
Frigorífico Bragado	Industria de la carne	Provincia de Buenos Aires/Bragado	19.000	50.000
Bauen	Hotelería	CABA	60.000	218.000

Fonte: Ruggeri (2016, p. 22)

Figura 2 - Aumento das tarifas de energia elétrica de fevereiro/março e abril/maio de 2016

ERT	Sector de actividad	Provincia/localidad	Tarifa febrero-marzo (\$)	Tarifa abril-mayo (\$)
Chilavert	Gráfico	CABA	3.000	15.000
10 de Noviembre	Textil	Provincia de Buenos Aires/GBA/La Matanza	7.500	45.000
19 de Diciembre	Metalúrgico	Provincia de Buenos Aires/GBA/San Martín	6.000	24.000
Acetato Argentino	Textil	Provincia de Buenos Aires/GBA/Quilmes	28.000	110.500
Alé Alé	Gastronomía	CABA	7.500	22.000
Bauen	Hotelería	CABA	24.000	100.000
CUC	Calzado	Provincia de Buenos Aires/GBA/San Martín	14.000	57.000
Cueroflex	Cuero	Provincia de Buenos Aires/GBA/San Martín	60.000	322.000
El Amanecer	Alimentación	Provincia de Buenos Aires/Mar del Plata	50.000	90.900
Envases Flexibles Mataderos	Gráfico	CABA	32.000	243.000
FASINPAT	Cerámica (construcción)	Neuquén	360.000	1.500.000
Frigorífico Bragado	Industria de la carne	Provincia de Buenos Aires/Bragado	28.000	70.000
Idelgraff	Gráfico	Provincia de Buenos Aires/GBA/Munro	2.000	8.800
INCOB	Industria de la carne	Provincia de Buenos Aires/Bahía Blanca	16.000	59.000
La Casona	Gastronomía	CABA	8.000	42.000
Los Chanchitos	Gastronomía	CABA	5.000	19.000
Maderera Córdoba	Madera	CABA	2.000	6.000
Madygraf	Gráfico	Provincia de Buenos Aires/GBA/Pilar	38.000	230.000
Ronicevi	Metalúrgico	Provincia de Buenos Aires/Tandil	32.000	62.000
SUPGBA	Industria de la carne	Provincia de Buenos Aires/GBA/	100.000	850.000

Fonte: Ruggeri (2016 p. 21)

Se na Argentina, onde nossos vizinhos possuem mais avanços em relação ao sistema de ERTs, da mesma forma os instrumentos repressivos e de controle oriundos do Estado, também o são. Os ataques do governo Macri são sentidos de maneira direta nos impostos e as tarifas cobradas, no caso da Flaskô, a problemática da alta tarifa de energia e da falta de apoio das políticas públicas é evidente, constante e de forma distinta ao caso das empresas recuperadas na Argentina, não há um sistema, grupo, comunidade ou rede organizada para realizar um embate ou contestação. No ano de 2017, a fábrica ficou sem energia durante três meses devido a um corte inesperado da CPFL, companhia de energia elétrica responsável pelo fornecimento na planta da fábrica. Este corte comprometeu as atividades da fábrica causando uma série de impactos, porém os trabalhadores permaneceram trabalhando e mantendo a fábrica, sabendo que este evento e o *modus operandis*, resultantes do corte de energia, não são inéditos, e que também podem ser

aplicados novamente no futuro.²

A Flaskô não está livre dos efeitos capitalistas sobre o trabalho. Ela é um dos territórios no qual o avanço da luta do trabalhador por autonomia sobre as relações sociais de produção se mostra possível, mas sozinha ela não consegue gerar mudanças estruturais no modelo político econômico dos governantes no sentido de incentivar as recuperações e ocupações de fábrica pela cidade, pelo estado e pelo país. É necessário mais articulação, organização e objetivo por parte da classe que vive do trabalho, das entidades públicas e universidades.

Por fim, sendo a única no Brasil e portanto um marco referencial para as lutas dos trabalhadores, seja pela perspectiva do controle operário, da autogestão, da economia solidária, do trabalho associado ou do cooperativismo, a existência da Flaskô coloca uma interrogação/exclamação dentro do mundo do trabalho, que nos chama a atenção para o seu desvelar.

Nos parece que na Argentina as posições do atual governo, impõe restrições ao desenvolvimento das empresas recuperadas, de tal forma que o mesmo rumo que as instituições públicas ofereceram para a Flaskô no Brasil, são aqueles que estão sendo feitos pelo atual governo argentino.

5 | REFLEXÕES

A partir da experiência vivida foi possível perceber a fábrica de inúmeras maneiras, e cada uma dessas percepções construiu um significado, um símbolo, uma perspectiva. Esses símbolos escapam ao entendimento da ciência, de maneira que são necessárias certas abordagens, para buscar compreender o fenômeno da Flaskô, uma vez que não são apenas motivações políticas ou econômicas que caracteriza a presença dos trabalhadores dentro da fábrica. As conquistas que encontramos na Flaskô são a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a organização coletiva e democrática na tomada de decisões, redução total dos acidentes de trabalho, a manutenção da qualidade dos produtos vendidos, a criação de fábrica de cultura, vila operária e o Centro de Memória Operária e Popular (CEMOP). Assim sendo, a importância de perguntar e questionar um trabalhador sobre a realidade da fábrica durante uma pesquisa de campo, não é mais importante do que se sentar junto a ele na mesma mesa e almoçar junto, comendo a comida feita pelas mãos de outro trabalhador. A existência da fábrica Flaskô demonstra ser possível ter modos de produção distintos convivendo com o capitalismo, que buscam supera-lo, ainda que não totalmente, mas que demonstra a possibilidade de novas relações sociais de produção. Ou seja, é possível que uma fábrica, também seja ativa politicamente mobilizando seus trabalhadores, por exemplo.

Do ponto de vista do parque fabril, a Flaskô sendo uma fábrica que aos poucos foi

² Como já mencionado, a fábrica está parada em decorrência de cortes de energia.

sendo sucateada, culminou na ruína de suas estruturas, problemas nos encanamentos, ausência de iluminação, que afeta a saúde. Além disso, as máquinas são muito antigas, quebram demais e interrompem a produção, enforcando ainda mais a produção e consequentemente os salários. Esses por sua vez tem atrasado, mas que nem sempre foi assim segundo os trabalhadores.

Antigamente, até 2014 lembra o trabalhador ‘João’, não havia atraso de salários. A partir daquele ano os salários começaram a atrasar e desde então a fábrica busca pagar as dívidas deixadas pelos antigos patrões, as dívidas cobradas por terceiros, os atrasos salariais e ainda mantem as atividades de produção em uma planta completamente espoliada pelo sucateamento que veio da liquidação que a CBH fez no fim dos anos noventa. Esse sucateamento atrelado a má administração, que já não conseguia manter as operações da fábrica, ocasionou na ocupação da fábrica.

Evidente que há certa disparidade entre o conhecimento dos trabalhadores e também em relação aquilo que os motiva. Existem trabalhadores que são vistos como lideranças e em alguns casos as estratégias dependem dessas pessoas; em muitos casos o consenso dos trabalhadores é algo inevitável, tendo em vista que as lideranças possuem mais familiaridade com o tema. Verificamos que há determinada hierarquia informal que advém desses fatores, mas que se mostra de forma distinta na Flaskô. Assim sendo, observamos que os trabalhadores que vem da época patronal são os que mais tem influência sobre os processos dentro da fábrica (setor de qualidade, transporte, portaria), mesmo havendo pessoas graduadas, doutores e etc, que trabalham por lá.

Observa se também problemas decorrentes da falta de comunicação, ruído entre os diálogos e entendimento mútuo, algo inerente ao processo produtivo. Foi possível verificar que as condições de trabalho são precárias, mas que há o domínio dos trabalhadores perante a rotina e ritmo de trabalho, decisões e escolha coletivas. Várias críticas e pensamentos puderam ser vistos acerca do significado do fenômeno Flaskô a partir da prática vivida pelos trabalhadores, e também em relação à teoria, uma vez que a ocupação da Flaskô surge do desejo de alguns indivíduos, em propor um novo modelo de produção e que tem divergência dos manuais da TGA. Daí que se configura o Controle Operário (*controllo obrero*). Muitos trabalhadores participam de manifestações políticas e vão a atos, e há aqueles que relatam que a fábrica não deveria mais existir. São elementos contraditórios, mas que podem ser observados em qualquer organização.

A TGA não consegue penetrar na camada ideológica, política e social presente na existência da Flaskô. O símbolo que ela representa não se limita a inovações de mercado ou aos lucros. Se fosse este o motivo da fábrica ela já teria fechado. A fábrica é um ponto de resistência e de luta, um ponto de inflexão na questão das fábricas ocupadas e recuperadas. Sua consolidação, seja através da adjudicação ou da estatização sob controle operário, é um fator que abriria precedentes para que outros empreendimentos tomassem os mesmos rumos. Na sociedade do espetáculo, a guerra por símbolos é constante, isto

para refletirmos: porque a Flaskô, uma fábrica com menos de 50 trabalhadores em uma fábrica sucateada é tão visada? Porque sofre tantos boicotes, retaliações de mercado, sabotagens? Porque é criticada por conservadores?

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Flaskô reconfigura a noção de propriedade, marca uma etapa da ocupação da propriedade privada caracterizada pela tomada dos meios de produção e fortalecimento da economia local, frente a globalização da economia. Seria loucura pensar isso com a fábrica estando sozinha, mas ao observarmos as condicionantes e as posturas resultantes na Argentina, podemos pensar que no Brasil o cenário era (e atualmente também é) muito favorável. Neste sentido, da mesma maneira que tem ocorrido no governo Macri um aumento nas taxas de insumos energéticos, aumento esse fulminante para as ERTs, no Brasil o mesmo ocorre sem haver ERTs. Isto significa que o projeto que castra o desenvolvido de ERTs no Brasil é o mesmo projeto que vem desde 2015 assolando as ERTs Argentinas. Longe de conseguir encontrar uma solução, e mais no sentido de evidenciar a relação entre os boicotes na Argentina e na Flaskô, este trabalho buscou aproximar o fenômeno da Flaskô ao das ERTs Argentinas, sobre a óptica das represálias e boicotes.

O movimento de ERTs não é recente, mas acompanha as ruínas do capitalismo, e assim, uma postura conservadora tal qual os ataques do governo argentino sob as ERTs desde 2015 ou os ataques (políticos e econômicos) desde 2003 sob a Flaskô, só pode ser uma postura totalmente defensiva frente a uma iniciativa da sociedade civil organizada que expõem as fragilidades do capitalismo através da própria sobrevivência. Fica a questão, como articular o futuro (ou a realidade) da recuperação de fábricas e empresas no Brasil?

REFERÊNCIAS

DAVIS, H. Business Mortality: **The Shoe Manufacturing Industry**. Harvard Business Review, v. 17, n. 3, p. 331-339, 1939.

DIEESE. **Reestruturação produtiva e emprego na Indústria de Santa Catarina**. Estudo Regional. DIEESE. n. 1. Florianópolis: DIEESE, 1997 p. 76.

FERREIRA, L. F. F. et al. **Análise Quantitativa Sobre a Mortalidade Precoce de Micro e Pequenas Empresas da Cidade de São Paulo**. Gest. Prod., São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

HENRIQUES, F. C. Et al. **AS EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES NO BRASIL: RESULTADOS DE UM LEVANTAMENTO NACIONAL. ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Ipea - mercado de trabalho | 55 | ago. 2013.

LEFEBVRE, H. **A Linguagem e a Sociedade**. 1901-1991; Machado, José Antônio, 1915-, trad. PUBLICAÇÃO: Lisboa : Ulisseia Paris : Gallimard, cop. 1966.

NAPOLEÃO, F. **Cipla (Joinville - Brasil): A Luta Dos Trabalhadores Contra O Desemprego**. Santa Catarina, 2004 p. 6 – 8) .

NAPOLEÃO, F. **Origem, Desenvolvimento E Crise Da Indústria Joinvilense De Materiais De Construção Em Pvc: 1941 – 2002**. Santa Catarina, 2005 p. 201 – 203.

NOVAES, H. T. **Notas sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e no Uruguai**. Campinas: GAPI Unicamp, p. 2 - 45, 2005.

RUGGERI, A. **Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri**. Revista Idelcoop, N° 220, Sección: Reflexiones y Debates P. 11- 31 noviembre de 2016.

SANTOS, M. **Modo De Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial**. Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS NAS INDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 05/05/2021

Dione Olesczuk Soutes

Doutora em Contabilidade e Controladoria
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/2914466788894596>

Iago Rafael Muller

Bacharel em Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Nova Santa Rosa – Paraná

Matheus Vitor da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Santa Helena – PR
<http://lattes.cnpq.br/5104894187755446>

RESUMO: Esta pesquisa possui duas partes relacionadas, a primeira tem como objetivo descobrir o nível de atuação do departamento de Recursos Humanos a partir do modelo das Quatro Faces da Gestão Estratégica de Recursos Humanos e relacionar estes níveis com os mecanismos de remuneração estratégica. A segunda parte produz uma análise de como os impactos da remuneração estratégica foram percebidos no desempenho das empresas. Foram coletados dados em 51 empresas da mesorregião oeste do Paraná integrantes da base de dados do Cadastro de Indústrias do Paraná 2018. Os resultados demonstraram que as indústrias, em sua grande maioria, pertencem a face construtora

e executora, também se constatou que o método de remuneração mais utilizado é a remuneração por competência, utilizado por 33 empresas, seguido pela remuneração por habilidade que é utilizado por 27 empresas. Foi constatado impacto positivo nos índices operacionais, porém não são percebidos impactos da remuneração estratégica nos índices de rentabilidade econômica, liquidez e ciclo operacional. Acredita-se que isso se deve à facilidade de percepção, uma vez que os índices operacionais tratam de questões ligadas ao dia-dia da empresa como qualidade do produto, satisfação dos consumidores, entrega no prazo, disposição e eficiência dos funcionários.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão de recursos humanos; Remuneração estratégica; Quatro faces do RH.

STRATEGIC MANAGEMENT OF HUMAN RESOURCES IN THE WESTERN MESOREGION OF PARANÁ

ABSTRACT: This research was built in two associated parts, First have the objective to find the performance of the Human Resources departments as of four faces of the strategic management of Human Resources and relate the performance with the procedures of strategic remuneration. The Second one, build a analysis of how the impacts of strategic remuneration were noticed on the companies' performances. Data were collected in 51 companies of the mesoregion west of Paraná integrating the database of the 2018 Industries of Paraná Registry. The results showed that the industries, for the most part, belong to the construction and execution face,

and also that the most used method of remuneration is the remuneration by competence, used by 33 companies, followed by the remuneration by skill that is used by 27 companies. A positive impact on the operating ratios was found, but no impact of strategic remuneration on the economic profitability, liquidity and operating cycle ratios is perceived. It is believed that is due to the ease of perception, since the operational indexes deal with issues related to the company's day by day operations, such as product quality, customer satisfaction, on-time delivery, employee availability and efficiency.

KEYWORDS: Human resources management; Strategic Remuneration; Four faces of Human Resources.

1 | INTRODUÇÃO

A Gestão Estratégica de Recursos Humanos tem como objetivo servir de ferramenta capaz de fazer com que os trabalhadores se engajem nos objetivos da empresa, motivando-os a realizarem um desenvolvimento em conjunto, para que o interesse de ambas as partes seja suprido. De acordo com Dutra (2002), as mudanças profundas das práticas organizacionais levaram as empresas a dependerem cada vez mais do grau de envolvimento e comprometimento dos seus funcionários e gestores com os seus objetivos estratégicos e negócios.

Um estudo realizado por Tanure, Evans e Cançado (2010), indica que a maioria das empresas nacionais ainda possuem um departamento de recursos humanos voltado as atividades operacionais, ou seja, atividades desconectadas com a estratégia da empresa, voltadas apenas ao fazer as atividades básicas do departamento como por exemplo registros, rescisões, recrutamento e seleção dentre outras.

Segundo Tanure, Evans e Pucik (2007) o desempenho do departamento de recursos humanos pode ser caracterizado por um modelo denominado de quatro faces, entendidas como etapas, mesmo que não sejam necessariamente sequenciais. Essas quatro faces são chamadas de: a face do executor, do construtor, a do parceiro de mudança e a do navegador.

O objetivo do trabalho é descobrir o nível de atuação do departamento de Recursos Humanos das indústrias da mesorregião oeste do Paraná, relacionando estes níveis com os mecanismos de remuneração estratégica eventualmente existentes. Na identificação do nível de atuação, utilizou-se o modelo de quatro faces proposto por Tanure et al. (2007). Adicionalmente, verificou-se na percepção dos respondentes, se os mecanismos de remuneração estratégica influenciam no desempenho operacional e na melhora dos índices financeiros das indústrias integrantes da pesquisa.

Após o surgimento da gestão estratégica de RH como uma função gerencial, surgem também mecanismos que visam a alinhar os esforços da empresa e também dos trabalhadores que atuam nela, para que assim tanto os objetivos organizacionais quanto individuais sejam alcançados (Gil, 2001).

Esse conjunto de políticas e práticas desenvolvidas pelo RH fica responsável então por corrigir os problemas relacionados aos trabalhadores a fim de melhorar a *performance* da empresa. Eles passam a serem vistos como parceiros da empresa, podendo gerar uma grande diferença na produtividade e conseqüentemente no resultado operacional da empresa.

A intenção deste trabalho é justamente abordar em que nível estas práticas vêm sendo trabalhadas na mesorregião oeste do Paraná, objetivando trazer um conhecimento acerca da Gestão de Recursos Humanos e também um estudo sobre sua atuação. Podendo também, servir de parâmetro para comparações com estudos semelhantes em outras regiões do Brasil.

Para a execução do trabalho foram utilizados dados de uma *survey* realizada com 51 empresas integrantes da mesorregião oeste do Paraná e possuem cadastro junto a Federação de Indústrias do Paraná – FIEP. O *survey* possibilitou uma generalização dos dados para a realidade de todo o oeste paranaense tendo em vista que a análise real de todas as indústrias se torna inviável devido ao tamanho da população inerente ao artigo.

O presente trabalho está organizado em cinco tópicos. Neste primeiro foram apresentados o tema e os objetivos que conduziram a pesquisa. O segundo tópico apresenta a fundamentação teórica sobre remuneração estratégica e salário, as quatro faces do departamento de recursos humanos na perspectiva dos estudos realizados por Tanure et al. (2010), e os indicadores de desempenho, tanto financeiros quanto operacionais, passíveis de serem associados a GERH. O terceiro tópico apresenta os procedimentos metodológicos seguidos durante toda a pesquisa. Na sequência são apresentados e interpretados os principais resultados. Por último é apresentada conclusão da pesquisa.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta as bases teóricas e conceituais dos assuntos pertinentes ao trabalho.

2.1 Gestão de pessoas

As empresas ao longo das últimas décadas vêm sofrendo vários desafios, tanto de natureza ambiental quanto organizacional. Para adequarem-se aos novos modelos de negócio muitas empresas realizaram processos de reengenharia da sua linha de produção e na forma de tratamento de seus funcionários, produzindo mudanças na relação com os trabalhadores (Gil, 2001).

De acordo com Gil (2001), essas mudanças trouxeram uma nova concepção dos indivíduos nas organizações, propondo então que os funcionários sejam tratados como parceiros da organização, tonando necessário sua valorização, pois torna-se evidente a importância dos funcionários à medida que suas forças de trabalho se envolvem com

mais comprometimento nas atividades especializadas. Esses fatos mostram que se está evoluindo para uma nova forma de gestão de recursos humanos, que vem sendo designada como Gestão de Pessoas.

A gestão de pessoas consiste em um conjunto de estratégias que visa potencializar o desempenho empresarial, através da administração do capital humano presente na empresa. Essa definição geralmente é confundida com a atuação do setor de Recursos Humanos, no entanto, o RH apenas disponibiliza as ferramentas e mecanismos necessários para atuação dos profissionais na empresa (Marques, 2018).

Segundo Gil (2001, p. 17), “a gestão de pessoas pode ser definida como uma função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam na organização para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais”. Trata-se de um mecanismo que visa alinhar empresa e empregado, em busca de um mesmo objetivo de modo que isso proporcione um aumento no desempenho de ambos, e posteriormente um resultado positivo para empresa como um todo.

Gil (2001, p. 24) salienta que “a gestão de pessoas abrange um amplo leque de atividades, como recrutamento de pessoal, descrição de cargos, treinamento, avaliação de desempenho etc.”. Ou seja, essa atividade é essencial para o bom andamento da empresa, pois é incumbido a ela o desafio de transformar a mão de obra, vista como um centro de despesas, em um centro de lucros.

2.2 Remuneração Estratégica

A remuneração estratégica pode ser definida como algo que vai muito além de uma simples contrapartida pelo trabalho realizado pelo colaborador, é um conjunto de diferentes ferramentas de remuneração pensadas e planejadas levando em conta os objetivos da empresa e os anseios de seus colaboradores, criando um vínculo entre eles. (REMUNERAÇÃO Estratégica: como definir o que é ideal para sua empresa?, 2017).

Ela é uma nova face para as empresas e organizações voltada para a realidade do mercado globalizado. Com as transformações que as empresas vêm sofrendo, há também a necessidade de aprimoramento no sistema como os funcionários são remunerados. Nos ambientes modernos de trabalho, não faz sentido remunerar os funcionários de forma individual ou coletiva, baseado nas descrições de atividades e definições de responsabilidades. A questão é transformar a visão usual de custo para remuneração, para uma visão de aperfeiçoamento da organização, como impulsionar processos de melhorias e aumento de competitividade. (Wood Jr.; Picarelli Filho, 1996).

Em outras palavras, remunerar estrategicamente leva a empresa a uma melhoria de resultados, na medida em que aumenta o compromisso dos colaboradores com o resultado operacional e cria uma melhoria significativa nos níveis de desempenho individual. Portanto, a remuneração estratégica é um elemento extremamente importante para a felicidade dos colaboradores e também para a boa gestão de pessoas. Indo além do financeiro, deixando

de ser uma responsabilidade administrativa para ser uma ação estratégica e, assim, um fator de atração, motivação, retenção, desenvolvimento e engajamento de profissionais. (REMUNERAÇÃO..., 2017).

2.2.1 Fundamentos da Remuneração Estratégica

De acordo com Marras (2002), qualquer modelo de remuneração estratégica passa inequivocamente pelo desempenho do homem, e é composta por três bases que a sustentam, são elas:

- Conhecimento para fazer;
- Habilidades para fazer;
- Atitudes para querer fazer;

Através dessas variáveis o indivíduo será avaliado pela organização mediante um sistema de remuneração estratégica que poderá lhe dar, dependendo dos resultados obtidos, um acréscimo nos seus ganhos econômicos.

Ainda de acordo com Marras (2002), além desses três fatores a outra questão que deve ser levada em consideração, a chamada variável volitiva, sem ela os três fatores primordiais passam a desempenhar um papel secundário no processo de obtenção dos resultados. A variável volitiva pode ser definida como aquela que permite ao homem realizar realmente aquilo que lhe é imposto, ou seja, é a vontade intrínseca de realizar um feito.

A variável volitiva parte do pressuposto que uma vez que o indivíduo não tenha vontade própria de fazer determinada tarefa, então, não haverá sistema nem modelo nem gestão algum que consiga que este desempenhe sua função de maneira adequada. Isso se justifica, pois há uma diferença fundamental em fazer alguma coisa porque é obrigado e fazer a mesma coisa porque realmente deseja fazer. Na segunda hipótese os resultados serão quantitativamente e qualitativamente melhores. (MARRAS, 2002).

2.2.2 Principais Modelos de Remuneração Estratégica

Para Marras (2002), entre os diversos modelos de remuneração estratégica praticados no mercado, basicamente despontam o seguinte:

- Remuneração por Habilidade: sistema que recompensa avanços no setor cognitivo dos funcionários, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos. Na medida em que o trabalhador avança no seu nível de habilidade, avança também em termos de recompensa financeira;
- Remuneração por Competência: diferente do modelo de remuneração por habilidade que contempla empregados operacionais, este se aplica mais adequadamente aos funcionários em níveis de liderança. Observa-se neste modelo um elemento diferenciador, uma qualidade capaz de apreciar, resolver e fazer determinada coisa;

- **Participação Acionária:** aplica-se mais comumente aos níveis estratégicos da organização e consiste em remunerar mediante a concessão de ações da empresa, tornando os empregados sócios do negócio, aumentando dessa forma seu comprometimento e com possibilidade de obter lucros sobre elas;
- **Distribuição de Ganhos:** é praticado nos níveis mais inferiores da pirâmide organizacional, embora encontre muita variância na sua metodologia, consiste em oferecer aos empregados uma oportunidade de participar nos negócios da empresa ao mesmo tempo em que o premia financeiramente caso sua participação seja realmente interessante e produtiva. Há uma variedade grande de distribuição de ganhos, podendo ser citado como exemplo o de contribuição com sugestões;
- **Distribuição de Lucros:** trata-se de um sistema que permite contemplar com uma parcela todos os funcionários da empresa, em função da lucratividade levantada pela empresa em determinado período;
- **Remuneração por Resultados:** É a forma mais praticada pelas organizações no mercado brasileiro atual, consiste na fixação de parâmetros mensuráveis de metas a serem atingidas e o pagamento de gratificações aos funcionários em função do atingimento dessas metas.

2.3 As Quatro Faces do Departamento de Recursos Humanos

Segundo Tanure et al.(2010), há uma variedade de práticas de Gestão Estratégica de Recursos Humanos nas empresas e nos diversos países em que elas atuam, fazendo com que exista uma grande controvérsia sobre a contribuição da Gestão Estratégica de Recursos Humanos para o desempenho das empresas. Uma razão para a confusão criada em torno da questão é devido à falta de observação quanto aos aspectos distintos que a Gestão Estratégica de Recursos Humanos pode se causar no desempenho organizacional.

Para atender a necessidade das empresas em compreender a atuação e performance do RH, o departamento de Recursos Humanos precisou assumir funções cada vez mais complexas. Evans et. al. (2002) e Tanure et. al. (2007) concluem, a partir de inúmeras pesquisas e experiências, que o desempenho do departamento de recursos humanos pode ser caracterizado por um modelo denominado de quatro faces, as quais devem ser entendidas como etapas, mesmo que no cotidiano não sejam necessariamente sequenciais. Essas quatro faces são chamadas de: a face do executor, do construtor, a do parceiro de mudança e a do navegador. (Tanure et. al., 2010).

A face do executor refere-se ao exercício das funções clássicas operacionais de recursos humanos como, por exemplo, recrutamento e seleção, treinamento, avaliação de desempenho e relações trabalhistas. O foco é no processo. Essa face é centrada no fazer, entretanto, as suas funções são desalinhasadas entre si e descoladas da estratégia da empresa. (Tanure et. al., 2007).

A partir de dados obtidos por Tanure et. al. (2007) é possível observar a existência de dois grandes segmentos na face do executor: o primeiro é incumbido das tarefas burocráticas e legais do departamento de Recursos Humanos. No segundo segmento, observam-se empresas que utilizam ferramentas de gestão sofisticadas, mas sem a aderência as estratégias da empresa. O discurso sobre a importância dos recursos humanos não encontra respaldo no dia-a-dia da gestão. (Tanure et. al., 2010).

De acordo com Tanure et. al. (2010), a face chamada construtor é caracterizada por garantir coerência interna, a fim de alinhar estratégia da empresa e uma política correta de Gestão de Recursos Humanos. A construção é a etapa em que se edifica a infraestrutura, sendo uma perspectiva orientada para o interior da própria empresa. Executa diversas tarefas básicas como atrair, motivar e manter pessoas, alinhando as atividades entre si e com os objetivos organizacionais e individuais, construindo uma consistência interna.

A face do parceiro de mudança tem seu enfoque nas mudanças necessárias para atingir novos objetivos estratégicos, e ao mesmo tempo, implementar estratégias que facilitem essas mudanças. Nessa terceira face, diferentemente das anteriores, exige-se que o departamento de recursos humanos atue de forma compatível com o ambiente externo. O foco da ação de RH deve ser na parceria com os gerentes para obter a reconfiguração e a mudança, de maneira a implementar efetivamente cada nova estratégia. (Tanure et. al., 2010).

Segundo Tanure, Evans e Cançado (2010), quando muda o ambiente ou a estratégia, o processo de realimento de pessoas envolve o descongelamento da configuração organizacional. Esse processo de realinhamento deve implementar mudanças nas práticas de RH em consonância com a estratégia do negócio, ficando atento ao risco da fixação em mudanças, que pode vir de processos mal estruturados ou objetivos pouco claros, fazendo com que o investimento empregado nesta mudança não tenha nenhuma contrapartida benéfica.

Por último, a face do navegador é caracterizada por interligar fatores estratégicos e de recursos humanos. O foco está no desenvolvimento das capacidades da organização e das pessoas. O papel desempenhado pela RH é entendido justamente como um navegador que transita entre forças contraditórias, denominadas de dualidades ou paradoxos (Tanure et. al., 2010).

Tanure, Evans e Cançado (2010) destacam alguns paradoxos que fazem parte da realidade organizacional que fazem com que o gestor precise capacitar-se para transitar entre forças opostas: curto prazo x longo prazo; operacional x estratégico; cooperação x competição; processos x estruturas x pessoas. O navegador não pode resolver ou eliminar essas dualidades, pois elas não são excludentes, mas demandam de um equilíbrio dinâmico. É necessário criar um contexto organizacional de maneira que essas tensões funcionem como forças propulsoras e não como fonte de conflitos. O foco da quarta face é justamente isso, a criação de um ambiente organizacional capaz de utilizar a tensão entre

opostos como propulsão do sucesso, para produzir resultados em ambientes de mudança contínua.

A evidenciação das quatro faces focando as atividades desenvolvidas por cada face é apresentada na Ilustração 1.

	Atividade	Foco de Atenção	Perspectiva Teórica	Função
Execução	Atividades desconectadas da estratégia, mesmo usando-se ferramentas sofisticadas.	Ação	Fazer	Executor
Construção	Fundamentos – acertando os elementos básicos.	Consistência interna	Ajuste interno Adequação	Construtor
Realinhamento	Adaptação às mudanças do ambiente; implementação de estratégias; reconfiguração.	Mudanças	Ajuste Externo	Parceiro de Mudanças
Direção	Capacidade de gerenciar contextos paradoxais	Tensão construtiva entre opostos	Dualidade/ paradoxo	Navegador

Ilustração 1: As quatro faces da Gestão de Recursos Humanos

Fonte: Tanure; Evans; Pucik (2007, p. 20).

2.4 Pesquisas Anteriores

Para Tanure et. al. (2010), os resultados da *survey* indicaram que os presidentes de empresas de capital nacional consideram que a GRH pode ser classificada predominantemente como executora, seguida da face de construtora. Em empresas multinacionais, ocorre o predomínio da face do construtor, apesar de a face parceiro de mudança já se apresentar com certa expressividade. Portanto pode-se concluir que a GRH no Brasil não pode ser considerada estratégica, da forma como muitas pesquisas tentam demonstrar. Em empresas menos influenciadas pela gestão estrangeira, a face do executor ainda prevalece. Os resultados das entrevistas indicam que, atualmente, o RH tem exercido atividades de ponta, consideradas modernas e adequadas às grandes corporações, como ginástica laboral, equipes multifuncionais e palestras. Ainda assim, essas atividades estão atingindo prioritariamente o nível operacional, tendo como participantes pessoas do nível administrativo. Não se percebe ressonância entre o discurso sobre a importância dos recursos humanos, articulado pelos executivos da empresa, e as práticas observadas.

Para Bianchi, Quishida e Foroni (2017), os resultados da pesquisa mostraram que a discussão sobre gestão estratégica de pessoas é, de certa forma, recente, e pauta-se na articulação de funções, na diferenciação de recursos e no alinhamento de comportamentos (como sustentam suas fundamentações teóricas). Também não faltam perspectivas teóricas que suportem estudos empíricos sobre políticas e práticas. Se, por um lado, as fundamentações teóricas sustentam aspectos relacionais múltiplos (ambiente, processos e pessoas), por outro, as perspectivas estão mais centradas nas relações entre

os processos (estratégias, políticas e práticas). Essa constatação sugere uma lacuna de estudo relacionada à implementação da gestão de pessoas.

Para Oliveira e Oliveira (2011), com base nos resultados, pode-se concluir que há relação positiva entre GRH e desempenho organizacional. A estimação da magnitude desta relação aumenta, quando as práticas de GRH são combinadas em um sistema, ou dois os mais resultados de desempenho organizacional são levados em consideração; portanto o ponto de vista configuracional parece ser o mais adequado para analisar o impacto da gestão de recursos humanos sobre o desempenho organizacional.

Segundo Oliveira, et al (2014), os resultados da pesquisa levaram a crer que a mudança no regime de remuneração dos funcionários da carreira de auditoria da RFB na 3ª Região Fiscal não causou nenhum efeito comprovável no nível de comprometimento, no entanto, sugerem que a mudança afetou negativamente o bom andamento das atividades, e em consequência a qualidade do serviço, o que pode estar relacionado com variáveis de resistência organizacional.

Rodrigues, Reis Neto e Goncalves Filho (2014), descobriram em sua pesquisa que a avaliação geral do sistema de metas e a avaliação geral do sistema de recompensas não mostraram influências significativas sobre a motivação. Observou-se ainda que os construtos que influenciam a motivação em ordem decrescente de representatividade são: a valência da missão, a instrumentalidade e a auto eficácia. Esses construtos explicaram mais de 50% da sua variação. Notou-se ainda que auto eficácia foi influenciada pela especificidade das metas, que explicou mais de 26% de sua variação. A especificidade foi influenciada pelo feedback recebido em relação às metas, tendo 24,6% de sua variação explicada por esse construto. Finalmente, a importância atribuída às metas foi influenciada, em ordem decrescente de representatividade, pela valência da missão, pela avaliação geral do sistema de recompensas e pela valência das recompensas externas

Para Russo, et al (2009), reportou a existência de evidências que contribuem para a institucionalização do BSC pelas empresas adotantes dessa metodologia. A obra em análise contribui com a obtenção da legitimação e legitimidade do BSC como artefato aceito pelas organizações, por meio de referências que os autores fazem a organizações, funções executivas e entidades de ensino.

3 | METODOLOGIA

Para que atinja os objetivos previamente estabelecidos, é necessário utilizar métodos investigativos, que possuem a finalidade de gerar os dados necessários à elaboração da pesquisa.

Portando para atingir a produção de conhecimento desejada deve-se fazer uso da metodologia, e segui-la com rigor para validar toda a pesquisa realizada.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos objetivos esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, a qual de acordo com Prodanov e Freitas (2013) tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto a ser pesquisado possibilitando sua definição.

De acordo com Gil (2010), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema e seu planejamento tende a ser bastante flexível.

Em relação ao procedimento optou-se pelo levantamento ou *survey*. De acordo com Gil (2010), as pesquisas desse tipo basicamente operam solicitando informações ao grupo acerca do problema a ser estudado, para posteriormente, mediante a análise quantitativa obterem-se os resultados e conclusões sobre os dados coletados.

Quanto à abordagem do problema foram utilizados métodos quantitativos. As pesquisas quantitativas podem ser definidas como aquelas que consideram que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. (Prodanov & Freitas, 2013). De acordo com Beuren (2004), os métodos quantitativos são comumente utilizados em estudos de levantamento, pois facilitam o entendimento do comportamento de uma população por meio da amostra.

3.2 Coleta de Dados

O universo de pesquisa utilizado nesse estudo foram às indústrias do estado do Paraná presentes no Catálogo das Indústrias do Paraná 2018, o qual consiste em uma relação onde constam todos os dados cadastrais das indústrias paranaenses e é disponibilizado pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Com o intuito realizar o estudo mais específico sobre a região oeste do Paraná foram selecionadas do universo como amostra as indústrias pertencentes à Mesorregião Oeste do Paraná. A mesorregião do Oeste do Paraná é uma das dez mesorregiões do estado, e é formada pela união de cinquenta municípios agrupados em três microrregiões.

Após a definição do questionário este foi enviado via e-mail a todas as indústrias localizadas na mesorregião oeste do Paraná que possuíam cadastro juntamente a Federação das Indústrias do Paraná – FIEP e constavam no Catálogo das Indústrias do Paraná 2018, totalizando 707 e-mails enviados.

O questionário utilizado foi dividido em quatro blocos que receberam a seguinte denominação: Identificação da empresa, As Quatro Faces de Recursos Humanos, Remuneração Estratégica e Indicadores de Desempenho.

O questionário foi disponibilizado por meio de um link que redirecionava o respondente para a plataforma Google Forms, o qual foi enviado via e-mail a cada uma das indústrias integrantes da amostra, sendo totalizado um montante de 707 e-mails enviados, dos quais 278 não chegaram ao seu destino, totalizando assim 565 e-mails válidos enviados.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário foi respondido por 51 empresas, o que representa 9,03% dos 565 e-mails válidos que foram enviados.

O grupo respondente é formado majoritariamente por empresas com 10 anos ou mais de atividade (90,2%) e de empresas de pequeno e médio porte, com faturamento bruto entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões (94,1%).

Em relação ao número de funcionários há uma maior diversidade entre os respondentes, sendo que 56,9% dos respondentes tem menos que 50 funcionários e 43,1% mais de 50 funcionários.

4.1 Percepção dos Respondentes Acerca das Quatro Faces de RH

Os resultados encontrados acerca das quatro faces do RH nos dão a possibilidade de supor um alinhamento entre os dados coletados e a teoria apresentada, com relação à existência das quatro faces. Entretanto, conforme já mencionado por Tanure *et al.* (2010) em sua pesquisa, a análise inicial dos componentes principais indica certa dispersão de algumas variáveis que representam as faces, ou seja, elas não se comportam como o esperado com o enquadramento das questões à teoria. Esse resultado, segundo Tanure *et al.* (2010), pode ser atribuído a problemas na amostra, que se encontra com um baixo número de respondentes onde seriam necessários 10 respondentes por questão, uma vez que o questionário é composto por 28 questões seria então necessária uma amostra de 280 respondentes.

As respostas obtidas em questionário a respeito das 4 faces de RH, representam informações que classificam em qual face em que se encontra o departamento de recursos humanos nas indústrias da mesorregião oeste do Paraná. Para tal classificação, as respostas foram tabuladas conforme orientação dos autores do questionário, Tanure *et al.* (2010), além de fundamentado no modelo de Tanure, Evans e Pucik (2007) conforme exposto na Ilustração 2.

Executor	Construtor	Parceiro da mudança	Navegador
1b	1c	1d	1a
2c	2b	2a	2d
3d	3a	3b	3c
4d	4a	4b	4c
5d	5a	5c	5b
6b	6c	6a	6d
7b	7a	7c	7d

Ilustração 2: Tabulação 4 Faces de RH.

Fonte: Tanure *et al.* (2010)

Os resultados obtidos indicam que o foco está voltado para as atividades operacionais, classificando assim o RH na mesorregião oeste do Paraná como predominantemente executor, seguido pela face construtora. Há uma tímida expressão das faces parceiro de mudança e navegadora conforme pode ser observado na Ilustração 3.

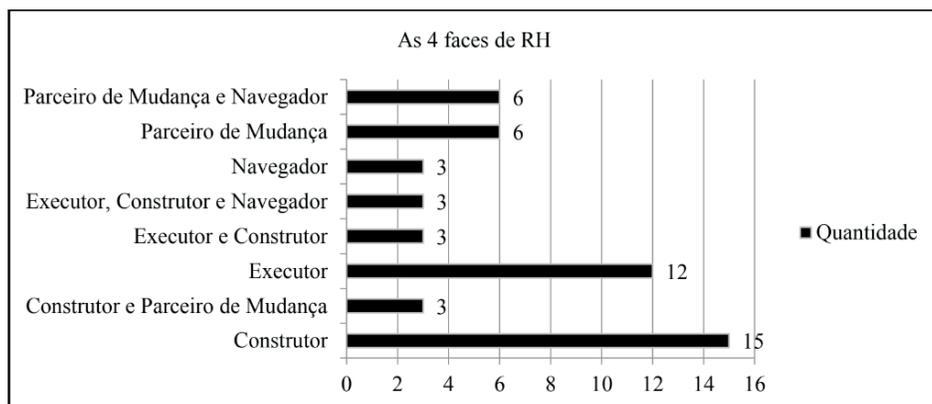


Ilustração 3: As 4 Faces de RH

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

Observando a Ilustração 3 é possível constatar que as faces com maior expressão são a face construtora com 29,41% e a face executora com 23,53%, isso significa que as atividades do departamento de recursos humanos em nossa mesorregião ainda se encontram voltadas para as atividades burocráticas e operacionais, mas que já possui engajamento para iniciar uma conexão com as estratégias da empresa. Outro ponto importante que deve ser ressaltado é as faces que foram classificadas concomitantemente, como por exemplo, construtor e parceiro de mudança, isso reforça ainda mais a predominância das faces construtora e executora além de apontar indícios de um descompasso entre discurso e prática adotada pela empresa respondente, uma vez que a tendência seria que as respostas se limitassem a uma das faces apenas.

Estes resultados, portanto, indicam um departamento de Recursos Humanos predominantemente executor e construtor na mesorregião oeste do Paraná. Apesar de haverem resultados indicando as faces parceiro de mudança e navegadora isto não é suficiente para que o departamento de Recursos Humanos seja considerado estratégico, mas de toda a forma demonstra uma evolução no que diz respeito à gestão estratégica nas pequenas e médias indústrias, o que futuramente pode ser comparado com estudos que vierem a ser realizados.

4.2 Remuneração Estratégica e as Quatro Faces de RH

Para a realização da análise das práticas de remuneração estratégica em relação às quatro faces de RH as empresas foram classificadas em dois grupos, separando as empresas que utilizam a remuneração estratégica das que não utilizam a remuneração estratégica, de acordo com as respostas informadas no questionário.

As indústrias que foram classificadas em mais de uma face concomitantemente tiveram que ser excluídas, pois a sua permanência na análise impossibilitaria que os resultados fossem apurados com clareza devido às dispersões já mencionadas. Foram então selecionadas as empresas classificadas exclusivamente nas faces executor, construtor, parceiro de mudança e navegador, conforme pode ser observado nas Ilustrações 4,5,6 e 7.

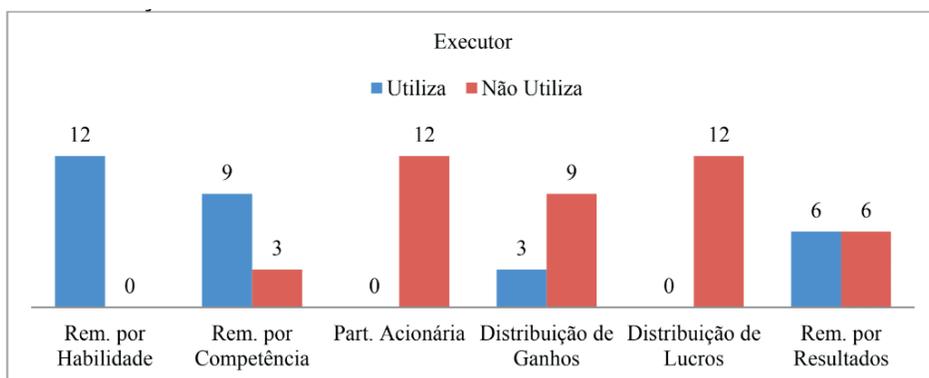


Ilustração 4: Face do Executor

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

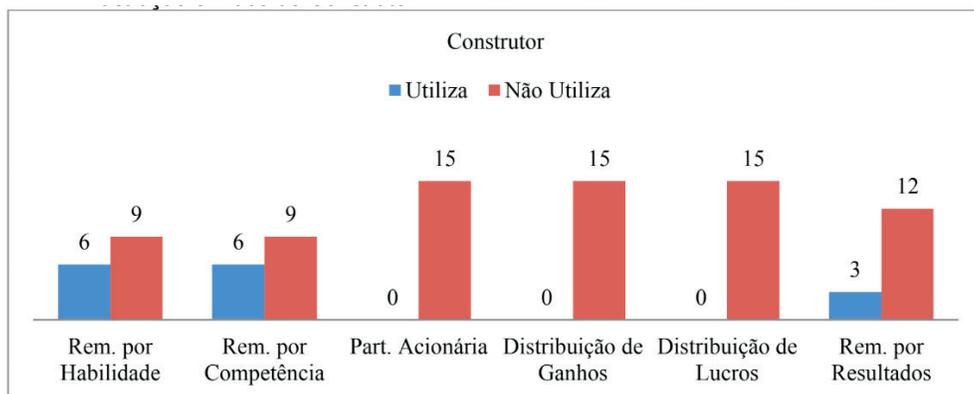


Ilustração 5: Face do Construtor

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

As informações obtidas acerca das quatro faces de RH nos permitem concluir que, a face do executor teoricamente não deveria apresentar resultados expressivos de

remuneração estratégica, uma vez que essa prática estaria implantada nos níveis mais altos do departamento de recursos humanos das empresas. Como pode ser observado nos resultados demonstrados na Ilustração 4, todas as empresas fazem uso de pelo menos um mecanismo de remuneração estratégica, o que pode ser associado ao segundo segmento da face executora no estudo de Tanure et. al. (2010), o qual caracteriza empresas que utilizam ferramentas de gestão estratégica, entretanto elas se encontram desarticuladas entre si, ou com as estratégias da empresa.

Os resultados obtidos na face construtora, conforme pode ser observado na Ilustração 5, podem ser atribuídos ao fato de que na face construtora, apesar das atividades serem voltados aos processos, à empresa já inicia seus primeiros passos na implantação de ferramentas estratégicas, a fim de alinhar suas operações com as definições estratégicas vindas do topo da empresa.

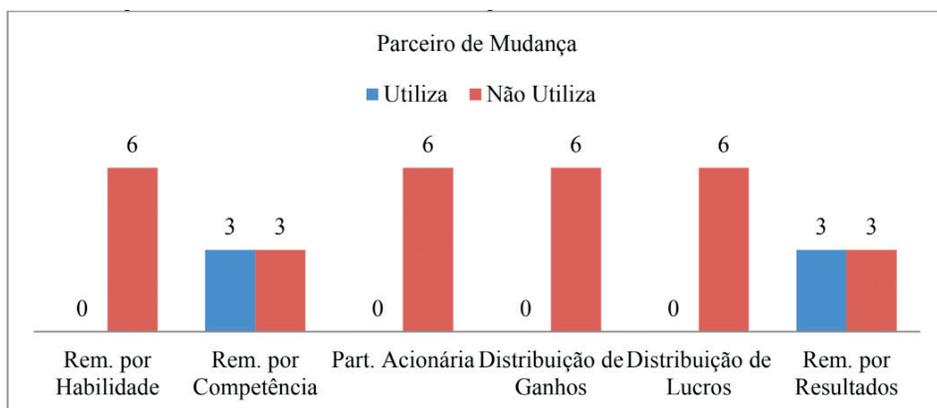


Ilustração 6: Face do Parceiro de Mudança

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

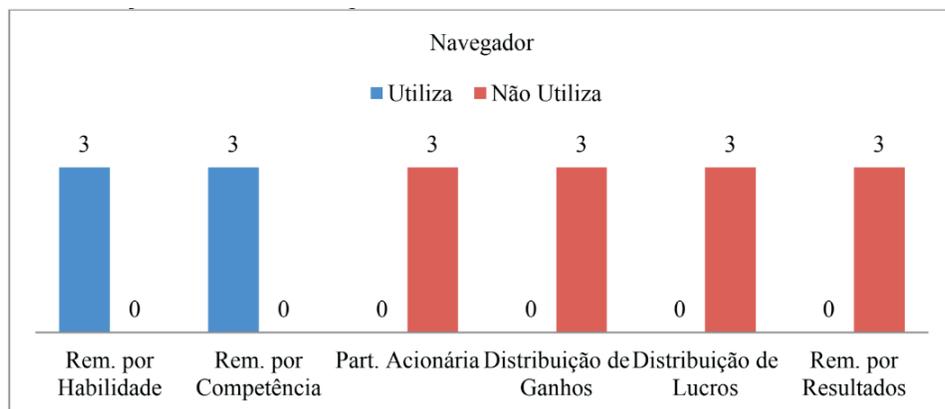


Ilustração 7: Face do Navegador

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

De acordo com Tanure et al. (2010, p.611), “apesar das faces do RH não se constituírem como etapas, há uma gradual evolução nos papéis exercidos pela área”. Analisando os resultados quanto à utilização da remuneração estratégica obtidos nas empresas classificadas como pertencentes às faces parceiro de mudança (Ilustração 6) e navegador (Ilustração 7), pode-se verificar conformidade com a teoria apresentada, uma vez que por serem empresas com um nível do departamento de recursos humanos mais elevado, se espera é que a remuneração estratégica seja utilizada mais amplamente. Com exceção das empresas integrantes da face parceiro de mudança, é perceptível que todas as empresas utilizem ao menos um método de remuneração estratégica.

As empresas da face parceiro de mudança possuem dois tipos de remuneração estratégica sendo utilizadas por 3 empresas cada, entretanto, devido a limitação da pesquisa não há possibilidade de descobrirmos se todas as empresas fazem o uso da remuneração estratégica, apenas é possível dizer que há a utilização de dois tipos de remuneração estratégica pelas empresas pertencentes a essa face.

Analisando os dados obtidos como um todo, inclusive as empresas classificadas em mais de uma face concomitantemente, pode ser dito que o método de remuneração estratégica mais utilizado é a remuneração por competência, utilizado por 33 empresas, seguido pela remuneração por habilidade que é utilizado por 27 empresas. Os métodos de distribuição de lucros e participação acionária não são utilizados em nenhuma empresa.

4.3 Remuneração Estratégica e os Índices de Desempenho

De acordo com Oliveira e Oliveira (2011), o estudo da gestão estratégica de recursos humanos e suas práticas apresentam várias controvérsias, muitos são os critérios que devem ser utilizados para mensurar seu impacto no desempenho empresarial. A explicação para isso se deve ao fato de que a função de gerenciar pessoas permeia toda a organização e por isso, afeta de maneira complexa e simultânea todos os resultados, sejam recursos humanos, organizacionais, financeiros ou de mercado.

Nesta pesquisa foi abordada a questão da remuneração estratégica como ferramenta de motivação da gestão estratégica de recursos humanos e o intuito foi descobrir os impactos percebidos na ótica dos gestores dessa prática em suas empresas. Foram abordados os índices de rentabilidade econômica, liquidez, ciclo operacional e também os operacionais.

A Ilustração 8 demonstra os resultados obtidos através da Correlação de Pearson em cada tipo de remuneração estratégica pelas empresas que fazem o seu uso, e os impactos percebidos nos índices já apresentados. Os métodos de remuneração estratégica de distribuição de lucros e participação acionária não apresentam correlação uma vez que nenhuma empresa faz a sua utilização, portando não constam na tabela.

Correlações	Remuneração por Habilidade	Remuneração por Competência	Distribuição de Ganhos	Remuneração por Resultados
Giro do Ativo	,164	,129	,207	,418**
Margem Líquida	-,198	0,000	0,000	0,207
Rentabilidade do Ativo	,095	,254	,230	,226
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	,161	,270	-,133	-,079
Liquidez Corrente	,079	,211	-,400**	-,211
Liquidez Seca	-,098	,068	-,319*	-,068
Ciclo Financeiro	,236	,010	-,091	-,010
Ciclo Operacional	,450**	,288*	-,270	-,288*
Necessidade de Capital de Giro	0,000	0,000	0,000	,254
Prazo Médio de Fabricação	,365**	,443**	,402**	,394**
Prazo Médio de Vendas	-,135	,254	-,482**	-,254
Qualidade do Produto	,538**	,371**	,319*	,239
Satisfação dos Consumidores	,648**	,633**	,306*	,118
Entrega no Prazo	,647**	,302*	,054	,109
Eficiência e Utilização	,417**	,696**	,022	,044
Produtividade por Funcionário	,653**	,450**	,387**	,044
% de Rotatividade dos Funcionários	,245	,410**	,228	,171
% de Absenteísmo	,127	,342*	,310*	,304*
% de Atrasos	-,185	,129	,207	,054
% de Horas Extras	,280*	,381**	,452**	,267

Ilustração 8: Correlação de Pearson Indicadores e Remuneração Estratégica

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

Ao analisar a Ilustração 8 pode-se concluir que existem algumas correlações entre remuneração estratégica e o desempenho das empresas. Entretanto essa correlação em sua grande maioria é caracterizada como fraca.

Se partirmos para uma análise de cada grupo de indicadores o que se pode perceber é nos índices de rentabilidade a correlação é identificada entre giro do ativo e remuneração por resultados, as demais não correlacionam ou apresentam correlação, mas em um nível desprezível.

Ao analisar os índices de endividamento não há a evidenciação de nenhuma correlação, ou seja, na ótica dos respondentes a remuneração estratégica não impacta em seus índices.

Quanto aos índices do ciclo operacional podemos evidenciar que foi percebido correlação entre o ciclo operacional e as remunerações estratégicas por habilidade e

competência. Entretanto, as correlações existentes ficam abaixo de 0,5 o que significa que o grau de correlação é fraco, mas mesmo assim existente.

Até o momento foram analisados apenas os índices financeiros, nestes índices a percepção de impactos da remuneração estratégica nos resultados das empresas é muito baixa, o que permite concluir que um dos motivos para esse resultado seja pelo fato da mensuração dos impactos da gestão estratégica exigir uma análise complexa e detalhada para que seja perceptível pela empresa.

São poucas as empresas que efetivamente fazem uso de mecanismos de mensuração e dão uma atenção especial aos indicadores, o que acaba criando uma distorção, mascarando o real resultado dos impactos da remuneração estratégica no desempenho da empresa. Este motivo muitas vezes acaba desencorajando o gestor a dar continuidade nos modelos de remuneração estratégica, pois não consegue visualizar benefícios para a empresa.

Ao analisar os indicadores de desempenho separadamente, conforme exposto na Ilustração 9, pode se notar um aumento significativo no número de correlações e até mesmo no grau de correção.

Correlações	Remuneração por Habilidade	Remuneração por Competência	Distribuição de Ganhos	Remuneração por Resultados
Qualidade do Produto	,538**	,371**	,319*	,239
Satisfação dos Consumidores	,648**	,633**	,306*	,118
Entrega no Prazo	,647**	,302*	,054	,109
Eficiência e Utilização	,417**	,696**	,022	,044
Produtividade por Funcionário	,653**	,450**	,387**	,044
% de Rotatividade dos Funcionários	,245	,410**	,228	,171
% de Absenteísmo	,127	,342*	,310*	,304*
% de Atrasos	-,185	,129	,207	,054
% de Horas Extras	,280*	,381**	,452**	,267

Ilustração 9: Correlação de Pearson nos Indicadores de Desempenho

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaborado pelos autores.

Dentre as correlações encontradas destacam-se as correlações entre a remuneração por habilidade e os índices de qualidade do produto, satisfação dos consumidores e produtividade por funcionário, também as correlações entre remuneração por competência e a satisfação dos consumidores, eficiência e utilização. Estas correlações apresentam valor acima de 0,5 o que indica que a correlação é moderada a forte.

Acredita-se que este aumento significativo nos valores e quantidades de correlações se motiva devido à facilidade de percepção, uma vez que os índices operacionais tratam

de questões ligadas ao dia-dia da empresa como qualidade do produto, satisfação dos consumidores, entrega no prazo, disposição e eficiência dos funcionários, isso permite que o gestor perceba mais facilmente a melhora destes indicadores em comparação aos financeiros que demandam uma análise mais elaborada e específica.

Os resultados encontrados nos índices operacionais permitem supor que são obtidos resultados positivos da remuneração estratégica na empresa como um todo, entretanto eles estão permeados dentro de todos os processos operacionais e por esse motivo não são percebidos com a mesma facilidade que os observados nos indicadores operacionais.

Pode se verificar também a presença de correlações negativas em todos os modelos de remuneração. Devido às limitações da pesquisa não há condições de apresentar os motivos concretos dessas correlações, entretanto é possível supor que esses resultados sejam ocasionados por inconsistências internas que a empresa enfrenta, como por exemplo: resistência por parte dos funcionários às mudanças implementadas, dificuldade no controle e cálculo das formas diferenciadas de pagamento e até mesmo falta de informação a respeito da sua produção e venda.

5 | CONCLUSÃO

De maneira geral, este estudo alcançou com ressalvas seu objetivo de descobrir o nível de atuação do departamento de Recursos Humanos a partir do modelo das Quatro Faces da Gestão Estratégica de Recursos Humanos, proposto por Tanure, Evans e Pucik (2007) e relacionar estes níveis com os mecanismos de remuneração estratégica. Houve divergências apontadas durante o estudo, as quais podem ser justificadas devido à baixa quantidade de empresas na amostra que possivelmente tenha distorcido o resultado esperado e também indícios de um descompasso entre discurso e prática por parte das empresas da amostra, o qual ocasionou resultados diferentes dos esperados.

Na amostra estudada, as indústrias mostraram pertencer a face construtora com 29,41% e a face executora com 23,53%, isso significa que as atividades do departamento de recursos humanos nesta mesorregião ainda se encontram voltadas para as atividades burocráticas e operacionais, mas que já possui engajamento para iniciar uma conexão com as estratégias da empresa.

Observaram-se ainda as empresas da face executora que fazem uso da remuneração estratégica pertencem ao segundo segmento, conforme disposto por Tanure et. al. (2007), o qual caracteriza empresas que utilizam ferramentas de gestão estratégia, entretanto elas se encontram desarticuladas entre si, ou com as estratégias da empresa.

O método de remuneração estratégica mais utilizado é a remuneração por competência, utilizado por 33 empresas, seguido pela remuneração por habilidade que é utilizado por 27 empresas. Os métodos de distribuição de lucros e participação acionária não são utilizados em nenhuma empresa.

Conclui-se que, na maioria de empresas, não foram percebidos impactos da remuneração estratégica de recursos humanos nos índices de rentabilidade econômica, liquidez e ciclo operacional. Acredita-se que isto se deve ao fato de que a mensuração dos impactos da gestão estratégica exige uma análise complexa e detalhada para que seja perceptível pela empresa, e isto muitas vezes acaba desencorajando o gestor a dar continuidade nos modelos de remuneração estratégica, pois não consegue visualizar benefícios a empresa.

Diferentemente, nos índices operacionais constatou-se que, na maioria das empresas, foi percebido um impacto positivo. Acredita-se que isto se deve à facilidade de percepção, uma vez que os índices operacionais tratam de questões ligadas ao dia-dia da empresa como qualidade do produto, satisfação dos consumidores, entrega no prazo, disposição e eficiência dos funcionários.

Como sugestão para estudos futuros pode ser apontado a realização da pesquisa com amostrar maiores para corrigir a dispersão apontada por Tanure et. al (2010), ou até mesmo a utilização de estudos de caso para que seja possível obter dados mais completos e específicos para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Beuren, Ilse Maria (2004). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Bianchi, Eliane Maria Pires Giavina, Quishida, Alessandra, & Foroni, Paula Gabriela. (2017). **Atuação do Líder na Gestão Estratégica de Pessoas: Reflexões, Lacunas e Oportunidades**. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(1), 41-61. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150280>

Dutra, Joel Souza. (2002) **Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, Antonio Carlos. (2001) **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. 1. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, Antonio Carlos. (2010) **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Marques, Jose Roberto. (2018) **Conceito e Definição de Gestão de Pessoas**. *Dados online*. São Paulo, mar. 2018. Blog do JRM. Recuperado em 24 de abril de 2018 <http://www.jrmcoaching.com.br/blog/conceito-e-definicao-de-gestao-de-pessoas/>.

Marras, Jean Pierre. (2002) **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 6. ed. São Paulo: Futura.

Marras, Jean Pierre. (2011) **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Saraiva.

Oliveira, Agostinha Mafalda Barra de; Oliveira, Alexandre José de. (2011) **Gestão de Recursos Humanos: uma metanálise de seus efeitos sobre desempenho organizacional**. *Revista de Administração Contemporânea*. On-line versão, vol.15 no.4, Curitiba.

Prodanov, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar. (2013) **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale.

Rodrigues, Weslei Alves, Reis Neto, Mário Teixeira, & Gonçalves Filho, Cid. (2014). **As influências na motivação para o trabalho em ambientes com metas e recompensas: um estudo no setor público**. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 253-273. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122014000100011>

Tanure, Betania; Evans, Paul; Pucik Vladimir. (2007) **A gestão de pessoas no Brasil – virtudes e pecados capitais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus.

Tanure, Betania; Evans, Paul; Cañado, Vera L. (2010) **As Quatro Faces de RH: Analisando a Performance da Gestão de RH**. *Revista de Administração Contemporânea*. Curitiba, v. 14, n. 4, p. 594-614.

Wood Jr., Thomaz; Picarelli Filho, Vicente. (1996) **Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas.

CAPÍTULO 9

FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: AS PROPOSTAS DE UM CURSO TÉCNICO NO CONTEXTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARANÁ

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Ednéia Martins Ferreira de Souza

Instituto Federal do Paraná – Campus
Avançado Goioerê
Goioerê – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6780657802943281>

Maria Izabel Rodrigues Tognato

UNESPAR – Campus de Campo Mourão
Campo Mourão – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0267233631277517>

RESUMO: Diante das possíveis relações entre as propostas de formação de um determinado curso, o perfil e as expectativas de seus estudantes e o contexto social do município em que se inserem, buscamos discutir a formação técnica integrada proposta por um campus do Instituto Federal do Paraná, no município de Goioerê, no mesmo Estado. Para tanto, fundamentamos nossa pesquisa nos aportes teóricos advindos de diferentes áreas do conhecimento, tais como: a Sociologia (GIDDENS, 2001; ALVARENGA et al, 2011), Psicologia (VIGOTSKY, 2010), Economia (FURTADO, 1984; AMARO, 2004) e Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos as abordagens qualitativa e quantitativa em relação à natureza da pesquisa (CANO, 2012) e questionários, registros acadêmicos e documentos institucionais como instrumentos de coleta de dados. Para as análises, pautamos

nossos estudos na Teoria da Complexidade (MORIN, 1996), e no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1997/2009) e nos estudos de Bulea (2010), ao identificar os conteúdos temáticos mobilizados nas representações dos estudantes apontadas em suas respostas no questionário. Os resultados apontam para um maior entendimento das contribuições da formação investigada para o desenvolvimento profissional e social dos estudantes em relação aos possíveis contextos e expectativas de atuação futura. Com isso, destacamos a relevância da necessidade de se compreender a formação do estudante enquanto sujeito social que recebe influência da sociedade em que se encontra inserido e que também pode atuar profissional e socialmente incidindo em desenvolvimento humano e social para o município.

PALAVRAS - CHAVE: Formação técnica integrada. Perfil e expectativas de estudantes. Desenvolvimento social. Pesquisa interdisciplinar.

INTEGRATED TECHNICAL EDUCATION AND SOCIAL DEVELOPMENT: THE PROPOSALS OF A TECHNICAL COURSE IN THE CONTEXT OF A MUNICIPALITY IN PARANÁ INTERIOR

ABSTRACT: In view of the possible relationships between the education proposals for a given course, the profile and expectations of its students and the social context of the municipality in which they are inserted, we seek to discuss the integrated technical education proposed by a campus of Paraná Federal Institute, in the municipality of Goioerê, in the same State. Therefore, we based

our research on theoretical contributions from different knowledge areas, such as: Sociology (GIDDENS, 2001; ALVARENGA et al, 2011), Psychology (VIGOTSKY, 2010), Economics (FURTADO, 1984; AMARO, 2004) and Education (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). As for the methodological procedures, we used the qualitative and quantitative approaches in relation to the nature of the research (CANO, 2012) and questionnaires, academic records and institutional documents as instruments of data collection. For the analyzes, we based our studies on the Complexity Theory (MORIN, 1996), and on Sociodiscursive Interactionism (ISD) (BRONCKART, 1997/2009) and on Bulea's studies (2010), by identifying thematic content mobilized in the representations of students pointed out in their responses in the questionnaire. The results point to a greater understanding of the investigated education contributions to the professional and social students' development in relation to the possible contexts and expectations of their future performance. Thus, we highlight the relevance of the need to understand the education of the student as a social subject who is influenced by the society in which he/she is inserted and who can also act professionally and socially, focusing on human and social development for the municipality.

KEYWORDS: Integrated technical education. Profile and expectations of students. Social development. Interdisciplinary research.

1 | INTRODUÇÃO

Considerando que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para atuarem profissionalmente nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, entre outros (BRASIL, 2008), buscamos analisar as possíveis relações entre a formação técnica integrada e o desenvolvimento social, a partir das propostas de um curso Técnico Integrado em Informática, o perfil e as expectativas dos estudantes, com base no contexto socioeconômico em que se inserem.

Partindo desse objetivo, alguns questionamentos norteiam nossa proposta de discussão, a saber: Quais as propostas de formação do curso investigado? Em quais aspectos a formação proposta, juntamente com o perfil e as expectativas dos estudantes podem influenciar no desenvolvimento do município de Goioerê?

Este estudo justifica-se na medida em que possibilita uma compreensão mais ampliada acerca das possíveis relações entre a proposta de formação técnica integrada, o desenvolvimento socioeconômico do município de Goioerê - PR, o perfil e as expectativas dos estudantes. Com isso, esta pesquisa nos auxilia a ajustar os objetivos de formação do curso investigado às expectativas de atuação dos estudantes, tendo em vista as necessidades de formação profissional na área de informática do município.

Para tanto, pautamos nossos estudos em uma perspectiva interdisciplinar de pesquisa, que abrange conceitos oriundos de diferentes campos teóricos do conhecimento, tais como: Sociologia (GIDDENS, 2001; ALVARENGA et al, 2011); Psicologia (VIGOTSKY, 2010); Economia (FURTADO, 1984; AMARO, 2004) e Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA;

RAMOS, 2012).

A partir disso, propomos explicar, no primeiro tópico, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo. E, em um segundo momento, discutiremos os resultados dos dados coletados e analisados no que concerne às propostas de formação pelo Instituto Federal do Paraná, apresentando o perfil e as expectativas dos estudantes do curso técnico integrado em informática no sentido de relacioná-las ao contexto socioeconômico do município de Goioerê-PR.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa interdisciplinar aponta para a necessidade de se integrar conhecimentos de diferentes áreas, a fim de se entender um problema ou abordar um tema de maneira mais abrangente a partir das possíveis influências de aspectos oriundos de diferentes campos teóricos na constituição de um determinado fenômeno ou objeto investigado. Nessa perspectiva, a complexidade de alguns objetos de estudo podem não contemplar um único campo disciplinar, uma vez que pode haver diversas articulações e relações a serem interpretados (MORIN, 1996). Assim, a interdisciplinaridade, produzida por meio do diálogo entre diferentes campos do conhecimento, pode auxiliar na investigação de questões ou aspectos inerentes a diferentes áreas do conhecimento. Com isso, refletir e discutir a formação técnica integrada como possibilidade de desenvolvimento humano, profissional e social no contexto de um município, é um processo complexo, que exige a interlocução entre diferentes campos do conhecimento no sentido de se obter uma compreensão mais abrangente do objeto em investigação.

Por essas razões, fundamentamos nossos estudos em conceitos-base provenientes de diferentes áreas, a saber: a Sociologia (GIDDENS, 2001; ALVARENGA *et al.*, 2011), pelo auxílio na compreensão de que o desenvolvimento social pode ser conduzido por modelos variados, destacando-se aqueles baseados em políticas redistributivas, que buscam o bem-estar social de todos; a Psicologia (VIGOTSKY, 2010), por possibilitar o entendimento de que os estudantes são sujeitos em formação, inseridos num contexto institucional que exerce influência sobre seu desenvolvimento humano, social e profissional; a Economia (FURTADO, 1984; AMARO, 2004), por permitir um entendimento acerca do contexto social e econômico do município no qual a instituição investigada se situa e a maioria dos estudantes está inserida, podendo atuar social e profissionalmente; e, a Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012), por possibilitar um entendimento quanto aos aspectos que constituem os processos e objetivos com relação à formação do estudante do curso técnico, à concepção de trabalho e de educação da instituição escolar investigada.

No que tange à natureza de nossa pesquisa, utilizamos as abordagens quantitativa e qualitativa, pois como explica Cano (2012, p. 108-109), a primeira envolve uma “mensuração precisa” e a segunda propicia “uma compreensão mais profunda do contexto e da visão dos

próprios atores para poder interpretar a realidade”.

A abordagem quantitativa de pesquisa permite-nos mensurar aspectos gerais do município e da instituição, além de identificar estatisticamente os perfis e expectativas dos estudantes. Já a abordagem qualitativa, possibilita-nos compreender os dados estatísticos e interpretar as perspectivas de formação do estudante em sua relação com o curso e o contexto do município.

Quanto à formação técnica integrada, os documentos analisados foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática.

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico do município, analisamos alguns dados históricos, sociais e econômicos do município de Goioerê-PR, obtidos por meio do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Concernente aos dados obtidos por meio dos registros acadêmicos e questionário, destacamos que este último foi desenvolvido e aplicado no formato *online*, por meio da plataforma *SurveyMonkey*, com os estudantes do curso Técnico Integrado em Informática. Os dados obtidos por meio das questões objetivas foram tabuladas por meio de gráficos e os dados referentes às questões subjetivas tabulados com base na perspectiva teórico-metodológica do ISD, de Bronckart (1997/2009) e Bulea (2010), quanto ao conteúdo temático e à organização dos dados em temas (SOT) e subtemas, desdobrados a partir dos temas centrais (STT). Ademais, assim como foi levantado mais de um tema em relação a algumas questões, várias respostas possibilitaram a divisão em outros dois ou três subtemas, o que nos levou a acrescentar uma tabela com o número de “ocorrências” destes temas e/ou subtemas evocados nos dados. Além disso, algumas respostas apontaram para a ausência de indicativos, não sendo possível levantar qualquer subtema. Assim, o número de subtemas, em determinados momentos, é maior do que o número de estudantes questionados e, em outros momentos, é menor.

O questionário, juntamente com o projeto de pesquisa, foi submetido e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), do Centro Universitário Integrado de Campo Mourão-PR. Por questões éticas e devido à quantidade de estudantes que participaram da pesquisa, identificamos os participantes por um número. Esses dados possibilitaram-nos a identificação socioeconômica dos estudantes, seu perfil, bem como suas expectativas quanto a sua futura atuação acadêmica e profissional no município de Goioerê-PR com base em sua formação no curso investigado.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia apresentam como uma de suas missões, a identificação e intervenção nos problemas

locais detectados por meio de “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p.14), é possível perceber, nos ideais dessa instituição, a preocupação com o desenvolvimento social.

Com relação ao ensino técnico e profissionalizante, para Pacheco (2011), os Institutos Federais não os compreendem apenas como instrumentalizador de pessoas para ocupar uma função no mercado de trabalho, mas como formador de cidadãos para atuar na sociedade em que se inserem. Entendemos que, embora um de seus objetivos seja o ensino técnico e tecnológico e que, inicialmente, pode contribuir para a formação fragmentada de sujeito, identificamos objetivos que propiciam uma nova reflexão para essa área de ensino ao evidenciar uma proposta de formação humana e social.

De acordo com a lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados. Devido a isso, é passível de observação o fato de que tanto o *Campus Avançado Goioerê*, quanto os demais *campi* do Instituto Federal do Paraná, ofertam em sua maioria cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

A Formação Técnica de nível médio desenvolvida, na modalidade integrada, prevê uma articulação entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico profissionalizante, por meio da qual o estudante pode realizar as disciplinas da base curricular comum juntamente com as disciplinas técnicas, distribuídas em uma mesma grade curricular e desenvolvidas de maneira integrada no decorrer de um mesmo período letivo (BRASIL, 1996).

A proposta do curso Técnico Integrado em Informática, no *Campus Avançado Goioerê*, justifica-se devido à necessidade de se disponibilizar ao município profissionais qualificados para atuar em qualquer empresa ou organizações, que utilizem sistemas computacionais, principalmente, na área de programação de computadores (IFPR, 2016). Junto a esse perfil técnico, o curso também objetiva “formar um cidadão responsável, justo, crítico e ciente de seu importante papel no desenvolvimento social e tecnológico” (IFPR, 2016, p. 12). Com isso, constatamos que as finalidades do curso Técnico Integrado em Informática vão para além da formação técnica e profissional. O curso busca proporcionar a aquisição de conhecimentos técnicos para que os estudantes auxiliem suas comunidades profissionalmente, contribuindo para o seu desenvolvimento de sua comunidade e de seu município.

No que concerne ao contexto em que se encontra a formação técnica investigada, e as suas possíveis influências, pautamos nossos estudos em alguns dados, referentes ao município de Goioerê, dispostos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017a). O município de Goioerê foi criado no ano de 1956, a partir do desmembramento do município de Campo Mourão, sendo localizado na região noroeste do Paraná, a 530km da capital Curitiba, próximo às cidades de Campo Mourão e Umuarama. Com relação aos aspectos demográficos registrados pelo IBGE (2017a), o município teve seu auge populacional

entre as décadas de 1970 até meados dos anos 1990, quando a alta produção de algodão e os municípios de Rancho Alegre d'Oeste e Quarto Centenário faziam parte de seus distritos, chegando a registrar um índice de 100.360 habitantes. No ano de 2016, a estimativa era de 29.683. Trata-se de uma redução de quase 70% da população em aproximadamente 20 anos. De acordo com o IBGE (2017a), Goioerê possui relevo suavemente ondulado, com solo de predominância latossolo vermelho escuro, clima subtropical úmido e hidrografia, composta por vários rios, nascentes e córregos; fatores que propiciam as atividades agrícolas desde sua criação. Segundo a Revista Observatório Regional, no que se refere ao Percentual de Empregabilidade de Pessoas Ocupadas Segundo as Principais Atividades Econômicas das Unidades do IFPR (2010), Goioerê apresenta um percentual de 44,6% na área da agricultura, seguidos de 19,1% na área do comércio e 16,4% na área da indústria de transformação. No que tange ao setor da informação, o percentual é de 0,0%, sendo que no Estado do Paraná este percentual é de 1,3%, o que nos causa certo estranhamento, devido ao fato do IFPR – Instituto Federal do Paraná, *campus* de Goioerê, iniciar suas atividades justamente com um curso Técnico Integrado em Informática.

Para o ano de 2010, o IBGE (2017b), apontou um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,731, ficando o município na posição 93º dos 399 municípios que compõem o Estado do Paraná. No que diz respeito ao trabalho e rendimento, o IBGE (2017b), menciona que, para o ano de 2015, Goioerê teria 20,7% de sua população ocupada; e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo para o ano de 2010 seria de 31,4%. Este último dado coloca o município na posição 261 de 399 municípios do Estado do Paraná, como podemos observar no Quadro 1.

TRABALHO E RENDIMENTO/ ECONOMIA/EDUCAÇÃO		Posição entre os 399 municípios do Estado
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2015)	2 salários mínimos	196º
Pessoal ocupado (2015)	6.151 pessoas	76º
População ocupada (2015)	20,7%	149º
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010)	31,4%	261º
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,4%	275º
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	5,7	229º
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	4,2	203º

Quadro 1. Índices do município de Goioerê-PR relativos a trabalho e rendimento, economia e educação

Fonte: IBGE (2017b).

Os dados referentes a trabalho, rendimento e economia, apresentados nas quatro primeiras linhas do Quadro 1, demonstram um desenvolvimento econômico razoável, tendo

em vista a posição entre os 399 municípios do Estado. Porém, com relação aos dados relacionados à educação, identificamos baixo desenvolvimento social, tendo em vista que, como aponta Amaro (2004, p. 59, grifos do autor) “o Desenvolvimento Social é, portanto, entendido como *o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais*” (AMARO, 2004, p. 59, grifos do autor). Compreendemos assim, que o município de Goioerê-PR tem um nível de desenvolvimento humano e social baixo devido aos índices de desempenho da educação básica e é nesse contexto, que o Instituto Federal do Paraná instalou, em 2014, um de seus *campi*.

Entendemos que o modelo de desenvolvimento proposto por tais Institutos prioriza as dimensões sociais, investindo em “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p.14). Esta proposta vai para além dos ideais modernos de produção científica e inovação por não buscar um desenvolvimento vinculado unicamente a questões econômicas e capitalistas e, por considerar o desenvolvimento social de um município, de uma região, possibilitando gerar desenvolvimento a partir de políticas públicas.

No que concerne aos estudantes do curso investigado, detectamos um perfil de adolescentes entre 15 e 19 anos de idade, residentes no município de Goioerê ou em municípios vizinhos tais como: Moreira Sales, Rancho Alegre e Quarto Centenário. Constatamos que 79 dos 100 estudantes investigados são oriundos de escolas públicas, o que condiz com as políticas de acesso, que são de 80% de suas vagas para inclusão social.

Quanto às expectativas dos estudantes de atuação no município, por meio de sua formação, listamos no Quadro 2, os principais subtemas identificados por meio da Organização de Conteúdo Temático de Bronckart (1997/2009) e Bulea (2010).

Tema principal (SOT)	Subtemas (STT)	Nº de ocorrências
Contribuição do curso para o futuro campo de atuação no município.	a) Qualidade profissional.	36.
	b) Desenvolvimento tecnológico.	27.
	c) Aumento de conhecimento e experiência.	10.
	d) Possibilidade de utilização dos conhecimentos em várias áreas.	7.
	e) Não pretende permanecer no município.	6.
	f) Dificuldade com a área de trabalho quase inexistente no município.	5.
	g) Preparação para o Ensino Superior.	5.
	h) Intenção de não seguir na área da informática.	2.
	i) Reconhecimento profissional e social dos estudantes e da instituição.	2.
	j) Profissionalização da área.	2.
	k) Conhecimento crítico e de mundo.	2.

Quadro 2. Expectativas dos estudantes em relação à contribuição do Curso Técnico Integrado em Informática

Fonte: Adaptado de Souza, 2019, p. 113-114.

Ao analisar os subtemas evidenciados pelo Quadro 2, notamos que a maioria dos estudantes evidencia a qualidade da formação profissional como algo que auxilia no desenvolvimento do campo de atuação no município, como mencionado por um dos respondentes: “Goioerê está crescendo na área da informática, e nossa formação pode contribuir ainda mais para esse crescimento” (estudante 29). Além disso, os alunos defendem que a experiência e os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso pode impulsionar a área da informática e da tecnologia como campo de atuação no município.

Cerca de 11 estudantes relatam que não há possibilidades de contribuição de sua formação para o município e não pretendem atuar ou residir no local. Isso porque as expectativas de atuação estão em municípios maiores, como podemos evidenciar neste excerto: “No meu município nada! Esta área é melhor em cidades grandes” (estudante 43). Em outros casos, esta característica do município é considerada uma oportunidade de inserção profissional e de oferta de trabalho na região, como expõe o seguinte excerto: “O meu município fica no interior e não tem muitos programadores, então será relativamente fácil me inserir no mercado de trabalho” (estudante 17).

Como no tema anterior, nas respostas dos estudantes, é possível constatar uma visão crítica mais abrangente, ao afirmarem que o curso pode contribuir para o futuro campo de atuação no município, ao formar os estudantes com qualidade, disponibilizando conhecimento crítico. Estes estudantes vêem a possibilidade de usar os conhecimentos em diversas áreas, ocasionando desenvolvimento tecnológico e profissional.

Aproximadamente 20 estudantes demonstram uma preocupação com a dimensão social, o que nos leva a compreender que a formação proposta pela instituição pode estar sendo acessível a eles. Isso mostra que, além de integrar conhecimentos, o curso possibilita formar e transformar os estudantes para serem mais críticos, mais humanos e mais preocupados com o bem-estar coletivo, impulsionando a emancipação humana e social. Como exemplo, podemos mencionar o seguinte excerto: “O curso me auxilia no desenvolvimento tecnológico para ser utilizado tanto na área de informática, tanto em outras áreas, em busca de inovações e melhora para nossa sociedade” (estudante 56).

Assim, ao constatarmos um perfil de jovens que se preocupam com o futuro profissional e com a coletividade social no município em que residem, compreendemos que, conforme menciona Amaro (2004) e Furtado (1984), o desenvolvimento social de uma localidade pode ser conduzido por um modelo de educação. Modelo este que pode repercutir como algo pretendido pela sociedade, influenciando nas possibilidades de desenvolvimento não somente econômico, mas também social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornarmos os questionamentos norteadores de nossa proposta de discussão, primeiramente, no que diz respeito às possíveis contribuições das propostas de formação do

curso investigado, os resultados deste trabalho nos permitem inferir que a formação técnica integrada, ofertada no IFPR - *Campus* Avançado Goioerê, apresenta como finalidade, além da formação técnica, uma formação humana e social, objetivando o desenvolvimento dos estudantes não apenas profissionalmente, mas para a vida em sociedade. Tais aspectos podem configurar em desenvolvimento social para o município, conforme apresenta Amaro (2004) e Furtado (1984) ao relacionarem modelos educacionais com desenvolvimento social.

Além do mais, tendo em vista que o município possui baixos índices de desenvolvimento econômico e social, compreendemos que as propostas de atuação profissional social do curso investigado podem contribuir e impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social da localidade na qual se encontram os estudantes. No entanto, identificamos a necessidade de investimentos e oportunidades para que esses jovens possam iniciar seus trabalhos no município de Goioerê, uma vez que a área da informação, no município, bem como no Estado do Paraná como um todo, possui um percentual mínimo de empregabilidade (IFPR, 2015).

Os resultados obtidos também nos remetem ao segundo questionamento por nós apontado na introdução deste trabalho, quanto aos aspectos da formação técnica integrada proposta, juntamente com o perfil e as expectativas dos estudantes que podem influenciar no desenvolvimento do município de Goioerê. Com isso, destacamos a relevância da necessidade de se compreender a formação do estudante enquanto sujeito social que recebe influência da sociedade em que se encontra inserido e que também pode atuar profissional e socialmente incidindo em desenvolvimento humano e social para o município. Isso nos remete, por exemplo, a um dos princípios utilizados em nossa pesquisa, da Teoria da Complexidade (MORIN, 1996), o da recursividade, quando temos um ciclo no qual um elemento contribui para o outro em um mesmo percurso de desenvolvimento. Enfim, trata-se de uma perspectiva que nos permite visualizar contribuições de uma formação técnica integrada, revelando um papel social fundamental na vida profissional e social dos jovens que dela participam. Assim, esperamos que este trabalho possa servir de motivação a estudos posteriores, a fim de avançarmos no debate social acerca da discussão proposta.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.).

Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria à prática e da prática à teoria. I.S.C.T.E/Lisboa: Cadernos de estudos africanos, 2004.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Goioerê**, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/goioere/historico>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Goioerê**, 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/goioere/panorama>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de Linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução de Anna Rachel Machado. São Paulo: Educ, 1997/2009.

BULEA, Ecaterina. **Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade**. Tradução de Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin e Lena Lúcia Espínola Rodrigues Figueirêdo. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

IFPR – Instituto Federal do Paraná. **Revista Observatório Regional**: Cenário Socioeconômico das Unidades do IFPR, v. 4, n. 4, mar./jun. 2015. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Pró-Reitoria, 2015.

IFPR – Instituto Federal do Paraná. *Campus* Avançado Goioerê. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Turma 2016**, 2016. Disponível em: <http://goioere.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/PPC-inform%C3%A1tica-integrado-2016.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. *In*: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274-286.

PACHECO, Eliezer. (Org.) **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

SOUZA, Ednéia Martins Ferreira de. **Perfil e expectativas de estudantes no contexto da formação técnica integrada**: reflexões em discussão. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) – UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2019.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia pedagógica**. Tradução e introdução de Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CAPÍTULO 10

ANÁLISE DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE CONTABILIDADE INTERORGANIZACIONAL PELOS OLEIROS DO PARACURI – ICOARACI – PA

Data de aceite: 21/07/2021

Data da submissão: 06/05/2021

Ana Paula da Costa Ewerton

Universidade Federal do Pará – UFPA
Belém – PA
<http://lattes.cnpq.br/2541611043782103>

Márcia Athayde Moreira

Universidade Federal do Pará – UFPA
Belém – PA
<http://lattes.cnpq.br/0214030655326645>

RESUMO: A contabilidade interorganizacional trata do compartilhamento de informações contábeis entre empresas, com o intuito de, sobretudo, reduzir custos e formar preços dos produtos. Sua origem remonta aos anos 90, quando as empresas passaram a se relacionar com demais empresas que fazem parte da mesma cadeia de suprimentos, com o objetivo de alcançar a vantagem competitiva de forma conjunta. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar quais as práticas de contabilidade interorganizacional são adotadas pelos oleiros do bairro do Paracuri, em Icoaraci, distrito do município de Belém – PA. A metodologia adotada caracteriza-se como exploratória, com a realização de entrevistas aos gestores de olarias. Os resultados vislumbram a inexistência das práticas da contabilidade interorganizacional pelos oleiros da amostra. Como barreiras mais recorrentes que inibem a adoção, foram indicadas a não percepção de motivos para compartilhar

informações e a ausência de interesse por parte dos gestores. A não existência da contabilidade interorganizacional prejudica a visualização de benefícios advindos da prática, como a melhoria do processo de gestão da empresa e a redução de custos. Assim, a pesquisa visa contribuir com a literatura da contabilidade interorganizacional, fornecendo mais um exemplo de como as empresas brasileiras lidam com o fenômeno.

PALAVRAS - CHAVE: Contabilidade Gerencial. Contabilidade Interorganizacional. Compartilhamento de informações.

ANALYSIS OF THE ADOPTION OF INTERORGANIZACIONAL ACCOUNTING PRACTICES BY PARACURI POTTERS – ICOARACI – PA

ABSTRACT: Interorganizational accounting is about accounting information sharing between companies, with the purpose of, above all, reducing costs and forming price of products. Its remote origin the 90s, when companies started to relate to other companies that are part of the same supply chain, with objective to achieve competitive advantage together. In this context, the objective of the research was to identify which the interorganizational accounting practices are adopted by potters of the Paracuri neighborhood, in Icoaraci, district of Belem – PA. The methodology adopted is characterized as exploratory, with interviews with masonry managers. The results of the research show the insistence of interorganizational accounting practices by the sample potters. As the most recurrent barriers that inhibit adoption were indicated the non-perception of reasons for sharing information and

the lack of interest on the part of managers. The lack of interorganizational accounting impairs the visualization of the benefits arising from the practice, such as improving the company's management process and reducing costs. Thus, research aims to contribute to the literature of interorganizational accounting, providing another example of how Brazilian companies deal with phenomenon.

KEYWORDS: Management Accounting. Interorganizational Accounting. Information Sharing.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Gianisella, Souza e Almeida (2008), no passado as empresas que eram autossuficientes e independentes detinham o sucesso dos negócios, atuando apenas na gestão de seus processos internos. Porém, o cenário atual exige maior integração entre as empresas, as quais optam por se unirem em alianças estratégicas como forma de ganhar acesso a recursos valiosos oferecidos pelos parceiros (BRAGA; BRAGA, 2011).

Para Xavier (2008), tal situação exigiu das empresas mudanças prioritariamente externas, como a necessidade de operar com outras empresas que atuam em diversas etapas de um processo produtivo para alcançarem o diferencial no mercado competitivo e conseguirem atender às necessidades dos clientes.

Bayraktan et al. (2009) afirmam que a maioria das empresas têm buscado cada vez mais implementar uma gestão eficiente da cadeia de suprimentos, o que resulta em uma elevada vantagem competitiva, quando comparada com empresas que atuam de forma individual. As empresas se relacionam por diversos motivos e por razões diferentes, tais como a redução dos custos, por meio de economias de escalas e acessos a mão de obra barata; o acesso aos conhecimentos tecnológicos; o alcance a novos mercados e a redução dos riscos (DING; DEKKER; GROOT, 2016).

Ademais, para garantir vantagem competitiva, a empresa necessita despojar-se da visão de que ela é uma entidade individual para adotar a percepção de que ela é parte integrante (elo) de um relacionamento e apenas trabalhando em consonância com esses demais componentes poderá obter resultado satisfatório (LOPES et al., 2014).

Tais situações resultaram em um aumento da prática da gestão interorganizacional, onde o compartilhamento de informações entre as empresas de uma mesma cadeia produtiva tornou-se essencial quando se trata de obter vantagens competitivas, e/ou mesmo se manter ativo no mercado. Nesse sentido, Lopes e Callado (2017) afirmam que devido ao aumento da concorrência, as empresas necessitam da cooperação interorganizacional para que possam atingir vantagens competitivas de forma conjunta. As empresas que mantêm este tipo de cooperação são independentes, mas conduzem suas atividades e ações com foco nos objetivos conjuntos, tornando-as mais preparadas a enfrentar a competição dos mercados.

Diante disso, dentre os desenvolvimentos da contabilidade para atender às necessidades dos usuários, encontra-se a contabilidade interorganizacional, que trata do

compartilhamento de informações gerenciais e financeiras entre as empresas que estão inseridas no contexto das relações interorganizacionais, a qual traz elementos importantes voltados para custos e formação de preço.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como questão norteadora: Qual a influência nos negócios ocasionada pela adoção das práticas da contabilidade interorganizacional pelos oleiros do bairro do Paracuri, distrito de Icoaraci, em Belém – PA?

Assim, diante da crescente importância da aplicação da contabilidade interorganizacional, o objetivo da pesquisa é identificar como se dá a adoção das práticas pelos oleiros, quais os resultados proporcionados por tal adoção, investigando ainda as barreiras que prejudicam a ampla aplicação dessas práticas no âmbito da amostra estudada.

Dessa forma, a presente pesquisa visa contribuir com a literatura sobre a contabilidade interorganizacional, busca fomentar uma melhor compreensão do assunto e da sua aplicabilidade a partir da investigação da existência de práticas de contabilidade interorganizacional e dos benefícios provenientes de adoção das técnicas.

2 | RELACIONAMENTO INTERORGANIZACIONAL

Ao longo do tempo as empresas passaram por várias mudanças na sua maneira de fazer negócios, para atender as novas exigências de mercado, melhorar o desempenho em cadeia e manterem-se competitivas, houve o fortalecimento das relações interorganizacionais. Castells (2005) aborda algumas situações perceptíveis decorrentes do processo de mudanças no mercado, como: a organização passou a focar não somente na tarefa, mas no processo como um todo; a hierarquia passou a ser horizontalizada; o desempenho passou a ser mensurado pela satisfação do cliente; o contato entre fornecedores e clientes foi maximizado e fortalecido o treinamento de funcionários.

Souza e Rocha (2009) afirmam que o reconhecimento de relacionamentos interorganizacionais, com atividades sendo desenvolvidas de maneira interna e externa à empresa, é de fundamental importância para a gestão, uma vez que essas ações constituem uma estratégia que além de reduzir possíveis ameaças, pode possibilitar várias oportunidades. Dessa forma, as empresas, diante às transformações, adaptaram seu modelo organizacional a essa nova realidade, antes marcada pela centralização de tarefas e agora baseada na interligação entre as empresas, com o objetivo de se desenvolverem diante do novo cenário. As organizações estabelecem relacionamentos interorganizacionais como forma de se tornarem mais estáveis perante as incertezas ambientais (CASTRO; BULGACOV; HOFFMANN, 2011).

Lopes (2014) afirma que a atividade produtiva das empresas compreende várias atividades interligadas, sendo elas dependentes do desempenho umas das outras. Nesse caso, se for identificado um desempenho insatisfatório em algum elo da cadeia, os demais elos sofrerão reflexos desse mau desempenho. O autor salienta que uma má gestão e/

ou controle de custos de um fornecedor poderá afetar os custos de aquisição da empresa compradora, que será refletido no preço de venda pago pelo consumidor final. Logo, é notória a importância de uma inter-relação entre os membros de um processo, bem como de uma gestão eficiente, pois a deficiência em uma fase do processo produtivo afeta a relação com o consumidor final, situação a qual interfere na satisfação deste e, conseqüentemente, no desempenho da organização.

Contudo, para alguns autores, a prática de relacionamento interorganizacional pode apresentar insatisfações em virtude da ineficiência no compartilhamento de informações entre os participantes, a exemplo de Gohr et al. (2015) que afirmam que a opção por entrar em um relacionamento interorganizacional pode gerar um alto nível de insatisfação aos integrantes, uma vez que as taxas de fracasso desses relacionamentos são muito altas, devido à dificuldade em manter uma sinergia na maneira do trabalho.

Para Barcellos et al. (2012), é necessário que os integrantes desenvolvam atributos que potencializem a cooperação, pois a falta deles pode prejudicar a interação entre as empresas e, conseqüentemente, o desempenho da rede. Deste modo, com o intuito de que haja excelência nos resultados aos participantes dessa relação, deve-se haver, sobretudo, a existência de confiança, de tal forma que exista o intercâmbio de informações entre os integrantes, proporcionando o desenvolvimento em conjunto.

Nesse sentido, para que haja a vantagem competitiva no processo e uma gestão eficaz, é fundamental o compartilhamento dos benefícios e riscos entre os elos da cadeia para que assim haja o interesse por parte do fornecedor em divulgar as suas informações (LOPES; CALLADO, 2017). Dever existir a união entre os integrantes, um trabalho conjunto de forma que não ocorra atuação de forma isolada.

3 | CONTABILIDADE INTERORGANIZACIONAL

A contabilidade apresenta um papel fundamental na formação de relacionamentos, como afirma Tomkins (2001). Para Barbosa, Wanderley e Soeiro (2017), a contabilidade auxilia na construção da interação entre as empresas por meio de mecanismos de controle, podendo ainda ser utilizada como um meio para decidir acerca do estabelecimento ou não de relacionamentos.

Caglio e Ditillo (2012) definem a contabilidade interorganizacional como uma estratégia que conduz a uma cooperação entre empresas, através do compartilhamento de informações gerenciais, financeiras e não financeiras, que influencia o fluxo dos processos e produtos entre elas.

Para Souza (2008), toda informação de negócios que for divulgada aos outros parceiros como fonte de informações de melhoria da gestão de custos das empresas e controle gerencial das atividades da cadeia, é alvo da contabilidade interorganizacional. Portanto, dentre os objetivos da adoção das práticas da contabilidade interorganizacional,

encontra-se a redução dos custos, dentro do enfoque financeiro.

Galvão (2018) afirma que o compartilhamento de informações contábeis não é algo fácil de ser implementado, principalmente pelo risco de comportamentos oportunistas. Nesse sentido, alguns autores abordam as barreiras que podem resultar no insucesso da implantação das técnicas de contabilidade interorganizacional. De acordo com Lopes e Callado (2017), essas barreiras são: o receio de comportamento oportunista, a ausência de reconhecimento de benefícios, a inexistência de consenso entre membros e as informações não acuradas de custos.

Como a contabilidade interorganizacional é decorrente da integração das várias áreas dentro e fora da empresa, presume-se que as empresas devem estar todas dispostas a cooperar umas com as outras, com o fim de que haja um fluxo de produtos e de informações de maneira eficiente (FILHO et al., 2004). Para que ocorra a implantação das práticas de contabilidade interorganizacional é necessária, sobretudo, a questão da confiança entre os envolvidos.

Como afirma Dekker (2003), o papel da confiança é de extrema relevância no processo de compartilhamento de informações, pois na ausência desta não há como perceber benefícios nas práticas de contabilidade interorganizacional.

Dentre as informações mais compartilhadas entre as empresas, encontram-se aquelas relacionadas diretamente à produção, tais como: redução de custos, melhoria de qualidade, maior flexibilidade e para o desenvolvimento de confiança mútua entre os elos da cadeia (BARNES; LIAO, 2012). Segundo Lopes (2014), as informações mais divulgadas estão relacionadas a questões financeiras e não financeiras, como: informações de custos dos produtos, variações entre o orçamento planejado e o real, taxa de rendimento padrão (lucro), retrabalhos, ciclo de tempo, demonstrações projetadas, avaliação de desempenho da cadeia e previsões de demanda.

Pelo exposto, a Contabilidade Interorganizacional é formada por diversas práticas que possibilitam o compartilhamento de informações, como a Gestão de Custos Interorganizacionais (HAKANSSON; LIND, 2006). A qual será abordada a seguir.

3.1 Gestão de Custos Interorganizacionais (GCI)

A Gestão de Custos Interorganizacional (GCI) se configura como uma interação entre as empresas que pertencem a mesma cadeia de produção, extrapolando seus limites internos. Tal situação se justifica, pois, a formação de custos está relacionada não apenas aos investimentos internos, mas também aos insumos advindos de outras empresas, ou seja, parte dos custos de uma empresa é formada por seus fornecedores (FARIA et al., 2013). Essa interação tem provocado a necessidade de uma melhor gestão de custos pelas empresas.

Cullen e Meira (2010) também afirmam que a GCI está relacionada ao trabalho em conjunto entre fornecedores e clientes para criar esforços na redução de custos. Dessa

forma, a atuação em equipe possibilita maiores melhorias quando se refere ao tratamento de custos, concluindo-se que a atuação isolada da empresa não resultaria em melhorias expressivas, pois ela não teria uma visão ampla da cadeia como um todo.

Consoante Galvão (2018), gerir custos de forma isolada pode trazer benefícios internos de maneira isolada. Entretanto, em uma visão estratégica e abrangente, tal atuação isolada não é favorável, pois o compartilhamento entre os membros de uma cadeia de suprimentos pode proporcionar benefícios que não seriam possíveis ser alcançados individualmente.

Agndal e Nilsson (2008) ressaltam que os custos implementados no decorrer dos processos precisam ser conhecidos para que possam ser geridos de forma eficiente, o que é possível mediante a transparência de informações entre as empresas. À vista disso, é perceptível que para se obter sucesso no gerenciamento dos custos é necessário haver o intercâmbio de informações, caso o contrário, não é possível vislumbrar uma gestão eficiente dos custos.

Não obstante, a Gestão de Custos Interorganizacionais não está relacionada apenas à redução de custos, como afirmam Aguiar, Rezende e Rocha (2008), a metodologia possibilita criar novas tecnologias além da redução de custos dos produtos e serviços, como: desenvolvimento de melhorias na tecnologia de produção; aumento das funcionalidades dos produtos e serviços transacionais; desenvolvimento de alternativas de substituição de insumos e oferta de produtos competitivos que agreguem valor sob a ótica do cliente. Nesse sentido, é perceptível que diversas vantagens são obtidas através de uma boa Gestão de Custos Interorganizacional.

Souza e Rocha (2009) definem a GCI como um processo cooperativo de gerenciamento de custos entre as empresas. Tal definição apresentada classifica a Gestão de Custos Interorganizacionais como um “gerenciamento de custos”, ou seja, não implica necessariamente na redução de custos. À vista disso, a prática pode provocar o aumento dos custos totais, e não apenas a sua redução, como abordada por alguns autores.

Apesar de parecer contraditório, tal situação é válida e aceitável, contanto que gere vantagens competitivas reconhecidas pelos clientes e o aumento do valor do produto, vislumbrado no aumento da receita, seja superior ao aumento dos custos, resultando em um maior retorno (SOUZA, 2008). Souza (2008) ainda afirma que é mais importante gerar um maior retorno total para a cadeia do que reduzir o custo total. Dessa forma, um dos objetivos da GCI é a redução de custos, porém não é o principal. Para Camacho et al. (2015), a definição da Gestão de Custos Interorganizacionais não deve se limitar à redução de custos, mas focar, prioritariamente, na maximização do retorno.

Para que fluam benefícios advindos da adoção da Gestão de Custos Interorganizacionais, é necessária a presença de um relacionamento baseado na interdependência, confiança, cooperação, estabilidade e que seja mutualmente benéfico entre os participantes (COOPER; SLAGMULDER, 1999). A ausência de um deles pode

comprometer e inviabilizar todo o processo, resultando em um não aproveitamento de todos os benefícios proporcionados pela prática da GCI (CAMACHO et al., 2015).

4 | METODOLOGIA

4.1 Classificação e Características Gerais da Pesquisa

Utilizando a taxonomia de Farias Filho e Arruda Filho (2013) pode-se definir esta pesquisa quanto aos objetivos como exploratória, com uma abordagem qualitativa do problema de pesquisa. Para isso foram realizadas entrevistas “*in loco*” a gestores e proprietários-gerentes de olarias situadas no distrito de Icoaraci – PA, com suporte de um roteiro estruturado de perguntas.

A população da pesquisa compreendeu os gestores das empresas de olaria instaladas no bairro do Paracuri, o bairro é um dos principais polos de produção de artesanato em cerâmica no Estado. Durante a pesquisa de campo foram contatados 10 gestores, tendo sido conseguidas três entrevistas.

Durante a realização das entrevistas foram utilizados dois instrumentos de pesquisa:

Um roteiro de entrevista, aplicado ao representante da Sociedade de Amigos e Artesãos de Icoaraci (SOAMI), o qual continha perguntas acerca da atuação da associação, a quantidade de olarias e de associados no Paracuri e o trabalho dos artesãos;

E um roteiro de entrevista adaptado do questionário de Lopes (2014) e Galvão (2018) aplicado aos artesãos do Paracuri, estruturado em três seções, como melhor se descreve na sequência:

I) Seção 1, contendo 5 questões acerca do perfil do respondente;

II) Seção 2, contendo 9 questões sobre as características da empresa;

III) Seção 3, com 15 questões relacionadas às características de gestão dos empreendimentos e a realização de contabilidade interorganizacional, que investigam se há a presença de práticas comuns à contabilidade interorganizacional, os benefícios percebidos pelos gestores, investigando ainda os motivos pelos quais não divulgam seus dados, caso não fosse vislumbrado o compartilhamento de informações.

5 | ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 O Papel da Sociedade de Amigos e Artesãos de Icoaraci – Soami

A Sociedade de Amigos e Artesãos de Icoaraci (SOAMI) surgiu em 1995 com o objetivo de viabilizar a chegada de recursos para a região e auxiliar a comunidade a se capacitar por meio de uma parceria com o SEBRAE, o qual fornece cursos de capacitação aos artesãos associados. Os associados têm acesso às feiras disponibilizadas pelo SEBRAE, como a Feira do Artesanato do Círio, os quais passam por um teste para

participarem da exposição de suas produções. Além disso, os artesãos podem participar de feiras fora do Estado, representando a associação, os quais recebem a isenção em taxa de inscrição ou no pagamento de transporte.

A SOAMI possui o espaço na Feira de Artesanato do Paracuri, na Orla de Icoaraci, cedido pela prefeitura de Belém – PA, no qual trabalham os associados na venda dos artesanatos. A associação é responsável pela manutenção do local, para isso é cobrada dos associados uma taxa mensal, a qual é utilizada para a manutenção da associação, do espaço na Orla de Icoaraci e a vigilância dos locais, sendo esse valor o único cobrado dos associados. A SOAMI não define preço de venda dos produtos dos artesãos, além disso, não há o repasse de valor sobre a venda à associação. Porém, acredita que deve haver um consenso nos preços de vendas dos produtos, para não prejudicar a venda dos demais associados.

Dessa forma, a SOAMI contribui com a formação e capacitação dos oleiros do bairro do Paracuri, viabilizando o crescimento profissional e pessoal dos artesãos, além de fornecer acesso ao espaço na feira para que possam divulgar e realizar as vendas de suas produções.

5.2 Retrato das Práticas de Contabilidade Interorganizacional nas Olarias do Paracuri

Os resultados da pesquisa vislumbram a ausência da adoção de práticas de contabilidade interorganizacional pelos oleiros do Paracuri, a conclusão foi percebida mediante o reconhecimento do perfil dos gestores, das características das olarias e das características de gestão dos empreendimentos.

Durante a realização das entrevistas, não foram identificados processos de aquisição e/ou contratação de fornecedores, tampouco a aquisição da matéria-prima para a produção e a venda dos artesanatos aos clientes envolve contratos ou parcerias. Não existe relação contratual junto aos fornecedores e clientes. Além disso, não possuem um fornecedor fixo, a escolha dos fornecedores é influenciada pelo do preço de venda da matéria-prima.

Os entrevistados afirmam não compartilhar nenhum tipo de informação financeira ou gerencial aos seus fornecedores e/ou clientes. Apesar de declararem ter alguns clientes fixos, inclusive de outros Estados - os quais realizam contato geralmente via e-mail ou telefone para realizar encomendas - acentuam que não há o intercâmbio de nenhuma informação entre eles, porém afirmam que, caso os clientes tivessem interesse em obter informações, não teriam problemas em fornecer informações sobre os custos dos produtos e o processo produtivo. Contudo, um respondente afirmou que compartilharia as informações, porém sem a devida integridade. Ao ser questionado, esclareceu que teme divulgar informações, sobretudo sobre os custos dos produtos.

Ao serem indagados sobre o porquê do não compartilhamento, os participantes afirmaram que não possuem interesse e “não percebem motivos para compartilhar

informações”.

Percebeu-se que os entrevistados da amostra não possuem nenhuma relação de confidencialidade com nenhum de seus fornecedores/clientes, mesmo com os clientes que são fixos. Na maioria das vezes não ocorre o contato direto com esses clientes, as informações divulgadas são relacionadas às características do produto e o preço final, ou seja, o contato entre eles é apenas de compra e venda, sem a divulgação de informações entre eles que permita a visualização de um relacionamento interorganizacional.

Em suma, entende-se que os oleiros da região não possuem motivação para adoção das práticas de contabilidade interorganizacional, em virtude da não percepção das vantagens ou motivos em tal prática. A ausência da aplicação da contabilidade interorganizacional foi visualizada mediante as perguntas relacionadas às práticas comuns a contabilidade interorganizacional.

Constatou-se, então, que as olarias atuam de maneira independente, sem nenhuma relação interorganizacional com fornecedores e/ou clientes, por não vislumbrarem os benefícios que poderiam ser obtidos caso houvesse parcerias com outras empresas. Tal situação se contradiz ao cenário atual que exige a maior integração entre as empresas, por meio de uma união em alianças estratégicas, como forma de ganhar acesso a recursos valiosos oferecidos pelos parceiros, além da obtenção de vantagens competitivas. A ausência da aplicação dessas práticas prejudica a visualização de benefícios advindos da sua adoção, como a obtenção de reduções de custos, acessos a novos mercados, reduções dos riscos e uma melhor preparação para enfrentar a competição dos mercados.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou identificar como se dá a adoção das práticas pelos oleiros, quais os resultados proporcionados por tal adoção, investigando ainda as barreiras que prejudicam a ampla aplicação dessas práticas no âmbito da amostra estudada.

A análise dos dados apresentados de forma descritiva, realizada por meio de entrevistas, com aplicação de um roteiro estruturado, possibilitou o reconhecimento do perfil dos gestores, das características das olarias e das características de gestão dos empreendimentos. Através dos resultados obtidos durante a visita em campo, foi possível vislumbrar a ausência de práticas de contabilidade interorganizacional.

Foi observado que não existe o compartilhamento de informações financeiras ou gerenciais (não financeiras) com fornecedores e/ou clientes, por não possuírem interesse ou não visualizarem a importância da sua aplicabilidade. Porém, caso solicitado, divulgariam suas informações aos clientes, com restrições.

Portanto, embora a literatura discorra sobre as vantagens provenientes da adoção das práticas de contabilidade interorganizacional, como objeto relevante para gestão de custos e formação de preços, essa prática ainda não é comum entre as olarias do bairro de

Paracuri, em Icoaraci – PA. Sendo assim, é importante que seja realizado o estímulo para promover o conhecimento das práticas, bem como a sua adoção e seus benefícios, em um movimento de melhoria das técnicas de gestão, com incremento de resultados, inclusão dos jovens no negócio, sustentabilidade financeira e sobrevivência de longo prazo.

A presente pesquisa apresentou limitações, por tratar-se de um trabalho que ainda não havia sido realizado no setor, verificou-se certa resistência da população em contribuir para a pesquisa. Todavia, a presença de um representante da associação viabilizou a participação de três entrevistados, o que gera uma limitação de generalização, mas foi suficiente para retratar a realidade local.

Portanto, propõe-se que novas pesquisas sobre a abordagem da contabilidade interorganizacional sejam realizadas no local, abrangendo outros bairros de Icoaraci, além do Paracuri. Tal prosseguimento das pesquisas na região é uma forma de promover um maior conhecimento sobre a temática pelos oleiros e pela população, além de estimular o interesse nos descendentes dos artesãos em dar prosseguimento aos trabalhos nas olarias, para não haja a extinção de uma parte importante da cultura paraense, considerando que não é vislumbrado o interesse dos descendentes dos oleiros em contribuir com a gestão dos negócios.

REFERÊNCIAS

AGNDAL, H.; NILSSON, U. Supply chain decision-making supported by an open books policy. **International Journal Production Economics**. v. 116, n.1, p. 154-167, 2008.

AGUIAR, A. B.; REZENDE, A. J.; ROCHA, W. Uma análise da complementaridade entre gestão interorganizacional de custos e open-book accounting. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 5, n. 1, p. 66-76, 2008.

BRAGA, A.; BRAGA, D. P. G. Necessidade informacional e influências da gestão de custos interorganizacionais em governança e custos de transação: Um estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Custos, 2011.

BAYRAKTAN, E.; DEMIRBAG, M. ; KOH, L.; TATOGLU, E. ; ZAIM, H. A causal analysis of the impact of information systems and supply chain management practices on operational performance: Evidence from manufacturing SMEs in Turkey. **International Journal Production Economics**. v. 122, n. 1, p. 133–149, Nov, 2009.

BARCELLOS, P.; BORELLA, M.; PERETTI, J. ; GALELLI, A. Insucesso em redes de cooperação: estudo multicasos. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 11, n. 4, p. 49-57, out./dez., 2012.

BARBOSA, R. V. N.; WANDERLEY, C. A.; SOEIRO, T. M. Institucionalização dos Mecanismos de Controle Gerencial no Relacionamento Interorganizacional de uma Empresa do Setor Elétrico. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 3, p. 29-49, 2017.

- BARNES, J.; LIAO, Y. The effect of individual, network, and collaborative competencies on the supply chain management system. **International Journal of Production Economics**, v. 140, n. 2, p. 888-899, 2012
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. 8a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASTRO, M.; BULGACOV, S.; HOFFMANN, V. E. Relacionamentos interorganizacionais e resultados: estudo em uma rede de cooperação horizontal da região central do Paraná. **Rev. adm. contemp.** [online], v.15, n.1, p.25-46, fev., 2011.
- CAGLIO, A.; DITILLO, A. Interdependence and accounting information exchanges in inter-firm relationships. **Journal of Management & Governance**. v.16, n.1,p. 57-80,fev.,2012.
- CAMACHO, R. R.; ROCHA, W.; MORAES, R. O.; MARQUES, K. C. M. Gestão de Custos Interorganizacionais: evidências empíricas em hospitais privados no Brasil. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 2, p. 19-33, 2015.
- COOPER, R.; SLAGMULDER, R. **Supply chain development for the lean enterprise: Interorganizational Cost Management**. 1. ed. New Jersey: The IMA Foundation for Applied Research, 1999. 544 p.
- CULLEN, J; MEIRA, J. Inter-organisational accounting in dyadic setting. In: : HÅKANSSON, H.; KRAUS, K.; LIND, J. (Eds). **Accounting in networks**. Routledge Studies in Accounting, New York, NY. Chapter 3, p. 35-39, 2010.
- DEKKER, H. C.; DING, R.; GROOT, T. Collaborative Performance Management in Interfirm Relationships. **Journal of Management Accounting Research**, v. 28, n. 3, p. 25– 48, 2016.
- DEKKER, H. C. Value chain analysis in interfirm relationships: a field study. **Management Accounting Research**, London, v.14, n.1, p. 1-23, 2003.
- FARIA, A. C.; SOARES, I. C.; ROCHA, W.; ROSSI, G. B. A prática da Gestão de Custos Interorganizacionais em uma montadora de veículos na Região do Grande ABC. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 15, n. 49, p. 617-638, 2013.
- FILHO, M. C. F. ;FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. p. 123, São Paulo. Atlas, 2013.
- FILHO, A. G. A; CERRA, A. L.; MAIA, J.L.; NETO, M. S; BONADIO, P. V. G. Pressupostos da gestão da cadeia de Suprimentos: evidências de estudos sobre a indústria automobilística. **Gestão & Produção**. v. 11, n. 3, p. 275-288, set./dez., 2004.
- GIANISELLA, R. L. G.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Adoção de alianças estratégicas por empresas dos pólos calçadistas do Vale do Rio dos Sinos-RS e de Franca-SP: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 10, n. 26, p. 45-62, 2008.
- GALVÃO, D. M. A. ; CALLADO, A. L. C. Contabilidade Interorganizacional: benefícios percebidos pelos gestores de indústrias de Campina Grande – PB. In: Congresso UnB de Contabilidade e Governança, IV, 2018. **Anais...** Brasília. Contabilidade Geral e Sistemas de Informação, 2018.

GALVÃO, D. M. A. **Contabilidade Interorganizacional: um estudo envolvendo empresas de Campina Grande – PB**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

GOHR, C. F.; MEIRA, L. C.; REUL, L. M. A.; FIRMINO, P. R. Relacionamentos interorganizacionais como fonte de vantagem competitiva em cadeias de suprimentos. **Revista Gestão Industrial**, v. 11, n. 4, p. 36–60, 2015.

HÅKASSON, H.; LIND, J. Accounting in an Inteorganizational Setting. **Handbooks of Management Accounting Research**. v.2, p. 885-902, 2006.

LOPES, L. C.; MEIRA, J. M.; LIBONATI, J. J.; SANTOS, A. A. D.; CALLADO, A. L. C. Práticas de contabilidade interorganizacional em indústrias de médio e grande porte instaladas na região metropolitana de Recife. **Revista Ciências Administrativas**, v. 20, n. 2, p. 664-691, 2014.

LOPES, L. C. **Adoção de práticas de gestão de cadeia de suprimentos e contabilidade interorganizacional nas indústrias de médio e grande porte situadas na Região Metropolitana de Recife**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LOPES, C. C. V. M. ; CALLADO, A. L. C. Contabilidade Interorganizacional: reflexões associadas às barreiras no processo de abertura das informações. **ESPACIOS (CARACAS)**, v. 38, p. 19-24, 2017.

SOUZA, B. C.; ROCHA, W. **GCI - Gestão de Custos Interorganizacionais**: Gerenciamento de Resultados entre as organizações distintas por meio de ações coordenadas. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009, 130 p.

SOUZA, B. C. **Fatores condicionantes da gestão de custos interorganizacionais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMKINS, C. Interdependencies, trust and information in relationships, alliances and networks. **Accounting, Organizations and Society**, v. 26, n. 2, p. 161-191, 2001.

XAVIER, S. S. **Medição de desempenho da cadeia de suprimentos: um estudo de caso em uma empresa fornecedora do setor elétrico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

SISTEMATIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA A PARTIR DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Data de aceite: 21/07/2021

Aline Cardoso Barreto

Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Campinas
São Paulo, Brasil

Vera Santana Luz

Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Campinas
São Paulo, Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta pesquisa realizada na qual se propôs a investigação, análise e sistematização de projetos acadêmicos de arquitetura em sua inserção territorial bem como suas opções morfológicas, programáticas e técnicas a partir de Trabalhos Finais de Graduação, elencados por sua complexidade e compromisso socioambiental, todos inseridos em locais de fragilidade socioespacial e ambiental em regiões periféricas metropolitanas de São Paulo, para os quais foram propostos projetos urbanos e arquitetônicos, onde soluções e alternativas de pequeno e médio porte para atendimento da demanda destas comunidades foram concebidas, em um processo de participação colaborativa. Pretendeu-se inventariar e sistematizar o conjunto consubstanciado de soluções, consolidado em termos metodológicos, no sentido de possibilitar sua divulgação, discussão ampliada e acervamento, como uma experiência pedagógica validada, que pretendeu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A partir de

uma pré-seleção, foi efetuado o estudo destas experiências realizadas entre 2014 a 2018, pela análise e sistematização de técnicas de arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte, envolvendo o total de 74 trabalhos, cuja metodologia preconizou a atividade acadêmica desde a elaboração de planos urbanos até as propostas de projetos arquitetônicos, cujos resultados foram estruturados em cartilhas resumo priorizando o entendimento nas várias esferas envolvidas.

PALAVRAS - CHAVE: trabalho final de graduação. fragilidade socioespacial e ambiental. técnicas construtivas de urgência.

SYSTEMATIZATION OF ARCHITECTURE TECHNIQUES FROM ACADEMIC WORKS

ABSTRACT: This article presents the research carried out in which it was proposed the investigation, critical analysis and systematization of academic architectural projects and their territorial insertion, as well as their morphological, programmatic and technical options based on Final Graduation Works, listed for their complexity and environmental commitment, all inserted in places of socio-spatial and environmental fragility in peripheral metropolitan regions of São Paulo, for which urban and architectural projects were proposed, where small and medium-sized solutions and alternatives to meet the demand of these communities were conceived in a collaborative participation process. It was intended to inventory and systematize the embodied set of solutions, consolidated in methodological terms, in order to enable their dissemination, expanded discussion and

collection, as a validated pedagogical experience, that intended the articulation between teaching, research and extension. Based on a pre-selection, the study of these experiments fulfilled between 2014 and 2018 was carried out, through the analysis and systematization of small and medium-sized architecture and infrastructure techniques, involving a total of 74 works, whose methodology recommended the academic activity since the elaboration of urban plans to the proposals of architectural projects, the results of which were structured in summary booklets prioritizing understanding in the various spheres involved.

KEYWORDS: final work degree. socio-spatial and environmental fragility. urgent constructive techniques.

INTRODUÇÃO

Para a pesquisa ora apresentada, os territórios referentes ao objeto de estudo – resultados de Trabalhos Finais de Graduação entre 2014 e 2018 - respectivamente Marsilac (2014), Perus (2015), Fundão do Jardim Ângela (2016 e 2017) e Vila Bela (2018), se encontram em regiões periféricas metropolitanas de São Paulo, em áreas urbanas extremas e tangentes às frondes rurais, caracterizadas por fragilidade socioespacial e ambiental, onde grande parte das populações assentadas não tem garantia fundiária bem como provimento de infraestruturas básicas – especialmente de saneamento e mobilidade -, serviços e espaços públicos qualificados, poucas oportunidades de trabalho local, com carência ou escassez de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, condicionados a reivindicações e lutas – por uma creche, uma Unidade Básica de Saúde, benfeitorias necessárias a uma escola, a partir do que são realizadas reflexões sobre a cidade como direito não alcançado, de modo sistêmico, o que revela a condição contraditória perante as garantias constitucionais. As experiências didáticas alvo deste estudo buscaram situações que simultaneamente sofressem impacto de infraestruturas de caráter metropolitano, como o Rodoanel ou rodovias estaduais, ferroviárias, grandes represas de abastecimento, aterros sanitários, entre outros, os quais influem direta ou indiretamente nos tecidos locais. Somaram-se à investigação a oportunidade de revisão do entendimento de franjas metropolitanas e seus interstícios urbanos do ponto de vista da articulação urbano-rural-ambiental, cujo suporte teórico conta com diversos autores (BONDUKI, 2018; CALDAS, 2018; MARICATO, 2000, 2015; ROLNIK, 1997, VILLAÇA, 2012). A seguir, à Figura 1, são apresentadas suas localizações, a saber: Marsilac (extremo sul), Perus (norte), Fundão do Jardim Ângela – Vila Calu e Jardim Vera Cruz (sul) e Vila Bela (leste), todas no município de São Paulo:



Figura 1 – Localização dos territórios alvo do objeto de estudo – Marsilac, Perus, Jardim Ângela e Vila Bela – no município de São Paulo, destacando em azul as áreas de proteção de mananciais

Fonte: Geosampa PMSMP trabalhada pelas autoras. Base original disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em 20 nov. 2020.

Diversas publicações nortearam esta investigação, especialmente artigos publicados pelos professores responsáveis pela formulação dos Trabalhos Finais de Graduação estudados, realizados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Profa. Dra. Vera Santana Luz e Prof. Ms. Antonio Fabiano Junior, (LUZ, FABIANO JR., 2014, 2015, 2016, 2017, 2017a, 2018, 2019) em que discutem os pressupostos e metodologia envolvida, e especialmente os memoriais individuais e em grupo realizados pelos alunos (ACEITUNO et al., 2016; ALENCAR et al., 2014; ARRUDA et al., 2018; BEGIATO et al., 2017; BIANCHI et al., 2015), mediante pesquisa documental e bibliográfica. Cumpre observar que um dos predicados fundamentais dos trabalhos analisados foi o da participação ativa junto às comunidades envolvidas, com ações colaborativas voluntárias extra acadêmicas de parte a parte, descritas nas diversas publicações, cujos desdobramentos pretendem a possibilidade de troca de conhecimentos e, como hipótese, a exequibilidade real, buscando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis. Através da análise crítica, procuramos realizar a sistematização deste acervo em nosso estudo, compreendido originalmente como uma atividade de Iniciação Científica orientada pela professora responsável acima mencionada.

FUNDAMENTAÇÃO

A luta pela Reforma Urbana no Brasil se constituiu através de diversas reivindicações de movimentos sociais organizados, apoiados pela igreja católica, especialmente pelas Comunidades Eclesiais de Base, intelectuais e arquitetos e urbanistas que realizaram investigações e ações tendo como premissa a garantia de direito dos cidadãos à cidade, compreendendo a habitação urbana como sistema vinculado ao provimento de infraestruturas, à dotação de equipamentos e serviços e espaços públicos de qualidade e ao meio ambiente saudável. Apesar de inegáveis êxitos conquistados em longo arco de tempo, com marchas e contramarchas desde a era Vargas, mediante a oscilação entre governos autoritários duradouros e a reconquista da democracia, pode-se considerar que este movimento segue em curso, levando simplesmente em consideração o déficit habitacional no Brasil para 2015, que contemplava o número estimado de 6.355 milhões de domicílios, entre vários indicadores como habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo, entre os quais 87,7% localizados em áreas urbanas (FJP, 2018).

O estatuto legal é uma das conquistas mais efetivas, especialmente a Constituição de 1988 (BRASIL 1988) e Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Este último, regulamentando os artigos 182 e 183 referentes à Política Urbana, da Constituição, estabeleceu diretrizes gerais, instrumentos, garantia da gestão democrática da cidade mediante participação popular e a figura do Plano Diretor – cuja implantação é determinada pelos municípios - para a política urbana no Brasil. No entanto, a alta concentração de renda na mão de poucos e a desigualdade de investimentos públicos, onde o Estado se articula predominantemente ao capital privado imobiliário (FIX, 2001) condiciona que uma grande parcela da população metropolitana seja marginalizada, cujo reflexo territorial é evidente e percebido como problema urbano (LUZ 2018, LUZ; FABIANO JR., 2019). Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo (PNUD, apud LUZ, 2018) e, de acordo com a REDE NOSSA SP (2019), o Brasil é o segundo país que mais concentra renda, onde 13,9% do rendimento bruto total corresponde a 50% da população relativa aos mais pobres ao passo que 1% dos mais ricos detém 28,3%. O Mapa da Desigualdade 2017 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017) organizou indicadores relativos a Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Inclusão Digital, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Renda, Transportes/Acidentes de Trânsito e Violência, onde foi possível observar que a desigualdade entre as regiões centrais e os distritos periféricos do município de São Paulo em certa medida se mantém, o que é, por esta mesma razão, rebatido em algumas regiões de estudo da presente Pesquisa - Marsilac, Perus, Fundão do Jardim Ângela e Vila Bela localizada em São Mateus, como resumido abaixo (Tabela 1):

Indicador/distrito	República	Pinheiros	Marsilac	Perus	Jardim Ângela	São Mateus
Número de livros disponíveis para adultos em acervos de bibliotecas municipais/habitante com 15 anos ou mais – Anos Base: 2016/ 2018	2,97/ 1,24	0,755/ 0	0/ 0	0,389/ 0,32	0,018/ 0,09	0,021/ 0
Número de livros infanto-juvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais/população entre 7 a 14 anos – Anos Base:2016/ 2018	0,483/ 1,09	1,51/ 0	0/ 0	0,458/ 0,61	0,048/ 0,20	0,029/ 0
Centros culturais e afins/10 mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2017	0,969/ 0,99	1,53/ 1,52	0/ 0	0/ 0	0/ 0	0,066/ 0,06
Cinemas/10 mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2017	1,45/ 1,48	3,22/ 3,19	0/ 0	0/ 0	0/ 0	0/ 0
Museus/10 mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2018	0,808/ 0,65	0,919/ 0,61	0/ 0	0/ 0	0,03/ 0,03	0/ 0
Teatros/10 mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2017	5,98/ 5,92	2,3/ 2,13	0/ 0	0/ 0	0/ 0	0/ 0
Número de matrículas em creches municipais/população de 0 a 3 anos – Ano Base: 2016	0,012	0,145	0,983	0,586	0,371	0,446
Equipamentos esportivos públicos municipais/10 mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2018	0/ 0	0/ 0	0/ 0	0,237/ 0,23	0,248/ 0,22	0,461/ 0,39
% Domicílios em favelas/total de domicílios – Anos Base: 2016 / 2018	0/ 0	0,081/ 0,081	3,11/ 3,11	13,06/ 13,06	19,43/ 25,83	6,75/ 6,75
Telecentros públicos/10 mil habitantes – Ano Base: 2016	0,162	0	0	0,237	0,248	0,132
Unidades básicas de saúde/10 mil habitantes – Anos Base:2016/ 2018	0,162/ 0	0,153/ 0,15	2,51/ 3,58	0,355/ 0,34	0,59/ 0,55	0,527/ 0,52
Leitos hospitalares/mil habitantes – Anos Base: 2016/ 2018	0/ 0327	2,34/ 1,34	0/ 0	0/ 0	0,76/ 0,57	2,06/ 1,44
Remuneração média do emprego formal em R\$ – Ano Base: 2015	2.844,00	4.102,81	1.287,32	2.072,76	1.889,36	1.906,50
Homicídios/100 mil habitantes – Ano Base: 2015	22,92	3,06	12,45	9,55	19,83	13,79
Número de vezes que o município aparece entre os piores distritos – Anos Base: 2017/ 2019	16/ 19	0/ 15	23/ 18	0/ 0	15/ 0	0/ 0

Tabela 1 – Indicadores de desigualdade de distritos do município de São Paulo comparados

Fontes: REDE NOSSA SP, 2017. REDE NOSSA SP, 2019.

A Figura 2, abaixo, permite visualizar a situação por distrito de indicadores de desigualdade no Município de São Paulo – a proporção de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios (Ano Base 2018), a idade média ao morrer (Ano Base 2018), o emprego formal (Ano Base 2017) e a proporção de equipamentos públicos de cultura para cada 100 mil habitantes (Ano Base 2017) - que ilustram de forma sintética a expectativa e qualidade de vida e o acesso à informação e cultura, como evidência dessa discussão.

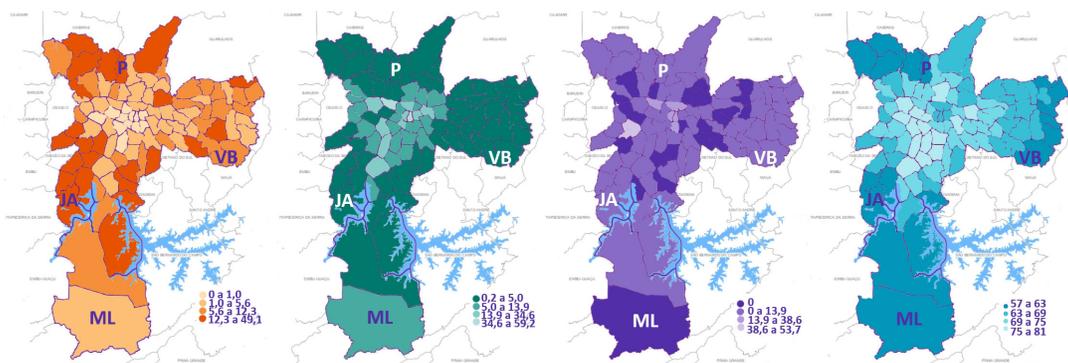


Figura 3 – Mapeamento por distrito do município de São Paulo de: % domicílios em favelas em relação ao total de domicílios (à esquerda), proporção de emprego formal, por 10 habitantes participantes da população em idade ativa com idade igual ou superior a 15 anos (ao centro esquerda), equipamentos públicos de cultura para cada cem mil habitantes (ao centro direita) e idade média ao morrer (direita). Os territórios estudados estão assinalados como ML – Marsilac, P, Perus, JÁ – Jardim Ângela e VB – Vila Bela:

Fontes: Base Geosampa com dados de REDE NOSSA SP, 2019, trabalhado pelas autoras.

Observou-se a metodologia dos trabalhos acadêmicos alvo desta Pesquisa, a qual preconizou que as propostas de estruturação urbana fossem contempladas como primeira etapa disciplinar, a partir de processos de identificação, levantamentos multisetoriais, diagnósticos e prognósticos entre as escalas regionais e locais, onde fragilidades e potencialidades detectadas foram condutoras de diretrizes gerais, de um projeto urbano e de um recorte circunstanciado de desenho urbano. Os projetos de arquitetura derivados desta primeira etapa foram realizados considerando sua temática, programas, morfologia, escala e sistemas construtivos de modo indissociável dos pressupostos urbanos, cujas proposições foram sistematizadas pela Pesquisa ora apresentada. Para esta Pesquisa foi realizada a análise crítica e a sistematização das informações destas duas fases, visando constituir um acervo de informações divulgável.

Engenheiro Marsilac é um distrito decorrente da construção de ramal da linha férrea Sorocabana (Mairinque-Santos). Com a desativação do transporte ferroviário para passageiros e o desmonte em grande medida do transporte de cargas por esse ramal, Marsilac ficou como um tecido urbanizado estagnado, sendo alvo, nos anos 1980, da busca por alojamento barato por parte da população urbana bem como de hortifrutigranjeiros

tradicionais. Localizado no extremo sul de São Paulo, abrange a APA Capivari Monos e faz limite com o Parque Estadual da Serra do Mar – importantes áreas ambientais, e consiste em um reduzido distrito urbano, na última fronde a sul da metrópole (ALENCAR et al., 2014). A região sul de São Paulo é um extenso território em uma das mais críticas situações socioambientais da RMSP, caracterizado por ocupações informais, com um contingente em torno de 2 milhões de pessoas habitando as áreas de mananciais das Represas Billings e Guarapiranga, sendo que o denominado Fundão do Jardim Ângela se localiza na porção oeste desta última. O contraste entre a situação real e a legislação ambiental e edilícia revela o conflito entre dois direitos, o direito à habitação e o direito ao ambiente e do ambiente, o que compreende a dignidade humana e o equilíbrio ambiental (SILVA; LUZ, 2019). A versão mais recente do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo formula visões centrais sobre questões ambientais e propõe para esta área um congelamento de tais ocupações, autorizando sua urbanização e dotando-a de infraestrutura (SÃO PAULO, 2014). O Jardim Ângela faz parte da subprefeitura de M’Boi Mirim. Este distrito apresenta as características de muitas regiões periféricas - funciona em grande medida como bairro dormitório e a identidade de sua paisagem é configurada pelo adensamento de moradias autoconstruídas, informalidade, comércios ao longo das principal rota de transporte, que é deficitário. O Fundão do Jardim Ângela, porção a sul do distrito, sofre pressão de crescimento urbano espreado, desde ao menos a década de 1980. No ano de 1975 foi criada a Lei de Proteção aos Mananciais, que determinou a possibilidade de ocupação das áreas de contribuição do reservatório somente por grandes áreas de baixa densidade, na região, o que facilitou o desinteresse do investimento imobiliário; a insuficiência de provimento de habitação de interesse social acarretou na ocupação informal de extensas áreas por populações desassistidas, cuja pressão urbana tem avançado sobre a área de preservação permanente da Represa (ACEITUNO et al., 2016; BEGIATO et al., 2017). Além da situação ambiental crítica o distrito conta com problemas sociais importantes. De acordo com Organização das Nações Unidas, o Jardim Ângela foi considerado o bairro mais violento do mundo. Na Figura 4, a seguir, é possível observar elementos de sua paisagem:



Figura 4 – Paisagens do Fundão do Jardim Ângela

Fonte: (ACEITUNO et al., 2016). Acervo coletivo da equipe de trabalho dos TFGs.

Todas as regiões estudadas sofrem o impacto direto ou indireto do Rodoanel Mário Covas e, por contraste, com acesso de transporte público extremamente dificultado. Nos distritos de Marsilac, Perus e no Fundão do Jardim Ângela, os espaços públicos escassos e precários e, no caso de Vila Bela, dada sua situação de irregularidade, são inexistentes, bem como qualquer equipamento públicos como escolas ou unidades básicas de saúde.



Figura 5 – Paisagens de Vila Bela

Fonte: (ARRUDA et al., 2019). Acervo coletivo da equipe de trabalho dos TFGs.

Perus, localizado no extremo norte de São Paulo, possui conexão com as rodovias Bandeirantes, Anhanguera e o Rodoanel Mário Covas e é cortado pela ferrovia linha Rubi da CPTM. O distrito consolidou-se isolado com respeito a seu entorno, principalmente após a implantação do trecho oeste do Rodoanel; integrante da bacia do rio Juquery, se articula com a Serra da Cantareira, que por sua vez, sofre recorrente pressão advinda do crescimento desordenado da malha urbana e da mineração, com diversas pedreiras em funcionamento. A região assumiu paulatinamente um caráter industrial, recebendo infraestruturas regionais como a estrada de ferro Perus-Pirapora, patrimônio tombado a nível nacional pelo CONDEPHAAT, que hoje funciona apenas para lazer e turismo. Na década de 1920 a Fábrica de Cimento Portland foi a primeira indústria do ramo cimentício instalada no país, desativada na década de 1980; o aterro Bandeirantes, um dos maiores aterros sanitários mundiais, desativado em 2005, funcionou no distrito por várias décadas, incorrendo em malefícios ao meio ambiente, como a contaminação dos lençóis freáticos, afetando a qualidade de vida no local (BIANCHI et al., 2015). Vila Bela se localiza no extremo leste de São Paulo e configura um bairro totalmente informal sobre uma gleba de um só proprietário conivente e com proveitos financeiros desse arranjo, cuja família recentemente teve ganho de causa junto ao Estado, sendo indenizada (ARRUDA, 2019). Como os demais territórios, contempla muitas importantes lideranças locais que, no caso

de Vila Bela, conseguiu após muitos anos de luta o provimento de água e energia. A coleta de resíduos é extremamente dificultada dada a topografia íngreme. Está sobre a linha de espigão e duas sub-bacia de tributários do rio Aricanduva – dos córregos Caaguaçu e dos Machados. Dadas as características geomorfológicas e a ocupação informal, todos os territórios contemplam uma porcentagem significativa de espaços livres, cuja articulação poderia dar ensejo a sistemas de espaços coletivos, recomposição da flora e utilização para suprimento de sistemas de tratamento de efluentes e de sistema hídrico por fitorremediação, bem como hortas comunitárias e compostagem e reaproveitamento de resíduos sólidos em sistemas cooperativados. Estas diretrizes compuseram as soluções urbanas locais, associadas a possibilidades de geração de renda, fortalecimento comunitário e autonomia. Abaixo, apresentamos imagens relativas a diretrizes que compuseram as soluções urbanas locais, associadas a possibilidades de geração de renda (Figuras 5 e 6):

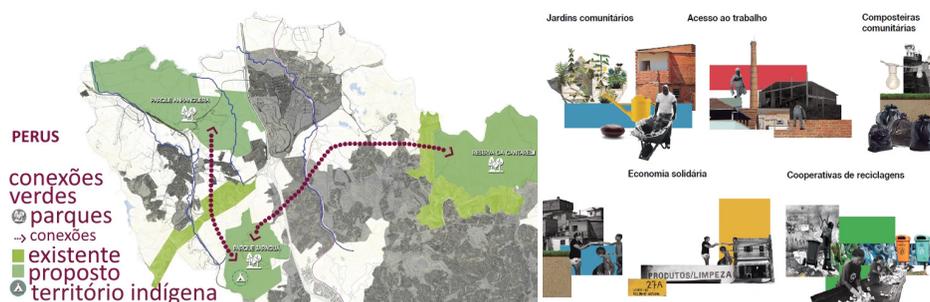


Figura 5 – Estruturação de conexões verdes em Perus (esquerda) e diretrizes urbanas para Vila Bel (direita)

Fontes: BIANCHI et al., 2015; ARRUDA et al., 2019. Acervo coletivo de trabalho dos TFGs.

MÉTODO

A Pesquisa se realizou a partir da investigação bibliográfica e iconográfica dos trabalhos acadêmicos – PRÉ-TFG E TFG realizados no período entre 2014 a 2018 em territórios periféricos extremos de São Paulo – caracterizados pela interface urbano/rural/ambiental às frondes da metrópole, em situação de fragilidade socioespacial e ambiental. Estes estudos de caso foram objeto de análise crítica para sistematização das soluções de técnicas de arquitetura, mediante o cotejamento das relações territoriais em Marsilac (extremo sul), Perus (extremo norte), Fundão do Jardim Ângela (região sul) e Vila Bela (extremo leste), cujos cenários e contextos urbanos apresentam uniformidade sistêmica quanto à situação de carência de qualidade urbana, por vezes de urgência, embora cada qual com suas condições específicas locais.

Este processo objetivou a constituição de um acervo catalogado e comentado de técnicas de urgência e autonomia, com potencial aplicabilidade em comunidades

em situação de carência ou urgência, mediante cartilhas de fácil compreensão. Foram investigados principalmente os seguintes aspectos:

- Tema e público-alvo;
- Especificidades programáticas;
- Sistemas construtivos e estruturais;
- sistemas de infraestrutura de pequena e média escala; e
- Possibilidades de autonomia mediante um cenário de fragilidade e benefícios socioespaciais e ambientais resultantes.

RESULTADOS

Foi realizado um total de 59 Cartilhas de técnicas abordando diferentes propostas. A seguir apresentamos quatro exemplos das mesmas, contendo o nome do aluno, o tema de projeto, o público-alvo, as especificidades programáticas, o sistema estrutural, os sistemas de vedação, de aberturas, de cobertura, de pisos e instalações, as possibilidades de autonomia e benefícios socioespaciais e ambientais, aspectos positivos e negativos e ilustrações.

Especificações	Sistematização analítica
Aluna	Laís Cristine de Carvalho Rezende
Tema	Centro de Esportes e Lazer
Público-alvo	Habitantes locais de Marsilac
Especificidades programáticas	O projeto se localiza numa pequena sub-centralidade em que há uma escola, uma igreja e foi proposto por outra estudante do TFG um Núcleo de Cidadania. Foi implantado no local onde existe originalmente um campo de futebol, utilizado não só para esporte mas como um lugar para reunião de pessoas, na porção mais elevada da região (sendo o único lugar onde há sinal para telefone celular)
Sistema estrutural	Sistema misto composto por pilares de concreto com formas de papelão de 60 cm de diâmetro, que recebem treliça espacial em grelhas piramidais de troncos roliços de eucalipto, articulados por lacres e fixados por pinos metálicos, apoiados em capitel de 4 mãos francesas metálicas e travados por vigas horizontais de madeira laminada colada
Sistema de vedação	Paredes de alvenaria e <i>brises</i> de troncos roliços de eucalipto tensionados por tirantes
Sistema de aberturas	Portas de enrolar de aço
Sistema de cobertura	Peças piramidais de fibra de vidro
Sistema de pisos	Concreto armado desempenado
Instalações	Destaca-se o teto verde composto por: camada vegetal sobre substrato, manta antirraízes, argila expandida sobre peças piramidais invertidas modulares da cobertura, com ralos independentes e tubulação de recolhimento de águas pluviais

Possibilidades de Autonomia e Benefícios Socioespaciais e ambientais	Sistema construtivo baseado em madeira roliça asem necessidade de mão-de-obra altamente especializada. Potencialização do local como ponto de encontro comunitário, convívio e atividades físicas e apreciação do ambiente ao redor como mirante sobre a cobertura
Aspectos Positivos	A madeira como material estrutural principal é de fácil acesso e o sistema treliçado resiste a grandes vãos, baixo custo, maior durabilidade e de rápida execução. A fibra de vidro em sistema modular da cobertura possibilita uma infinidade de aplicações
Aspectos Negativos	Necessidade de manutenção da madeira perante agentes externos
Ilustrações	Figura 6, abaixo

Quadro 1 – Cartilha de análise realizada sobre o projeto Centro de Esportes e Lazer, Marsilac, 2014

Fonte: as autoras

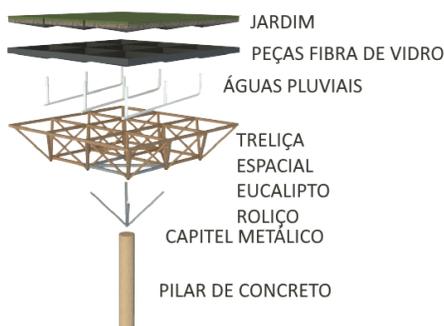


Figura 6 – Imagens do projeto do Centro de Esportes e Lazer realizado para Marsilac; perspectiva explodida de componentes (esquerda), vista externa (direita)

Fonte: RESENDE, L. C. C. **Centro de Esportes e Lazer**. Marsilac. Trabalho final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014. Acessado em: 14 jul. 2020

Especificações	Sistematização analítica
Aluno	Henrique Weng Chan
Tema	Centro Comunitário Rural de Perus
Público-alvo	Habitantes locais de Perus, especialmente agricultores da área periurbana e rural
Especificidades programáticas	O projeto se constitui como um centro incentivador de capacitação para a agricultura familiar e de subsistência e do ensino de técnicas construtivas em bambu, em uma gleba de aproximadamente 20 hectares na interface norte entre a área urbana e a rural, acessível em todo seu perímetro, podendo abrigar 300 pessoas. As edificações de apoio organizam-se em um pavilhão principal multifuncional, oficina, vestiários, restaurante, moradias temporárias para estudantes e oficiais, uma quadra poliesportiva com vestiário e amplos espaços de cultivo comunitários com depósitos de ferramentas e compostagem e bambuzal
Sistema estrutural	Estruturas de pilares, vigas e terças de bambu, espécie bambu- mirim com diâmetros entre 6 cm a 12 cm. Visando a facilidade de montagem o encontro das hastes é realizado em tramas paralelo intertravadas sem bocal; a união das peças é feita por meio de barras de rosca sem fim passantes atarraxadas por pressão por porcas sextavadas
Sistema de vedação	Painéis prensados de sobras de tubos de pasta de dente tipo Ecotop®

Sistema de aberturas	Vãos plenos sem fechamento, muxarabis de bambus roliços ou quadros de madeira com tímpanos de filme plástico
Sistema de cobertura	Telhas onduladas de chapas tipo Ecotop®, telhas de fibra de vidro e painéis fotovoltaicos
Sistema de pisos	Os pisos suspensos são de madeira de eucalipto certificado e os pisos térreos são em concreto desempenado
Instalações	Destaca-se a instalação de painéis fotovoltaicos como cobertura de alguns ambientes, para geração de energia passiva e de cisternas para armazenamento e reaproveitamento de águas pluviais. A cisterna se localiza aparente como elemento educador
Possibilidades de Autonomia e Benefícios Socioespaciais e ambientais	Todos os elementos estruturais e construtivos são preconizados para o projeto como uma construção-escola para capacitação e instrumentação em oficinas para os moradores locais, podendo gerar instrumentalização e conhecimento técnico e teórico para aplicação em outras edificações, para autonomia e geração de renda
Aspectos Positivos	Os elementos estruturais, construtivos e de vedação são de baixo custo, sendo o plantio de bambu preconizado na própria gleba. O bambu não gera entulho podendo ser compostado. Destacam-se a utilização de placas e telhas onduladas de tubos de pasta de dente reciclados tipo Ecotop® e da telha de fibra de vidro, como materiais leves, impermeáveis e baratos.
Aspectos Negativos	A estrutura de bambu necessita de processos de impermeabilização, tratamento contra agentes naturais e manutenção, bem como periódicas trocas de suas varas
Ilustrações	Figura 7, abaixo

Quadro 2– Cartilha de análise realizada sobre o projeto Centro Rural Comunitário de Perus, 2015

Fonte: as autoras

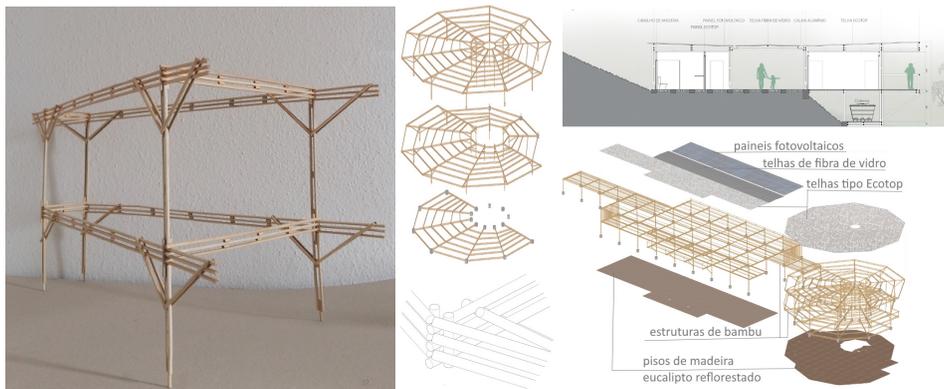


Figura 7 – Imagens do projeto Centro Comunitário Rural de Perus: maquete do sistema estrutural (esquerda), perspectiva do sistema estrutural do galpão, corte de um pavilhão em perspectiva e perspectiva explodida do conjunto (direita)

Fonte: CHAN, H. W. **Centro Comunitário Rural de Perus**. Trabalho final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015. Acessado em: 30 jul. 2020

Especificações	Sistematização analítica
Aluna	Paula Pereira
Tema	Projeto Marias
Público-alvo	Mulheres habitantes locais do Fundão do Jardim Ângela em situação de risco
Especificidades programáticas	O projeto é baseado em conceitos da Cidade Educadora e busca ser um ambiente transformador da experiência do nascimento, do parto e do respeito as mulheres em todas as esferas socioeconômicas. O programa baseia-se em dois locais de urgência: uma Casa de Parto e um Lar Temporário para mulheres que já tiveram seus filhos, em situação de fragilidade, serem amparadas. O projeto é implantado com frente para a Estrada do M'Boi Mirim, principal via da região e fácil evacuação em direção ao Hospital M'Boi Mirim, em um trajeto de 15 minutos. O programa contempla: oficinas, dormitórios, varandas, lanchonete, salas de espera, salas multiuso, bloco administrativo, bloco ambulatorial e as casas de parto que são cápsulas iluminadas e ventiladas zenitalmente, em forma espiral baseadas na série de Fibonacci, onde se encontra um pequeno banheiro, um leito, uma banheira, uma bancada e equipamentos
Sistema estrutural	Alvenaria autoportante de tijolos de solo cimento em panos planos ou cascas. Estrutura independente de telhados de vigas e caibros de madeira apoiados em pilares de concreto de secção circular. Estrutura dos forros translúcidos de ripado de bambu atirantados em cabos de aço
Sistema de vedação	Paredes de alvenaria estrutural
Sistema de aberturas	Painéis modulares de 1,25 x 0,62 m de madeira e aberturas de vidro, conforme necessidade
Sistema de cobertura	Telhas translúcidas e forros de ripados de bambu atirantados por cabos de aço
Sistema de pisos	Pisos de tijolos ou de concreto desempenado
Instalações	Os resíduos orgânicos são compostados para utilização em um pomar no próprio terreno. Os resíduos recicláveis são destinados a triagem no território. Os resíduos hospitalares são destinados conforme procedimentos sanitários. O tratamento de efluentes de esgotos são divididos em águas negras, tratadas por tanques de evapotranspiração e águas cinzas tratadas em jardins filtrantes compondo o paisagismo das áreas livres
Possibilidades de Autonomia e Benefícios Socioespaciais e ambientais	O projeto busca a proteção de mulheres e bebês sem apoio familiar ou sem habitação conveniente, em estado de gravidez e pós-parto. Os materiais e técnicas utilizados foram preconizados para que a comunidade possa participar ativamente de sua construção, desde a fabricação dos tijolos
Aspectos Positivos	Materiais de fácil acesso e custo e técnicas construtivas simples, passíveis de replicabilidade, como a alvenaria autoportante de tijolos de solo cimento, a cobertura estruturada em madeira com telhas translúcidas e forro de bambuzinhos e os painéis modulares das aberturas com variações morfológicas utilizando madeira, policarbonato ou vidros reaproveitados. É proposto também o sistema de áreas livres com paisagismo funcional, com sistema de tratamento de esgotos por fitorremediação bem como hortas para alimentação e ervas medicinais
Aspectos Negativos	Sem referência
Ilustrações	Figura 8, abaixo

Quadro 3– Cartilha de análise realizada do projeto Marias – Centro de Apoio a Mulheres, Fundão do Jardim Ângela, 2016

Fonte: as autoras

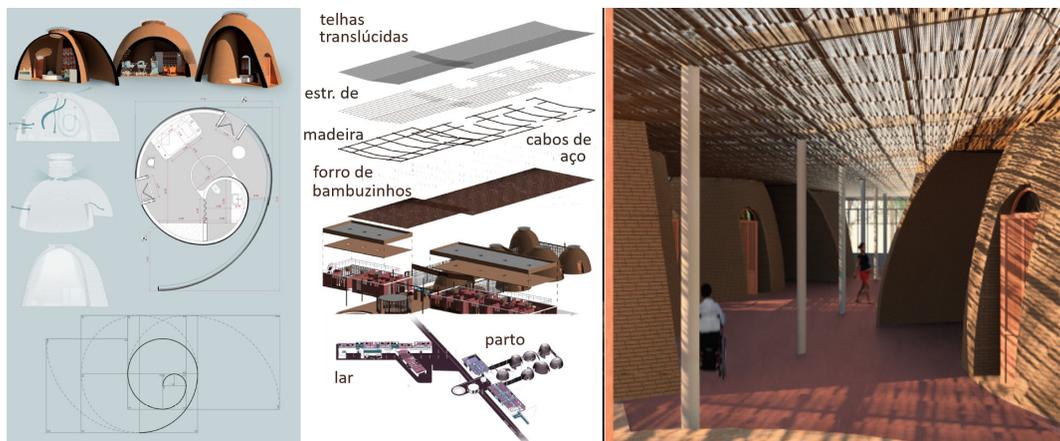


Figura 8 – Imagens do projeto Marias – Centro de Apoio para Mulheres: casa de parto (esquerda) perspectivas do conjunto (centro) imagem interna (direita)

Fonte: PEREIRA, PAULA. **Projeto Marias**. Trabalho final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016. Acessado em: 8 ago. 2020

Especificações	Sistematização analítica
Aluno	Maria Clara de Oliveira Calil
Tema	Projeto Navegar – porto, oficina de barcos e memória na Guarapiranga
Público-alvo	Habitantes locais do Fundão do Jardim Ângela
Especificidades programáticas	O projeto busca proporcionar à comunidade local espaços para aprimorar técnicas e propor novas formas para construir pequenas embarcações incluindo tecidos e costura para velas e outros apetrechos, desenvolver metodologias sobre a história local e participar de uma rede de conexões. Seu programa são propõe uma rede de oficinas manuais e um museu-balsa que pode ancorar em qualquer local da orla da represa Guarapiranga apresentando exposições
Sistema estrutural	O flutuante é composto engradado de treliças metálicas paralelas, travadas transversalmente contendo flutuadores plásticos preenchidos com ar. As edificações fixas são estruturadas por pilares metálicos de perfil H em malha de 8 x 8m, vigas de perfil I, lajes pré-moldadas de fibra de vidro e terças metálicas para apoio das coberturas. Os muros de arrimo são executados por gabiões com entulho de demolições
Sistema de vedação e aberturas	As vedações externas rígidas são executadas por painéis modulares requadrados de madeira com fechamento de tábuas e placas de policarbonato com variações nas 3 alturas – peitoril, vão central e verga, duplicados para isolamento térmico quando necessário e preenchidos com plástico bolha. Os fechamentos maleáveis são feitos de tecidos com ilhoses fixados em ganchos de espera. AS aberturas são controladas por sistemas de cordas
Sistema de cobertura	Telhas metálicas sequenciadas em dupla água em impluvium
Sistema de pisos	Lajes modulares alveolares de fibra de vidro

<p>Instalações</p>	<p>A geração de energia é promovida por cata-ventos eólicos. O tratamento de efluentes de esgotos é separado em águas negras e águas cinzas em dois sistemas de wetlands independentes; as águas pluviais são captadas por calhas da cobertura e direcionadas por canaletas para uma cisterna central. A água dos chuveiros é aquecida por painéis solares feitos com 90% de materiais recicláveis como garrafas pet, canos de PVC e caixas de leite tipo longa vida, conforme patente disponibilizada por José Alcino Alano.</p>
<p>Possibilidades de Autonomia e Benefícios Socioespaciais e ambientais</p>	<p>O projeto proposto é constituído por um porto articulado ao sistema de transporte fluvial preconizado no projeto urbano, espaços culturais e oficinas e de aprendizado para uma comunidade que já produz seus próprios barcos e apetrechos têxteis como velas e redes.</p> <p>A escola funciona como um enorme museu fixo gerando um marco na paisagem, aberta para a represa. O museu flutuante pode ser transportado a outros locais atracado a embarcação de pequeno porte, consistindo em uma estrutura simplificada para que a própria comunidade consiga participar de sua construção. É um elemento importante para a disseminação das históricas locais de embarcações e pescadores do Fundão do Jardim Ângela. A capacitação na montagem de estruturas metálicas pode gerar novas possibilidades profissionais para os moradores locais</p>
<p>Aspectos Positivos</p>	<p>Os componentes metálicos da estrutura e os elementos construtivos podem ser transportados por sistema fluvial. O aço é um material 100% reciclável, portanto as estruturas podem ser desmontadas e reaproveitadas. O peso próprio que é considerável porém consegue vencer vãos importantes, no caso preconizado em 8 x 8m. Preconizou-se a possibilidade de participação da comunidade na produção do mobiliário e das vedações e aberturas</p>
<p>Aspectos Negativos</p>	<p>A estrutura metálica é anticorrosiva porém necessita processo de montagem especializado e apresenta custo relativamente alto</p>
<p>Ilustrações</p>	<p>Figura 9, abaixo</p>

Quadro 4– Cartilha de análise realizada do projeto Navegar – Porto, oficina de barcos e memória na Guarapiranga, 2017

Fonte: as autoras



Figura 9 – Imagens do projeto Navegar – porto, oficina de barcos e memória: módulo flutuante (esquerda), perspectiva explodida da estrutura (centro) e variação modular das vedações e aberturas

Fonte: CALIL, M. C. O. **Projeto Navegar**. Trabalho final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

CONCLUSÃO

Promoveu-se um acervo constituído pela sua sistematização analítica, mediante catalogação acessível, cujos conteúdos possam ser objeto apresentado em eventos acadêmicos e publicações, para sua discussão, aprofundamento e divulgação, cuja meta futura seria gerar fundamentos para pesquisas e ações passíveis de capacitar, através dos conhecimentos constituídos, populações de comunidades em situação de fragilidade socioespacial e ambiental em outras oportunidades, dado seu potencial de aplicabilidade como suporte para qualificação construtiva e espacial, capaz de gerar autonomia e autodeterminação em organizações solidárias coletivas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica com apoio de bolsa da Reitoria PUC PIC – Brasil (PUCCAMPINAS). Dedicamos este trabalho não apenas às comunidades citadas, mas para todas que se identifiquem e que possam utilizar-se deste para possíveis futuras ações concretizáveis.

REFERÊNCIAS

ACEITUNO, Flavia; ALMEIDA, Diego; ALMEIDA, Marina Franco Cintra de; AMARAL, Helena; CARDIM, Gabriela; FABIANO JR., Antonio; FIGUEIREDO, Maria Rubio; FONTES, Daiane; MINOSSO, João Gabriel; NERES, Felipe; LUZ, Vera Santana; PAIVA, Barbara Titoto; PEREIRA, Camila; PEREIRA, Paula; RIOS, Gabriel; WAKATSUKI, Michelle. **Projeto Fundão. 2016**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pré-TFG e TFG – Trabalho Final de Graduação. Campinas, 2016. (Mimeo)

ALENCAR, Daniele; BRAGIOLA, Giovana; BREDARIOL, Isabela; BROGLIO, Elisa; FABIANO JR., Antonio; FAVETTA, Maria Fernanda; GODOY, Isabela; GUIRELLO, Bárbara. LIMA; Lara Maria Almeida; LUZ, Vera Santana; MAZON, Gabriela; MELO, Wlândia Rocha; MOTTA, Jéssica; PICCOLI, Bruna; REIS, Giovana; RESENDE, Laís; ROSA, Clara Constantini; SPIRONELO, Carla. **Marsilac. 2014**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pré-TFGs e TFGs – Trabalho Final de Graduação. Campinas, 2014. (Mimeo)

ARRUDA, Marco Aurélio; AZEVEDO, Rodrigo de; BATISTA, Samira; FABIANO JR., Antonio; FARINAZZO, Naomi Diniz; FREITAS, Thais; GODOI, Camila; LUZ, Vera Santana; PILOT, Breno; REZENDE, José Camilo; SANTOS, Felipe; SANTOS, Higor; VACCARI, Luísa Parisollo; XAVIER, Diogo. TFGs: A Vila é Bela. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pré-TFG e TFG – Trabalho Final de Graduação. Campinas, 2018. (Mimeo)

BEGIATO, Raíssa Gattera; CALIL, Maria Clara de Oliveira; CASTRO, Pâmela Rodrigues; COGETTI, Isabelle Bertoloto; DESENZI, Patrícia Corrêa; FABIANO JR., Antonio; FERRARI, Helder; GUADAGUINI, Priscilla Franco; JUSTO, Kaena; MAIA, Danilo Pena; MEDEIROS, Adriana Pereira; MICHELAZZO, Beatriz Chiacchio; OLIVEIRA, Camila Borges de; PROCÓPIO, Vivian Helena Peronti; LUZ, Vera Santana; RAMIRES, Gabriel de Souza; RODRIGUES, Paloma; VROLJK, Maria Katelijne. **Jardim Vera Cruz - Projeto Fundão 2017**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pré-TFG e TFGs – Trabalho Final de Graduação. Campinas, 2017. (Mimeo)

BIANCHI, Paula Aleska; CHAN, Henrique; CINO, Giovanna; FABIANO JR., Antonio; GAGLIARDI, Letícia; GALTER, Polyana; GARCIA, Fábio; GORAIEB, Marcela; LEAL, Marina Tarallo; LUZ, Vera. Santana; MESTRINER, Eduardo; NAKAMURA, Beatriz; NERES, Felipe; RODRIGUES, Bruno Augusto; RODRIGUES, Cynthia; SANT'ANNA, Mariana Tealdi; SUTTO, Renata; VEDOVELLO, Felipe. TFGs: 2015. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pré-TFG e TFGs – Trabalho Final de Graduação. Campinas, 2015. (Mimeo)

BONDUKI, Nabil (Org.). **A luta pela Reforma Urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo**. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. Brasília, 2001.

CALDAS, Maria Fernandes. **A utopia da Reforma Urbana: ação governamental e política pública no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2018.

FIX, Mariana. **Parceiros da Exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

LUZ, Vera Santana. **Por uma autonomia concretizável: proposição de técnicas de arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte para comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e ambiental**. In: **V ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2018, Salvador. Anais: SOUZA, Angela Maria Gordilho; BAETA, Rodrigo Espinha; ANDRADE JR., Nivaldo Vieira (orgs.) Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018. Volume 1, Eixo 1: Ideários, Projeto e Prática, p.1082-1104.

LUZ, Vera; FABIANO Jr., Antonio. **Por uma relação urbano x rural x ambiental na metrópole: o caso de Marsilac**. In: *V Seminário Internacional: Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar*, 2014, Lisboa. Anais: TRIGUEIROS, C. (org.). Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. 1ª. Edição, volume 1, p. 383-392.

LUZ, Vera; FABIANO Jr., Antonio. **Marsilac - nas bordas da cultura: uma busca de paradigmas na relação Homem e Natureza**. In: *7 PROJETAR*, 2015, Natal. Resumos: VELOSO, M.; ELALI, G. A. (org.): Caderno de Resumos 7 Projetar 2015. 1ª. edição, volume 1. Natal: Editora Firenzeze, 2015. p. 124-124.

LUZ, Vera; FABIANO Jr., Antonio. **Por uma relação urbano x rural x ambiental: o caso de Perus**. In: *II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade na Amazônia ArqAmazônia: Cidade e Natureza, Ambiente de Todos*, 2016, Manaus.

LUZ, Vera; FABIANO Jr., Antonio. **Mundos e fundos: projetos e atos no Fundão do Jardim Ângela**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 208.04, Vitruvius, out. 2017. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.208/6741>>. Acesso em 12 jan. 2019.

LUZ, Vera; FABIANO Jr., Antonio. **Projeto e ato no Fundão do Jardim Ângela: por uma relação urbano x rural x ambiental na metrópole**. In: *VI Seminário Internacional: A Língua que habitamos*, 2017a, Belo Horizonte. Anais: TRIGUEIROS, C. (org.). Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, *Desafios à Cidade*. Volume 2, *Facetas de uma Urbanização em Ritmo Acelerado*, 2017, p. 511. ISBN 978-1547022830

LUZ, Vera Santana. FABIANO Jr., Antonio. **Por uma relação urbano/ rural/ ambiental nas bordas da metrópole.** In: 8ª. *Conferência Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento. Primer Forum Mundial del Pensamiento Crítico.* CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2018, Buenos Aires. (Mimeo)

LUZ, Vera Santana. FABIANO Jr., Antonio; **Por uma relação urbano/ rural/ ambiental na metrópole: didática e ações.** 2019. Revista Virus, nomads.usp, v. 18, 2019. ISSN 2175-974x.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil.** In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

REDE NOSSA SP. **Mapa da desigualdade 2017.** Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

REDE NOSSA SP. **Mapa da desigualdade 2019.** Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapada_Desigualdade_2019_apresentacao.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel/Fapesp, 1997.

SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico, 2014.

SILVA, Wesley Alves da; LUZ, Vera Santana. Sistemas de bio-rremediação de efluentes em situações de precariedade socioespacial e ambiental como possibilidade de efetivação real. **Revista Tulha, PET - Arquitetura e Urbanismo da Puc de Campinas, Campinas, 2019.** Disponível em:<https://issuu.com/petarquiteturaeurbanismo/docs/revista_tulha_2019>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: StudioNobel, 2012.

APROXIMAÇÕES SOBRE OS PESQUISADORES QUE DEFENDEM EXPLICITAMENTE A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Data de aceite: 21/07/2021

Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho

Leonardo Carnut

RESUMO: Este estudo pretende identificar quem são os pesquisadores que defendem explicitamente a terceirização da saúde pública no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão a qual a primeira parte constituiu-se de uma revisão narrativa, minimamente sistematizada, cuja fonte foi a base dados de publicações científicas da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a segunda parte de uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. A estratégia de busca na base da FGV foi construída pelos polos: terceirização (fenômeno), forças políticas neoliberais (população) e Sistema Único de Saúde (contexto). O limite de idioma foi apenas a língua portuguesa. O protocolo PRISMA foi usado para organizar o processo de seleção dos estudos. A análise dos dados foi feita na modalidade narrativa simples. Apenas 3 artigos foram incluídos que defendiam explicitamente a terceirização do SUS e foram identificados 7 pesquisadores-autores. No currículo Lattes dos autores foram extraídos: formação de graduação, área do doutorado, filiação a grupos de pesquisa, a revista das últimas publicações, o local de trabalho atual, o caminho profissional e as relações pessoas e orientadores. No Diretório

de Grupos de Pesquisa do Lattes identificou-se os financiamentos de pesquisa, as instituições parcerias e a posição do líder do grupo de pesquisa. A maioria apresenta formação da área das ciências sociais aplicadas e apenas uma em enfermagem. Dos 7 pesquisadores apenas 1 está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Conclui-se que, ainda que com um caráter exploratório, esta pesquisa gera algumas reflexões para defender o SUS tais quais: qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

PALAVRAS - CHAVE: Terceirização. Forças Políticas. Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT: This study aims to identify who are the researchers who explicitly defend the outsourcing of public health in Brazil. For this, a mixed review was carried out, the first part of which consisted of a narrative review, minimally systematized, whose source was the database of scientific publications from the Fundação Getúlio Vargas Library (FGV) and the second part of a research in the curriculum Lattes of the researchers found to better understand their professional trajectory. The search strategy at the base of FGV was built by the hubs: outsourcing (phenomenon), neoliberal political forces (population) and the Unified Health System (context). The language limit was only the Portuguese language. The PRISMA protocol was

used to organize the study selection process. Data analysis was done in simple narrative mode. Only 3 articles were included that explicitly defended the outsourcing of SUS and 7 researchers-authors were identified. In the authors' Lattes curriculum, the following were extracted: undergraduate training, doctorate area, affiliation to research groups, the magazine of the latest publications, the current workplace, the professional path and the relationships between people and advisors. The Lattes Research Groups Directory identified research funding, partner institutions and the position of the research group leader. Most have training in the field of applied social sciences and only one in nursing. Of the 7 researchers, only 1 is working exclusively in the public area, while 6 of them are providing some type of service to the private sector. It is concluded that, although with an exploratory character, this research generates some reflections to defend SUS tasia which: what is the social relevance of the themes that are researched in public universities? How can this research, financed with taxes paid mainly by the most vulnerable, help to transform the current society?

KEYWORDS: Outsourcing. Political forces. Unified Health System

INTRODUÇÃO

A universidade brasileira prefigura um ambiente plural e dinâmico, cheio de tendências, epistemes e formas de análise que se enquadram em diferentes perspectivas de mundo. No âmbito da saúde, por mais homogêneo que se possa parecer a uma primeira vista, o saber construído no mundo acadêmico também perpassa por essas diferenças analíticas, especialmente quando o conteúdo produzido por estes pesquisadores se aproxima da discussão social

A rigor, o direito à saúde no Brasil, traduzido pelo Sistema Único de Saúde, é um destes conteúdos que mais se apresenta “tensionado” por várias vertentes de análise, seja dentro do setor saúde como fora dele. Mas, o que interessa problematizar neste estudo é como os pesquisadores que se reconhecem investigadores sobre o SUS, abordam este objeto desvelando intencionalidades privatizantes.

Sabe-se que no processo de implementação do SUS, o seu componente eminentemente público tem foi se esvaindo ao longo dos anos, a ponto de, atualmente depararmos com um contraponto considerável sobre o *ethos* público deste sistema. Seja, pelo crescente incentivo ao mercado de planos de saúde, seja pela terceirização por dentro do sistema público (por meio das OSs, Oscips etc.), é possível identificar com, ainda que com “borramentos” os antagonismos existentes às diretrizes constitucionais do SUS¹.

O SUS, desde 1990 vem sendo cerceado por um projeto neoliberal. O conhecimento científico sobre ele vem sendo edificado a passos largos, mas pouco do conhecimento que converge com seus princípios e diretrizes vem servindo de evidência para a tomada de decisão menos empiricista. O que se percebe na prática cotidiana^{2,3,4} é que a operacionalidade do SUS vem se desenvolvendo no caminho das hibridizações entre público-privado cada vez mais orientadas ao consumo e, ainda, tornando-se um polo de atenção focalizado e em franco desfinanciamento para drenar a demanda mais vulnerável

ao mercado.

É neste conflito concreto em que parte dos pesquisadores acadêmicos usam sua expertise para justificar a terceirização da saúde pública no Brasil por exemplo. Por mais bem intencionados que sejam estes pesquisadores, a crítica da produção do conhecimento que reforçam a ordem do capital não é feita, justamente porque não se questionam insistentemente a quais interesses o conhecimento que produzem estão subsumidos⁵.

Por isto, este estudo teve como objetivo revisar os pesquisadores e seus grupos científicos ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil.

MÉTODO

No presente artigo empregamos um método misto entre a revisão narrativa, minimamente sistematizada com a ajuda de descritores e estratégia reprodutível em base de dados e uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. Na primeira parte, onde organizamos a revisão narrativa, partimos da seguinte pergunta: “*quais são os pesquisadores ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil?*”.

A respectiva pergunta permitiu selecionar palavras-chaves e definição de palavras seguintes para pesquisa inicial que foram utilizadas como descritores na plataforma Sistemas de Bibliotecas FGV – Banco de dados Fundação Getúlio Vargas (FGV) – <https://sistema.bibliotecas.fgv.br>. (quadro 1). Elegemos esta base de dados pela possibilidade de ela provavelmente recuperar mais artigos de autores que defendam a terceirização da saúde pública no Brasil.

Item-chave	Palavras-chave	Polo da estratégia de busca
Terceirização	serviços terceirizados, organizações sem fins lucrativos, privatização, organizações sociais, OS, OSS, OSCIP, terceiro setor, reforma do Estado, gerencialismo, reforma gerencial, terceirização.	Fenômeno
Forças Políticas Neoliberais	Forças Políticas e Neoliberal	População
Sistema Único de Saúde	Sistema Único de Saúde	Contexto

Quadro 1. Item-chave, palavras-chaves derivadas e polo de estratégia de busca da revisão narrativa. 2020.

Fonte: elaboração dos autores

Os itens-chaves foram montados e combinados através de polos, o objetivo principal foi de construir um banco para pesquisa com ampla abrangência de maneira sistematizada e com grande captação de artigos e documentos. Estes testes exploratórios possibilitaram confirmar que as palavras-chave são amplamente utilizadas para indexação de conteúdo pela comunidade científica que vem pesquisando o tema.

Nesta pesquisa os descritores foram combinados entre eles dentro de um item-chave com o uso do operador Booleano “OR”, o respectivo descritor tem a função de aumentar a abrangência das pesquisas. No campo “Busca Integrada” do banco de dados do sistema de bibliotecas da FGV realizou-se as pesquisas das palavras-chaves, para a composição e pesquisa dos polos foi utilizada a opção de “Busca Avançada”, neste local a pesquisa foi iniciada com a abreviatura TX (texto completo), em seguida foi realizada a pesquisa das combinações dos polos com os descritores Booleanos “OR”. Para a formação da sintaxe final na opção “Busca Avançada” utilizamos o descritor Booleano “AND” para a combinação dos polos.

Polo	Descrição	Sintaxe da estratégia de busca por polo
Fenômeno (Terceirização)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “terceirização”. Recuperou 7.107.285 publicações.	TX “serviços terceirizados” OR “organizações sem fins lucrativos” OR “privatização” OR “organizações sociais” OR “OS” OR “OSS” OR “OSCIP” OR “terceiro setor” OR “reforma do Estado” OR “gerencialismo” OR “reforma gerencial” OR “terceirização”
População (Forças Políticas Neoliberais)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “forças políticas neoliberais”. Recuperou 23.720 publicações.	TX “neoliberalismo” OR “forças políticas”
Contexto (Sistema Único de Saúde)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “Sistema Único de Saúde”. SUS – Porém devido a vários descritores sinônimos pontuados resolvemos reduzir os demais descritores para o número de uma palavra-chave. Recuperou 4.822.256 publicações	TX “Sistema Unico de Saude”

Quadro 2. Polos da pergunta de pesquisa, descrição e estratégia de busca por polo. 2020.

Fonte: elaboração dos autores

A composição da sintaxe final foi composta pelo operador Booleano “OR” e “AND” conectando os polos apresentados: Pólo fenômeno OR polo contexto AND polo população. Esta sintaxe final é: TX (“serviços terceirizados” OR “organizações sem fins lucrativos” OR “privatização” OR “organizações sociais” OR “OS” OR “OSS” OR “OSCIP” OR “terceiro setor” OR “reforma do Estado” OR “gerencialismo” OR “reforma gerencial” OR “terceirização”)

AND TX (“neoliberalismo” OR “forças políticas”) AND TX “sistema único de saúde”. Ao testá-la a base de dados, recuperava o total de 342 resultados (publicações identificadas).

Ao trabalhar com a sintaxe final descrita acima, foi possível identificar que os 342 estudos foram produzidos entre 2010 a 2019. A partir dos títulos e resumos disponíveis, foram desconsiderados aqueles que estavam repetidos (2 publicações). Na fase de rastreamento foram excluídas as publicações que representavam outro material bibliográfico diferente do formato artigo científico (literatura cinza, ou seja, anais de congressos, relatórios ministeriais dentre outros – 296 publicações) e os que não tinham relação com o tema (25 publicações), onde todos os textos selecionados estavam disponíveis para leitura na íntegra. Na fase da elegibilidade, os 3 artigos que foram para leitura do texto completo de fato estavam direcionados à pergunta de pesquisa e estavam todos disponíveis em acesso livre na internet. Após leitura na íntegra nenhum estudo foi descartado pois apresentaram relação direta com a pergunta de pesquisa.

Ao final, 3 artigos foram considerados como incluídos nesta revisão. Este processo de processo de seleção da literatura está descrito no fluxograma do PRISMA apresentado na figura 1.

No intuito de aprofundar o estudo, paralelamente identificamos os autores dos artigos científicos que analisam as forças políticas neoliberais que estão provocando a terceirização da saúde pública no Brasil, também iremos caracterizar os grupos científicos nos quais estes autores pertencem e suas relações sociais com governos e empresas, assim como os financiamentos de pesquisa que recebem.

Para isso foi utilizado o currículo Lattes para identificar dados sobre a trajetória profissional destes pesquisadores e sua ligação a grupos de pesquisa (verificada pelo Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq). Desta maneira coletou-se dados sobre: dados profissionais (nome, formação, doutorado), científicos (grupos de pesquisa que é filiado e revista de sua última publicação) e relações no âmbito do trabalho (trabalho atual, caminho profissional, trajetória profissional – pública ou privada) e relações pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o detalhamento da análise preliminar pode-se traçar um panorama acerca dos grupos científicos que possuem relações com o campo de estudo proposto neste trabalho, estruturados os quadros que seguem onde foram identificados os principais pesquisadores e seus grupos científicos, além de um estudo preliminar mostrando uma breve trajetória profissional deles, bem como seus vínculos profissionais e os tipos de financiamento que recebem para a realização de seus estudos.

Na análise dos quadros apresentados pode-se concluir que a grande maioria dos pesquisadores possui formação em universidades públicas, com conclusão de Doutorado e participação em grupos de pesquisa relacionados a Economia, Contabilidade ligados à

área de auditoria de ativos e passivos. Outro fator importante refere-se ao fato de que todos os pesquisadores citados atuam com vínculos em serviços públicos de referência.

No quadro 2, foram realizados os levantamentos das trajetórias profissionais dos pesquisadores onde foi possível identificar que dos 7 (sete) pesquisadores apenas 1 (um) está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Em relação à formação universitária é importante destacar que 3 destes profissionais possuem formação em Ciências Contábeis, 1 em Matemática, 1 em Direito, 1 em Relações Internacionais e apenas 1 em Enfermagem. Quanto ao local de atuação profissional pode-se levantar que 3 encontram-se na região Nordeste, 2 no Espírito Santo, 1 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo.

Apenas 1 deles não possui doutorado, porém seus campos de pesquisa estão relacionados às áreas financeira, ambiental e jurídica. Também foram detalhados os grupos de pesquisa a que cada autor pertence, onde foram apresentados os objetivos dos respectivos grupos, o grau de formação destes profissionais bem com a formação dos demais participantes, destacando suas principais lideranças, onde foram traçados um breve histórico profissional dos principais organizadores destas pesquisas bem como as instituições com que possuem parceria para a realização destes trabalhos.

No quadro 4, pode-se observar a carreira destes pesquisadores onde apenas 1 deles possui uma trajetória profissional exclusivamente pública, os demais trabalharam em serviços públicos e privados. Outro fator que merece destaque refere-se ao fato de que todos estes pesquisadores não possuem qualquer tipo de financiamento para a realização de seus grupos de pesquisa.

No quadro 5, foram levantadas as relações destes pesquisadores com os grupos de pesquisa e instituições dos quais fazem parte e as lideranças dentro destes estudos. Pode-se notar que apenas 3 destes pesquisadores estão ligados a universidades públicas localizadas mais especificamente na região Nordeste (UFPE) e na região Sudeste (UFRJ-UFES), além de parcerias com universidades estrangeiras. Os demais líderes destes grupos de estudo estão vinculados às universidades e/ou associações de caráter privado. Quanto as áreas de pesquisa analisadas podem-se destacar: Serviços Contábeis, Finanças e Sustentabilidade, Direito à Saúde, Direitos Humanos e Ciências Sociais.

Para que se pudesse tecer uma análise sobre a relação entre os pesquisadores que representam esses interesses na terceirização da saúde e seus trabalhos científicos, foi necessário organizar uma descrição do que os autores apresentam em seus artigos sobre a terceirização, demonstrando os argumentos que usam para justificar esta medida gerencial na saúde.

No estudo de Silva e colaboradores, evidenciamos que os autores narram sobre a eficácia dos resultados positivos, quando de maneira planejada e sistematizada se executa as ações necessárias envolvendo em bloco toda as prestações de contas, monitoramento na íntegra de todas as notas fiscais emitidas e recebidas, elaboração de contratos de serviços

de terceiros, acompanhamento sistemático do recolhimento das guias de tributos e outros objetos que se fizeram necessárias no decorrer na análise em benefício das Organizações Sociais, compartilhando através da transparência e integridade os dados nas prestações de contas com exatidão e fidedignidade contábeis. Os resultados do controle interno do órgão supervisor na fiscalização dos contratos de gestão na área de saúde é uma prática jurídica indispensável, tendo como objetivo indicar, sempre que possível, quais as medidas corretivas a serem adotadas pelas autoridades supervisoras, quando detectadas eventuais irregularidades ou inconformidades contratuais⁶.

“Por outro lado, como suporte a fiscalização primária exercida pelas comissões de avaliação, existe a figura do controle interno do órgão supervisor do contrato de gestão. Tal controle, também chamado de controle interno administrativo, objetiva verificar se os atos oriundos do contrato estão sendo executados em consonância com o que determina a legislação”⁶.

É importante perceber que, por mais que os autores estejam preocupados com o cumprimento adequado da ‘letra da lei’, ao não fazerem uma crítica ao processo de terceirização que isto significa findam por ratificar o papel da iniciativa privada na gestão do SUS.

Ainda, para além das questões econômicas e jurídicas o presente artigo manifesta como as Organizações Sociais através de controle interno devem avançar no planejamento da estrutura de governança e administração, proporcionando segurança razoável às operações em conformidade com o objetivo de atingir a excelência no contrato, ou mesmo quando necessário, corrigir as eventuais improbabilidades que possam comprometer a gestão e todos os atos e procedimentos administrativos inerentes ao contrato de gestão⁶.

“Dessa forma, a organização social deve, periodicamente, apresentar relatório de seus resultados e prestar contas dos recursos transferidos, que serão acompanhados pelas Comissões de Avaliação compostas por servidores públicos designados pela autoridade supervisora que devem atender ao preconizado na Lei em comento”⁶.

Por essas razões o respectivo controle interno administrativo, objetiva verificar se os atos oriundos dos contratos estão sendo executados em consonância com o que determina a fiscalização, legislação e justiça. Na interpretação objetiva deste estudo podemos identificar os autores alertando sobre a necessidade do alinhamento e apoio nas decisões como ato preventivo em apoio a fiscalização primária exercida pelas comissões de avaliação, e supervisores dos contratos⁶. Contudo, mais uma vez se estabelece a ideia de as OS são elementos já constitutivos do sistema de saúde, e, portanto, sem nenhuma crítica ao seu papel privatizante.

Baird analisa a política do setor de saúde suplementar, com foco na disputa de poder na ANS, apontando que, embora não tenha identificado um “processo de captura” na ANS, a permeabilidade entre privado e agência mostra-se crescente, não apenas na ocupação de postos de diretoria, mas em outros dados não estudados no presente artigo, como o

incremento dos vínculos do empresariado com a diretoria colegiada e com o restante do corpo de funcionários e a intensificação do fenômeno *revolving door* “porta giratória” onde torna-se repetido e recorrente as situações citadas acima, somado a pressões externas vindas do Ministério da Saúde avoluma-se na agência a flexibilização das regulações⁷.

Embora conclua-se, que, se por um lado não houve desvio de curso na microrregulação praticada pela ANS, em que pesem os espaços de influência angariados pelo empresariado, por outro, as conexões e o financiamento realizados pelas grandes empresas parecem ter-lhes assegurado condições de crescimento, especialmente por meio de subsídios e da permissão ampliada de fusões e aquisições via mercado externo⁷.

“A custos marginalmente impostos ao setor regulado pela agência, correspondeu a possibilidade de uma forte expansão propiciada pelo Executivo central e pelo Poder Legislativo”⁷.

Assim, se os fatores institucionais são predominantes na explicação do papel da ANS, o jogo político externo à agência é determinante para se compreender a configuração mais ampla da regulação na saúde suplementar, em particular as oportunidades abertas à atuação empresarial⁷.

“Na esfera política mais ampla, o jogo é claramente mais desigual e favorável ao setor privado, restando saber se a influência empresarial conseguirá se estender, igualmente, à ANS e ao Judiciário”⁷.

Neste estudo, mais uma vez, restringe-se a uma descrição do processo de terceirização sem nenhuma crítica direta. É importante ressaltar que não parece razoável tomar a privatização (no caso, do papel da autarquia ANS que perde poder no âmbito público) para ratificar uma certa ‘normalidade’ na captura de uma agência pública pelos interesses privados sobre a regulação do próprio setor privado em saúde.

Já no último artigo, os autores enfatizam uma conjuntura marcada por propostas políticas estimuladoras da abertura do mercado ao capital estrangeiro, da privatização de empresas e de serviços públicos, bem como da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, deixando evidente que já não é possível ignorar as influências do capital nas políticas de saúde brasileira ao longo dos últimos anos⁸.

Na análise fica evidenciado o alinhamento das esferas políticas no loteamento da saúde, à proeminência do privado sobre o público, o retrocesso no âmbito dos direitos sociais, especialmente no setor saúde que sofre com a desestruturação diária do caminho construído em busca da Reforma Sanitária. Os discursos enunciados são carregados de intencionalidade que muitas vezes impedem que sejam percebidos como instrumentos políticos no fortalecimento de tais práticas sociais⁸.

A promiscuidade invade as instituições, tornando-se necessário analisar e descortinar as concepções que circundam o imaginário social coletivo, conduzindo-nos, à reflexão de valores que tem orientado gestores na administração de recursos e na gestação de políticas de saúde, deixando uma incógnita na ética que tem orientado e sustentado

essas práxis.

O avanço neoliberal na política brasileira tem gerado constantemente o sucateamento da saúde brasileira que avançam através de uma racionalidade mercadológica, muitas vezes evidenciada com a implementação de políticas que visam forjar a dinâmica do capitalismo, pautadas na lógica lucrativa do maior retorno, trazendo à tona uma relação paradoxal entre a ética e o mundo de consumidores⁸.

A proposta de democratização da saúde tem sido desconstruída em favor de um projeto privatista, que apesar de todo avanço político conquistado nos anos anteriores, tem se consolidado como um projeto de saúde contemporâneo, pautado numa política de ajuste, com tendências a contenção dos gastos, a racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidades do poder central. Tais ações, geridas pelo viés das leis de mercado, parecem cada vez mais estar caminhando na contramão dos grandes órgãos internacionais promotores da saúde coletiva⁸,

Ao Estado fica a impressão de ter que garantir apenas o mínimo constitucional para as populações vulneráveis, deixando quase que exclusivamente para o setor privado o atendimento aos “cidadãos consumidores”. Ao buscar a reinvenção das temáticas em Saúde, através de uma vertente predominantemente economicista, as políticas sociais tem sido empurradas ao abismo do cumprimento da eficiência, da eficácia e rumo à privatização⁸.

Diferentemente das demais concepções, é importante enfatizar que a concepção de saúde como bem de consumo nos coloca diante do desafio de salvaguardar o Sistema Único de Saúde (SUS) ante a implantação de medidas que revelam a adesão a uma racionalidade mercadológica, tendente a privilegiar o privado em detrimento do público, que nos situa na contramão da cultura inspirada pelos princípios do SUS e, mais que isso, na contracorrente dos objetivos declarados por organizações internacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) 8.

Nome	Formação	Doutorado	Grupo Pesquisa 1	Grupo Pesquisa 2	Grupo Pesquisa 3	Últimas publicações	Trabalho atual	Caminho Profissional
G. G. S	Ciências Contábeis Universidade Federal da Paraíba UFPB	Não possui	nenhum	nenhum	nenhum	Revista Científica Hermes	Gerente Executivo de contratos, Governo da Paraíba	Público
V. L. C.	Ciências Contábeis Universidade Católica de Pernambuco	Universidade Potiguar	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	nenhum	nenhum	Revista Amazônia, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento	Universidade Federal da Paraíba	Privado - Público

R. R. S.	Ciências Contábeis Centro Universitário João Pessoa	Universidade Federal de Pernambuco	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	nenhum	nenhum	Revista Administração em Diálogo. Revista Ciências Administrativas	Universidade Federal de Pernambuco	Privado - Público
R. J. G. L.	Matemática Universidade Federal da Paraíba	UFRJ	nenhum	nenhum	nenhum	Revista JCR, Revista da Micro e Pequena Empresa	Universidade Potiguar	Público
S. M. S.	Direito Faculdade de Direito de Vitória	Faculdade de Direito de Vitória	Pesquisa de extensão em Políticas Públicas, Direito a saúde e Bioética	nenhum	nenhum	Revista Direitos fundamentais e Democracia Revista Espaço Jurídico	Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	Público
E. C. A. B.	Enfermagem UFES	UnB	Human Rights Constitutional Challenges	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Estudos Políticos e Institucionais	Opnión Jurídica	UNIRIO	Público
M. F. B.	Relações Internacionais PUC SP	USP - Sanduiche Columbia	nenhum	nenhum	nenhum	Revista de Ciências Sociais Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	USP - FFLCH	Público

Quadro 3. Nome, dados profissionais, científicos e relações pessoais no âmbito do trabalho e pesquisa dos pesquisadores relacionados às pesquisas de terceirização da saúde pública no Brasil.

Fonte: elaboração dos autores

Pesquisador	Financiamento de Pesquisa	Locais de Trabalho	Trajatória Profissional
G. G. S.	Não	UFPB	público
		Tribunal de Contas PB	público
		Instituto Cândida Vargas	público
		SES Saúde PB	público
		Supervisão de Contratos PB	público
V. L. C.	Não	UFPB	público
		UFPE	público
		WT manutenções elétricas	privado
		FCAP Faculdade Pernambuco	público
		Indaia transportes	privado
		Construtora Maranhão	privado
		PM Jaboatão dos Guararapes	público
		STI Suporte	privado
R. R. S.	Não	Shoping Norte - Guararapes	privado
		UFPE	público
		UFPB	público
		UNICRED	privado
		UNIPÊ	privado

		Consórcios MAIA	privado
		LUMA Trading	privado
		Energisa PB	público
R. J. G. L.	Não	Universidade Potiguar	público
		Leone Consultoria	privado
		UNILEAO	privado
		Faculdades Vale Salgado	privado
S. M. S.	Não	TJES	público
		PM Vitoria	público
		Faculdade de Direito de Vitoria	privado
		UFRJ	público
		Fórum Cível Vitoria	público
		Fórum Criminal Vitoria	público
E. C. A. B.	Não	Faculdade de Direito de Vitoria	privado
		RIEES Educação Espírito Santo	privado
		UFES	público
		UFRJ	público
		UFBA	público
		FAESA Espírito Santo	privado
		HU Cassiano Antônio Moraes	público
		SUS – Conselho Estadual Saúde	público
		IDAPES	privado
		GAZETA Colunista	privado
		ESMPU Ministério Público	público
		Polícia Militar Espírito Santo	público
M. F. B.	Não	ESPM	privado
		Escola do Parlamento - CMSP	público
		FGV	privado
		ACT Promoção da Saúde	privado
		USP	público
		Instituto Sou da Paz	privado
		IDEC Defesa do Consumidor	privado
		FMU	privado
		PMSP	público
		Instituto Empreender	privado
		Conectas Direitos Humanos	privado

Quadro 4. Financiamento de pesquisa e trajetória profissional dos pesquisadores da saúde que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil.

Fonte: elaboração dos autores

Pesquisador	Grupo de pesquisa em que está filiado	Repercussões	Número de doutores	Número de mestres	Número de graduandos	Outros pesquisadores filiados	Instituição parceira	Líder do Grupo de Pesquisa	Autodescrição do pesquisador líder do grupo científico
V.L.C.	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	Pesquisas do SEBRAE (2004), no Brasil, e outras pesquisas similares em outros países (Cooper et alii, 1998; Reynolds, 1987; Small Business Service - UK, 2004; Knaup, 2005), revelam que as pequenas e médias empresas têm alta taxa de mortalidade em seus primeiros anos de vida	15	5	1	1	Managing Business Information Consulting - Empresa Extinta (encerramento)	L.C.M.	Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFPE. Atualmente coordena um projeto de pesquisa sobre utilização da contabilidade gerencial nas pequenas e médias empresas. Atua na área de Administração e Contabilidade, com ênfase em Contabilidade Gerencial Controladoria e Custos.
R.R.S.	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	Espera-se estimular os estudos em temas de finanças, especialmente, governança corporativa, estrutura de capital, gestão de riscos, sustentabilidade e finanças de curto prazo, disseminando o conhecimento para a academia e para as empresas	8	2	1	1	Nenhum registro adicionado	J.F.S.	Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e esteve na Coordenação do Mestrado Profissional em Administração (MPA/UFPE) até início de 2020. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983). Tem experiência profissional na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando academicamente com os seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo
S.M.S.	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética – BIOGEPE	A complexidade e as contradições que envolvem as políticas sociais no Brasil e em especial a política de saúde, foram determinantes na gestação do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética – BIOGEPE. Nesse contexto, a emergência de temas como a bioética e o enfrentamento dos conflitos morais em uma sociedade cada vez mais plural e na qual o desenvolvimento científico coloca profissionais da saúde e do direito, diante da necessidade de tomar decisões.	20	9	10	9	UFRJ - UFES	E.C.A.B.	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UniRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

	Human Rights and Constitutional Challenges	Discutir os conceitos e preocupações dos direitos humanos nos níveis nacional e regional do Estado de Direito; 2. Promover a cultura e a educação em direitos humanos de acordo com os padrões da democracia; 3. Estudar e pesquisar direitos humanos e novas tecnologias; 4. Acessar as críticas à efetivação dos direitos humanos por meio de deveres fundamentais; e, 5. Discutir Jurisdição Constitucional e Hermenêutica sobre Elaboração de Direitos Humanos.	11	5	12	0	Universidade de Salamanca, Universidade do Porto, UENF, UNIFAP, Faculdade de Direito de Vitória, Universidade de Beijing, Universidade do Paraguai	C.G.C.	Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; relações e direitos familiares; serviços públicos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção
E.C.A.B.	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Não apresenta	9	9	1	2	Não há registro	C.L.S.	Professor de Direito Constitucional. Doutor em Direito, UFSC. Estágio Pós-Doutoral na PUC-RS (2012-2014) sob a supervisão do Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet. É professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e da Universidade Positivo (UP), Curitiba, PR. Professor convidado da Pós-Graduação da ESMAFE-RS, Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (desde 2013) e da FEMPAR - Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (desde 2019). Conselheiro Editorial e avaliador de várias revistas especializadas em direito constitucional no Brasil e no exterior. Editor-Adjunto da Revista especializada em Direitos Fundamentais, Espaço Jurídico Journal of Law I EJUL (Qualis-CAPEs A1), do Mestrado em Direito da UNOESC. Áreas de atuação e de pesquisa: Direito Constitucional, Políticas de Segurança Social, Desenvolvimento; Economia do bem-estar social; Finanças públicas; Direito da Educação (Educação básica e superior); Editoração Científica
	Estudos Políticos e Institucionais	Grupo de Estudos Políticos e Institucionais (GEPI) tem sua origem no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS), que foi criado em 1997. Esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, desde sua criação em 2009. Foram realizadas diversas pesquisas, nas três principais linhas que compunha o NEPCS. Em razão das mudanças ocorridas excluímos o NEPCS para criar o atual Estudos Políticos e Institucionais mais aderente as pesquisas em curso pelos pesquisadores.	4	2	0	3	Faculdade de Direito de Vitória	M.Z.S.	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (Unirio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Quadro 5. Filiações e relações dos pesquisadores com os grupos científicos e suas instituições parceiras. 2020.

Fonte: elaboração dos autores

Tendo em vista a análise dos resultados apresentados acima, pode-se destacar que nos quadros apresentados acima, a maioria dos pesquisadores possuem formação acadêmica em universidades públicas e pós-graduação em nível de doutorado. No entanto, torna-se evidente que estes ex-alunos que concluíram seus estudos com financiamento exclusivamente público, atualmente possuem vínculos de trabalho no sistema privado e privado-público, além disso estão ligados à grupos de pesquisas que não possuem quaisquer tipos de compromissos com os princípios do SUS. Estes grupos que, de forma direta ou indireta, passam a trabalhar em prol da efetivação dos processos de terceirização do sistema público de saúde e, em sua maioria não estão preocupados com a eficiência dos serviços prestados à população, mas sim com o mercado de extensões continentais e a lucratividade intrínseca a este fenômeno neoliberal avassalador que vem colocando em xeque a saúde pública brasileira.

Vale destacar também que são grupos de pesquisa que estão relacionados à Economia, Contabilidade muito mais voltada aos setores de auditoria de ativos e passivos, onde apenas uma das pesquisadoras possui formação na área de Enfermagem. Porém, ao ser realizada uma busca mais aprofundada nos quadros apresentados acima, pode-se perceber que a única pesquisa da área de enfermagem, ou seja, que em tese seria a mais ligada diretamente à Saúde no sentido do cuidado, está na verdade voltada aos processos de judicialização do sistema único de Saúde e seus custos, no sentido de apresentar dados com o custeio com estes processos.

Quem destes em algum momento tentou entender realmente os gastos do sistema público como investimento em saúde e qualidade de vida? Seria a iniciativa privada capaz de deixar de visar a lucratividade para custear realmente sem fins lucrativos um atendimento de excelência para a população? Infelizmente é muito triste perceber que praticamente inexistem pesquisadores voltados a análise da eficiência dos serviços de Saúde, que vem sendo cada vez mais entregues nas mãos de organizações de caráter cada vez mais duvidoso.

Pode-se contrapor esta análise levantando a priori que estes pesquisadores citados a princípio possuem vínculos em serviços públicos de referência, mas parece que o mercado necessita trazer para si agentes com “boas” formações acadêmicas para validar através destes currículos seus feitos nada apreciáveis para com os trabalhadores e usuários dos serviços públicos de saúde.

Um outro fator importante a ser observado é a utilização dos cargos em serviços públicos que tais pesquisadores ocupam que mais parecem servir como uma ponte estratégica entre o técnico e o político ou mesmo entre o ético e suas diferentes formas imperceptíveis de transgressão. É importante citar também, mesmo que as revistas científicas estão sendo utilizadas apenas como trampolins para este nicho de pesquisadores.

Uma outra importante pergunta a se fazer é por quê e por quem estas publicações são financiadas? Torna-se evidente a tentativa através da publicidade de divulgar e promover a

terceirização da Saúde Pública como algo moderno e necessário para a primazia capitalista mostrando o afogamento dos países que muito lutaram para o direito universal de acesso a saúde.

Na ótica atual nos deparamos com o enfraquecimento das revistas e periódicos científicos, fato esse que se deve ao empobrecimento com o passar do tempo de artigos e pesquisas. Notamos um grande número de artigos aumentando exponencialmente a quantidade e diminuindo a qualidade proporcionalmente. Evidencia-se assim que estas tais editoras sofrem com o déficit de transferência de recursos sofrendo diretamente com o abandono editorial e indiretamente com a escassez das publicações de relevância e com qualidade de pesquisadores unguídos pela ética e pela responsabilidade. Faz-se frente a essas deficiências um governo voltado a degradação da cultura, onde armado e incumbido marcha a frente engajado em retalhar e acuar os centros de pesquisas e as universidades públicas.

Notamos que as universidades públicas nos dias atuais sofrem com ideias neoliberais impostos, apresentando uma baixa resistência devido ao boicote financeiro promovido pelas ideias retrógradas que permeiam o desgoverno atual.

No aprofundamento das relações pessoais destacamos outro ponto negativo oriundo dos orientadores de mestrados e doutorados, dos pesquisadores em questão, onde o enfoque da maioria dos temas deslumbra a terceirização, as concessões e o aprimoramento do meio privado.

Pode-se notar nestes trabalhos, que há um comprometimento com as problemáticas do sistema de saúde como um todo, visando uma análise crítica e uma preocupação por parte dos pesquisadores com a relevância social e científica acerca dos conteúdos produzidos pelos mesmos nestes artigos.

Cabe ainda enfatizar, que apesar de todos os pesquisadores exercerem seus trabalhos no setor público, pode-se notar que ao longo de suas trajetórias profissionais, alguns foram se perdendo nas encruzilhadas do sistema privado e esqueceram-se do início de suas jornadas e de quem os carregou nos braços nos saudosos anos do ensino fundamental à universidade, passando a atuar sem o devido comprometimento para a promoção de ações em prol das instituições e interesses públicos, como deveriam ter aprendido nos bancos das universidades públicas

Por fim, fica claro nos resultados obtidos a ausência de linhas de pesquisa tanto por parte de financiamento do governo bem como pelos próprios pesquisadores que de forma apática acabam acatando os temas relacionados às linhas já existentes, porém sem o comprometimento com as necessidades público-governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os levantamentos realizados na pesquisa em questão,

pode-se concluir que a relação público-privada no âmbito do sistema de saúde brasileiro é caracterizada pela disputa de poderes entre as esferas política, social e econômica.

Desde o seu nascimento, o SUS, vem sendo prejudicado no que tange a sua expansão, bem como através do processo de subfinanciamento, uma vez que ainda há uma evidente indefinição das fontes de suas fontes de recursos o que resulta num cenário extremamente desanimador quanto a efetivação do direito universal à saúde como direito de cidadania, garantido a duras penas pela nossa constituição.

Esta precarização dos serviços públicos de saúde torna-se um fator determinante para a expansão e fortalecimento cada vez maior do mercado privado, que passa a se sentir com força capaz de introjetar também o serviço público e ampliar seus horizontes mercadológicos como fizeram os grandes navegadores portugueses ampliando seus domínios sobre os territórios em tese ainda não explorados e considerados “mais frágeis”.

Há então um jogo de forças entre o sistema privado querendo cada vez mais invadir o sistema público e que travam lutas diárias com as forças de resistência entre elas os servidores públicos, os conselhos de saúde e até mesmo usuários destes serviços, que não aceitarão de forma pacífica o processo de desmonte do SUS. Eis que surgem como reforços as organizações sociais “sem fins lucrativos”, que se lançam como verdadeiras “cruzadas” que surgem para ajudar os mais vulneráveis e que acabam promovendo este desmonte de maneira mais imperceptível e com maior eficiência, funcionam com o uma espécie de “bandeirantes” da atualidade.

Neste sentido, faz-se necessário produzir ações que visem fortalecer o SUS, desde o fortalecimento das instituições e universidades uma vez que a maioria dos pesquisadores oriundos das universidades públicas não tem se preocupado como deveriam com a defesa dos serviços de saúde. Para defender o SUS, iniciando este processo dentro das universidades é imprescindível que cada um de nós nos perguntemos: Qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? Como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

REFERÊNCIAS

Fiuza J. Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT.

Em Pauta. 2019, Vol. 17 Issue 43, p60-73. 14p.

Santos RT. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. Revista de Saúde Coletiva, 2020, Vol. 30 Issue 2, p1-9, 9p.

Carnut L, Mendes A. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. Saúde e Sociedade. 2018, Vol. 27 Issue 4, p1105-1119. 15p.

Cohn A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*, Jan-Apr2020, Issue 109, p129-162, 34p.

Alves DFA, Carnut L, Mendes Á. Dimensionamento da 'economia política' na 'economia da saúde': para refletir sobre o conceito de sustentabilidade. *Saúde debate*. 2019; 43(spe5):145-160.

Silva GG, Santos VR, Cruz VL, Santos RR, Leone RJ. Contratos de gestão com organizações sociais: O papel dos sistemas de controle interno como ferramenta de acompanhamento e fiscalização, mai-ago2018, Vol. 21, p274-294, 21p.

Baird MF. Da Hegemonia sanitaria ao predomínio liberal: investigando os fatores que impediram uma inflexão liberal na agência nacional de saúde suplementar (ANS) (2004-2014). *Revista de Ciências Sociais*, 2019, Vol. 62 Issue 4, p1-43, 43p.

Bussinguer ECA, Salles SM. Saúde no contexto da inter-relação público-privado: um bem público, um bem de consumo ou um direito humano fundamental com vistas à universalidade? *Revista de Direitos Fundamentais & Democracia*, mai-ago2018, Vol. 23 Issue 2, p104-137, 34p.

Bussinguer ECA, Salles SM. A precarização do direito humano fundamental ao trabalho nas organizações sociais de saúde. mai-ago2018, Vol. 19 Issue 2, p375-410, 36p.

Misoczky C, Maria, Abdala PR, Damboriarena L. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, Jul-Sep2017, Vol. 9 Issue 3, p184-193, 10p.

Barros S, Brito BTC, Ernestina A. A política de saúde sob o governo Temer: aspectos ideológicos do acirramento do discurso privatista. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p67-86, 20p.

Bisco B, SARRETA FGCO. A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do Serviço Social. *Textos & Contextos*. 2019, Vol. 18 Issue 1, p78-90. 13p.

Mendes A, Zöllner MAI, Marques MCC, Jansen MF, Silva THS. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*. Oct-Dec2017, Vol. 26 Issue 4, p841-860. 20p.

Ronice MPFS, Schmallier VPV, Leal EVK, Xavier AB. O novo patamar da contrarreforma da política de saúde no Brasil e os desafios para a Política Nacional de Promoção da Saúde. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p45-66, 22p.

Borges CJP, Barcelos M, Rodrigues MS. Empresariização da saúde pública: o caso da EBSERH. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, oct/dec2018, Vol. 12 Issue 4, p75-90, 16p.

Campos CMS, Nildo V, Soares CB. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. *Saúde e Sociedade*. June 2015 24(suppl 1):82-91.

Albuquerque AF. Instituições públicas versus instituições privadas de saúde: um reflexo da desigualdade social brasileira. *Revista Acesso Livre*, Vol 3, Iss 3, Pp 5-16 (2015).

Metten A, Silveira LC, Grabois CAG, Maldonado J. A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Revista Brasileira de Administração Pública*, jul/ago2015, Vol. 49 Issue 4, p915-936, 22p.

Teixeira CFS, Paim JS. A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Vol 42, Iss spe2, Pp 11-21.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A COVID-19 EM REPOSITÓRIOS BRASILEIROS COMO APORTE PARA O COMBATE À PANDEMIA

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Sonia Aguiar Cruz-Riascos

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/0988110022162378>

Paloma Rayana França da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE.
<http://lattes.cnpq.br/2366378500979896>

RESUMO: Em decorrência do contexto pandêmico advindo do novo coronavírus Sars-CoV-2 ocorreu um aumento da produção científica e acadêmica nas Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa para ampliar a difusão de informações em saúde no combate à Covid-19. Repositórios institucionais passaram a incluir conteúdos sobre a pandemia e repositórios temáticos foram criados para agregar saberes somando esforços para o enfrentamento desse sério problema de saúde ao nível mundial. Realizado mapeamento de repositórios brasileiros sobre a Covid-19 a fim de contribuir com a divulgação desses ativos do conhecimento na atual conjuntura, e facilitar o acesso aos conteúdos produzidos. Para a pesquisa, realizou-se levantamento bibliográfico relativo às fontes informacionais sobre a pandemia, bem como utilizou-se da observação direta nos websites institucionais e repositórios onde estavam sendo propagados

dados e informações sobre a temática. Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e objetivo exploratório. Foram detectados 64 repositórios com esse propósito, 20 compuseram a amostra por fornecerem acesso amplo, e obteve-se o retorno de 50%. Apresenta-se a relação de repositórios vinculados às instituições e foi constatada pouca incidência de ações em prol da disseminação da produção intelectual sobre a pandemia para apoiar cientistas, profissionais de saúde e a população em geral. Diante da análise realizada e da tendência de uma situação epidêmica, entende-se que mais iniciativas surjam modificando o quantitativo de repositórios visto que mais conteúdos científicos e acadêmicos estão sendo produzidos e precisam ser arquivados para o acesso público.

PALAVRAS - CHAVE: Repositórios. Produção científica. Informação em saúde. Covid-19. Brasil.

SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT COVID-19 IN BRAZILIAN REPOSITORIES AS A SUPPORT TO COMBAT THE PANDEMIC

ABSTRACT: As a result of the pandemic context arising from the new Sars-CoV-2 coronavirus, there was an increase in scientific and academic production at Higher Education Institutions and Research Centers to expand the dissemination of health information in the fight against Covid-19. Institutional repositories started to include content about the pandemic and also thematic repositories were created to aggregate knowledge, adding efforts to face this serious health problem worldwide. Mapping of Brazilian

repositories on Covid-19 was carried out in order to contribute to the dissemination of these knowledge assets at the current situation and also to facilitate access to produced content. For the research, a bibliographic survey was carried out regarding the information sources about the pandemic, as well as direct observation was made on the institutional websites and repositories where data and information on the theme were being disseminated. This is a descriptive research with a quantitative approach and exploratory objective. The number of 64 repositories was detected for this purpose, 20 made up the sample because it was possible to have access to them and a 50% return was obtained. The list of repositories linked to the institutions is presented and there was little incidence of actions in favor to disseminate the intellectual production about the pandemic context to support scientists, health professionals and the population in general. In view of the analysis carried out and the tendency of an epidemic situation, it is understood that more initiatives are emerging and modifying the number of repositories since more scientific and academic content is being produced and needs to be archived for public access.

KEYWORDS: Repositories. Scientific production. Health information. Covid-19. Brazil.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 consiste em uma doença que surgiu em Wuhan (China), no final de 2019, e tomou proporções mundiais no início de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizou como tal, em discurso: “Pandemia não é uma palavra para ser usada de maneira leve ou descuidada. É uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou, levando a sofrimento e morte desnecessária” (WORLD, 2020, tradução nossa).

Diante desta problemática, urge que profissionais da área da informação disponibilizem dados e informações sobre os temas referentes à pandemia que estejam sendo produzidos para a disseminação contextualizada de conteúdos. Tal medida possibilita a ampliação das pesquisas e a geração de novos conhecimentos. Ademais, outras soluções tecnológicas devem ser desenvolvidas para potencializar a difusão informacional para a população em todas as regiões do mundo.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que a contaminação pelo novo coronavírus constituía emergência de saúde pública, passando a ser de responsabilidade internacional o enfrentamento da pandemia. A partir dessa declaração, ampliou-se o chamado mundial para a cooperação científica em pesquisas e a conscientização da solidariedade para apoiar as camadas vulneráveis. Deve-se salientar que estudos sobre o vírus Sars-CoV-2 vem sendo desenvolvidos já há um tempo, asseveram Lucena e Ribeiro (2019, p.10): “desde 2003, um coronavírus (SARS-CoV) foi identificado e associado à doença de Insuficiência Respiratória Aguda (SARS)”, porém, o surgimento da Covid-19 somente se deu em 2019.

Desde então, a OMS e países de todo o mundo procuram meios para amenizar a propagação da mesma. Algumas medidas de prevenção foram divulgadas para evitar a proliferação massiva, como o afastamento social, medidas de higiene e (inicialmente)

o isolamento para aqueles já infectados, ampliando para a população de várias nações. Muitos pesquisadores, apoiados pelos Governos de seus países e(ou) de outros, procuram a cura, porém deparam-se, por vezes, com inúmeras dificuldades, uma delas a mutação do vírus que pode variar em diferentes regiões, condições climáticas e sistemas imunológicos.

Diante do combate à Covid-19 na China, onde a problemática se iniciou, e em outros países, logrou-se a contenção ou mesmo a eliminação, mesmo com reincidência, no entanto, em outros tem se alastrado. Pode ser considerado cedo o tempo para confirmações definitivas quanto à propagação, manifestação, reinfecção do vírus e(ou) outros efeitos. De tal forma a produção de informações sobre a pandemia tem ocorrido de forma muito rápida, requerendo a divulgação das pesquisas em andamento ou finalizadas, bem como a disseminação de informações confiáveis para a população.

O crescimento das produções informacionais na internet, muitas vezes sem o devido uso de critérios de qualificação, e ainda, a ampla divulgação, sobretudo nas redes sociais, sem a adequada verificação de veracidade, podem acarretar em prejuízo aos indivíduos. A desinformação ou a má informação impactam negativamente na vida dos indivíduos podendo provocar riscos irreparáveis ou até mesmo desfechos fatais.

Frente à proliferação de notícias falsas, do compartilhamento de conteúdos sem a devida comprovação científica e ainda da propagação de dados ilegítimos sobre a temática da pandemia, faz-se necessário difundir a existência dos repositórios estruturados com informações científicas, acadêmicas e confiáveis de instituições que prezam por sua qualidade.

Considerando o cenário comentado, os repositórios são peças essenciais tanto para o gerenciamento dos conhecimentos gerados quanto para atender a demanda informacional desta época, tornando-se soluções tecnológicas de relevo para a disseminação, o acesso e o uso de conteúdos, inclusive como rede de aprendizagem.

Os repositórios institucionais são na visão de Lynch (2003 *apud* SILVA, 2018, p.32) “conjuntos de serviços que as instituições oferecem para os membros de suas comunidades, com vistas ao gerenciamento e à disseminação do material digital criado pela instituição e pelos seus integrantes”. Costa e Leite (2017, p.20) afirmaram que “um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição”.

No Brasil, a instituição responsável pela divulgação e indicação de uso dos repositórios institucionais é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que conceitua os repositórios como “sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades científicas” (INSTITUTO *apud* ALVES, VEIGA, 2016).

Em geral, os repositórios institucionais utilizam tecnologia aberta e são acessados por diversos provedores de serviços nacionais e internacionais. Eles costumam disponibilizar

informações sobre o fluxo da informação (podendo ter acesso restrito ou acesso livre), promovem a visibilidade da informação que configura a comunicação científica. Existem vários tipos de repositórios e cada qual com suas vantagens direcionadas ao uso de conteúdos para bem informar o público-alvo pertinente.

Na concepção de Weitzel (2006, p. 61), os repositórios temáticos apresentam características semelhantes às daquelas dos repositórios institucionais, pois também “são autossuficientes, baseados sobretudo no autoarquivamento da produção e fornecem a interoperabilidade entre os diferentes sistemas de acesso livre para todos os interessados”.

Para Guimarães, Silva e Noronha (2012) os repositórios temáticos são bases de dados onde se localizam as coleções de objetos digitais que partem de uma pesquisa específica e seus resultados são de caráter disciplinar de uma mesma área de atuação. Possuem como predominância o apoio de diversos pesquisadores para a construção de seus conteúdos.

A partir do ano de 2017, considera-se que houve um crescimento significativo de repositórios trazendo, inclusive novas propostas de configuração e atuação de repositórios temáticos. Quanto à instituição de estratégias para criar vários repositórios, López-Borrull (2018) observa que “nem todos se estruturam e operacionalizam ações da mesma maneira, visto que cada um atua com direcionamentos para as próprias finalidades”. Pode-se deduzir, na visão do autor, que nem todas as disciplinas possuem o mesmo fluxo de informação ou as mesmas necessidades de acesso aberto.

Independente do tipo de repositório, de sua configuração ou finalidade, tais soluções tecnológicas são ambientes cada vez mais utilizados, sobretudo pelas comunidades científicas e acadêmicas por disponibilizarem as produções intelectuais de universidades, centros de pesquisa e demais instituições de investigação, apoiando a informação sob a égide da Ciência, da Tecnologia e da Inovação.

Levando em conta o contexto atual da pandemia, os atores envolvidos no enfrentamento da Covid-19 necessitam seguir bem assessorados com informações confiáveis, sobretudo que possam localizá-las de maneira efetiva e eficiente.

Esta investigação buscou realizar levantamento de repositórios brasileiros em Instituições de Ensino Superior (IES) e Centros de Pesquisa em Saúde que veiculem informações acadêmicas e científicas sobre a Covid-19, e lograr o mapeamento desses recursos informacionais para difundí-los no sentido de apoiar a recuperação e o acesso aos conteúdos de forma mais apropriada diante do contexto atual. Entende-se que repositórios de instituições da área de saúde já existentes no país em época anterior à pandemia, que executam trabalho sério com confiabilidade, devem ser incluídos neste estudo devido à confiabilidade informacional.

Como principal resultado, obteve-se a reunião sistematizada dos repositórios para maximizar as ações no combate à pandemia.

METODOLOGIA

A pesquisa está classificada como descritiva, com abordagem quantitativa e objetivo exploratório. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizado levantamento bibliográfico, depois busca exaustiva de repositórios na internet e procedeu-se com observação direta, tendo a finalidade de divulgar esses recursos informacionais, com suas instituições de origem e informações principais.

No tocante ao universo da pesquisa, consideraram-se os repositórios brasileiros de Instituições de Ensino Superior e de Centros de Pesquisa em Saúde. Utilizada lista de repositórios que o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) disponibiliza. Dentre sessenta e quatro repositórios (64) em IES e Centros de Pesquisa, observou-se a existência de conteúdos sobre a pandemia nos websites de 20 instituições que compuseram a amostra. Justifica-se o recorte em função do acesso disponibilizado por essas organizações.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário com treze (13) perguntas, sendo dez (10) fechadas e três (3) abertas. Realizado no formulário Google Docs, e depois, foi feito pré-teste para verificabilidade do instrumento. Encaminhado para as vinte (20) instituições da amostra em setembro de 2020.

A seguir, consta a análise realizada através das respostas obtidas pelos questionários enviados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado da coleta, obteve-se o retorno de dez (10) respondentes, totalizando 50% da amostra da pesquisa.

Segue-se com as respostas e análises respectivas.

Cabe salientar que se obteve a devida autorização para divulgar os resultados da pesquisa. Ocorreu o consentimento mediante Termo no próprio instrumento de coleta de dados. Todos os respondentes (100%) registraram plena concordância.

Obteve-se resposta de sete (7) universidades federais, duas (2) universidades estaduais e um (1) centro de pesquisa, conforme indicado no Gráfico 1:

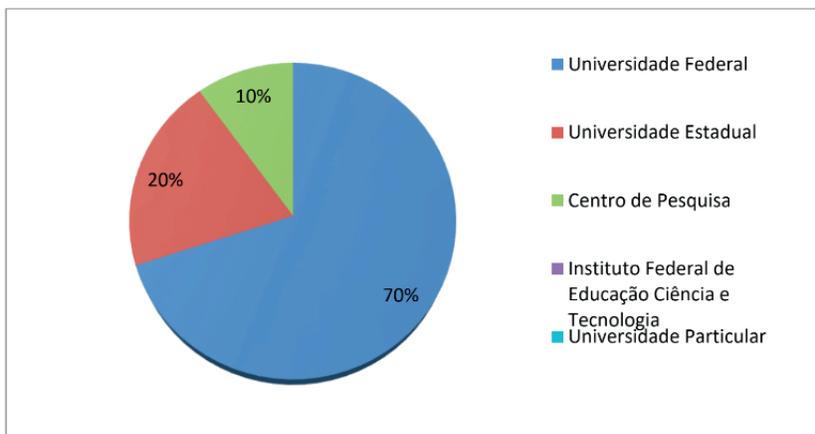


Gráfico 1: Tipos de Instituição

Fonte: Dados da pesquisa

As instituições autorizaram sua respectiva identificação: Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Instituto Evandro Chagas (IEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quanto à responsabilidade ou coordenação, tem-se a seguinte representatividade profissional (Gráfico 2): cinco (5) bibliotecários (50%), um (1) bibliotecário de sistemas (10%), um (1) bibliotecário documentalista (10%), um (1) bibliotecário gestor/técnico (10%), um (1) bibliotecário geral (10%), e um (1) presidente da Agência de Gestão da Informação Acadêmica (10%).

10 respostas

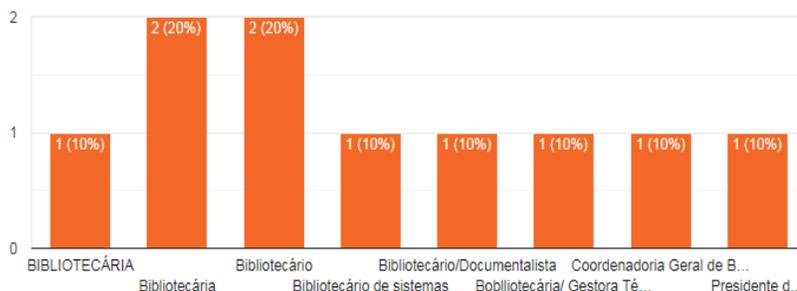


Gráfico 2: Distribuição dos Cargos dos Correspondentes.

Fonte: Dados da pesquisa

Ficou claro que 90% dos respondentes são bibliotecários. Mais uma vez, ressalta-se a importância da atuação deste profissional no ambiente dos repositórios.

Na próxima questão, abordou-se onde as instituições reúnem suas iniciativas, programas, projetos, produtos, serviços e notícias sobre a Covid-19. Obteve-se como resposta (Gráfico 3) que: 60% alojam seus conteúdos em espaços digitais específicos nos portais institucionais, 10% reúne no campo de notícias do portal, 20% em um espaço específico dentro do repositório institucional, e 10% tanto em um espaço digital específico no portal institucional quanto no repositório. Mostrando que 70%, ou seja, a maioria das instituições analisadas ainda não tem um espaço específico dentro dos repositórios ou criaram repositório temático para as informações e conteúdos sobre a pandemia.

10 respostas

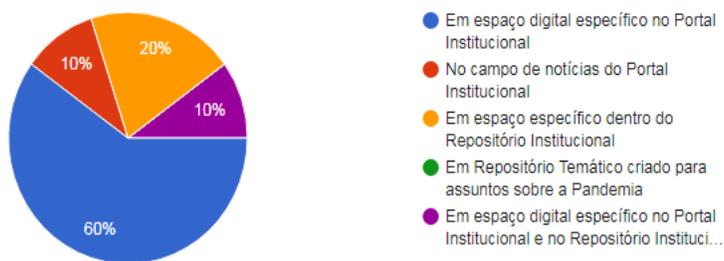


Gráfico 3: Local de divulgação das iniciativas sobre Covid-19

Fonte: Dados da pesquisa

Outra questão tratou do armazenamento dos conteúdos científicos e acadêmicos, ou seja, sobre onde estão sendo arquivadas as produções intelectuais produzidas com os temas da pandemia, Covid-19, Sars-CoV-2 e demais assuntos que se correlacionam. Como resposta, 50% afirmaram que esses conteúdos são armazenados no repositório institucional juntamente com as demais produções, 20% em espaços específicos (à parte, mas dentro) do repositório institucional, 10% ainda não estão sendo sistematizados ou armazenados, e 10% relatam que foi instituída uma comissão científica para tratar dos projetos e pesquisas que estão sendo desenvolvidos com tais temáticas, conforme Gráfico 4.

10 respostas



Gráfico 4: Local de armazenamento das produções científicas sobre a Covid-19

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, são indicados os órgãos responsáveis por esses repositórios ou ambientes digitais, com os conteúdos da pandemia: o IEC e a UFC informaram que fica sob a responsabilidade de suas respectivas bibliotecas; na UFPE, o órgão responsável é a Biblioteca Central; a UFS declarou que são duas iniciativas: o site institucional para reunir informações sobre a Covid-19, gerenciado pela Assessoria de Comunicação da Universidade; e o repositório institucional para reunir as publicações que são produzidas pela instituição, sob responsabilidade do Sistema de Bibliotecas. A UFF declarou que o órgão responsável é a Superintendência de Documentação. O órgão responsável na UFRGS é o centro de Processamento de Dados da própria instituição.

A UFRJ afirma que o órgão responsável pelo repositório é a Reitoria. A USP indica que o órgão responsável pelo repositório é a Pró-Reitoria de Pesquisa, com a Superintendência de Tecnologia da Informação e Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica. A Unesp informa que o órgão responsável pelo repositório é a Coordenadoria Geral de Bibliotecas e a Coordenadoria Executiva, e a identificação dos projetos e pesquisas relacionados à temática da Covid-19 são de responsabilidade do Comitê Científico. E, a UFGD, por sua vez, comenta que não foi criado órgão responsável exclusivo para o contexto da pandemia.

Na próxima questão, nove (9) instituições responderam sobre a questão dos recursos humanos envolvidos na iniciativa (Gráfico 5).

9 respostas

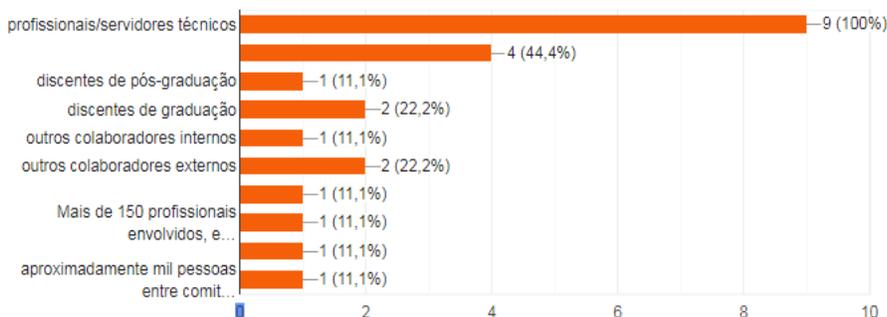


Gráfico 5: Quantitativo de Recursos Humanos na iniciativa da Covid-19.

Fonte: Dados da pesquisa

A UFF afirmou que seu quadro de funcionários é composto por três (3) profissionais/técnicos. Na UFRGS, cinco (5) profissionais/servidores técnicos e três (3) discentes de graduação.

A UFC informou que o seu quadro de funcionários é composto ao todo por 15 profissionais envolvidos, entre bibliotecários, técnicos administrativos, auxiliares, bolsistas, secretários de recursos e um técnico de informática.

A Unesp afirmou que há aproximadamente mil pessoas entre o Comitê da Covid-19, grupos de pesquisas envolvendo alunos e docentes, servidores técnicos administrativos (como exemplo, bibliotecas, laboratórios e outras áreas) além de colaboradores externos.

A USP declarou que os recursos humanos (RH) estão compostos por profissionais/servidores e profissionais/servidores/pesquisadores. A UFRJ declarou que em seus RH há profissionais/servidores e discentes/pesquisadores. O IEC, a UFPE e a UFS apontaram profissionais/servidores técnicos. Estas instituições não indicaram a quantidade de RH.

Observa-se a importância da participação de servidores técnicos, sobretudo de bibliotecários, servidores docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais de informática, alguns bolsistas, colaboradores externos para o desenvolvimento das atividades dos repositórios e acervos digitais, reforçando a importância da diversidade de cargos e equipe multidisciplinar.

A seguinte questão foi respondida por sete (7) instituições quanto aos profissionais engajados nas atividades temáticas ou em repositórios temáticos (Gráfico 6).

7 respostas

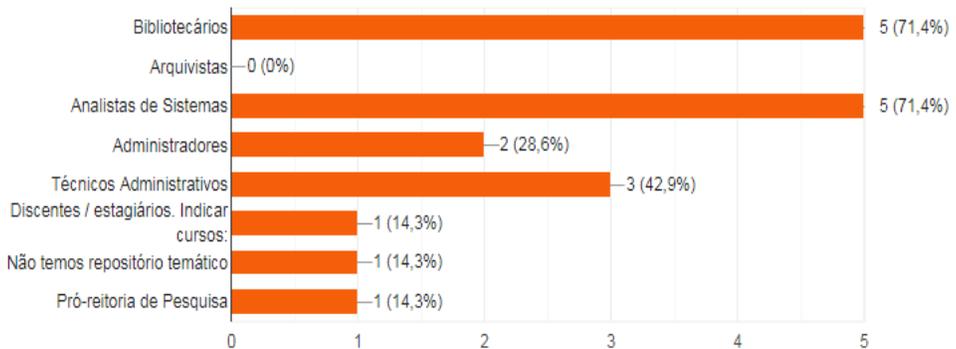


Gráfico 6: Quais profissionais participam nas atividades temáticas ou em Repositórios Temáticos.

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando o enfoque no tratamento da produção sobre a pandemia também sobre repositório temático, obteve-se que:

A Unesp informa que para seu repositório temático há: bibliotecários, analistas de sistemas e servidores da Pró-Reitoria de Pesquisa.

A UFPE possui bibliotecários, analistas de sistemas, administradores, técnicos, discentes e estagiários. A USP possui bibliotecários, analistas de sistemas, administradores e técnicos de Administração. O IEC e a UFF possuem bibliotecários e analistas de sistemas. A UFRJ possui administradores e técnicos administrativos. A UFC reafirmou que não possui repositório temático.

Na questão seguinte, quando questionados sobre a continuidade da organização e arquivamento dessas produções temáticas, 30% ou (3) disseram que *está prevista* a continuidade no período pós-pandêmico, porém outros 30% (3) comentaram que *ainda não sabem* se irão continuar, e 30% (3) afirmaram que não manterão tais conteúdos após a pandemia. Em 10% (1) *não se aplica*, não há conteúdos. Ainda nessa mesma questão, perguntou-se sobre o que está previsto para o tratamento desses conteúdos (Gráfico 7).

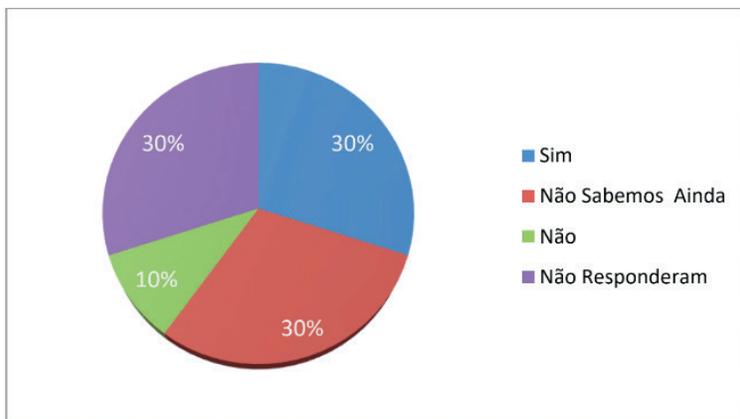


Gráfico 7: Continuidade dos conteúdos sobre Covid-19 e temas correlatos no período pós-pandemia

Fonte: Dados da pesquisa

Duas (2) instituições (20%) especificaram suas respostas da seguinte forma: a Unesp afirma que está prevista a preservação digital distribuída dos objetos armazenados no Repositório Institucional via Projeto Cariniana do IBICT; e, a UFPE disse que pretende dar continuidade à coleção da Covid-19 no Repositório Institucional.

Quanto à previsão acerca da preservação digital, na questão subsequente (Gráfico 8), 80% ou 8 instituições responderam o seguinte: 30% (3) afirmaram que *sim* 40%, (4) disseram que *ainda* não está prevista, e 10% (1) informou que *não* está prevista. Nesta questão, 20% (2) instituições não responderam.

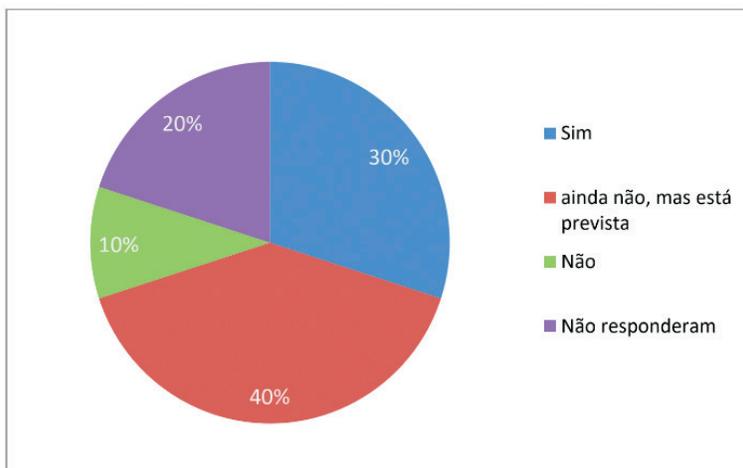


Gráfico 8: Preservação digital

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa mesma questão, foi indagado se haveria previsão de quando a preservação digital estaria sendo contemplada e ocorreu a resposta de 20% ou de duas (2) instituições: a Unesp revelou que já foi iniciado o planejamento para preservação a longo prazo e a UFF respondeu que o Repositório Institucional estava sendo reestruturado, quando a temática da Covid-19 surgiu.

A penúltima pergunta, questionou-se sobre a condução das ações de preservação digital e 40% ou quatro (4) instituições indicaram o seguinte: a Unesp declarou que o plano de ação está sendo elaborado e irão trabalhar com a preservação distribuída; a UFC informou que *a priori* foi firmado convênio com o IBICT e está fazendo parte da Rede Cariniana; o IEC afirmou que o plano está em etapa de elaboração e a UFF comentou que está em fase de estudo.

Depreende-se que algumas instituições estão iniciando ações de preservação digital, e pode ser que algumas, todavia, não tenham subsídios necessários para proceder. E outras, ainda não estão lidando com essa questão que é bastante relevante. O futuro acaba se tornando incerto, pois ainda não há em muitas instituições a garantia da permanência dos registros desses conteúdos.

Com respeito à síntese da análise, ficou claro que há formas diferentes de atuação entre as instituições, bem como dos estágios de trabalho e respectivos avanços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se com a análise dos websites, à época da coleta de dados, que muitas instituições não aderiram à divulgação de conteúdos e notícias sobre a pandemia em seus repositórios e portais respectivamente. Constatou-se até o término desta pesquisa, baixo número de instituições - em relação ao número de repositórios existentes no país -, que estavam tratando das publicações e difusão das pesquisas geradas sobre a Covid-19.

No entanto, ressalta-se que foi importante conhecer as instituições que estão registrando os conteúdos sobre a pandemia para apoiar os atores desse contexto. Ademais, deve ser parabenizado o interesse dos respondentes quanto à temática, e todo o trabalho que vem sendo empreendido, independente da forma de atuação de seus conteúdos. Por isso, deve ser registrada a disponibilidade deles em atender ao chamado desta pesquisa como forma de contribuição neste momento difícil que o mundo enfrenta e precisa da Ciência.

Destaca-se que essas instituições estão trazendo aportes ao enfrentamento da Covid-19, além de valorizarem seus ativos intelectuais, fortalecerem seus repositórios, apresentando também preocupação com a preservação da memória institucional e o registro histórico da pandemia.

Acredita-se que esta pesquisa possa instigar instituições a ampliar, difundir e preservar o conhecimento produzido sobre a pandemia para fortalecer a comunicação

científica em prol da saúde e da vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline da Silva; VEIGA, Viviane Santos de Oliveira. **Repositórios: conceito, tecnologia e aplicação**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2016. 76 p. Aula apresentada no Curso de Acesso à Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Modalidade: Qualificação.

COSTA, Michele Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto a informação científica**. Brasília, IBCT, 2017.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; NORONHA, Ilma Horsth. Los repositorios temáticos en la estrategia de la iniciativa open access. **Nutri. Hosp**, v.27, Supl. 2, 2012, p.34-40.

LÓPEZ-BORRULL, Alexandre. **Evolución de repositorios temáticos y megarevistas: visión 2018**. Anuario ThinkEPI, v. 12, p. 316-320. 2018.

LUCENA, Joana Marcela Sales de; RIBEIRO, Alexandre Lima de Araújo. **COVID-19 e a Ciência**. Arquivo Brasileiro em Educação Física. v. 2, n. 2, 2019.

SILVA, Paloma Rayana França da. **Análise de repositórios de objetos digitais em instituições de ensino superior no país**. 2017. Monografia (Graduação) - Curso Biblioteconomia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos Repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, 2016, v.12, n.1, p. 51-71.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 -11 March 2020. **World Health Organization**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronav%3ADrus-2019/situation-reports/>. Acesso em: 30 de Abr. de 2020.

CAPÍTULO 14

DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE DO SOB A ÓTICA DO *BEM VIVER* NO DIREITO URBANÍSTICO EM SALVADOR/RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 21/07/2021

Data da submissão: 28/05/2021

Gilmar Bittencourt Santos Silva

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1996). Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (2015). Doutor em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (2020). Defensor Público – Defensoria Pública do Estado da Bahia. Salvador-Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3019704452975983>

Paula Miranda Santos

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Bahia(UNEB) Camaçari-Bahia. Assessora técnica jurídica do Ministério Público do Estado da Bahia
<http://lattes.cnpq.br/9971978670564318>

RESUMO: Preliminarmente deve-se apurar a gênese da categoria jurídica do direito à moradia, a fim de que sejam mapeadas a sua formação histórica e, conseqüentemente, analisar os problemas que surgiram em diversos momentos. Após breve avaliação, discute-se seus limites no contexto em que exsurgiram, tomando como ponto de partida as constantes lutas sociais por moradias em seu sentido mais amplo. Por fim, transitando pela problemática urbanística da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro, observa-se a possibilidade de inserção de uma nova ordem social de garantia do direito à moradia, a qual se traduz pelos pilares do conceito do *bem-*

viver, cujos conceitos e princípios ainda precisam ser devidamente construídos.

PALAVRAS - CHAVE: Moradia. Direito. Bem Viver.

HOUSING LAW: AN ANALYSIS FROM THE POINT OF VIEW OF THE GOOD LIVING IN URBANISTIC LAW IN SALVADOR / RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: Preliminarily, the origin of the legal category of the housing law must be investigated, so that its historical formation can be mapped and, consequently, to analyze the problems that have arisen at different times. After a brief evaluation, their limits are discussed in the context in which they have emerged, taking as a starting point the constant social struggles for housing in its broadest sense. Finally, moving through the urban problems of the city of Salvador and Rio de Janeiro, there is the possibility of inserting a new social order to guarantee the housing law, which is translated by the pillars of the concept of *good living*, whose concepts and principles still need to be properly constructed.

KEYWORDS: Housing. Law. Good living.

1 | INTRODUÇÃO

Analisa-se o direito à moradia sob uma diferente perspectiva que é o bem viver. Para este desiderato em primeiro descreve-se o conceito positivo do direito à moradia num contexto da Constituição Federal de 1988, bem como debate-se os principais aspectos legais

do tema.

Em seguida no contexto da evolução do direito à moradia, descreve-se as como duas cidades evoluíram no decorrer do século XX e desenvolveram técnicas e instrumentos para lidar com o direito de moradia, neste sentido, este trabalho descreve práticas nem sempre democráticas para lidar com as questões de acesso, uso e garantia da moradia, bem como trata de alguns resultados e as reações dos sujeitos envolvidos que se posicionaram e criaram mecanismos de resistência.

Debate-se as alternativas apresentadas pelos modelos e paradigmas urbanísticos, inclusive sobre as posições de doutrinas liberais e sua reforma através da função social da propriedade, e as aprendizagens e limites.

Por fim discute-se as condições de aplicação da teoria do bem viver e sua interface com o direito, bem como sua aplicação no direito à moradia. Para levar efeito este estudo impõe-se novas análises e aprofundamentos do tema, considera-se os debates jurídicos, bibliografia da sociologia e trabalhos dos direitos urbanísticos que trataram das duas cidades Salvador e do Rio de Janeiro acentuando as semelhanças das práticas existentes.

2 | DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL

A moradia ou habitação esteve durante muito tempo vinculado ao conceito moral e jurídico da propriedade, logo vinculado aos elementos de direito privado. A acepção reducionista e patrimonialista trazida no Código Civil de 1916, reproduziu durante anos um modelo de jurídico em que a moradia era um direito de propriedade e que apenas os que a detinha tinha direitos.

Apesar de o Brasil ser signatário de diversos tratados internacionais e possuir uma vasta legislação sobre a temática, entende-se que a moradia no país ainda possui uma interpretação muito restrita e pouco efetiva. A Declaração dos Direitos Humanos descreve que *“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”*. Este status dado por uma legislação internacional ao qual o Brasil recepciona.

Segundo o estudo mais recente sobre deficit de moradia no Brasil realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem-se que aproximadamente 7,7 milhões de brasileiros encontram-se em residências precárias, em situação de rua ou tem sua renda mensal comprometida por pagamento de aluguel. Este estudo demonstra os resultados práticos causados pela omissão dos entes federados sobre a efetividade e garantia do direito à moradia.

As políticas sociais públicas não conseguiram cumprir os direitos sociais, inclusive os de moradia. Sendo assim, temos que a inserção das bases do pensamento do *bem viver* na garantia do direito a moradia é uma alternativa para os históricos problemas fundiários

no Brasil, assumindo desde logo que toma-se o conceito de práticas sociojurídicas o conceito o sociólogo Boaventura de Sousa Santos¹.

Posto isto, para uma melhor compreensão sobre a relação do direito à moradia com a teoria do bem viver, temos que é necessário entender alguns aspectos históricos e doutrinários sobre o que se entende por propriedades e o que seria a moradia. Usando como comparativo as obras sobre o tema do direito urbanístico nas cidades de Salvador e o Rio de Janeiro, aspectos da Antropologia e da História.

2.1 Evolução histórica do direito à moradia

O Direito à moradia no Brasil tem seu marco histórico em 1850, quando nasce a Lei de Terras que tem relevante influência sobre aquela. Esta lei trouxe um valor econômico e social a propriedade criando critérios para aquisição de terras:

Com a Lei 601 de setembro de 1850, conhecida como lei das Terras só quem podia pagar era reconhecido como proprietário juridicamente definido lei. Além do valor moral, a propriedade como ocorria anteriormente há também valor econômico e social. O capitalismo se desenvolveu e impôs politicamente o reconhecimento da propriedade privada da terra (RODRIGUES, 1990, p.17)

Apesar de pouco antes da libertação dos escravizados, existir grande movimentação destes para buscar seus espaços de sobrevivência e reprodução, mediante fugas, amotinamentos, resistências e denúncias de maus tratos na justiça (Fraga, 2014, p.103), com a libertação cresce a busca por lugares para morar de um a população inteira que vivia amontoada.

O pós 1888 criou uma demanda importante sobre a moradia pois pessoas que eram alojadas em pequenos casebres e mesmo nas fazendas, com a libertação passaram a buscar construir seu espaço de vida para a reprodução da família negra(SCHWARCZ, 2008, p.232).

Período acentua-se as demandas por moradias, momento em que cresceu massivamente a população de ex-escravos e imigrantes a procura de propriedades para fixar moradia.

A Constituição da República de 1891 está desprovida de dispositivos sobre a moradia, porém traz a possibilidade de desapropriar para o interesse público. Esta previsão demonstra uma preocupação com a finalidade da propriedade, visto que nem sempre esta se faz absoluta. Essa visão teve grande influxo da Teoria da Ocupação, sustentada por Hugo Grório, jusnaturalista, aborda, resumidamente, a propriedade como a mera ocupação de algo que não pertença a ninguém.

A Teoria da Lei de Montesquieu, diz que os homens aceitaram viver sob as leis políticas, dessa forma a propriedade deve ser prevista em Lei, a qual garante sua criação

1 [...]o conjunto de processos regularizados e de princípios normativos, considerados justificáveis num dado grupo, que contribuem para a criação e prevenção de litígios e para a resolução destes através de um discurso argumentativo, de amplitude variável, apoiado ou não pela força organizada. (SANTOS, 2014, p. 54).

e proteção.

Percebemos que até este momento existia uma visão privada da propriedade e esta vista como um fim em si mesma. Esta visão foi abandonada com a inserção do princípio da função social da propriedade. A Função Social da propriedade traz em seu conceito valores sociais e uma finalidade solidária a propriedade. Assim como descreve um autor de direito civil:

“A função social da posse como princípio constitucional positivado, além de atender à unidade e completude do ordenamento jurídico, é exigência da funcionalização das situações patrimoniais, especificamente para atender as exigências de moradia, de aproveitamento do solo, bem como aos programas de erradicação da pobreza, elevando o conceito da dignidade da pessoa humana a um plano substancial e não meramente formal. É forma ainda de melhor se efetivar os preceitos infraconstitucionais relativos ao tema possessório, já que a funcionalidade pelo uso e aproveitamento da coisa juridiciza a posse como direito autônomo e independente da propriedade, retirando-a daquele estado de simples defesa contra o esbulho, para se impor perante todos”. (ALBUQUERQUE, 2002, p. 40)

Ademais, a função social da propriedade, surge como uma resposta reformista a exacerbação do projeto capitalista no início do século. Antes, a propriedade tinha uma concepção absoluta, ou seja, não havia uma finalidade, apenas havia sua total proteção perante as violações de terceiros. A Constituição de 1934 foi mais além ao tratar da propriedade, como bem pontua outro autor:

Vê-se que a Carta Magna de 1934, promulgada pouco tempo após a Revolução de 1930[31], passou a se preocupar com o interesse público em detrimento do interesse privado, demonstrando clara influência dos valores ideais e econômicos que permeavam a Europa naquele período. Entretanto, apesar de limitar o direito de propriedade em função do bem estar coletivo, não tratou especificamente da questão da moradia.(SIEIRO, 2017, p. ?).

No pós-revolução, o direito a moradia ainda não era tratado legalmente no Brasil, mas já apresentava evolução. A Constituição de 1937, outorgada, possuía em seu artigo 122, § 14 com a seguinte redação:

“o direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O seu conteúdo e os seus limites serão os definidos nas leis que lhe regularem o exercício”

Ademais, a Constituição de 1946, apesar de não trazer especificamente o direito a moradia em seu texto legal, consagra o Estado democrático, notadamente demonstra a importância do equilíbrio da livre iniciativa e a justiça social, este que engloba, o direito a moradia.

A Constituição Federal de 1988, inicialmente não trouxe noção expressa ao direito à moradia, entretanto, após a emenda constitucional de 1988, houve uma alteração no art. 6º. Assim como explicado pelos estudos de Pinheiros:

E como é sabido, o direito à moradia só foi expressamente incluído no rol dos direitos constitucionais como direito social fundamental em 14 de fevereiro de 2000, através da emenda constitucional n. 26 que modificou a redação do art. 6º, passando a expressar o seguinte: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (PINHEIROS, 2008, p.168)

Posto isto, o direito à moradia, historicamente, não obteve uma atenção legislação brasileira, confundido-se com a propriedade. Entretanto, após a Constituição de 1988, temos uma visão muito mais democrática e social da moradia no Brasil, o que corroborou para a elaboração de leis infraconstitucionais com o viés mais democrático do instituto. Mas como na prática este direito no decorrer do tempo foi se realizando? Bem, é pouco provável que um trabalho como este possa dar resposta assertiva sobre o tema, contudo é possível pensar hipóteses a partir das experiências vividas em cada cidade. E partir dessas experiências pensar como este contexto operou as legislações e as práticas existentes tomando como exemplo a relação entre duas cidades.

2.2 A luta entre o oficial e o real

A partir de trabalho de pesquisa extraído de material do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), criado em 1942, com intuito de elaborar um plano diretor para a cidade de Salvador. Diferente do senso comum de que a cidade não teve um processo sistemático de planejamento, a busca por ordenar e modernizar a cidade foi contínua. Mas ao mesmo tempo essa cidade não dava conta nesse mecanismo de organização da demanda da classe trabalhadora que passou a habitar na cidade, em sua busca por alimentar-se, transitar, estudar e morar na cidade. O que a induziu, a essa classe, a alguns arranjos para o exercício desses interesses. Para se ter uma ideia num período de dez anos 1940 a 1950, Salvador recebeu uma população de mais de cento e vinte mil novas pessoas:

A urbanização da cidade de Salvador é marcada por um crescimento demográfico caracterizado por movimentos migratórios rural-urbano. De acordo com Milton Santos (2008), entre 1940 e 1950, a cidade de Salvador recebeu um excedente demográfico de 126.792 pessoas, das quais os migrantes, cerca de 89.671, representavam 70% do total. (LIMA, 2019, p. 46)

Em obra recém-publicada, pela professora Adriana Lima, citando Mattedi (1979) destaca que entre a criação de ocupações entre os anos de 1946-1950, formada por operários, artesãos. Essas ocupações enfrentaram em Salvador a repressão da oficialidade ao tempo em que exerciam com sua resistência, criando as raízes nesta cidade.

Entre estas ocupações, acentua-se o Corta-Braço, situado em Salvador no bairro da Liberdade e cuja luta inspirou posteriormente diversas obras literárias. Para fazer frente as novas condições de vida em Salvador por um lado se proibia pela lei a ocupação, contudo a

própria expansão das necessidades de serviços da cidade atraia mais moradores:

Entre as primeiras ocupações ocorridas na década de 1940,destaque especial merece ser dado a ocupação coletiva,denominada corta-braço ,nos limites do bairro da liberdade que,de acordo com neves (1985), em 1947 reunia moradores de cortiços e velhos pardieiros do centro da cidade, portuários e outras categorias operarias. Ao tempo em que esses sujeitos agiam sobre o espaço garantir o direito a moradia ,os dispositivos repressivos dos estado eram acionados para expulsa-los e efetuar prisões sob a justificativa da pratica do crime de esbulho possessório. (LIMA, 2019, p. 48)

Como solução proposta pelo EPUCS, a demolição de habitações irregulares, e como compensação a entrega para estes moradores de nova área para construção de novas casas.(decreto Lei nº 347, de 1944), cujo a operacionalização será realizada pelo decreto Municipal 701, de 24 de março de 1948, que definiria áreas para isso:

Assim, a aludida normativa de 1948 procura localizar e distribuir os estratos da população através da diferenciação de zonas que permitiam a instalação de prédios residenciais a titulo precário na área do setor industrial e a construção, também a titulo precário, de edifícios residenciais geminados num lote, nos "bairros não convenientemente desenvolvidos". A intalação de moradia de baixo preço poderia ser feita em áreas de alto padrão econômico, mas apenas a titulo provisório , prazo que deveria conciliar o retorno do investimento,sem prejudicar, contudo, o "progressivo desenvolvimento da cidade [...](LIMA, 2019, p. 51)

Por isso impossível adequar a demanda existente das pessoas por moradia, pois não lhe foram oferecidas em quantidade o suficiente, e nem mesmo considerada possível a utilidade, pela inadequação em relação aos espaços de auferimento de trabalho e renda. Trata de reconhecer mais de que um local para que uma família more, mas de pensar um espaço de reprodução e de construção de hábitos de vida.

Neste sentido as pessoas que não conseguiram um espaço formalizado, mas, ao mesmo tempo, passaram a viver na cidade com trabalhos, formalizados ou não, locais em que os filhos podiam estudar, assentaram-se as redondezas suas moradias, que conforme a lei eram ilegais, e portanto passível a todo o momento de retirada. Dava-se desta forma a política oficial que era de um planejamento das grandes vias e concessões de áreas para loteamentos e doutro lado a tentativa constante de expulsão de ocupantes destes espaços, sem que de fato fossem embora de vez, pois havia trabalho e renda ao redor. Eis a contradição. Isso legou uma série de estratégias que permitiam voltar as mesmas ocupações, mesmo após os atos de expulsão realizados pela polícia:

Assim,ba gleba destinada ao loteamento jardim Brasília, desapropriada para a construção do centro de abastecimento e abandonada pelo poderes públicos, vai sendo efetivamente ocupada e redesenhada pela ação dos sujeitos coletivos de direito. Os moradores batizam o território apropriado, com o nome de jardim saramandaia, em alusão a novela saramandaia, trasmitida em 1976, e ao loteamento jardim Brasília, [...](LIMA, 2019, p. 75)

E foi essa a realidade vivida pela ocupação da cidade de Salvador, constituindo seus moradores por laços de fraternidade e solidariedade que deixa traços até hoje. No Rio de Janeiro o final do século XIX, legou uma população de ex escravizada e seus descendentes que foram residir nos cortiços.

Os cortiços eram habitações precárias que aglomeravam pessoas, e cujo *cabeça de porco* foi destruído em 1893, considerado por muitos os germes das primeiras favelas. Nelas surgem as características que vão ser reproduzidas nas favelas.

Magalhães acentua que a continuidade do exercício do direito de propriedade nos moldes da Cabeça de porco continua no Morro da providência, por exemplo, (2013, p. 30).

Contudo também existe nessa organização das habitações das favelas que vão surgido um contexto de tentativa contraditória de organização. Noutro aspeto até o final da década de 20 do século passado imperava a visão do direito de propriedade individual, fato que vai mudar na revolução de 1930:

A Revolução de 1930 trouxe, além da profunda modificação das estruturas políticas, uma grande repercussão no direito brasileiro, introduzindo a noção de propriedade com função social, na linha do capitalismo organizado então insurgente na Europa[...]. (MAGALHAES, 2013, p.43)

A partir desse período há um reconhecimento nos discursos oficiais da Municipalidade carioca da presença *das favelas* na cidade, isso fica bem evidente a partir da eleição do prefeito de Rio de Janeiro, Pedro Ernesto naquele período.

Prova disso está no famoso Código de Obras, Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937, que acolhe pela primeira vez o termo favela, oferecendo uma definição jurídica e seu art. 349.

Contudo em mais uma contradição este código proibia a construção de novas habitações na favela e determinava o uso da força policial para impedir ou derrubar qualquer um que se levantasse, abrindo exceções desde que construções provisórias .

A legislação proibia construções permanentes, aceitando todavia aquelas que fossem provisórias, que segundo Magalhães pode ser explicado da seguinte forma:

A desrespeito disso, dado que o código buscava uma espécie de *congelamento urbanístico* das favelas, impedindo a sua consolidação, bem como recorre a métodos autoritários, instituindo consolidação,, instituindo a demolição sumaria, com aviso prévio de 24 horas, nos paragrafos 2º e 3º,do art.349 (2013, p.46).

Todas essas medidas não foram capazes de reduzir a população nas favelas, então essas ocupações chegam à década de 1960 com cerca de 340 mil habitantes, pelo que se repete a política de assegurar alguma política de habitação, mas com a antiga fórmula de não assegurar *“título universal ou permanente”* (MAGALHÃES, 2013, p. 50).

Nos anos seguintes as contradições se acirram com a criação de modelos jurídicos com apoio a construção de novos imóveis, aos empreendimentos populares, mas, ao

mesmo tempo, de remoção das favelas consideradas impossíveis de recuperação. Logo se dará em diversos governos no Rio de Janeiro medidas que vão ampliar a possibilidade de novas habitações, mas ao mesmo tempo vai ser ampliada a remoção de favelas. Este processo passou a ser denominado de **gentrificação**:

Um processo de gentrificação possui bastante semelhança com um projeto de revitalização urbana, com a diferença que a revitalização pode ocorrer em qualquer lugar da cidade e normalmente está ligada a uma demanda social bastante específica, como reformar uma praça de bairro abandonada, promovendo nova iluminação, jardinagem, bancos... E quem se beneficia da obra são os moradores do entorno e, por tabela, a cidade toda. (COSTA, 2017)

Mesmo com período de alternância no poder o processo de desfavelização com a remoção segue como uma política conciliatória e fundada na ideia de que a favela é um espaço provisório e que o desenvolvimento fará dos espaços em que existem um lugar melhor e higienizado.

Entretanto, o que pode ocorrer com essas políticas abolicionistas dos espaços conhecidos como favelizados é a revitalização dos espaços com a retirada da comunidade local e de todos aspectos subjetivos existentes naquele local.

2.3 Função social da propriedade e seus limites

A legislação passou a tratar a propriedade como um *munus*, ou seja, esta passou a ser vinculada com o direito-dever, que seria o cumprimento da função social da propriedade, conforme (CRETELLA JUNIOR, 1997, p.301).

A Carta Magna ao longo do texto legislativo tratou sobre a função social da propriedade explicitamente. Conforme seu art.5º, inciso XXIII, esta função ganhou status de direito e garantia individual, notadamente por estar no rol destinado a cláusulas pétreas este não poderá ser suprimido ou extirpado (BORTOLINI, Bartel Denise, 2012). Ademais, os arts. 170, inciso III e o art. 182, parágrafo 2º, trazem previsões importantes sobre a função social da propriedade:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III função social da propriedade.

Tem-se que a função social da propriedade é tratada como um princípio que deve ser aplicado em diferentes âmbitos. Percebe-se que este princípio mitigou a visão privatista da propriedade, englobando valores sociais coletivos, como a vida digna a todos, justiça social, bem-estar de seus habitantes.

Contrapondo o princípio da função social da propriedade, temos o princípio do direito a moradia. Conforme explana Diogo de Calasans Melo Andrade em sua publicação “o direito social à moradia versus políticas públicas voltadas à habitação: possibilidade de

o poder judiciário aplicar a judicialização da política como forma de concretizar os direitos fundamentais” afirma o seguinte:

Dentre os direitos do homem, encontra-se o direito à moradia como consequência da funcionalização da propriedade e de sua função social. Tem caráter social e fundamental o direito à moradia e, sendo assim, são expectativas positivas que geram direito aos cidadãos de requerer satisfações positivas junto ao Poder Judiciário e, normalmente, perante o Estado. Já propriedade, além de um direito fundamental, é um princípio da ordem econômica que assegura aos agentes econômicos direito à propriedade dos fatores de produção e circulação de bens, garantindo a livre concorrência. (ANDRADE, 2015, p.5)

Desta feita, a função social da propriedade traz para o Estado o dever de garantir o bem-estar da população com a concessão de um lar, bem como garantir uma vida digna

Uma mirada cuidadosa sobre essas relações mostram que não é mais suficiente para pensar as realidades da moradia ou mesmo das cidades, relações que reconheçam função social. Vez que essa depende de critérios a serem estabelecidos pelo próprio poder e que estabelece formas de exercício de direitos com exploração degradante de recursos nas cidades, uso de transporte individual em detrimento do público e regulações que concebem a habitação como um direito a morar em um local, isso não é o suficiente.

Por fim o conceito de função social da propriedade está impregnado pelos processos capitalistas de desenvolvimentismo que aplica a função social como ampliação de bens e serviços para a população, agindo como se esses bens não fossem recursos escassos e finitos.

3 | CRÍTICA A REGULAÇÃO DA MORADIA

A questão da moradia no Brasil se insere naquelas questões sociais que se pensam resolver na perspectiva de um aperfeiçoamento do sistema capitalista, ou seja, melhoradas as questões de alocação de oportunidades e alguma melhoria na distribuição de renda e tudo estará resolvido. Quanto a isso o Papa Francisco oferece importante explicação: “Depois de um tempo de confiança irracional no progresso e nas capacidades humanas, uma parte da sociedade esta entrando em uma etapa de maior conscientização” (FRANCISCO, 2015,p 18).Mais a frente o líder espiritual contextualiza sua análise demonstrando com a simplicidade que lhe é peculiar:

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção as causas que tem a ver com a degradação humana social. (FRANCISCO, 2015, p.38)

O direito dever ser visualizado a partir das condições de operacionalização das circunstâncias socioeconômicas, condições de vida. Boaventura de Sousa Santos, em seu texto “Poderá o Direito ser emancipatório”, traz conceitos importantes:

Há duas maneiras de revisar o conceito: uma das perguntar quem é que pode dar-se ao luxo de o ter, outra é perguntar quem é que deles precisa. A primeira pergunta prende-se com a prática social e leva-nos a destacar aqueles grupos sociais que lograram reproduzir a sua hegemonia usando em proveito próprio conceitos que, como o cosmopolitismo, poderiam parecer ir contra a própria ideia de proveito grupal. Esta pergunta assume, portanto, uma atitude crítica, desconstrutiva. Quanto a segunda pergunta, prende-se com expectativas sociais e implica a identificação de grupos cujas aspirações são negadas ou tornadas invisíveis pelo uso hegemônico do conceito e podem ser servidas por um só alternativo deste. (SANTOS, 2003, p 27)

Por outro lado a hegemonia estabelece conceitos que parecem invencíveis ao ponto de vista dos movimentos contraditórios, mas que se mostram pouco efetivos no enfrentamento da problemática de acesso a direitos. Grupos hegemônicos, através do Estado e do mercado, vêm implantando políticas fundiárias de cunho generalistas que surtem resultados poucos expressivos e de baixa efetividade em relação ao problema histórico da garantia do direito, enquanto os movimentos contra-hegemônicos sofrem com a falta de alternativas que se adéquem as suas necessidades.

Este pensamento reflete-se na própria legislação pátria, pois apesar de haver norma constitucional e leis infraconstitucionais tratando da temática, não existe, ainda, uma ideia ampla que responda as críticas formuladas. Temos uma ideia hegemônica e pouco efetiva do direito a moradia.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto legal a ideia do direito a moradia como um direito fundamental. Primeiro a aplicabilidade do direito à moradia é imediata, assim como dispõe o art. 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal, bem como é cláusula pétrea (art. 60, parágrafo 4º, IV da Constituição Federal) e possuem hierarquia constitucional. No art. 6º da Carta Magna temos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

Entende-se que apesar do direito à moradia ser tabulado como um direito social em nossa Carta Magna seu conteúdo não pode ser pensado pela mera expansão das melhorias de vida pela ampliação de bens ou serviços, restando assim, dificuldades práticas em encontrar meios de se alcançar o verdadeiro sentido da moradia.

Outrossim, as legislações infraconstitucionais como a Lei 10.257/2001, também conhecida como o Estatuto da Cidade, traz em seu bojo o direito a moradia como um dos objetivos da política urbana.

Outra lei importante a ser citada é a Lei 13.465/2017, esta Lei pode ser entendida como uma das formas que o Estado encontrou para maximizar o direito a moradia, isto por que, foram previstos vários instrumentos democráticos como forma de se efetivar tal direito.

A última lei criou direcionamentos para a Regularização Fundiária no Brasil, extrai-

se que, o objetivo da legislação pátria foi garantir formas democráticas de se ampliar e garantir o direito à moradia. Ademais, no art.10, inciso VI, temos que o direito à moradia é visto como um dos objetivos da regularização fundiária urbana:

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

A própria lei trouxe em seu texto legal diversos instrumentos que vislumbram garantir o direito à moradia em seu sentido amplo, especialmente em relação a própria regularização urbana. Deve-se considerar ainda que pelas condições em que se desenvolveram as discussões sobre a função social, ela se vincula ao estado de bem-estar social que por sua vez prevê políticas universais vinculados a relação de trabalho, que já se sabe não é mais capaz de sustentar tais condições de produção, e assim não poder ser mantido como fundamento do direito a moradia, como aliás foi concebido nas cidades de Salvo e Rio de Janeiro. Sobre este tema dos problemas da universalização das políticas sociais públicas, Ivo deixa evidente os problemas encontrados:

“à vocação universalista de um sistema de proteção securitário, mas de fato restrito ao pacto corporatista do Estado com os trabalhadores assalariados. Portanto, bem menos redistributivo que se pensava. Segundo, o sistema de assistência social perdeu o caráter residual para atuar de forma mais abrangente e segundo objetivos focalizados: os inaptos em número crescente; os aptos excluídos da moderna economia; e os excluídos da participação da economia moderna. Terceiro, através de uma designação genérica da “pobreza” a política não só dilui diferenciais importantes no interior das categorias assistidas, como desconecta os indivíduos do sistema produtivo.”(2001, p. 34)

Acresce a isso que essas políticas universais não permitiram o atendimento de todas as famílias, sendo inadequadas para diversos grupos ou inapropriadas a populações.

O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. A negação agressiva do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos, por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do fmi (ACOSTA, 2015, p.50)

Ainda visão de um desenvolvimento que permitisse a todos poder viver em condições iguais de consumo, com uso de tecnologias de países do capitalismo central e qualidade de vida semelhante, bem como o idêntico padrão de desperdício, já se sabe impossível, inclusive nos países deste capitalismo:

Além disso, agora sabemos que o desenvolvimento, enquanto reedição dos estilos de vida dos países centrais, é irrepitível em nível global. Tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico. E, cada vez mais, marginaliza massas de seres humanos de suas supostas vantagens. Nem sequer a fome – que não é uma questão de falta de

alimentos – foi erradicada do planeta. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, todos os anos se desperdiça mais de um bilhão de toneladas de alimentos – o que constitui parte da capacidade ociosa de consumo, no dizer do economista Jürgen Schuldt. Como se não bastasse, constatou-se que o mundo vive um “mau desenvolvimento” generalizado, incluindo nos países considerados desenvolvidos.(ACOSTA, 2015, p. 50)

Portanto reconhece-se que as políticas sociais públicas nessas cidades com os objetivos de universalizar o acesso à moradia deixaram de lograr êxitos planejados, pelos motivos citados legando, de outro lado uma aprendizagem das lutas populares, um conjunto de avanços pelos mecanismos de solidariedade coletiva e uma regulação construída pelas comunidades capaz de se articular com a regulação estatal para produzir uma nova relação de lugar de viver, espaço de reprodução e produção.

4 I UMA PROPOSTA DE BEM VIVER

O *bem viver*, pensamento de raízes culturais indígenas, expressa a necessidade de se pensar amplo. Segundo a publicação realizada pela Revista Conselho Indigenista Missionário (Cimi) temos que:

“Estes povos têm nos ensinado que para construir o Bem Viver as pessoas devem pensá-lo para todos. Isso significa dizer que é preciso combater as injustiças, os privilégios e todos os mecanismos que geram a desigualdade. Assim, a “causa” indígena se vincula com a “causa” dos pobres e marginalizados e, desse modo, não deve ser pensada como uma questão à parte, desvinculada dos grandes desafios do mundo contemporâneo”, (BONIN, 2016, p. 2)

David Choquehuanca traz que o “*Bem-Viver*” significa recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a mãe natureza, com a Pachamama, onde tudo é vida, onde todos somos *uywas*, criados da natureza e do cosmos. Para ele, todos somos parte da natureza e não há nada separado. São nossos irmãos tanto as plantas como as montanhas (BONIN *apud* Choquehuanca, 2010, p.2).

Interpreta-se que o conceito ideal do direito à moradia relaciona-se diretamente com a ideia do *Bem Viver*, pois a posição mais completa e justa perpassa por toda gênese desta teoria contestando a base de uma ideia unificadora de desenvolvimento e, ao contrário de uma ideia de *desenvolvimentos alternativos*:

O Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade

miravam a “desenvolvimentos alternativos”, quando é cada vez mais necessário criar “alternativas de desenvolvimento”. É disso que se trata o Bem Viver.(ACOSTA, 2015, p.70).

A partir daí, o direito à moradia passa a ser entendido como um dos aspectos dessa vida comunitária, o lar como lugar para fixar residência, lazer, segurança, privacidade e saneamento básico, bem como elementos subjetivos, respeito a culturalidade, aos povos tradicionais, as diferentes formas de desenvolvimento sustentável e as diversas formas de vida em comunidade. Ambos os elementos, em conjunto, formam o verdadeiro sentido do direito à moradia:

“Tentar resolver este enigma não será fácil. Para começar, devemos nos reencontrar com “a dimensão utópica”, tal como propunha o ensaísta peruano Alberto Flores Galindo, o que implica fortalecer os valores básicos da democracia: liberdade, igualdade e solidariedade, incorporando conceitos da vida em comunidade. Nestas novas formas de vida, sobre bases de verdadeira tolerância, haverá que se respeitar, por exemplo, a diversidade de opções sexuais e de formas de organização familiar e comunitária”.(ACOSTA: 2015, p.41)

Para isso deve-se assomar as experiências de vida comunitária não indígena, ou seja, destes movimentos sociais, de comunidades tradicionais, e de população em situação de rua.

O Bem Viver, porém, não pode excluir possíveis contribuições da vida comunitária não indígena que encontrou formas de sobrevivência dentro dos próprios sistemas dominantes de uma colonização que já dura mais de quinhentos anos (ACOSTA, 2015, p. 77).

É de se pensar dois aspectos igualmente relevantes: Reconhecer a pluralidade das normas existentes da partir da junção de experiências diversas dos povos que lutam para sobreviver e manter sua forma de vida e reprodução, o que muitos vão chamar de pluralismo de ordens jurídica, sem negar a existência de normas estatais; Num outro plano, permitir a construção de um novo modo de compreender a vida com maior harmonia entre os seres humanos, a natureza e entre homens entre si:

Fala-se em construir sociedades sustentadas na harmonia das relações dos seres humanos com a Natureza, do ser humano consigo mesmo e dos seres humanos com outros seres humanos. Isso não implica a visão milenarista de um paraíso harmônico. Este processo não exclui lutas sociais: lutas que são múltiplas e diversas, como são múltiplas e diversas as formas de exploração, dominação e exclusão provocadas pelo capitalismo (ACOSTA, 2015, p. 155)

Dessa forma, é preciso refletir o direito a moradia dentro de um contexto bem diferente do que temos hoje, e que a própria noção de função social não é suficiente:

O Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, exige outra economia. Uma economia sustentada naqueles princípios fundacionais desta proposta pós-desenvolvimentista, entre os que destacamos a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a

responsabilidade, a integralidade (todos os seres vivos somos necessários ao planeta), a suficiência (e, de alguma maneira, também a eficiência), a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia. (ACOSTA, 2015, p. 163/4)

Mas como pensar o bem viver para as comunidades urbanas, na medida em que sua origem está nas comunidades rurais:

Outro ponto fundamental radica no reconhecimento de que o Bem Viver não pode circunscrever-se apenas ao mundo rural. É certo que as propostas básicas provêm especialmente desse âmbito. Mas não é menos certo que, como consequência das migrações, cada vez mais pessoas vivem em cidades e que, portanto, se necessita respostas para esses amplos grupos humanos, muitos deles também marginalizados e explorados. Os atuais espaços urbanos aparecem relativamente distantes das práticas de vida solidárias e respeitadas ao meio ambiente. Esse é um dos grandes e mais complexos (ACOSTA, 2015, p.189)

Então o primeiro dever é começar a recolher as práticas sociais que vão permitir a construção democrática e saberes capazes de moldar novas formas de produção de vida, de acesso à moradia e garantia destas, num contexto democrático e de colonial e solidário.

Ao debater as formas de lutas populares em Saramandaia, comunidade de Salvador, Adriana Lima demonstra, por exemplo, como aquela comunidade foi capaz de realizar práticas democráticas e solidárias, isso tudo feito pela coleta de relatos da própria comunidade na etnografia sobre o tema que trouxe a voz dos próprios moradores:

Nós tínhamos uma área na frente, mas o fundo quem cuidava era o vizinho, a nossa parede era fechada. o vizinho teve necessidade de fazer um quarto e sala pra irma morar. minha mãe consentiu. houve um reconhecimento por parte da gente que ele cuidava há tanto tempo e tinha direito. o fato dele cuidar, dele reconheceu que a gente era dono mas ele tinha direito, então ele queria uma compensação por ter cuidado do terreno todo tempo. observamos também a necessidade que ali ia acomodar alguém (LIMA, 2019, p.85)

Em seu trabalho recolhe relatos de como a comunidade se auto organiza, algo que intitula de Direito Autoconstruído. Quando esta descreve os momentos em que a comunidade, em pleno conflito, foi capaz de produzir regulação para o processo de crescimento da comunidade, fixando regras capazes de atribuir uma forma de construção, que de aparente forma caótica, possibilita a um tempo controle da comunidade sobre novas construções, manutenção da solidariedade e construção de vínculos mais densos entre seus membros.

5 I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerando a pouca permeabilidade das instituições brasileiras às práticas democráticas demonstradas no decorrer do texto, toda e qualquer medida para os diversos problemas brasileiros, deve partir de uma reversão dessa expectativa antidemocrática. Também assinala-se que as práticas jurídicas com assento no Estado não mais contemplam

os anseios e projetos das pessoas que vivem nas cidades e que buscam no direito a moradia e a cidade um olhar mais voltado a relações de integração da natureza e da integração entre as pessoas.

Neste sentido deve reconhecer a insuficiência do conjunto normativo expressado na fórmula reformista da função social da propriedade para lidar com os problemas de acesso, uso e garantia da moradia que devem expressar entre outros anseios da vida em comunhão e solidariedade.

As práticas vinculadas ao bem viver ainda não contam com uma formulação completa nos diversos campos, sendo antes uma crítica, bem fundamentada pela realidade, aos paradigmas existentes, em particular dos modelos de desenvolvimento existentes na sociedade capitalista.

Ao reconhecer as pluralidades de ordens jurídicas, a partir da existência de diversas normatividades que convivem, bem como perceber a diversidade de valores que a inspiram, o bem viver assimila uma alternativa de desenvolvimento reconhecendo as diferenças, e catalogando as práticas sociojurídicas existentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. **Da função social da posse e sua consequência frente à situação proprietária**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver** : uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. 2ª reimpressão. elefante editora, 2015.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **O direito social à moradia versus políticas públicas voltadas à habitação: possibilidade de o poder judiciário aplicar a judicialização da política como forma de concretizar os direitos fundamentais**. Revista Direito Markenzie. Volume 09. Numero 2 . pág 28-44. São Paulo.

BRASIL, Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Senado, 1946.

_____, Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1967.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, **Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850**. Dispõe sobre terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>, acesso em: 02 de jun 2018.

_____, **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.vsilva.com.br/dados/Estatuto%20da%20Cidade.pdf>>, acesso em: 02 de jun 2018.

BONIN, Iara. Encarte Pedagógico X O Bem Viver Indígena e o futuro da humanidade. [S. l.], 1 dez. 2016. E-book. Acesso em 01/06/2019. Disponível em: https://rosaluxspba.org/wpcontent/uploads/2017/02/Encarte_Porantim381_dez2016.pdf.

CARVALHO, F. J. (17 de novembro de 2011). **A função social do Direito e a efetividade das Normas Jurídicas**. Acesso em 29 de maio de 2019, disponível em Carta Forense: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-funcao-social-do-direito-e-a-efetividade-das-normas-juridicas/7940>

COSTA, Emmanuel. **O que é gentrificação e por que você deveria se preocupar com isso**. Instituto de Urbanístico Colaborativo. Data da publicação 04 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870 a 1910)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'. Carta Encíclica do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulus Editora; Edições Loyola, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. **Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. América Latina em Movimento-ALAI**, v. 462, n. 1-20, 2011.

IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfoses da questão democrática: Governabilidade e pobreza: Buenos Aires: Clacso – Asdi**, 2001

JUNIOR, Nelson Saule. **O direito à moradia como responsabilidade do Estado brasileiro**. Direito à cidade. Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia**. Salvador: EDUFBA, 2019.

MAGALHAES, Alex Ferreira. **O direito das favelas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

PINHEIROS, Marcelo Rebello. **A Eficácia dos Direitos Sociais de Caráter Prestacional** : em busca da superação de obstáculos. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2008.

MERELES, Carla. **Direito à moradia: todos tem direito a um lar**. publicação: 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/> . Acesso em: 02 de julho de 2019.

PAGANI, Elaine Adelina. **O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. EDIPUCRS, 2009.

OSÓRIO, Letícia. **Direito à moradia no Brasil. Relatório Nacional do Projeto de Relatores Nacionais do DhESC**. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990

RIOS, T. M. (s.d.). **Direito de propriedade, função social e limitações constitucionais**. Acesso em 04 de junho de 2019, disponível em jus.com.br: <https://jus.com.br/artigos/27032/direito-de-propriedade-funcao-social-e-limitacoes-constitucionais>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório?. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 65, p. 03-76, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O direito dos oprimidos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.

SIEIRO, R. (24 de novembro de 2017). **Evolução do direito à moradia no brasil**. Acesso em 2019 de junho de 04, disponível em DIREITO IMOBILIÁRIO ATUALIZADO: <https://direitoimobiliarioatualizado.com/2017/11/24/evolucao-do-direito-a-moradia-no-brasil/>

A DESISTÊNCIA DA CONDOTA INFRACIONAL POR ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL

Data de aceite: 21/07/2021

Data da submissão: 19/05/2021

Andrea Lagares Neiva

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do
Distrito Federal
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/5861012728260091>

Liana Fortunato Costa

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura
da Universidade de Brasília
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/0374051864999315>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir o conceito de desistência da conduta infracional por adolescentes, a sua relação com os fatores de risco e proteção. A fundamentação teórica utilizada foi a Perspectiva do Pensamento Sistêmico e a Teoria da Criminologia na construção do conceito de desistência da conduta infracional. Apresenta-se uma discussão teórica sobre os conceitos de adolescente, família e sistema socioeducativo, relacionando-os aos fatores de proteção e aos fatores de risco. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com a participação de dez adolescentes e seus familiares. O objeto de estudo desta pesquisa foi o adolescente autor de ato infracional apreendido em flagrante delito ao cometer seu primeiro ato criminal. Para compreender em profundidade o objeto estudado, a ferramenta metodológica utilizada para esse processo foi a Hermenêutica

de Profundidade - HP desenvolvida por John Thompson (2000). É importante pensar, refletir, olhar e estudar a desistência da conduta infracional. Pensar em ações de prevenção que sejam direcionados para: a retirada do passado do presente (o abandono do rótulo de infrator); novas situações para fornecer supervisão e monitoramento, bem como novas oportunidades de apoio social e crescimento; e novas situações que fornecem a oportunidade de transformar a identidade.

PALAVRAS - CHAVE: Desistência da Conduta Infracional; Adolescente autor de ato infracional; Delinquência Juvenil.

THE DESISTANCE OF THE INFRACTION BEHAVIOR BY YOUNG FROM DISTRITO FEDERAL

ABSTRACT: This paper aims to discuss the concept of desistance of infraction behavior by juvenile, its relationship with risk and protection factors. The theoretical basis used for the Perspective of Systemic Thought and the Theory of Criminology in the construction of the concept of giving up the infraction. A theoretical discussion about the concepts of adolescent, family and socio-educational system is presented, relating them to protective factors and risk factors. A qualitative research was carried out with the participation of ten adolescents and their families. The object of study of this research was the adolescent author of an infraction seized in flagrante delicto when committing his first criminal act. To understand in depth the object studied, a methodological tool used for this process was the Depth Hermeneutics - DH developed by John

Thompson (2000). It is important to think, reflect, look and study the abandonment of the infraction. Think of preventive actions that are aimed at: removing the past from the present (or abandoning the offender's label); new technologies to provide supervision and monitoring, as well as new opportunities for social support and growth; and new situations that provide an opportunity for identity.

KEYWORDS: Desistance from infraction conduct; Young offenders; Juvenile Delinquency.

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa apresentar o resultado parcial da pesquisa de doutorado da autora sobre desistência da conduta infracional. O estudo do fenômeno da desistência da conduta infracional e da persistência possibilitou um melhor entendimento do comportamento delituoso por parte do adolescente.

Há hoje grande diversidade de estudos sobre o envolvimento de adolescentes com atos infracionais, sobretudo no que concerne à política pública de atendimento a eles. No entanto, ainda se fazem cada vez mais necessários estudos sobre os significados e as consequências de tal envolvimento, de sua interrupção e de como é sua relação com a família, com a sociedade e com seus pares. Muitos direitos sociais, legal e objetivamente garantidos aos adolescentes, vêm sendo questionados, sobretudo a partir de 2014, quando o Congresso Nacional Brasileiro colocou em pauta na agenda de discussões a redução da maioria penal. A relação entre responsabilização e socioeducação expressas pelos marcos legais brasileiros almejam a simultânea proteção do adolescente e a redução do seu envolvimento em atos infracionais

O Conselho Nacional de Justiça do Brasil (CNJ - Brasil), em 2012, por meio do Programa Justiça ao Jovem, um documento intitulado “Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação” que consistia em um diagnóstico sobre o cumprimento das medidas socioeducativas de internação de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Ao analisar um total de 14.613 processos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, constatou-se que a taxa de reincidência dos adolescentes alcança a marca de 54%. A região Sul e a região Centro-oeste tiveram o maior índice de reincidência: 75% dos adolescentes e jovens apreendidos que responderam a processos, cometeram novos atos infracionais.

Um estudo sobre reincidência e fatores de risco foi realizado em 2008, na cidade canadense de Calgary, publicado em 2011, e identificou que 47% dos adolescentes acompanhados pelos pesquisadores reincidiram. Todos haviam sido sentenciados a alguma medida socioeducativa, seja de meio aberto ou fechado (MacRae, Bertrand, Paetsch & Hornick, 2011). Para estes pesquisadores, quando os fatores de risco (família, grupo de pares, escola e comunidade) estão reunidos e presentes na vida do adolescente, eles contribuem para uma realidade complexa e desfavorecida. A ausência de estrutura, de suporte e de estabilidade emocional e financeira exigem do Estado uma intervenção direta

e especializada junto a este adolescente e sua família com o intuito de interromper o ciclo infracional e lhe oferecer uma nova oportunidade de vida.

A relevância da discussão da desistência da conduta infracional por adolescentes está relacionada à discussão de revisão da imputabilidade penal de adolescentes (PEC 74 de 2011, a PEC 83 de 2011 e a PEC 33 de 2012 além do Projeto de Lei do Senado 147/2013, todas as propostas de emenda à Constituição e o Projeto de Lei do Senado tramita no Senado Federal e propõe a redução da maioria penal para menos de 18 anos). A compreensão da desistência da conduta infracional pode ser uma ferramenta de intervenção para redução da criminalidade por adolescentes, uma vez que possibilitará ações de fortalecimento de fatores de proteção em detrimento dos fatores de risco que contribuem para o envolvimento de adolescentes com a violência.

O estudo do fenômeno da desistência da conduta infracional e da persistência possibilita um melhor entendimento do comportamento delituoso por parte do adolescente. Proporciona, também, uma atenção dos gestores e executores do Sistema Socioeducativo Brasileiro nas necessidades de intervenção e nas possibilidades de transformação e adaptação dos recursos financeiros, pessoais e contextuais e no modo de elaboração e compartilhamento de experiências bem-sucedidas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A compreensão da realidade aqui apresentada fundamenta-se à luz do pensamento sistêmico que permite a construção de um olhar para a realidade, reconhecendo sua complexidade e sua transitoriedade. Tal fato tem início a partir da integração das partes que formam a realidade englobando o biológico, o psicológico e o social como um sistema interligado em que seus elementos se comunicam e se alimentam constantemente. Isso resulta na transformação da realidade a cada instante de comunicação (Barreto, 2005).

A teoria sistêmica apresenta uma perspectiva de construção de um conhecimento articulado com as múltiplas dimensões do mundo, já tendo sido definida em alguns momentos como um novo paradigma da ciência. A abordagem do pensamento sistêmico surge para mudar a forma de pensar a realidade – de um modelo reducionista, individual, intrapsíquico e explanatório para um caráter psicossocial, contextual e baseado nas mudanças apresentadas pelas relações sociais no campo da intersubjetividade. Adotar essa abordagem significa aderir a um campo de estudo e de intervenção diferente, onde o mundo interior dos fenômenos individuais e intrapsíquicos são substituídos por um mundo de comportamentos interativos, observados no seu contexto temporal e espacial (Esteves de Vasconcelos, 2002).

Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) chamam a atenção para a forma como estão organizados os sistemas e para as suas características, como se comportam cada subsistema, de que forma eles interagem e se influenciam mutuamente e o mais importante,

que cada subsistema passará fatalmente por fases de estabilidade e de mudanças. As fases de mudanças são identificadas pelos autores como “períodos de desorganização”. Em alguns casos podem ser dolorosos, marcados por dúvidas e angústias, como no caso das famílias com adolescentes apreendidos por autoria de ato infracional. Neste caso o sistema familiar sofre uma mudança brusca (apreensão do adolescente) e necessita de se reorganizar como sistema. O interessante desta situação de tensão e de dificuldade é que esse comportamento do adolescente pode ser transitório e motivará transformações nos subsistemas da família, de modo que possam explorar e se adaptar à nova situação vivenciada.

A dimensão teórica do fenômeno da desistência da conduta infracional no Brasil tem como fonte a teoria da Criminologia e a relação entre os fatores de risco e de proteção, presentes na realidade cotidiana dos adolescentes autores de ato infracional, na decisão de permanecer ou desistir da trajetória infracional. Para realizar esta tarefa buscaram-se estudos científicos relacionados ao tema da desistência da conduta infracional e aos subtemas: adolescente autor de ato infracional, delinquência juvenil e reincidência infracional a partir do viés da teoria sistêmica.

Para compreender o comportamento do adolescente que comete um ato infracional, a utilização de uma análise do pensamento sistêmico como um condutor proporciona o entendimento da conduta do adolescente, de suas ações e interações, sem deixar de reconhecer e identificar a relevância dos demais sistemas presentes em seu contexto social. É olhar além do ato infracional, como defendem Minuchin (1982) e Fishman (1996). É compreender que a gênese da questão do ato infracional não se reduz somente à disfunção da relação entre os pais e o adolescente, mas também, tem sua origem nas demais relações presentes na vida deste sujeito, por exemplo, com os grupos de pares. É buscar a compreensão desta realidade a partir dos sentidos e significados que ela nos apresenta no momento em que está sendo observada. É perceber que a cada avanço temporal essa realidade poderá ser alterada e seus significados remodelados.

No Brasil, adolescentes, de acordo com o art. 103 do ECA, não cometem crime e sim ato análogo ao crime, identificado por ato infracional. Essa criação de eufemismos da lei penal brasileira é extremamente criticada por Anderson de Andrade e Bruno Machado (2017). Os autores defendem o fim dos eufemismos e uma mudança real no ECA no que se refere às medidas socioeducativas. Acreditam que com uma possível reforma no ECA ou até com a criação da Lei Penal Juvenil Brasileira, a sociedade, os adolescentes e os jovens conseguiriam garantir os avanços conquistados pelo ECA em relação à proteção da infância e juventude, para a responsabilização e socioeducação. Para os autores o reconhecimento de que o adolescente comete crime, cumpre pena, é representado judicialmente e fica preso pode contribuir com o fim da visão que a sociedade brasileira tem do ECA de uma lei que protege o adolescente criminoso, não o pune corretamente e não aplica a lei em seu rigor necessário (Andrade & Machado, 2017). Acabar com a imagem de

uma realidade fantasiosa e encarar a realidade como ela deve ser pode ser uma alternativa de garantir uma responsabilização correta do adolescente pelos crimes cometidos e uma forma de socioeducação eficaz e eficiente, com um retorno não apenas para sociedade, mas, principalmente, para o adolescente que retorna ao convívio social.

É importante apreender o conceito do adolescente como ator e autor de sua história. Este conceito vislumbra de forma mais clara a presença atuante do adolescente diante do direcionamento de sua vida. Entretanto, esta presença apenas poderá ser efetivada se o adolescente tiver uma relação familiar saudável, com afeto, comunicação e supervisão parental e acessar sistemas externos de apoio. É essencial reconhecer que desenvolver uma proposta de protagonismo juvenil é permitir ao adolescente sua expressão genuína, oferecendo o suporte e a possibilidade do exercício da cidadania, conforme preconiza o ECA (1990) e não exigindo do adolescente uma postura resiliente no enfrentamento das situações adversas que a vida o expõe. Assim, está claro que o adolescente não produz comportamentos isolados do meio em que vive, ou seja, do sistema do qual faz parte, da família. Para tanto, se há a necessidade de compreender o comportamento do adolescente autor de ato infracional, é essencial conhecer e compreender o funcionamento e a dinâmica do sistema família e dos subsistemas ao seu redor.

Ao trazer o conceito de família à luz da teoria sistêmica acredita-se que a família tende a funcionar como um sistema total, em que as ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos os outros. Entra aqui a questão da circularidade do sistema familiar, onde a família pode ser encarada como um circuito de retroalimentação. O comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas (Schenker & Minayo, 2004). Por outro lado, compreender a família como um sistema aberto (Neuburger, 1992) significa levar em consideração seus relacionamentos com outros sistemas humanos – a família extensa, o trabalho, a escola, os grupos religiosos, dentre outros, e pode ser considerado um subsistema de um suprasistema que é a sociedade.

Com base na teoria sistêmica, a família é um grupo formado por pessoas vinculadas por meio da emoção e/ou consanguinidade, que compartilham tempo suficiente para construir modelos de interações e suas histórias que embasam os modelos de interação (Minuchin, Lee & Simon, 2008). Assim, a família é reconhecidamente um sistema complexo, formado por subsistemas agrupados que compreendem o mundo sob aspectos individuais e sociais, cuja construção dessa compreensão ocorre com base nas relações interacionais dos subsistemas. Compartilhando do conhecimento de Minuchin et al. (2008, p. 57) em relação à compreensão de família os autores defendem que as famílias “são sistemas complexos compostos de indivíduos que necessariamente vêem o mundo de suas próprias perspectivas individuais”, ou seja, não é possível propor e desenvolver uma abordagem direcionada às famílias sem antes buscar conhecê-las em suas relações sociais, urbanas, emocionais, laborais e religiosas.

No sistema família, a formação da estrutura organizacional, de interação familiar, dos sentimentos de pertencimento, de afeto e a definição de papéis, ocorre por meio da conexão estabelecida entre os subsistemas, razão pela qual há muito esforço para manter esse arranjo. Os subsistemas que formam a família podem variar. Cada membro dos subsistemas que compõem o sistema família desenvolve o sentimento de pertencimento ao grupo. Seu desenvolvimento depende da qualidade das relações entre os membros familiares, mas sem dúvida este sentimento promove a manutenção da existência da família, como se traduzisse pela vontade de fazer parte e permanecer neste grupo social, como uma identidade.

Na compreensão das autoras Costa e Penso (2010), as interações familiares ocorrem de maneira interna, entre os subsistemas da família, e de maneira externa, com os subsistemas que compõem as relações sociais de cada subsistema. Podem ser a escola, o trabalho, grupo de pares, a igreja, a comunidade, dentre outras. A qualidade destas interações é demarcada pelas fronteiras e pelas regras que o sistema familiar estabeleceu em seu cotidiano e pela forma de comunicação entre os membros e entre os subsistemas.

O termo 'desistência da conduta infracional' abrange não apenas a interrupção da execução dos atos infracionais, mas, também, o processo de abandono do contexto ilícito em seu cotidiano. Para tanto, conforme LeBel et al. (2008), torna-se necessário compreender as mudanças subjetivas, não apenas as objetivas, assim como as sociais (relações pessoais, casamento, empregabilidade, religião, família e pares) que contribuem e mantém o afastamento, neste caso, de adolescentes da execução de crimes.

Logo a desistência do crime tem que ser vista como um processo e não como uma causa interna. Não pode ser compreendida de forma literal (simples interrupção dos atos criminosos) e sim entendida antes do seu início, durante o seu curso (caso ocorra) e no processo de conclusão da carreira criminosa. Acredita-se que uma concepção de curso de vida proporciona uma perspectiva mais confiável para a compreensão dos processos de desistência e do papel do social. Os autores, Laub e Sampson (2001) e Maruna (1999) defendem que a análise da trajetória de vida (biopsicossocial) do sujeito disponibilizará ferramentas para compreensão do "aparecimento" da desistência ou não comportamento criminoso.

O contexto em que está inserido o adolescente autor de ato infracional que desiste do ato infracional é permeado pelos chamados fatores de risco e proteção. Fatores de risco e proteção compreendem respectivamente condições que comprometam o bem-estar e a saúde dos indivíduos e produzem situações negativas, indesejadas e recursos potenciais que atuam como agentes minimizadores ou eliminadores dos efeitos dos fatores de risco (Corrêa, 2014).

Em sua obra *Juvenile Delinquency: Theory, Practice and Law*, Siegel e Welsh (2011) apresentam um estudo teórico e histórico da delinquência juvenil na América do Norte. Os autores abordam programas de prevenção e atendimento aos adolescentes e familiares em

situação de vulnerabilidade social e econômica. Para os autores, a presença de um fator positivo na vida do adolescente diminui o risco de envolvimento futuro com ato infracional. Em contrapartida, o acontecimento de um evento negativo na vida do adolescente é um fator de risco para ocorrência de um ato infracional futuro. Logo, a oportunidade de uma intervenção nesta realidade complexa, no momento do reconhecimento da desproteção em que se encontra esta família, proporcionará alternativas concretas de proteção para os sujeitos que compõem este sistema.

PESQUISA

O estudo acadêmico foi concretizado por meio da pesquisa qualitativa. Pedro Demo (2004), defende que a pesquisa qualitativa respeita a realidade a ser estudada dando um maior enfoque ao rigor do método científico. Para o autor, este recurso formaliza a informação e propõe um diálogo com a realidade de forma questionadora e inovadora, utilizando como ponto de referência a incapacidade do sujeito de apreender a realidade pura (Demo, 2004). O adjetivo qualitativo soma a pesquisa uma nova forma de enxergar a informação. Esta é ostensivamente interpretada, e ultrapassa a relação campo-objeto, pois a pesquisa qualitativa preocupa-se com o sujeito presente no campo-objeto.

Campo da Pesquisa - A Unidade de Atendimento Inicial (UAI) é considerada como a porta de entrada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e um dos órgãos que compõem o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) (Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria e demais políticas públicas). O trabalho desenvolvido no local caracteriza-se pelo acolhimento e atendimento psicossocial (cujo produto é o estudo preliminar, entregue ao Juiz, ao Promotor e à Defensoria) de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, em cumprimento ao artigo 175 do ECA (Brasil, 1990) e ao artigo 4º do SINASE (Brasil, 2012). A unidade acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas até sua apresentação ao Poder Judiciário.

Durante o período em que o adolescente permanece acautelado na UAI ele é encaminhado para o atendimento de diversos profissionais. Este atendimento é conduzido por um profissional de Serviço Social ou da Psicologia ou da Pedagogia. Todos os atendimentos são individuais. Por meio deste atendimento, o profissional elabora um instrumento denominado de Estudo Preliminar cujo conteúdo abrange a história sociofamiliar do adolescente, seu contexto, o acesso aos direitos básicos, moradia, alimentação, saúde, educação e lazer. O Estudo Preliminar aborda o contexto em que ocorreu o ato infracional pelo qual ele foi apreendido, sua responsabilidade e a postura do adolescente perante a sua vida e ao fato ocorrido.

Sujeitos da pesquisa - Foi delimitada como amostra intencional diversificada de dez adolescentes apreendidos em flagrante delito por qualquer ato infracional, sem antecedentes infracionais, ou seja, adolescentes que estejam em sua primeira entrada no

sistema socioeducativo e no sistema de segurança pública. O acesso aos adolescentes ocorreu no momento em que estavam acautelados no NAI, após serem encaminhados pela DCA.

Etapas da pesquisa - Foram realizadas três fases: 1) entrevista semiestruturada: pretendeu conhecer a história do adolescente e do ato infracional, de acordo com a perspectiva dos sujeitos (adolescente e da família), como veem suas vidas no presente e no futuro, se conseguem identificar quem compõe a rede social, os fatores de proteção e de risco e como estes se relacionam com a suas histórias de vida e com o ato infracional; 2) instrumento de captação das informações: compreende-se como um guia de coleta de informações dos prontuários dos adolescentes no NAI. 3) Acompanhamento mensal com o adolescente e familiar durante três meses.

Aspectos Éticos - A pesquisa foi pensada e delineada a partir dos pressupostos éticos previstos na legislação vigente. Diante o exposto, a primeira ação para realização do estudo piloto foi a submissão do projeto de pesquisa do doutorado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília – CEP/FS - UnB. O projeto foi aprovado por meio do Parecer Consubstanciado.

RESULTADOS

Em relação à primeira etapa, todos os 10 (dez) adolescentes que participaram da pesquisa apresentaram um comportamento aberto e receptivo, mantiveram um diálogo equilibrado, respondendo a todas as perguntas. Todos os dez participantes da pesquisa concordaram em participar da terceira etapa realizada mensalmente, por três meses, a partir daquela data.

O instrumental de coleta de informações institucionais referente a segunda etapa foi dividido em três partes: a) O adolescente; b) A família e c) História Jurídica. Os dados obtidos por meio da aplicação do referido instrumental estão organizados na tabela a seguir.

Adolescente	Educação e Trabalho	Saúde	Assistência Social e Encaminhamentos realizados	Programa do Governo	Medida Protetiva	Acompanhamento Conselho Tutelar	VIJ, MP e Defensoria
Preciso de cuidado, estou me sentindo sozinho	Matriculado e frequente. Já trabalhou em um lava a jato.	Faz uso frequente de maconha e de álcool. De acordo com o atendimento no NAI apresentou boa saúde física e mental.	Conselho tutelar para avaliação de aplicação de medida protetiva para tratamento relacionado ao uso de maconha e CRAS. Para o Centro Olímpico de Samambaia.	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva

Eu sou filho da rua	Matriculado e frequente. Não há informações sobre atividades laborais.	Faz uso de maconha e não há registro de atendimento pela equipe de saúde do NAI	Não foram realizados encaminhamentos	Atualmente não participa mais	Não há informações	Já foi atendida pelo CT na época do processo de guarda do adolescente.	
Socorro! Não sei quem sou, adulto ou adolescente	Não estuda atualmente. Foi orientado pelo profissional da Educação para retornar para escola e retomar os estudos. Nunca exerceu atividade laboral	Nega o uso de álcool e outras drogas. Apresentou boa saúde física e mental.	Conselho Tutelar	Atualmente não participa	Não há informações	Nunca foram atendidos	
Não estou entendendo	Matriculado e não frequente. Trabalha com o genitor como auxiliar de pintor de parede.	Não faz uso de drogas ilícitas. Usa diariamente tabaco e socialmente álcool. De acordo com o atendimento pela equipe de saúde do NAI apresenta boa condição de saúde física e mental.	SEDESTMIDH - CRAS para programas socioeducativos e de profissionalização.	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	
Socorro! Cuida de mim	Não estuda atualmente. Foi orientado pelo profissional da Educação para retornar para escola e retomar os estudos. Já trabalhou como vendedor e garçom	Faz uso álcool e outras drogas. No início do ano entrou em coma por overdose. Afirma que desde então reduziu o consumo chegando a suspender totalmente por um período.	Conselho Tutelar, Medida Protetiva, CRAS e CAPS ad	Bolsa Família	Não há informações	A família é acompanhada pelo CT há alguns anos. A genitora procurou pedindo ajuda com a filha	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva
Socorro!	Matriculado e frequente. Afirma já ter trabalhado com panfletagem.	Não há informações de atendimento	Conselho Tutelar, CRAS, Foi atendido pelo profissional da SEDEST que fez orientações sobre os serviços da Assistência Social, mas nenhum encaminhamento efetivo, apenas se apresentar no CRAS.	Atualmente não participam mais	Não há informações	Genitora procurou o CT para orientá-la em relação ao comportamento do filho e para ajudar no encaminhamento para atividades no contraturno escolar.	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva

Sou filho da minha amiga	Matriculado, frequenta irregularmente e tem registros de repetência escolar. Nunca exerceu atividade laboral.	Faz uso frequente de maconha.	CRAS - para acompanhamento familiar e inserção em atividades no contraturno escolar	Atualmente não participa mais	Não há informações	Foram atendidos 2 semanas antes do cometimento do ato infracional pelo excesso de faltas na escola.	
Errei, mas bola para frente	Matriculado e frequente. Já trabalhou com o pai em sua oficina. Decidiu parar porque não estava conseguindo conciliar os estudos e o trabalho.	Nega o uso de álcool e outras drogas. Apresentou boa saúde física e mental.	Conselho Tutelar e CRAS (embora o especialista tenha avaliado que o adolescente não faz uso de álcool e outras drogas, tenha em sua família um fator de proteção)	Nunca participou	Não há informações	Nunca foram atendidos	Não houve posicionamento sobre a solicitação de medida protetiva
Não sei se se sigo ou não meu pai	Matriculado e não frequente. Parou de ir para escola há 2 semanas. Foi orientado pelo profissional da Educação a retornar para escola e retomar os estudos. Nunca exerceu atividades laborais	Faz uso eventual de maconha. De acordo com o atendimento pela equipe de saúde do NAI apresenta boa condição de saúde física e mental.	CRAS - para acompanhamento familiar e inserção em atividades no contraturno escolar	Bolsa Família	Não há informações	A genitora procurou o CT para solicitar orientações em relação ao comportamento do filho, não quer ir para escola e ficar em festas fora da sua faixa etária.	
Não sei quem sou	Matriculado e frequente. Nunca trabalhou.	Não há informações de atendimento	Não foram realizados encaminhamentos	Atualmente não participam mais	Não há informações	Foram atendidos uma vez pelo CT, porque o filho caçula não estava frequentando as aulas. Mas já faz alguns anos este evento. E não foram mais pelo CT	

Tabela 01 - Informações Institucionais dos Adolescentes e Famílias

Durante a fase de acompanhamento, dos dez adolescentes entrevistados, somente “Sou filho da minha amiga” cometeu novo ato infracional no intervalo de tempo entre o segundo e o terceiro acompanhamento, portanto não participou da fase seguinte do estudo piloto. A pesquisadora foi informada do fato pela genitora do adolescente que no momento de sua apreensão e encaminhamento para Unidade de Internação Provisória entrou em contato por meio de ligação telefônica. Os demais participantes da pesquisa não cometeram novos atos infracionais, gerando um índice de 90% de interrupção da trajetória infracional e apenas 10% de índice de permanência da trajetória infracional.

DISCUSSÃO

Os três conceitos principais em torno dos quais foi construída a argumentação deste trabalho foram: Adolescente, Desistência da Conduta Infracional e Fatores de Risco e Proteção. A partir dessa definição a ferramenta metodológica utilizada para esse processo foi a Hermenêutica de Profundidade - HP desenvolvida por John Thompson (2000). A constante presença do caráter crítico, o reconhecimento da importância dos contextos sociais e históricos para compreensão da realidade, a análise do discurso e a interpretação dos sentidos e significados (formas simbólicas) definem a metodologia da HP.

Os comportamentos de risco ou fatores de risco compreendem, nesta etapa da pesquisa, eventos que ocorrem na vida do adolescente e de sua família que contribuem para uma situação de desproteção e possível permanência da sua trajetória infracional. Já os comportamentos de proteção ou fatores de proteção são eventos presentes na vida dos adolescentes e de familiares que contribuem para a desistência da conduta infracional.

No primeiro momento de contato entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora (entrevista), estiveram presentes no discurso dos adolescentes os sentimentos de medo e de susto em relação à apreensão, o desconhecimento de seus pais em relação à sua realidade cotidiana vivenciada, a ausência da supervisão parental e da autoridade parental e as vulnerabilidades sociais e econômicas que as famílias enfrentam. Nas três etapas seguintes, os adolescentes apresentaram em algumas falas o reordenamento da dinâmica familiar para tentar sanar ou amenizar os reflexos causados pela apreensão e pelo cometimento do ato infracional. Quando os adolescentes foram questionados sobre a apreensão e a possibilidade de um novo ato infracional em suas vidas, refletem que a apreensão, apesar do sofrimento e do sentimento de solidão, também foi um processo de aprendizado. Acreditam que merecem um futuro melhor, pensam em suas escolhas e concluem que o crime compensou. Perder a liberdade os fez pensar no que vale a pena na vida. A apreensão foi um marco de mudança de pensamento e comportamento para os adolescentes. A partir dessa constatação, percebe-se a importância de identificar um caminho para pensar e para refletir na desistência da conduta infracional e em ações para promover esse comportamento junto aos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante pensar, refletir, olhar e estudar a desistência da conduta infracional. Como mencionado anteriormente, a desistência do crime é um processo de interrupção da prática de crimes. Esse processo pode ser motivado por influências sociais externas e por mudanças de comportamentos, processo interno (Abeling-Judge, 2016). Este estudo propõe, além da apresentação do conceito da desistência do crime, compreender como o processo da desistência pode acontecer para os adolescentes.

Os autores ingleses, Maruna e Immerigeon (2011) ressaltam em sua obra, Depois

do Crime e da Punição: Caminhos para a Reintegração de Delinquentes, que pensar na desistência do crime é pensar nas fundamentações teóricas relacionadas aos motivos que conduzem as pessoas a desistirem do crime. Para os autores, na Inglaterra, a maioria das políticas é conduzida por alguma ideia vaga de que a vigilância combinada com alguma forma de orientação pode promover a desistência. Maruna e Immarigeon (2011) veem essa concepção teórica de desistência do crime por meio do controle ultrapassado. Para os autores a desistência do crime é um processo necessariamente acompanhado da mudança de identidade pessoal. Em outras palavras, a verdadeira desistência ocorre somente quando os sujeitos alteram cognitivamente seu papel ou identidade de delinqüente ou criminoso, a um de pessoa de bem, mudada ou cidadão produtivo da sociedade.

A importância do estudo da desistência da conduta infracional se relaciona com a identificação da ausência e/ou ineficácia da Política de Proteção à Infância e à Adolescência do Brasil. Assim como o estudo desenvolvido por Jacobina (2011) identificou a “visibilidade” inversa da proteção, em que o estado brasileiro age apenas quando o adolescente viola o direito de outro cidadão, oito das dez famílias participantes desta pesquisa receberam algum atendimento por um órgão do governo, seja CRAS, CREAS e/ou Conselho Tutelar, além da aplicação de alguma medida protetiva. Esse quadro desanimador apresenta uma realidade semelhante à demonstrada há sete anos. Ontem e hoje, o mesmo Estado, ciente das necessidades e da desproteção que esses adolescentes vivem e viveram, preferiu assistir de “camarote”, conforme afirma a autora, a transformação da desproteção em envolvimento infracional em crime.

Enfim, o que se espera com o estudo e compreensão do fenômeno da desistência da conduta infracional? Espera-se, além da divulgação do conhecimento e a promoção de novas pesquisas sobre o tema, contribuir para a elaboração de uma política de prevenção à violência e não controle da violência. Contudo, diretamente relacionado ao tema, acredita-se que este estudo possibilitará a formulação de uma proposta de atendimento e intervenção precoce aos adolescentes que estão em início de sua trajetória infracional.

REFERÊNCIAS

Abeling-Judge, D. (2016). **Different social influences and desistance from crime.** *Criminal Justice and Behavior*, Vol. 43, No. 9, September 2016, 1225–1241. DOI: 10.1177/0093854816652639

Andrade, A. P. & Machado, B. A. (2017). **Justiça e processo penal juvenil: paradigmas, discurso político e o modelo brasileiro.** In A. P. Andrade., & B. A. Machado (Coords.), *Justiça juvenil: Paradigmas e experiências comparadas.* (pp. 23-56). Brasília: Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Brasil (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.079, de 13 de julho de 1990.** Recuperado em 10 de julho de 2017, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Brasil (2012a). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012.** Recuperado em 18 de julho de 2017, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Brasil (2012b). **Justiça Infante Juvenil: Situação atual e critérios de aprimoramento. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Recuperado em 21 de julho de 2017, em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf

Barreto, A de P. (2005). **Terapia Comunitária: passo a passo.** Fortaleza: Gráfica LCR.

Côrrea, A. de O. (2014). **Adaptação e validação do communities that care youth survey (CTCYS) para uma comunidade brasileira: um estudo piloto.** (Dissertação de mestrado), Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília.

Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). **A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias.** In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 201-214). São Paulo: Ágora.

Demo, P. (2004). **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos.** 2ª edição. São Paulo: Papius.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2002). **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência.** Campinas: Pappirus.

Fishman, H. C. (1996). **Tratando adolescentes com problema: uma abordagem da terapia familiar.** Porto Alegre: Artmed.

Jacobina, O. M. P. (2011). **Filhos do Brasil: Da (des) proteção ao ato infracional.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9412>

Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2001). **Understanding desistance from crime.** *Crime and Justice*, 28, 1-69. Doi: <http://www.jstor.org/stable/1147672>

LeBel, T. P., Burnett, R., Maruna, S., & Bushway, S. (2008) **The 'Chicken and Egg' of Subjective and Social Factors in Desistance from crime.** *European Journal of Criminology*, 5,131.

MacRae, L. D., Bertrand, L. D., Paetsch, J. J., & Hornick, J. P. (2011). **Relating Risk and Protective Factors to Youth reoffending: A Two-year follow-up.** *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 2 (1), 172-196.

Maruna, S. & Immarigeon, R. (2011). **After Crime and Punishment: Pathways to Offender Reintegration.** London: Routledge. ISBN-13: 978-1843920571, ISBN-10: 1843920573

Maruna, S. (1999, março). **Desistance and development: the psychosocial process of 'going straight'.** Papers from the British Criminology Conference, Queens University, Belfast, Reino Unido. Recuperado em 03 de julho de 2017, em <http://www.britisocrim.org/volume2/003.pdf>

Minuchin, S. (1982). **Famílias: funcionamento e tratamento.** Porto Alegre: Arte Médicas.

Minuchin, S., Lee, W.Y., & Simon, G. M. (2008). ***Dominando a terapia familiar***. Porto Alegre: ArtMed.

Minuchin, S., Colapinto, J., & Minuchin, P. (2011). ***O desafio de trabalhar com pessoas de alto risco social***. São Paulo: Roca.

Neuburger, R. (1992). **Psicose e Adolescência: função da representação**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8 (Suplemento), 426-431

Schenker, M., & Minayo, M. C. de S. (2004) **A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura**. *Caderno Saúde Pública*, 20 (3), 649-659.

Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2011). ***Juvenile Delinquency: theory, practice and law***. Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.

Thompson, J. B. (2000). ***Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa***. Petrópolis: Vozes.

EXPOSIÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PRÁTICAS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Data de aceite: 21/07/2021

Data da submissão: 17/05/2021

Rubens da Silva Ferreira

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Biblioteconomia
Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/1179934046983248>

RESUMO: O trabalho tem como objetivo contribuir teórica e empiricamente para a compreensão das exposições em bibliotecas públicas. A pesquisa é classificada como qualitativa e recolheu dados entre junho e dezembro de 2020, utilizando questionário online enviado a sete bibliotecas públicas localizadas da Região Norte. Obteve-se o retorno da biblioteca pública do estado do Amazonas (AM), do Pará (PA) e de Rondônia (RO). O estudo mostra que as bibliotecas públicas respondentes realizam exposições utilizando o próprio acervo, com abertura para trabalhos dos artistas locais, privilegiando a modalidade física, impactada em 2020 pela pandemia global de Covid-19. As exposições são planejadas e executadas por bibliotecários, por historiadores, por profissionais de outros órgãos públicos ou por contratação temporária de outros profissionais, de acordo com as peculiaridades de cada biblioteca. Por sua vez, as exposições virtuais têm sido reprimidas pela falta de equipe técnica na área de tecnologia da informação ou pela indisponibilidade de sítio próprio na Internet. De modo geral, as bibliotecas

públicas reconhecem o papel das exposições para o acesso à informação e à cultura, o que as têm motivado a promover ações do gênero.

PALAVRAS - CHAVE: Bibliotecas públicas - Exposições. Acesso à informação. Cultura.

EXHIBITIONS IN PUBLIC LIBRARIES: PRACTICES IN THE NORTH REGION OF BRAZIL

ABSTRACT: This paper aims to contribute theoretically and empirically for understanding of exhibitions in public libraries. The search is classified as qualitative and quantitative. The collection the was data between June and December of 2020 using an online questionnaire sent to seven public libraries located in the Northern Region of the country. The return obtained from the public library of the Amazonas (AM), Pará (PA) and Rondônia (RO) state. The study shows that respondent public libraries hold exhibitions using their own collection, opening up to works by local artists, privileging the face-to-face modality, impacted in 2020 by the global pandemic of Covid-19. The exhibitions are planned and carried out by librarians, historians, professionals from other public bodies or by temporary hiring of other professionals, according to the peculiarities of each library. In other hand, virtual exhibitions have been suppressed by the lack of technical staff in the area of information technology or by the unavailability of its own website. In general, public libraries recognize the role of exhibitions for access to information and culture, which has motivated them to regularly promote actions of this kind.

KEYWORDS: Public libraries - Exhibitions. Access to information. Culture.

1 | INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas são lugares de cultura, não somente por serem herdeiras da função histórica de reunir, de organizar e de preservar o legado humano no campo das artes e das ciências em suas formas documentadas; mas, em especial, porque elas também constituem espaços abertos ao lazer, às vivências, aos encontros e às trocas infocognitivas entre pessoas de diferentes modos de ser e de viver. Partindo desse entendimento, este trabalho resulta de projeto de pesquisa¹ que se debruçou sobre a compreensão das práticas expositivas em bibliotecas públicas.

O interesse pelas exposições realizadas pelas bibliotecas públicas está fundamentado na premissa de que qualquer material do acervo convertido em *expôt*, isto é, em objeto cuidadosamente pesquisado e colocado em exibição com a função de comunicar algo ao público amplia o papel cultural e social dessas instituições. Isto é possível porque a conversão (ainda que temporária) do material acessível pela leitura da palavra escrita ao *status* de objeto de museu viabiliza a experiência do olhar, do sentir e do imaginar ao público não letrado.

Quando as bibliotecas públicas promovem exposições elas se abrem às pessoas que, segundo Freire (1989), carregam consigo o domínio da leitura do mundo. Essas unidades de informação desconstroem, então, a visão das classes populares de que a biblioteca pública é um espaço reservado somente aos livros e às pessoas que leem livros, principalmente estudantes dos diferentes níveis de ensino.

A dinamização das ações nas bibliotecas públicas faz com que elas se tornem aquilo que a *International Federation of Library Associations* (IFLA) e a UNESCO (1994) se referem como “portas de acesso local ao conhecimento”, uma vez que possuem a papel de promover o patrimônio e a cultura popular no âmbito da municipalidade em que funcionam.

Após estas palavras iniciais, o trabalho segue organizado em outras quatro partes que se conectam na produção de um conhecimento sobre as exposições promovidas pelas bibliotecas públicas na Região Norte. A segunda parte corresponde à apresentação do desenho da pesquisa. Em sequência, tem-se uma breve discussão teórica sobre bibliotecas públicas e exposições. Na quarta parte são apresentados e discutidos os dados recolhidos nas bibliotecas públicas estaduais da Região Norte. Por fim, têm-se as considerações finais que, entre outras coisas, apontam para a necessidade de negociação dos(as) gestores(as) dessas bibliotecas no sentido de assegurarem a sustentabilidade das iniciativas expositivas para o público diversificado que atendem.

¹ Projeto de pesquisa “Bibliotecas públicas e ações expositivas: um exercício com o constructo teórico biblioteca-museu”, coordenado pelo autor.

21 METODOLOGIA

A pesquisa foi concebida como de abordagem quali-quantitativa, com o desenho de procedimento do tipo exploratório. Conforme Babbie (1986) citado por Piovesan e Temporini (1996, p. 319, grifo nosso):

Grande parte da pesquisa social é conduzida para explorar um tópico, para fornecer uma familiaridade com esse tópico. Este propósito é típico quando um pesquisador está examinando *um novo interesse ou quando o objeto de estudo é em si relativamente novo e não estudado* (tradução livre).

Neste sentido, o olhar proposto para as ações expositivas nas bibliotecas públicas assumiu o caráter de novidade tanto para o pesquisador quanto para a Biblioteconomia, haja vista a carência de publicações na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) contemplando as exposições em bibliotecas.²

Juntamente com a literatura aqui mobilizada, as evidências levantadas com o apoio das bibliotecas públicas foram fundamentais para o conhecimento das exposições oferecidas aos usuários. Os dados foram recolhidos por meio de formulário online elaborado com a ferramenta Formulários do Google, e estruturado com perguntas sobre o tema das exposições, contemplando questões abertas e fechadas. Um pré-teste foi realizado com três bibliotecas no dia 19 de junho de 2020. Após análise das respostas, ajustes foram realizados e o questionário foi encaminhado³ no mesmo mês para sete bibliotecas públicas estaduais da Região Norte, a saber: (1) Biblioteca Estadual Adonay Barbosa dos Santos (AC); (2) Biblioteca Pública Arthur Vianna (PA); (3) Biblioteca Pública do Estado do Amapá Prof.^a Elcy Lacerda (AP); (4) Biblioteca Pública do Estado de Roraima (RR); (5) Biblioteca Pública Estadual Darcy Cardeal (TO); (6) Biblioteca Pública Estadual do Amazonas (AM); e (7) Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto (RO).

Entre as bibliotecas contatadas, obteve-se o retorno de três unidades de informação. São elas: Biblioteca Pública do Amazonas (AM); Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna (PA); e Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto (RO). É possível que a devolutiva do questionário tenha sido afetada pela pandemia global de Covid-19 que se disseminou rapidamente pelo Brasil a partir de fevereiro de 2020. Em função do rápido contágio e do risco de morte, organizações públicas e privadas suspenderam o funcionamento presencial para evitar aglomerações e, conseqüentemente, o aumento no número de contágios.

No âmbito da União, Estados e Municípios foram criadas normativas para a realização do teletrabalho, oferecendo possibilidade para o retorno do questionário enviado por e-mail às bibliotecas públicas contempladas na pesquisa. Ainda assim, embora o serviço de referência tenha a incumbência de prover respostas a todo tipo de solicitação

² Pesquisa conduzida por Laura Williams, em 2011, também menciona a carência de estudos sobre as exposições promovidas pelas bibliotecas. Estudo disponível em: https://dagda.shef.ac.uk/dispub/dissertations/2010-11/External/LWilliams_100140497.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

³ Os e-mails das bibliotecas públicas contatadas foram obtidos na página do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) na Internet: <http://snbp.cultura.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

dos usuários, quer de forma presencial ou remota (GROGAN, 1995), quatro bibliotecas não enviaram o questionário após três tentativas. Uma biblioteca forneceu resposta somente após solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação (e-SIC), todavia, sem qualquer relação com as perguntas do questionário.

Almeida e Machado (2019, p. 174) também reportam em estudo sobre a dificuldade de obter dados das unidades de informação na Região Norte, seja porque poucas possuem página própria na Internet, seja porque os serviços e os produtos são divulgados de forma “tímida e superficial”, ou porque empregam de “maneira inadequada os meios de comunicação”. Ainda assim, o *corpus* de dados constituído fornece um olhar preliminar sobre as exposições construídas pelas bibliotecas públicas nessa região do país.

3 | BIBLIOTECAS PÚBLICAS E EXPOSIÇÕES: BREVE DISCUSSÃO

Embora nem sempre lembradas, as bibliotecas públicas municipais, estaduais ou federais estão presentes na biografia de parte da população brasileira, sobretudo durante os anos de estudo no ensino fundamental e médio. Isto faz com que elas sejam percebidas pelas pessoas à parte da compreensão da palavra escrita como espaço exclusivo de leitura e de estudo. (SUAIDEN, 2000). Entretanto, essa visão restrita precisa ser desconstruída, pois segundo Macedo (1990, p. 29, 30), a biblioteca pública é um espaço democrático:

de todos e para todos: para a criança, jovem e idoso; para o escolar e o profissional; para a dona de casa e a professora primária; para o universitário e o pesquisador autônomo; para o cidadão em geral, incluindo os imigrantes; os indivíduos são e os deficientes [...]. Ela poderá ter prioridades, mas não privilégios e preconceitos. Até o analfabeto deve ter espaço na [Biblioteca Pública] BP, dependendo do espírito social de seus agentes e das programações de ordem cultural e social existentes [...]. Se os membros dessa comunidade não puderem vir até ela, a biblioteca deve ir até o público mais remoto e carente [...].

Assim entendida, a biblioteca pública exige dedicação, compromisso e qualificação dos(as) bibliotecários(as) para a concepção e para o desenvolvimento de projetos culturais elaborados *com e para* a comunidade.

O Manifesto da IFLA/UNESCO (1994) expressa que a missão da biblioteca pública está intimamente atrelada à informação, à alfabetização, à educação e à cultura. No que concerne à esfera cultural, cabe especificamente a esse tipo de biblioteca:

5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo; 7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local [...] (IFLA, 1994, não paginado).

Note-se que, em seu propósito, a atuação da biblioteca pública ultrapassa os domínios do conhecimento registrando, estendendo-se para o horizonte das formas de saber vivo, cultivadas na mente das pessoas e dos grupos que inventam e reproduzem as tradições (HOBSBAW, 1997), sobretudo nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas áreas rurais.

O conceito de cultura é aqui entendido no sentido proposto por Geertz (2008). Trata-se de uma construção coletiva, não homogeneizante e em constante transformação, cujo significado precisa ser acessado, analisado e compreendido. Com efeito, as exposições levadas a cabo pelas bibliotecas públicas correspondem a um processo de interpretação, cujo significado é traduzido para o público por meio de narrativa contada pelos objetos e por outros recursos conectados entre si na transmissão de uma mensagem (informação) aos visitantes. Esse processo interpretativo também envolve o observador, que atua ativamente sobre a exposição decodificando e produzindo sentido sobre o que vê, ouve e sente no contato sensorial com os objetos.

Em linhas gerais, é possível dizer que toda atividade expositiva é em si uma atividade promotora do acesso à informação, pois viabiliza o encontro das pessoas com os objetos, melhor dizendo, da sociedade com o seu patrimônio (FERREIRA, 2020). De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, [2018?], p. 3), as exposições “[...] podem ser criadas e apresentadas de muitos modos e sob inúmeros formatos [...]. Elas podem acontecer em parques, ruas, florestas ou mesmo virtualmente”, o que evidencia o potencial itinerante e extensionista das exposições.

No contexto das bibliotecas públicas, as exposições podem ser associadas ao conceito de ação cultural. Conforme Vieira (2014), esse conceito representa os projetos planejados *com e para* a comunidade. Eles ocorrem em paralelo às demais atividades de rotina das unidades de informação, sendo orientados para a cidadania, para as artes e para a cultura. Neste sentido, como bem ilustram Oliveira, Vieira e Lopes (2015, p. 147), iniciativas como teatro, contação de história, exposições, saraus, danças e encontros com autores normalmente compõem os projetos de ação cultural promovidos pelas bibliotecas públicas.

Em museus, as exposições adquirem outra racionalidade, pois estão associadas ao conceito de comunicação. Conforme a publicação *Conceitos-chave de Museologia* (2013), a comunicação em museus envolve duas importantes funções, estas talvez mais perceptíveis ao público: a educativa e a expositiva.

Na função educativa tem-se uma contribuição das exposições ao desenvolvimento das pessoas por meio do estímulo à curiosidade, à imaginação e à experiência sensível proporcionada pelos objetos. Por meio da função expositiva ocorre um complexo processo de produção e de compartilhamento de significados, envolvendo a história narrada pelos idealizadores da exposição, os objetos tomados em si e em relação uns com os outros, bem como as interações entre monitores e visitantes.

Independente da instituição promotora, as exposições sempre exigem planejamento cuidadoso. Isto implica montar equipe, desenvolver pesquisa, escolher local, decidir nome, definir duração, compor acervo, construir narrativa, escolher a identidade visual, produzir material informativo, realizar divulgação em diferentes canais, obter recursos financeiros, materiais e, às vezes, humanos. Assim, a seção seguinte fornecerá algumas informações que, embora não exaustivas, nos ajudam a conhecer um pouco sobre as exposições promovidas pelas bibliotecas públicas estaduais na Região Norte do país.

4 | EXPOSIÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As respostas fornecidas pelos(as) respondentes permitem acessar as experiências expositivas construídas pelas bibliotecas públicas estaduais, assim como as dificuldades enfrentadas por elas em seu papel de promover a educação e a cultura por meio de ações que contribuam para o acesso à informação e ao conhecimento. Deste modo, entre outras questões, a pesquisa procurou saber se alguma exposição foi montada pela biblioteca entre 2015 e março de 2020. Somente as bibliotecas públicas Arthur Vianna e do Amazonas investiram nesse tipo de ação informativa, organizando mais de 10 exposições no período. Importa dizer que a resposta negativa da biblioteca pública estadual de Rondônia **não significa** que as exposições estejam fora do rol das atividades oferecidas por ela aos usuários, mas que no período indicado essas iniciativas estiveram indisponíveis para o público. Assim, outros dados mostram essa unidade de informação amazônica também promove exposições.

As três unidades de informações respondentes utilizam o próprio acervo na montagem de algumas exposições. Esta iniciativa é importante porque dinamiza as coleções bibliográficas e documentais para outros públicos, como o público **não leitor**, oferecendo uma experiência democrática, **estética e** sensível pelo contato com as informações associadas aos objetos dispostos para contemplação.

Por terem sido criadas no século XIX, as bibliotecas públicas Arthur Vianna (25/03/1871) e do Amazonas (17/05/1870) têm sob custódia acervos bibliográficos e documentais raros. Essa característica confere potencial a esses materiais para a exibição pública na forma de imagens, vídeos e instalações, a fim de permitir que o público conheça as encadernações, os impressores, os traços tipográficos e as estampas produzidas por métodos xilográficos, calcográficos, litográficos ou fotográficos, bem como a caligrafia, as características do papel e os autores dos documentos entre outras possibilidades. Por estarem localizadas em estados que abrigam diferentes povos originários, as obras escritas por viajantes e naturalistas entre os séculos XVI ao século XIX são fontes pelas quais pessoas indígenas podem ter acesso a uma versão da história do contato por vezes representada na imagética estampadas nos livros.

A biblioteca pública de Rondônia é a mais jovem (30/04/1975) entre as respondentes,

mas possui publicações e documentos que remetem à história do que já foi um dos territórios federais do Brasil transformado em estado da União em 1981. Com uma população de origem diversificada em função dos fluxos migratórios internos para o Norte, Rondônia tem como um dos muitos destaques históricos o passado associado à economia gomífera e à estrada de ferro Madeira-Mamoré.

O potencial informativo do acervo das bibliotecas públicas respondentes é indicado pelos materiais que serviram às exposições montadas por elas, conforme relaciona o **Gráfico 1**. Os livros que compõe o acervo raro são bastante utilizados, seguidos pelas publicações do acervo circulante ou corrente. Outros materiais são representados pelos recursos iconográficos. Bibliotecas pertencentes às instituições públicas da administração direta e indireta do estado são parceiras das bibliotecas públicas, seja cedendo materiais temporariamente para as exposições, seja utilizando o espaço da biblioteca para executar os próprios projetos expográficos.

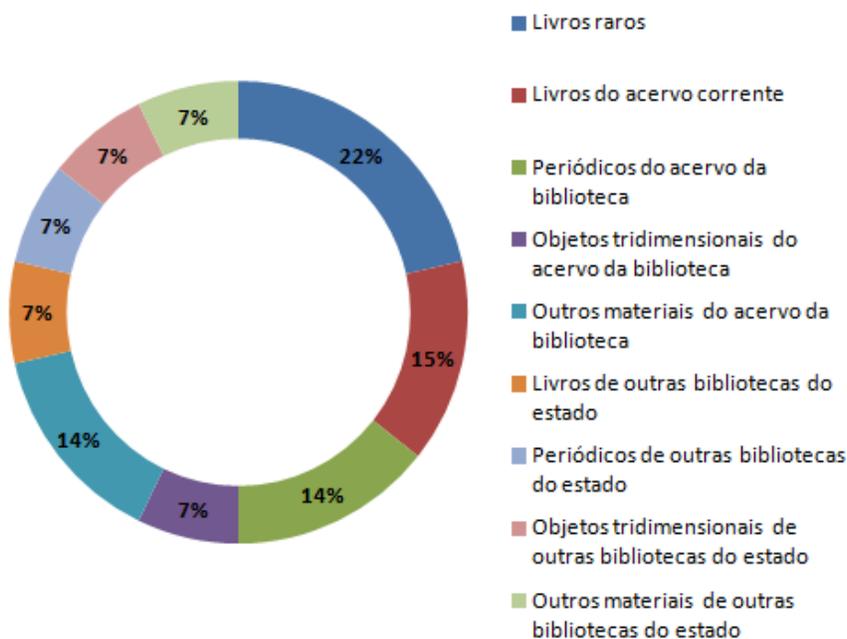


Gráfico 1 – Materiais utilizados nas exposições

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As bibliotecas públicas contatadas também oportunizam exposições com obras de artistas locais. Embora os(as) profissionais responsáveis pelo preenchimento do questionário não tenham se aprofundado nas respostas, eles(as) forneceram pistas para pensar a biblioteca como um espaço de cultura aberto aos talentos que buscam visibilidade. Nesta direção, a Biblioteca Pública Arthur Vianna promove exposições

mensais dos trabalhos de quadristas paraenses. A Biblioteca Pública de Manaus informa sobre a promoção de exposições de trabalhos dos artistas locais, destacando que elas não somente são bem aceitas pelo público como também geram renda aos seus criadores. A Biblioteca Pública José Pontes Pinto, por sua vez, registra que regularmente oferece espaço em suas instalações para mostras de telas produzidas por pintores locais. Em seu conjunto, essas iniciativas são reveladoras da importância da construção de relações entre as bibliotecas públicas e os artistas, notadamente em cidades com pouca oferta de feiras, eventos e galerias de arte.

Quanto aos assuntos selecionados para a construção das narrativas dos projetos expográficos, as respostas mostram fortalezas e pontos fracos. As bibliotecas públicas são unidades de informação cujos acervos se caracterizam pela diversidade temática, o que ocorre em função do amplo público que atendem. Esse traço também aparece refletido nas exposições, conforme registra do **Gráfico 2**. Assuntos como arte, história do Brasil, literatura e patrimônio cultural têm recebido maior atenção. Por contraste, temas ligados à história local e à ciência têm sido pouco explorados pelas bibliotecas públicas.

No contexto do trabalho nas bibliotecas públicas, temas sobre história local e ciência precisam fazer parte com mais frequência das exposições. Conteúdos relacionados à história do estado e dos municípios têm relação direta com o tema do patrimônio cultural, à medida que contribuem para o fortalecimento dos laços afetivos e identitários das pessoas com o que é partilhado no lugar e no tempo pela população. A ciência, em suas diferentes vertentes, precisa ser pensada não apenas no atendimento das necessidades de informação do público escolar, mas também no sentido da sua popularização, ou seja, de tornar o conhecimento científico acessível também aos movimentos sociais e às minorias (GERMANO; KULESZA, 2007), rompendo, deste modo, o isolamento e o hermetismo acadêmico. Enfim, têm-se dois campos temáticos presentes nos conteúdos dos currículos escolares que podem ser abertos à sociedade e desdobrados pela dinâmica comunicativa das exposições.

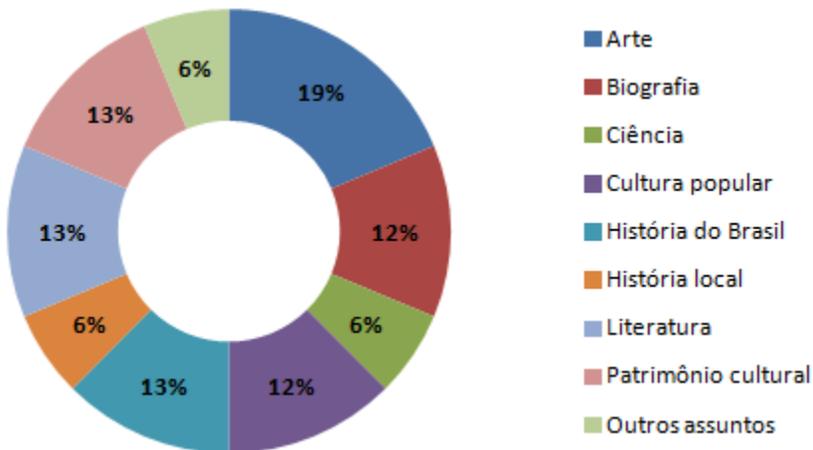


Gráfico 2 – Assuntos trabalhados nas exposições

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Para além das exposições físicas, a Internet criou condições para a realização das exposições virtuais. Conforme Henriques e Chaves (2020), a comunicação museológica também é viabilizada por essa modalidade expositiva que utiliza as tecnologias da informação e comunicação, ampliando o acesso à cultura. Nas bibliotecas públicas contatadas, as exposições virtuais ainda não são realidade. A Biblioteca Pública Arthur Vianna menciona a falta de “suporte para utilização das tecnologias da informação e comunicação”⁴. A Biblioteca Pública do Amazonas informa não possuir “site próprio na Internet”⁵. Por sua vez, a Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto aponta a indisponibilidade de “equipe técnica habilitada e equipamentos adequados”⁶.

De fato, a presença das bibliotecas públicas estaduais da Região Norte na Internet ainda tímida, tal como constatado por Almeida e Machado (2019). Esta ausência representa um obstáculo ao acesso à informação para os usuários remotos em tempos de mediação estendida para as redes digitais. Conforme Henriques e Chaves (2020, p. 80), as exposições virtuais oferecem algumas vantagens, entre elas, a possibilidade de utilizar diferentes recursos para “incrementar a comunicação” e promover a interatividade do público com os objetos em exposição. Além disso, a popularização dos celulares permite que pessoas de diferentes lugares, línguas, culturas, níveis de instrução e renda tenham acesso às exposições em tempo integral. E nas situações de pandemia como a que se vive atualmente, exigindo restrições na circulação das pessoas, as exposições virtuais

4 Possui página na Internet. Ver: <http://www.fcp.pa.gov.br/espacos-culturais/sede/biblioteca-arthur-vianna>. Acesso em: 3 maio 2021.

5 Sem página própria na Internet. As notícias relacionadas à biblioteca são divulgadas no portal da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Ver: <https://cultura.am.gov.br/portal/>. Acesso em: 3 maio 2021.

6 Sem página própria na Internet. As notícias relacionadas à biblioteca são divulgadas no portal do Governo do Estado de Rondônia. Ver: <http://www.rondonia.ro.gov.br/>. Acesso em: 3 maio 2021.

asseguram a aproximação entre os acervos das instituições de memória e a sociedade.

Um grupo de dados importante levantado pela pesquisa diz respeito às pessoas envolvidas na idealização, no planejamento e na execução das exposições realizadas pelas bibliotecas públicas, conforme sintetiza o **Gráfico 3**. Em geral, bibliotecários(as) são os(as) profissionais com maior presença na organização das exposições (29%), possivelmente por serem em maior quantidade no quadro humano das bibliotecas. Historiadores, profissionais da informática, pessoal de outros órgãos da estrutura dos governos estaduais ou sob contrato temporário de trabalho também foram mencionados pelos(as) respondentes.



Gráfico 3 – Profissionais envolvidos nas exposições

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O IBRAM ([2018?]) reconhece que a montagem de uma exposição é uma atividade multidisciplinar, podendo ser coordenada por profissional de qualquer área do conhecimento. Ainda assim, importa destacar o papel do(a) museólogo(a) na concepção, no planejamento e na execução do projeto expográfico, notadamente pelos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos na formação universitária em Museologia.

Ainda sobre os(as) museólogos(as), verifica-se que são poucas as oportunidades para a formação desse profissional na Região Norte. O único curso de bacharelado disponível é oferecido pela Universidade Federal do Pará (UFPA)⁷. Essa lacuna profissional constitui um desafio no incremento do quadro humano das instituições que atuam no campo da cultura e do patrimônio. Por certo, a disponibilidade de museólogos(as) na estrutura dos estados e das prefeituras oferecerá às bibliotecas públicas a possibilidade de cooperação para a execução de projetos educacionais e culturais mediados pelo poder informativo

⁷ Conforme dados disponíveis no Portal da Museologia. Disponível em: <https://www.museologia.mus.br/graduacao>. Acesso em: 3 maio 2021.

das exposições. Contudo, mesmo diante da carência de recursos humanos, materiais e financeiros, as bibliotecas públicas estaduais têm conseguido oportunizar o encontro da sociedade com a arte, a ciência e a cultura, notadamente por meio de uma linguagem que aciona os sentidos, as emoções e a imaginação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da Biblioteconomia existe um discurso comum quanto ao papel das bibliotecas na aproximação entre o leitor e o livro como estratégia de incentivo à leitura. Todavia, pouco se discute sobre estratégias outras para oportunizar o encontro dos usuários com as diferentes formas de manifestação da informação nas artes e na cultura, como se esse contato não pudesse contribuir para o desenvolvimento da pessoa humana em suas capacidades cognitivas, imaginativas, afetivas, criativas e reflexivas. Neste sentido, as bibliotecas públicas estaduais contatadas mostraram que a leitura contemplativa dos objetos colocados em exposição também ocupa lugar no trabalho que realizam, proporcionando aos usuários uma experiência estética e sensível no acesso à informação e ao conhecimento.

Embora todos os estados amazônicos possuam bibliotecas públicas, a pesquisa resultou em um conhecimento construído com base nas experiências informadas por três unidades de informação instaladas nas capitais Belém (PA), Manaus (AM) e Porto Velho (RO). A ausência de respostas por parte das demais bibliotecas indica que as pesquisas acadêmicas via e-mail não são reconhecidas como demandas de informações. Assim, partindo do entendimento de que as bibliotecas públicas são capazes de acolher a uma diversidade de usuários, é preciso que as contribuições às pesquisas façam parte das respostas fornecidas pelo serviço de referência virtual, cumprindo, assim, o papel de suporte à produção do conhecimento.

Os dados e as informações fornecidas pelas bibliotecas respondentes mostram que as exposições físicas promovidas por elas têm sido bem-sucedidas. Os temas selecionados para a comunicação com o público se mostraram diversos, os artistas locais têm encontrado espaço nessas bibliotecas para a divulgação do que produzem e as equipes têm sido compostas por pessoal com diferentes formações e vínculos na Administração Pública. Porém, essas bibliotecas ainda precisam explorar melhor as possibilidades de alcance, visibilidade e oferta de informações nas redes digitais. Possuir sítio próprio na Internet e buscar parcerias com as universidades públicas e privadas na oferta de estágios ou projetos de extensão pode ser o caminho para amenizar os limites impostos pela escassez dos recursos, a fim de garantir a sustentabilidade das exposições físicas e/ou virtuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Celina José; MACHADO, Elisa Campos. Serviços de extensão em bibliotecas públicas estaduais no Brasil. **Revista ACB**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 162-176, abr. 2019. ISSN 1414-0594. Disponível

em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1528>. Acesso em: 27 jan. 2021.

FERREIRA, Rubens da Silva. A dimensão contemplativa do acesso à informação em uma coleção bibliográfica do século XIX: a biblioteca do Barão de Guajará. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020024, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660790>. Acesso em: 3 maio. 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortês, 1989. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo; 4).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERMANO; Marcelo Gomes; KULESZA, Wojciech Andrzej. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Cad. Bras. Ens. Fís.**, v. 24, n. 1, p 7-25, abr. 2007. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/download/1546/5617>. Acesso em: 3 maio 2021.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

HENRIQUES, Rosali; CHAVES, Rafael. Exposições em museu virtuais: duas experiências brasileiras. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 76-89, nov. 2020. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/09.-Artigo-05-Rosali-e-Rafael-2020.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23. (Coleção Pensamento Crítico; 55).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Para fazer uma exposição**. Brasília, DF: IBRAM, [2018?].

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre serviço de referência e informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 9-37, jan./dez. 1990. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/18785>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf> . Acesso em: 2 jun. 2019.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA SETORIAL RODOLFO HELINSK

Data de aceite: 21/07/2021

Maria Jane Chelly Oliveira Inácio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
<http://lattes.cnpq.br/9421830403004259>

Raimunda Fernanda Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/6543436156553138>

Marjorye Isidio Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
<http://lattes.cnpq.br/7735856503208294>

Maribel Silva Monteiro Dias

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
<http://lattes.cnpq.br/9622517355692488>

RESUMO: Estuda aspectos relativos à Gestão de Serviços em Bibliotecas Universitárias. Objetiva avaliar a gestão dos serviços de informação da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk, a qual faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem como objetivos específicos: identificar missão desta unidade de informação; apresentar os serviços oferecidos pela unidade de informação; elencar sugestões de melhorias a serem implementadas na gestão de serviços nessa ambiência com vistas a satisfazer efetivamente as necessidades informacionais dos usuários.

Utiliza como metodologia pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e descritiva realizada mediante um estudo de caso na Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk através da aplicação das seguintes técnicas de coletas de dados: a observação não participante e a aplicação da entrevista com a bibliotecária gestora da unidade de informação. Ressalta que a Biblioteca analisada, assim como as demais unidades do Sistema de Bibliotecas da Instituição, possui a missão de prestar suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Menciona que a unidade de informação oferece diversos tipos de serviços, dos quais se destacam: Cadastro, Empréstimo Domiciliar (Regular, Especial e para Fotocópia), Renovação, Quitação, Comutação Bibliográfica, Orientação bibliográfica e Auxílio ao usuário, Levantamento Bibliográfico, Orientação à normalização de documentos, orientação à solicitação do ISBN, orientação à solicitação do ISSN, orientação à solicitação de Direitos Autorais, Catalogação na Fonte e orientação nos Repositórios Digitais. Elenca sugestões de melhorias a serem implementadas na gestão de serviços na Biblioteca Analisada. Conclui refletindo acerca da importância da qualidade dos serviços em Unidades de Informação.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão de Serviços de informação. Gestão de Unidades de Informação. Biblioteca Universitária.

THE MANAGEMENT OF INFORMATION SERVICES IN UNIVERSITY LIBRARIES: CASE STUDY IN THE RODOLFO HELINSK SECTOR LIBRARY

ABSTRACT: It studies aspects related to the Management of Services in University Libraries. It aims to evaluate the information services management of the Rodolfo Helinsk Sectoral Library, which is part of the Library System of the Federal University of Rio Grande do Norte. Its specific objectives are: to identify the mission of this information unit; present the services offered by the information unit; listing suggestions for improvements to be implemented in the management of services in this environment in order to effectively meet the informational needs of users. It uses as a methodology a bibliographical, documentary, exploratory and descriptive research carried out through a case study at the Rodolfo Helinsk Sectoral Library through the application of the following data collection techniques: the non-participant observation and the application of the interview with the Librarian managing the information unit . It emphasizes that the Library analyzed, as well as the other units of the Library System of the Institution, has the mission of providing informational support to the teaching, research and extension activities of the Federal University of Rio Grande do Norte. It mentions that the information unit offers several types of services, such as: Registration, Home Loan (Regular, Special and for Photocopy), Renewal, Discharge, Bibliographic Switching, Bibliographic Guidance and User Assistance, Bibliographic Survey, Standardization Orientation of documents, ISBN request orientation, ISSN request orientation, orientation to the request of Copyright, Cataloging in Source and orientation in the Digital Repositories. It lists suggestions for improvements to be implemented in service management in the Analyzed Library. Concludes reflecting on the importance of quality of services in Information Units.

KEYWORDS: Management of Information Services. Management of Information Units. University Library.

1 | INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias vêm passando por transformações que objetivam melhorar a prestação dos seus serviços para a comunidade acadêmica que dela usufrui. Conforme explica Lima (2016), essa unidade de informação tem o seu papel fundamentado no apoio ao ensino, pesquisa e extensão, seja ela de caráter privado ou de caráter público. Observa-se, nesse sentido, a importância das unidades de informação dessa natureza avaliarem e melhorarem a qualidade da gestão dos seus serviços, tendo em vista que desenvolvem produtos e serviços de informação objetivando prestar suporte informacional para o desenvolvimento de toda a sociedade.

A Biblioteca Universitária atende a uma comunidade de usuários que integra discentes, docentes e pesquisadores e para isso precisa estar estruturada para atuar como um centro referencial que integra diferentes fontes de informação para fins de contribuir com o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas em várias áreas do conhecimento. Nesse entendimento, deve atuar de maneira dinâmica e participativa na gestão das informações e dos registros do conhecimento (LIMA, 2016).

Essas unidades informacionais devem oferecer vários serviços que vão desde

orientações sobre material informacional aos serviços de caráter técnico, e principalmente educacional, desempenhando o seu papel fundamental na instituição em que está inserida.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva avaliar a gestão dos serviços de informação da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk, a qual faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), respondendo à seguinte questão: Que melhorias podem ser implementadas para tornar a gestão dos serviços de informação desta unidade mais efetiva no suprimento das necessidades informacionais dos usuários?

Para tanto, objetiva-se especificamente: identificar a missão desta unidade de informação; apresentar os serviços oferecidos pela unidade de informação; elencar sugestões de melhorias a serem implementadas na gestão de serviços nessa ambiência, com vistas a satisfazer efetivamente as necessidades informacionais dos usuários.

Portanto, acredita-se que a presente pesquisa é relevante para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma vez que apresenta contribuições teóricas bem como proposições de melhorias a serem implementadas em uma Biblioteca Universitária. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que tais propostas podem ser aplicadas em Unidades de Informação que possuem missões e realidades semelhantes às da Biblioteca analisada.

Para dar seguimento a essas considerações, a seguir são apresentados aspectos relativos aos Serviços de Informação em Bibliotecas Universitárias.

2 | SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Os serviços prestados pelas unidades de informação devem estar embasados nas necessidades informacionais dos usuários, tendo em vista satisfazê-los plenamente. Como afirma Silva e Rados (2002, p.199) “as bibliotecas devem elaborar produtos e serviços com mais qualidade para poder disponibilizar informações precisas aos seus usuários”. Se conhecermos a comunidade ao qual prestamos serviços, entenderemos como melhorá-los na medida do possível de forma a satisfazer a necessidade dos usuários. Um bom atendimento ou um serviço bem prestado viabiliza a criação de vínculos, bem como a fidelidade dos usuários com a unidade de informação.

É no ‘encontro do serviço’ que os clientes irão formar o conceito sobre a organização e a qualidade de seus serviços, o que só reafirma a importância ímpar da necessidade de prestação e avaliação dos serviços que são prestados em unidades de informação (CARZON, 2005 apud PASSOS, 2013, p.157).

Para garantir a qualidade dos serviços é necessário que os profissionais da informação mantenham-se atualizados com relação às transformações que ocorrem no ambiente ao qual a biblioteca está inserida, pois essas transformações podem interferir diretamente no comportamento do usuário que busca a unidade de informação. O planejamento dos serviços também é fundamental para que eles possam ser realizados e oferecidos com

muita organização, cumprindo os objetivos e metas que foram estabelecidos.

[...] isso sugere uma preocupação constante com o cliente e a perspectiva de direcionar ações para atendê-lo e realizar também diversos estudos sobre o estabelecimento de padrões para planejamento e avaliação de bibliotecas, indicando preocupação com a melhoria da qualidade e produtividade dos serviços e produtos de informação (CARDOSO; MOREIRA; ROSA, 2013, p. 3).

A eficiência dos serviços de informação também está relacionada à criatividade, ao desempenho e às habilidades do bibliotecário que administra a unidade de informação como um gestor. Conforme Cardoso, Moreira e Rosa (2013), somente o bibliotecário pode motivar a equipe a promover a melhoria dos serviços, criando estratégias para a obtenção de um bom desempenho e buscando os recursos necessários para garantir a sua qualidade.

A biblioteca deve estar sempre em busca de melhorias para os seus serviços, seja em atividades rotineiras (como aquisição, catalogação, empréstimo, devolução, entre outros), como também no uso de tecnologias que facilitem a execução dessas atividades. Do mesmo modo, essa unidade de informação deve capacitar os seus funcionários para a prestação dos serviços de informação e utilização dos sistemas que forem necessários para otimizar tais serviços, objetivando garantir satisfação plena dos usuários. O usuário, nesse contexto, se torna um avaliador do serviço pois, a partir do seu grau de satisfação, a unidade estará ciente dos pontos nos quais precisa investir para se promover.

A Biblioteca Universitária serve de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade pública ou privada por meio de seu acervo e dos seus serviços. Nesse entendimento, a mesma possui o caráter educativo e deve contribuir para a geração de conhecimento, através da orientação quanto à utilização correta das ferramentas disponíveis para a recuperação da informação, bem como servir como mediadora e facilitadora do acesso à informação. Sendo assim, a Biblioteca Universitária tem o importante papel de fazer com que a comunidade acadêmica cresça e se desenvolva, contribuindo assim para as melhorias de uma sociedade como um todo.

Com relação à gestão dos serviços, Silva, Schons e Rados (2006, p.1) discutem que “visualizar uma biblioteca universitária como uma organização provedora de serviços, requer a compreensão sobre uma estrutura que abrange: definição de estratégias, valores, marketing, qualidade e gestão da produção”. Em consonância de evidências, Rossi, Costa e Pinto (2014, p.112) abordam em sua pesquisa, que “os serviços de informação são entendidos como toda assistência fornecida aos usuários para suprir suas necessidades [...]”.

Diante disso, vemos a necessidade de se enfatizar o planejamento estratégico dentro da Biblioteca Universitária, criando formas de gestão onde todos os envolvidos com os serviços sejam contemplados. Para tanto, ressaltamos novamente a importância da atuação e capacitação do bibliotecário nesse processo, tendo em vista que “[...] as bibliotecas precisam de pessoas com atitudes, conhecimentos e habilidades necessárias

para tornar a estratégia uma realidade” (AMBONI, 2002, p. 5 apud ROSSI; COSTA; PINTO, 2014, p.112).

Visando dar segmento a essas considerações, a seguir será apresentada a metodologia empreendida para a execução da presente pesquisa.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fins de atingir os seus objetivos, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e descritiva realizada mediante um estudo de caso na Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk onde foi realizada a observação não participante e foi aplicada a entrevista com a Bibliotecária gestora da unidade de informação como técnicas de coletas de dados.

Nesse entendimento, quanto à obtenção de informações, este estudo possui natureza bibliográfica, uma vez que foram pesquisadas e analisadas produções científicas em formato impresso e eletrônico (artigos de periódicos, livros, anais de eventos técnico-científicos, dissertações) acerca da Gestão de Serviços de informação. Marconi e Lakatos (2003, p. 183 apud LIMA, 2016, p.28) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

No que diz respeito aos seus objetivos, o presente estudo também se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que foram explorados aspectos relativos à Gestão de Serviços em Bibliotecas Universitárias. Segundo Severino (2007, p.123) “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. De outro modo disposto, de acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinado fenômeno ou população, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis.

Ademais, nesta pesquisa foram descritas e exploradas as informações coletadas mediante as seguintes técnicas de coletas de dados: observação não participante realizada *in loco* na Biblioteca em questão; aplicação de entrevista com a Bibliotecária gestora da unidade de informação, conforme mencionado anteriormente.

Nessa concepção, foram formuladas previamente 21 perguntas no roteiro de entrevista com o objetivo de compreender a dinâmica da gestão dos serviços de informação da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk, a qual faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A escolha do instrumento de coleta de dados reflete diretamente na precisão dos dados colhidos, o que conseqüentemente reflete na qualidade do estudo desenvolvido. A partir da escolha do questionário foi possível recuperar informações precisas e evitar ambigüidades. Sendo assim, o método de coleta de dados escolhido atesta a qualidade e

precisão dos dados apresentados neste estudo.

Adicionalmente, este estudo se configura como uma pesquisa documental – uma vez que foram explorados documentos normativos do Sistema de Bibliotecas da UFRN (como o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da instituição - SISBI), bem como o seu Portal. Tais documentos serviram como base para a análise dos dados obtidos na entrevista, bem como serviram como suporte informacional para a construção e apresentação de melhorias a serem implementadas na Gestão dos Serviços da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk, a qual é integrante do Sistema de Bibliotecas da UFRN.

Nesse sentido, este estudo se configura como um estudo de caso cuja pesquisa foi realizada em uma das Bibliotecas Setoriais integrantes do SISBI/UFRN localizada na Escola Agrícola de Jundiá (BS-EAJ) pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para fins de visualização das unidades que compõem o SISBI/UFRN, a seguir são apresentadas as unidades integrantes desse sistema.



Figura 1: Unidades Integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFRN

Fonte: SISBI ([2017]).

Na continuidade, objetivando apresentar os resultados da presente pesquisa, serão elencados aspectos relativos à avaliação da Gestão dos serviços da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk. Na oportunidade, será apresentada a missão dessa unidade de informação, bem como os serviços oferecidos pela mesma. Além disso, serão elencadas

sugestões de melhorias a serem implementadas na gestão de serviços nessa ambiência com vistas a satisfazer efetivamente as necessidades informacionais dos seus usuários.

4 I AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA SETORIAL RODOLFO HELINSK

A Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk foi construída em 2008, possui área de 300 metros com um acervo de 10.035 (dez mil e trinta e cinco) títulos e 22.644 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro) exemplares. A unidade de informação possui 15 (quinze) computadores para consulta e pesquisa e funciona plenamente nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

Essa Biblioteca foi inaugurada no dia 30 de abril de 2009 como parte das comemorações do aniversário de 60 anos da Escola Agrícola de Jundiáí (EAJ), pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A biblioteca faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SISBI/UFRN) e está inserida dentro da escola Agrícola de Jundiáí, que consiste em uma unidade (também pertencente à UFRN) que tem sua especialidade voltada para as Ciências Agrárias.

A partir da pesquisa realizada nesta unidade de informação foi possível verificar que a mesma possui a mesma missão das demais unidades que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma vez que consiste em prestar suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Em se tratando do processo administrativo da unidade de informação foi percebido, a partir das informações obtidas, que não há uma divisão de tarefas entre a bibliotecária e os/as bolsistas que auxiliam no funcionamento da biblioteca. Entretanto, há um planejamento realizado anualmente pela unidade de informação e que, após ser desenvolvido, é enviado para fins de avaliação e aprovação pela Direção da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM).

Já citamos como funciona a hierarquia da biblioteca da unidade setorial em relação à Biblioteca Central, que ocorre com uma nítida subordinação à Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN (BCZM).

No que concerne aos serviços oferecidos pela Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk, verificou-se que são os mesmos serviços oferecidos pela Unidade Central – os quais estão ligados diretamente à promoção, disseminação, uso das informações e são direcionados exclusivamente à comunidade acadêmica da UFRN.

Nessa perspectiva, a unidade de informação oferece diversos tipos de serviços, dos quais se destacam: Cadastro, Empréstimo Domiciliar (Regular, Especial e para Fotocópia), Renovação, Quitação, Comutação Bibliográfica, Orientação bibliográfica e Auxílio ao usuário, Levantamento Bibliográfico, Orientação à normalização de documentos, orientação à solicitação do ISBN, orientação à solicitação do ISSN, orientação à solicitação de Direitos Autorais, Catalogação na Fonte e orientação nos Repositórios Digitais.

A seguir, são apresentados (de maneira detalhada) os serviços oferecidos pela Biblioteca analisada, cujas informações foram extraídas do Portal do Sistema de Bibliotecas da UFRN¹:

- **Cadastro para utilização dos serviços no SISBI/UFRN:** acontece mediante a subscrição eletrônica do usuário no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no Menu Discente ou Módulo do Servidor → Biblioteca → Cadastrar para Utilizar os Serviços da Biblioteca, devendo o interessado criar uma senha numérica com no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) dígitos. A partir disso, o usuário já está apto a fazer uso dos serviços informatizados do SISBI no SIGAA e realizar os procedimentos de empréstimo, renovação e devolução. Ao fazer uso dos serviços de empréstimos e renovações na Biblioteca, o usuário deverá apresentar um documento com foto, exceto se for apenas devolução do material.
- **Empréstimo Domiciliar:** serviço destinado, exclusivamente, aos usuários da comunidade universitária e serve de suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da comunidade universitária. É concedido para as obras integrantes das coleções com status regular (Livro, CD-ROM, DVD entre outros) e poderá ser realizado até 15 minutos antes do horário de encerramento de cada Biblioteca.
- **Empréstimo Especial:** estão contempladas nessa categoria as obras com status regular e especial, não sendo permitido o empréstimo de obras que apresentem características de raridade e preciosidade (status “não circula”), bem como de outras que por suas condições físicas não resistem ao manuseio específico para a fotocópia. As obras com status especial poderão ser emprestadas na sexta-feira ou nos sábados duas horas antes do encerramento do Balcão de Atendimento, devendo ser devolvidas, impreterivelmente, na segunda-feira até às 12h.
- **Empréstimo para Fotocópia:** é facultado, diariamente, apenas para os usuários com vínculo institucional com a UFRN, pelo prazo de até 3 horas, desde que estejam com situação regular nas bibliotecas;
- **Empréstimo entre Bibliotecas:** permite à comunidade acadêmica a solicitação de livros dos acervos circulantes pertencentes às unidades do SISBI que funcionam em outro município e é efetivado por meio do Módulo Biblioteca do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- **Renovação:** permite que as obras retiradas por empréstimo domiciliar sejam renovadas uma única vez, pelo mesmo prazo. Essa renovação pode ser de maneira presencial, até 15 minutos antes do encerramento do horário da BCZM, pela Internet ou pela Biblioteca Mobile, até às 23h59min. do dia estipulado para devolução do material;
- **Devolução:** essa ação poderá ser efetivada pelo próprio usuário ou por tercei-

¹ SISBI. [2017]. Disponível em: <http://www.sisbi.ufrn.br/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ros, até 15 minutos antes do horário de encerramento do expediente da Biblioteca;

- **Cobrança:** os usuários em débito receberão aviso de cobrança, por e-mail, um dia após o vencimento do prazo de devolução do material e, ainda semanalmente, até ser efetivada a devolução;
- **Quitação:** a declaração de quitação é um dos documentos obrigatórios para fins de trancamento de programa, colação de grau e obtenção de diploma de conclusão de curso, sendo concedida somente para o usuário que não possuir empréstimos em aberto em todas as bibliotecas do SISBI/UFRN. Esse documento pode ser retirado através do SIGAA, no menu discente, Aba Biblioteca "Verificar minha Situação / Emitir Documento de Quitação. Após a emissão desse documento, o usuário fica impossibilitado de fazer solicitação de qualquer serviço via SIGAA;
- **Comutação Bibliográfica:** possibilita o fornecimento de cópias de artigos publicados em periódicos técnico-científicos, capítulos de livros, teses, dissertações e anais de congressos existentes em outras bibliotecas de todo o país ou do exterior. O usuário poderá solicitar esse serviço por intermédio da BCZM, através do Programa de Comutação Bibliográfica do IBICT ou pelo Sistema BIREME;
- **Orientação bibliográfica e auxílio ao usuário:** possibilita orientação à comunidade acadêmica quanto ao acesso e uso dos recursos informacionais disponíveis nas unidades, nos formatos impresso e online, bem como no uso dos catálogos.
- **Levantamento bibliográfico:** consiste no arrolamento de fontes de informação nos diversos formatos e suportes, disponíveis no acervo das bibliotecas do SISBI e em bibliotecas nacionais e estrangeiras, tendo por objetivo auxiliar os usuários em suas pesquisas.
- **Orientação às Solicitações de ISBN, ISSN e Direitos Autorais:** o usuário pode procurar a unidade de informação e se informar como proceder na solicitação desses serviços, que são respectivamente oferecidos pela Agência Brasileira do ISBN (*International Standard Book Number*) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); Centro Brasileiro do ISSN (*International Standard Serial Number*) do IBICT e Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional. Os sites disponibilizam todas as informações e formulários para a solicitação dos serviços, bem como as formas de pagamento, no entanto, a Biblioteca está disponível para fazer a orientação de como proceder nos processos.
- **Catálogo na Fonte:** serviço destinado exclusivamente à comunidade universitária e proporciona o tratamento descritivo e temático da produção técnico-científica e intelectual da UFRN, de acordo com o Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação Black e Vocabulários Controlados. A Catalogação das produções acadêmicas

(solicitadas via SIGAA) é realizada pelo Setor de Informação e Referência e as dos livros publicados pela UFRN pelo Setor de Catalogação e Classificação da BCZM. O seu atendimento dar-se-á no prazo mínimo de 48 horas úteis, dependendo da demanda e conforme ordem de chegada das solicitações.

- **Serviço de informação digital e orientação de busca nos Repositórios Digitais:** orientação para a utilização dos seguintes repositórios que objetivam preservar, armazenar e divulgar a produção técnico-científica e intelectual da Universidade: Biblioteca Digital de Monografias da UFRN (BDM), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN (BDTD), Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN, Repositório Institucional da UFRN (RI) e Repositório de Informação Acessível da UFRN (RIA).
- **Doação agendada:** a Biblioteca está disponível para o recebimento de doações de material informacional e reconhece a importância desses materiais para o desenvolvimento do seu acervo; assim disponibiliza em seu site, no link Doações Agendadas, o agendamento para a entrega do material informacional doado.
- **Serviço de Alerta de Novas Aquisições:** serviço personalizado que informa e atualiza o usuário da comunidade acadêmica da UFRN (através do e-mail) quando um novo documento de seu interesse fica disponível nas unidades do Sistema de Bibliotecas (SISBI). O usuário recebe através do seu e-mail avisos personalizados, sempre de acordo com a área de interesse ou/e ator previamente cadastrados pelo usuário no SIGAA.
- **Agendamento de Orientação à Normalização:** é realizado exclusivamente por um bibliotecário que direciona o usuário quanto à aplicação das normas técnicas adotadas para a padronização de trabalhos acadêmicos ou obras a serem publicadas pela Editora da UFRN (EDUFRN), sempre em conformidade com as normas brasileiras e internacionais vigentes, regulamentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e *International Organization for Standardization* (ISO), respectivamente. É agendado via SIGAA, de acordo com a ordem de chegada das solicitações e nos prazos estabelecidos pela Biblioteca.
- **Agendamento de Orientação à Pesquisa:** o usuário agenda horário, de maneira individual ou coletiva, para orientações quanto ao acesso e uso dos recursos informacionais disponíveis para pesquisa. É agendado, via SIGAA, mediante a solicitação de um grupo mínimo de 05 (cinco) pessoas da comunidade universitária, por meio de agendamento prévio de no mínimo 05 (cinco) dias.
- **Agendamento de Treinamento no Portal de Periódicos CAPES:** oferece orientação quanto à utilização das ferramentas e bases de dados disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Esse serviço é agendado, via SIGAA, mediante a solicitação de um grupo mínimo de 05 (cinco) pessoas da comunidade universitária, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.
- **Agendamento de Visita Programada:** é um serviço oferecido à comunidade,

por meio de uma exposição virtual e/ou presencial, apresentando aos usuários uma visão global da estrutura organizacional da Biblioteca, divulgando seus produtos e serviços de informação. Deve ser agendada, com antecedência mínima de 24 horas, por telefone ou através do SIGAA.

- **Consulta Local:** a unidade de informação destina um exemplar de cada título para a consulta somente dentro da Biblioteca, são os materiais que ficam no status Especial e são identificados com uma tarja amarela na parte superior do dorso.

No que concerne à seleção e aquisição de materiais informacionais, tal atividade é realizada em conjunto com a Biblioteca Central Zila Mamede com base na política de formação e desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este documento se configura como o conjunto de normas que orientam e padronizam as atividades de seleção, aquisição, avaliação, desbaste e descarte dos materiais informacionais que constituem os seus acervos, tendo como objetivos:

- Estabelecer critérios para a seleção e aquisição de material informacional;
- Orientar o processo de seleção qualitativa e quantitativa, considerando as especificidades de cada unidade do SISBI/UFRN;
- Otimizar os procedimentos técnico administrativos relacionadas à formação e desenvolvimento de coleções;
- Oferecer suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade;
- Manter os acervos atualizados;
- Permitir o crescimento racional, equilibrado e contínuo dos acervos;
- Aplicar de forma racional os recursos financeiros;
- Traçar diretrizes para o intercâmbio, avaliação, desbaste e descarte das coleções;
- Manter a qualidade dos produtos e serviços oferecidos nas bibliotecas do SISBI/UFRN².

No que diz respeito às estratégias de promoção e comunicação dos serviços da unidade de informação, a Bibliotecária entrevistada mencionou que a unidade de informação não possui redes sociais para estabelecer a comunicação com os seus usuários. Sendo assim, quando os novos materiais informacionais chegam na unidade, a gestora elabora uma lista e envia para o e-mail do diretor da instituição para que possa ser publicado no site institucional. Além disso, é realizada a impressão desse arquivo e a fixação nas paredes dos setores da escola.

² Informações extraídas da política de formação e desenvolvimento de coleções do SISBI/UFRN. Disponível em: http://www.sisbi.ufrn.br/pagina.php?a=institucional#.We_efWL7blU. Acesso em: 24 out. 2016.

Em relação aos incentivos dos colaboradores para atrair novos usuários para a unidade de informação, a entrevistada ressaltou que elabora algumas estratégias para tal ação, entretanto evidenciou a existência de problemas com a equipe – principalmente no que diz respeito à execução dessa atividade. Ademais, verificou-se a inexistência de realização de estudos de usuários, o que pode comprometer a qualidade dos seus produtos e serviços – embora sejam realizados para educação dos usuários no início de cada semestre letivo explicando como funcionam os serviços que essa unidade de informação oferece à comunidade acadêmica.

4.1 Sugestão de melhorias

Em primeira instância sugerimos a realização de um estudo de usuário, para que a gestora da unidade de informação possa traçar o perfil e as necessidades de informação do seu público alvo. A importância do estudo do usuário não pode ser desconsiderada, pois como enfatiza Choo (2003), esses estudos contribuem significativamente para que possamos entender como as pessoas buscam a informação. E somente depois de entender o público, as estratégias para atrair usuário e a adequação de serviços podem ser efetivamente aplicadas, com a previsão de um retorno.

Este estudo revelou também a necessidade de criação de novos serviços especializados por parte da Gestão da Unidade de Informação analisada, além daqueles serviços já oferecidos pelo SISBI/UFRN. Tais serviços devem ser criados no intuito de prestar suporte informacional especializado e atender efetivamente às necessidades informacionais de usuários específicos – ou seja – discentes, docentes e pesquisadores das Ciências Agrárias (contexto em que a unidade de informação está inserida). Pois como destaca Pintro, Inomata e Rados (2014), atualmente em bibliotecas universitárias tem sido crescente a capacitação de usuários, tendo em vista que eles devem estar habilitados para a busca e seleção da informação, sendo um processo de educação permanente.

Outrossim, observou-se a necessidade de a unidade possuir seu próprio manual de serviços descrevendo as metodologias de execução de cada um deles e os seus respectivos objetivos. A unidade setorial tem o seu contexto diferente da biblioteca central por ser uma Biblioteca especializada em ciências agrárias. Esse manual deve ser desenvolvido para oficializar os procedimentos desenvolvidos especificamente nessa biblioteca, evidenciando as atividades que precisam ser desenvolvidas para prestar suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica da área de Ciências Agrárias. Em consonância de evidências, verificou-se a necessidade do estabelecimento de uma política de serviços oferecidos pela unidade com vistas a melhorar a qualidade da gestão dos serviços de informação da Biblioteca em questão.

Ademais, observou-se a necessidade de criação de uma página da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk nas redes sociais objetivando criar estratégias de promoção e comunicação dos seus serviços, além de tornar a unidade de informação mais próxima

do seu público alvo - o qual é constituído em sua maior parte por alunos que cursam ensino médio integrado. Tal estratégia tem o intuito de incentivar os usuários a utilizarem os serviços da unidade de informação, o que pode também implicar na atração de novos usuários.

As estratégias de promoção e comunicação de serviços das unidades de informação em mídias sociais se configura como uma das ferramentas do marketing. Para tanto, é enfatizada a importância do Bibliotecário gestor aplicar as estratégias do Marketing nesse cenário:

O bibliotecário brasileiro e em especial o bibliotecário/gerente de biblioteca precisa conhecer melhor as técnicas de marketing para aplicá-las de modo satisfatório. Esta aplicação também implica em mudança e precisa ser planejada. O bom planejamento poderá impedir que aconteçam problemas relativos à falta de reconhecimento da necessidade da aplicação dessas técnicas (AMARAL, 2007, p.315).

Nesse segmento, ainda é pertinente falar sobre o planejamento de marketing. Amaral (2011) explica que a utilização do marketing é vista como uma vantagem para o fornecimento dos produtos e serviços de informação e ainda para a personalização desses serviços, tendo em vista que esse é um fator cada vez mais exigido pelos usuários.

“O planejamento não é um acontecimento, mas um processo contínuo, permanente e dinâmico, que fixa objetivos, define linhas de ação, detalha as etapas para atingi-los e prevê os recursos necessários à consecução desses objetivos” (ALMEIDA, 2000, p.2 apud SPUDEIT; FÜHR, 2011, p.42). Nesse segmento, no âmbito da Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk verifica-se a necessidade do estabelecimento de uma autonomia por parte da gestão para que ela não venha a desempenhar serviços e tarefas que sejam totalmente dependentes da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Apesar de aparentemente a administração da unidade atuar através de uma gestão cooperativa, deve-se haver a afirmação da autoridade por parte da gestora dessa unidade de informação para que os seus colaboradores possam cumprir (juntamente com ela) os objetivos organizacionais da unidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os dados mencionados anteriormente foi possível identificar que a unidade de informação, em se tratando de dinamismo e política de incentivo ao usuário, encontra-se estagnada. E o motivo identificado como o propiciador dessa estagnação é o fato de que a Biblioteca Setorial Rodolfo Helinsk é subordinada à Biblioteca Central Zila Mamede e por isso a mesma só pode realizar algumas atividades se a biblioteca central sugerir. De certo modo a subordinação à biblioteca central Zila Mamede tem imperado de tal forma que tem prejudicado o dinamismo dos serviços a serem oferecidos pela unidade de informação analisada.

Para que os serviços de informação apresentem boa qualidade e eficácia é necessário, primeiramente, um bom estudo acerca da comunidade de usuários e do ambiente em que a unidade de informação se encontra. Feito isso, é fundamental um planejamento estratégico que seja participativo e que proponha ações que estejam de acordo com o que os usuários desejam - tendo em vista que eles se constituem como a figura principal dos serviços de informação. Para eles é que os serviços são pensados e são eles que avaliam a qualidade dos serviços.

Por fim, destacamos que mesmo a Biblioteca analisada esteja subordinada a uma Biblioteca Central (fato recorrente em bibliotecas universitárias), ela não precisará deixar de atender às regras do sistema se pensar em estratégias ou uma política própria da unidade, pois embora o sistema seja integrado, cada parte dele tem suas especificidades e isso deve ser levado em conta na gestão de uma unidade informacional. Pensar estrategicamente e criativamente evita que os serviços se tornem engessados e os tornam mais atrativos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angélica do. **Marketing na Ciência da informação**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

AMARAL, Sueli Angélica do. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40, n.1, abr. 2011, p. 85-98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2017.

CARDOSO, Maria de Lourdes; MOREIRA, Paulo Roberto Borghi. ROSA, Bruno Giordano. Gestão da qualidade em serviços de informação. *In*: Congresso brasileiro de Biblioteconomia, documento e Ciência da informação. 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2013. p.1-20.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Tania Maria da Silva. **Serviço de informação e referência**: um estudo de caso dos usuários da BCZM/UFRN. 2016. 49 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PASSOS, Ketry Gorete Farias dos *et al.* Avaliação da qualidade dos serviços em unidades de informação: proposição de uma metodologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v.18, n. 3, p. 154-174, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/10236/pdf_9. Acesso em: 26 nov. 2011.

PINTRO, Sirlene; INOMATA, Danielly Oliveira; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Serviço de Referência de Bibliotecas universitárias: tradicional e educativo. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.7, n.2, jul/dez 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119530>. Acesso em: 05 maio 2021.

ROSSI, Tatiana; COSTA, Marília Damiani; PINTO, Adilson Luiz. Competências requeridas aos bibliotecários na prestação de serviços de informação em Bibliotecas Universitárias. **Revista ACB**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 111-123, mar. 2014. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/941>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SCHONS, Cláudio Henrique; RADOS, Gregório Jean Varvakis. A gestão de serviços em Bibliotecas Universitárias: proposta de modelo. **Inf. Inf.**, Londrina, v.11, n.2, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1691>. Acesso em: 19 out. 2017.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Gestão de serviços em bibliotecas: melhoria com foco no cliente. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n.1, 2002. Disponível em; <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/370/442>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SISBI. Estrutura Organizacional. [2017]. Disponível em: http://www.sisbi.ufrn.br/pagina.php?a=est_organizacional#.YJAXDbVKjIV. Acesso em: 03 maio 2021.

SPUDEIT, Daniela F. A. O. ; FÜHR, Fabiane. Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na biblioteca do SENAC Florianópolis. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3062>. Acesso em: 19 out. 2017.

CAPÍTULO 18

PERFIL DOS SEGUIDORES DAS REDES SOCIAIS DO ‘PROJETO SABERES, SABORES E PRÁTICAS GASTRONÔMICAS DA CULINÁRIA BRASILEIRA’: UMA ANÁLISE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 05/05/2021

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/9655019401028084>

Pedro Ricardo Viviani da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Nutrição Josué de Castro. Discente
do Curso de Graduação em Gastronomia.
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/2224827281556239>

Gabrielle Padilha Bochi

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Nutrição Josué de Castro. Discente
do Curso de Graduação em Gastronomia.
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/7126653951035728>

Thaina Schwan Karls

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Professora do Curso de Graduação em
Gastronomia (INJC) e do Programa de Pós-
Graduação em História Comparada (PPGHC).
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/2956076429894708>

Camila Pinheiro Coura

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Nutrição Josué de Castro.
Professora do Curso de Graduação em
Gastronomia.
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/4976368986371869>

Mara Lima de Cnop

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Nutrição Josué de Castro.
Professora do Curso de Graduação em
Gastronomia.

RESUMO: A diversidade cultural presente na cozinha brasileira é resultado da influência de diversos grupos sociais responsáveis pela formação do nosso povo. Com isso, o projeto “Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da Culinária Brasileira” visa ser fomentador da cozinha nacional, a partir de saberes histórico-sociais de nossa cultura. Nesse sentido, durante a pandemia da COVID-19, o projeto tem atuado por meio das redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Visando divulgar os conteúdos para todo o público em meio virtual, os discentes do projeto elaboraram material didático com embasamento histórico-científico como: filmagens de receitas, criação de temáticas a serem trabalhadas e imagens para *posts*, além de monitorar constantemente as redes sociais. Com isso, o objetivo do trabalho consiste em analisar o perfil dos seguidores das redes sociais, antes e durante a pandemia da COVID-19. Para isso, utilizou-se as ferramentas métricas do *Facebook* com dados de outubro de 2019 a março de 2021, e do *Instagram* de maio de 2019 a março de 2021. A página do projeto no *Facebook* teve um crescimento em torno de 177% no número de seguidores durante o período avaliado. Em relação ao perfil dos seguidores, observou-se que em ambos os períodos o acesso foi majoritariamente feminino (73% em 2019 e 75% em 2021). Sobre o alcance total, observou-se crescimento de 110%, passando de 487 para 1020 pessoas. A página do *Instagram* contou

com 516 novos seguidores no período analisado, o que corresponde a um aumento de 464%. O perfil dos seguidores dessa rede também se manteve, contando com o público feminino como maioria (69% em 2019 e 75% em 2021). Com isso, pode-se destacar o acréscimo de adesões às contas das redes sociais do projeto no período pré e durante a pandemia da COVID-19, mantendo o perfil dos seguidores.

PALAVRAS - CHAVE: Mídias Sociais. Gastronomia. Culinária Brasileira. Extensão. Pandemia.

ABSTRACT: The cultural diversity present in the Brazilian cuisine is the result of the influence of several social groups responsible for the formation of our people. The project 'Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da Culinária Brasileira' aims to promote the national Cuisine, from the historical-social knowledge of our culture. During the COVID-19 pandemic, the project has acted through social medias Facebook and Instagram. Aiming to disseminate the contents to the public in a virtual environment, the students of the project elaborate educational material with historical-scientific basis such as: footage of recipes, creation of themes to be worked and images for posts, in addition to constantly monitoring our websites. The objective of this work is to analyze the profile of followers of social networks, before and during the COVID-19 pandemic. For this, we used the Facebook metrics tools with data from October 2019 to March 2021, and Instagram from May 2019 to March 2021. The project's Facebook page had an increase of around 177% in the number of followers during the period evaluated. Regarding the profile of followers, it was observed that in both periods assessed access was mostly female (73% in 2019 and 75% in 2021). On the total reach, there was a growth of 110%, going from 487 to 1020 people. The Instagram page had 516 new followers in the analyzed period, which corresponds to an increase of 464%. The profile of the followers of this network also remained, counting the female public as the majority (69% in 2019 and 75% in 2021). With this, we can highlight the increase in subscriptions to the social media accounts of the project in the period before and during the COVID-19 pandemic, maintaining the profile of followers.

KEYWORDS: Social media. Gastronomy. Brazilian culinary. Extension. Pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações digitais e tecnológicas realizadas na sociedade, provocam em cada indivíduo a exposição diária de todo tipo de informação, tornando cada vez mais difícil transformá-la em um conhecimento válido. O mundo virtual permitiu a interconexão entre diversas áreas e culturas diferentes, mas também acarretou em perda dos saberes e tradições particulares de cada grupo. Dessa forma, se faz necessário o resgate à essas identidades culturais e ao conhecimento que é pouco valorizado, ainda que seja fundamental para entendermos a nossa própria construção social.

Com esse entendimento, o projeto de extensão "Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da Culinária Brasileira" (SSPGCB), pertencente ao Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciou suas atividades no segundo semestre de 2018. Surgiu com o objetivo de valorizar a pesquisa e a divulgação dos aspectos históricos, sociais e culturais que abrangem a gastronomia

nacional. Dessa forma, o SSPGCB busca fomentar estratégias que ampliem a troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade, valorizando saberes sobre ingredientes, pratos típicos, identidade e a história do Brasil, e também sabores sobre sua própria cultura, por meio do incentivo da prática culinária e do consumo sustentável.

O grupo é composto por docentes e discentes do curso de Bacharelado em Gastronomia e também alunos de diferentes cursos da UFRJ, como Nutrição e Fisioterapia. As atividades do projeto propõem aos envolvidos a associação entre ensino-pesquisa-extensão e a interdisciplinaridade entre Gastronomia, Alimentação e História. Os diálogos e trocas com a comunidade aconteciam de forma presencial, até o final de 2019, por meio de oficinas interativas, realizadas em uma escola parceira com alunos do Ensino Fundamental. E também ocorria de forma virtual, desde 2018, desenvolvida principalmente, através de publicações nas diversas redes sociais do projeto, como a página no *Facebook* e no *Instagram*, o *blog* e o canal no *Youtube*, esses dois últimos criados durante a pandemia da Covid-19.

Com o isolamento social, decorrente das medidas de segurança ao Coronavírus no início de 2020, adaptações tiveram que ser feitas na interação da extensão, e com isso, buscou-se novas estratégias nas redes sociais para alcançar um maior número de pessoas. Como exemplo, houve a realização de *lives*¹ com profissionais da área de cada tema abordado, desenvolvendo contato mais direto e imediato com os internautas, e também publicações sobre o passo a passo de higienização e manutenção correta dos insumos, devido a maior necessidade de cozinhar em casa e do cuidado com a prevenção da COVID-19.

Através das trocas e diálogos realizados entre a academia e a sociedade, seja de forma virtual ou presencial, acredita-se que o SSPGCB gera um impacto no seu meio, pois tudo aquilo que envolve a alimentação, envolve também um ato social, cultural e até mesmo político, afinal, a alimentação regular é um direito de todos, e principalmente, conhecer aquilo que se come. Assim, por meio deste trabalho, analisamos o alcance do projeto nas mídias e o perfil dos seguidores das redes sociais, antes e durante a pandemia da COVID-19.

2 | PÓS-MODERNISMO E O RESGATE À CULTURA LOCAL

Com o início da sociedade pós-moderna, o mundo encontrou-se cada vez mais imerso na Era da Informação, com seus códigos e algoritmos influenciando as relações humanas e seus interesses. Um dos processos que intensificou esse cenário foi a globalização, junto com o advento da *internet*, que facilitou a interconexão de diversas áreas e também o afastamento de histórias e tradições específicas (SERGL; CUNHA,

¹ A definição de *lives* utilizada neste trabalho é a do contexto digital, uma transmissão ao vivo realizada nas redes sociais, para todo mundo ao mesmo tempo, em que acontece uma troca mais pessoal e “intimista” e estimula a interação entre os interlocutores (ARAGÃO, 2020)

2020). A discussão dos benefícios e malefícios dessas transformações não são o foco deste trabalho, mas é inevitável entendermos o contexto da sociedade atual, em que a comunicação e o intercâmbio de informação se faz presente, principalmente, nas redes sociais.

A definição do pós-modernismo não pode ser pensado de uma forma definitiva, mas como “uma corrente em ebulição”(FRANCELIN, 2004, p. 102), que domina o cotidiano com a tecnologia aplicada à informação e à comunicação. De acordo com Santos (2001, p. 9), o fantasma pós moderno

[...] invadiu o cotidiano com a tecnologia eletrônica de massa e individual, visando à sua saturação com informações, diversões e serviços. Na Era da Informática, que é o tratamento computadorizado do conhecimento e da informação, lidamos mais com signos do que com coisas. O motor a explosão detonou a revolução moderna há um século; o chip, microprocessador com o tamanho de um confete, está causando o rebu pós-moderno, com a tecnologia programando cada vez mais o dia-a-dia.

Nesse contexto, o indivíduo encontra-se exposto a uma quantidade ilimitada de informações, e de lugares distintos, o que torna até mesmo confuso e difícil filtrar aquilo que é realmente válido saber ou considerado certo e errado, fazendo com que o ser humano corra o risco de ser transformado em um repositório de informações “inúteis” que não geram conhecimento (FRANCELIN, 2004). Assim, o verdadeiro desafio não está em como apresentar melhor os dados de uma forma solta, mas, como transformá-lo em um conhecimento válido. Essa é uma preocupação a que estamos frequentemente entregues, tanto como produtores quanto consumidores desses saberes.

Outra dificuldade, devido a esse fácil acesso às informações e ao pluralismo cultural acarretado pela globalização, é a possível perda de nossa própria identidade. Como afirma Hall (2006, p. 73),

[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante [...]

É esse fenômeno que o autor chama de ‘*pós-moderno global*’. Junto com essa problemática, acompanha-se o entendimento de que a *internet* é socialmente produzida e também gera interesses da sociedade. Isso pode ser chamado de cultura digital, como afirma Castells (2003, p. 34), “os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente. A internet não é exceção. A cultura dos produtores da internet moldou o meio”.

É nesse cenário atual que se faz necessário o compartilhamento do conhecimento sobre as identidades culturais no ambiente virtual, usando dos benefícios do pós-modernismo para instigar o interesse das pessoas na valorização da cultura local, história e ancestralidade. É nesse papel ainda, que a gastronomia e tudo o que envolve essa área de

estudo se destaca. O resgate às origens e à identidade local pode ser feito principalmente através da história da alimentação, que está diretamente relacionada à construção de um determinado grupo. A comida não é essencial para o ser humano apenas em sua função fisiológica, mas também é fundamental no plano simbólico em que é carregada de significados, cultura e memória. Esses aspectos permeiam as relações humanas e são transpassadas como tradição (SANTOS, 2011).

Com esse entendimento, o projeto de extensão “Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da Culinária Brasileira” percebe a necessidade de valorizar a pesquisa e a divulgação dos aspectos históricos, sociais e culturais que abrangem a gastronomia brasileira. E também, nesse panorama de uma sociedade pós-moderna, podemos entender na prática a importância da extensão virtual que acarreta essas trocas de saberes na *internet*, aproxima um público variado aos estudos realizados pela universidade e proporciona a criação de espaços de convergência que estimulam a integração entre as diversas áreas do conhecimento.

Tal contexto se tornou ainda mais propício devido a pandemia da Covid-19, no qual o acesso à internet e às redes sociais aumentaram de forma significativa e o projeto teve de se adaptar a uma extensão completamente virtual, fazendo com que as informações passadas se transformassem em um conhecimento válido para a situação atual e o diálogo permanesse.

3 | COMUNICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

A comunicação é fundamental para o ser humano como um ser relacional, através dela é possível partilhar informações, aumentar a colaboração entre as pessoas e diminuir dúvidas e questionamentos. De acordo com Pereira e Fonseca (1997 *apud* ANGELONI, 2010, p. 31) a palavra comunicar vem do latim *communicare* que significa “tornar comum”, o que é importantíssimo para a busca de uma maior democratização do saber, tornando o conhecimento comum para todos.

Através do seu aperfeiçoamento, a comunicação é capaz de modificar o comportamento dos indivíduos e há uma aceleração desse processo nas redes sociais. O surgimento dessas plataformas possibilitou a troca de informações de uma forma mais rápida e interativa, transmitindo-a com maior facilidade, e assim originando novos canais. Para Recuero (2009, p. 16), “essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador”.

Atualmente, as redes sociais contam com bilhões de usuários ativos mensalmente e durante o isolamento social acarretado pela pandemia, seu número só cresceu (NUNES; BATAGHIN; COSTA, 2020). Para realizar a análise do perfil de seguidores delimitaremos os dados para as redes sociais do *Instagram* e *Facebook*. De acordo com o levantamento

efetuado em janeiro de 2021 pelo site de análises, *Statista* (2021), o *Facebook* é a rede social mais popular ao redor do mundo, com um total de 2,7 bilhões de usuários ativos de diferentes nacionalidades. Segundo esse mesmo site, o *Instagram* está em expansão, e com o número de usuários ativos é considerada a 5ª rede social mais usada mundialmente. Essa plataforma é muito conhecida no Brasil, no ano de 2019 chegou a 70 milhões de perfis brasileiros em sua conta. Em janeiro de 2021 esses dados foram atualizados para 83 milhões de usuários, colocando o país na 3ª posição mundial com maior número de perfis (STATISTA, 2021).

O *Instagram* é um aplicativo muito dinâmico que permite aos seus usuários compartilharem fotos, vídeos curtos ou longos, realizarem *lives*, entre muitas outras possibilidades, facilitando a interação entre as pessoas. No *Facebook* é possível participar de diferentes tipos de grupos, publicar conteúdos com uma quantidade maior de informações e legendas e compartilhar publicações de diferentes páginas, acarretando em um alcance maior a cada engajamento.

Atualmente podemos perceber que essas redes não se limitam apenas às relações entre indivíduos de um núcleo próximo que compartilham seus afazeres do cotidiano, vão muito além de plataformas de entretenimento. Elas também abrangem o ambiente profissional, de pesquisas ou do compartilhamento de diferentes tipos de conteúdos que se tornam úteis à vida de cada indivíduo. Nelas acontecem também a divulgação de receitas, a busca por preparações culinárias e também o conhecimento sobre o que envolve o campo da alimentação.

No ambiente dessas redes sociais, o projeto SSPGCB, desde seu início em 2018 no *Facebook* e 2019 no *Instagram*, buscou valorizar os saberes da cultura brasileira por meio das postagens sobre os diversos tipos de ingredientes e pratos típicos do nosso país, considerando a identidade local e a história da alimentação no Brasil. Além disso, encontrou uma oportunidade de compartilhar receitas com público mais variado, obtendo maior alcance e dessa forma incentivando a prática culinária, que segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira é uma diretriz essencial na promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2014).

A importância dessa prática se tornou mais evidente em tempos de isolamento, com a busca de maior segurança alimentar. Assim, também foi possível estimular a volta do prazer de cozinhar em casa e instigar a comensalidade, um elemento fundamental no contexto alimentar, trazendo novidade ao cotidiano e conforto em tempos de distanciamento. Dessa forma, através da extensão virtual nas redes sociais, surgiram novas estratégias e temas para serem abordados no contexto da pandemia.

4 | EXTENSÃO VIRTUAL DO SSPGCB

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) classificou como pandemia a doença

causada pelo vírus *SARS-Cov-2* em março de 2020, desde então todas as atividades presenciais não essenciais foram suspensas pela Universidade. Com isso, as oficinas interativas e visitas a uma escola da região da Ilha do Governador – RJ, onde o projeto SSPGCB atuava, foram desativadas até a normalização dos serviços.

A paralisação das atividades presenciais fizeram com que o projeto atuasse mais no meio virtual. Os aplicativos *Instagram* e *Facebook* utilizados como alternativas de conexão entre o público e os pesquisadores, são algumas formas que a equipe do projeto usa para a divulgação de toda a pesquisa realizada pelo corpo discente. Durante o período selecionado para análise do perfil dos seguidores nos aplicativos, os extensionistas tiveram que se adaptar para continuar levando ao público virtual os resultados e informações das pesquisas.

A principal diferença das ações do projeto no meio virtual durante a pandemia foram as realizações de *lives*, em seu perfil do *Instagram*, com entrevistas e divulgação de pesquisadores e profissionais da gastronomia brasileira. Além disso, publicações com temáticas relacionadas à culinária nacional continuaram a ser produzidas e publicadas nas páginas do projeto. As postagens e pesquisas realizadas pelos extensionistas também são base para a produção de artigos e textos acadêmicos para participação em congressos realizados pela UFRJ e externos, de forma virtual desde março de 2020. Todas as publicações feitas no *Instagram*, com exceção das *lives*, também são realizadas no *Facebook* seguindo o mesmo cronograma e conteúdo das postagens.

As *lives* tiveram os seguintes temas e entrevistados: “Doçaria brasileira”, com Gabriella Dittz; “Viagem gastronômica pelo Brasil”, com Leticia Massula; “Cozinha brasileira e Afro brasilidade”, com Lourence Alves; e “Representatividade feminina nas cozinhas da América Latina”, com Daniela Minuzzo.

A chef confeitaria Gabriella Dittz é bacharela em Gastronomia pela UFRJ e Técnica em Nível médio na área de Turismo e Hospitalidade com Habilitação em Hotelaria pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Teve diversas experiências profissionais com confeitaria até fundar o “Brada – Doçaria Brasileira” em 2015. Empresa na qual é chef e gestora, fornecendo doces para diversos tipos e tamanhos de eventos. A *live* foi realizada no dia 30 de junho de 2020 e teve como tema principal a confeitaria brasileira e a experiência gastronômica da convidada. Por problemas técnicos não foi possível deixar a entrevista gravada.

No dia 28 de julho de 2020, participou a cozinheira e pesquisadora da culinária brasileira Leticia Massula. Advogada por formação, mas o interesse pela gastronomia a levou a buscar aperfeiçoamento profissional pela Escola Wilma Kövesi de Cozinha e se especializou em Food Stylist e carnes. Apresentadora dos programas disponibilizados no canal *Prime video* “Receita Brasil” e “Prato do dia”, além de estreitar a primeira produção nacional sobre gastronomia brasileira na British Broadcasting Corporation HD (BBC HD) e comandar o blog “A cozinha de Matilde”. Os pontos principais da entrevista foram a

culinária brasileira e a carreira da convidada.

A terceira *live* contou com Lourence Alves, doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde, bacharel em História pela UERJ com mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e atualmente pesquisadora em Alimentação e Religiosidade de Matrizes Africanas e Alimentação Afro Brasileira. Realizada no dia 25 de agosto de 2020 discutiu-se principalmente a influência africana na cozinha brasileira e a Comida de Santo.

A última entrevista foi realizada com Daniela Minuzzo no dia 29 de setembro de 2020. Daniela é doutoranda em Ciências com ênfase em Alimentação, Nutrição e Saúde na UERJ com pesquisa na área de Gênero e Gastronomia; mestre em Ciência de Alimentos pelo Instituto de Química da UFRJ; bacharel em Nutrição pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto e Tecnóloga em Gastronomia pela Universidade Estácio de Sá. Além disso, é professora no curso de Graduação em Gastronomia da UFRJ e especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero. A representatividade da mulher na cozinha profissional foi o principal tema abordado.

Tendo como base o recorte de tempo utilizado nesse estudo, correspondente a maio de 2019 a março de 2021, foram produzidos e divulgados 14 temas sobre gastronomia, além das *lives* já descritas nesse capítulo.

Os temas desenvolvidos foram: “Tá na época”, onde foram dadas as características dos alimentos da safra no período da postagem; “É de comer? Come-se”, divulgando alimentos pouco consumidos pela população; “Você sabia?”, trazendo curiosidades sobre diferentes alimentos; “Você sabia? – Feijão”, com curiosidades sobre os diversos tipos de feijão; “Passo a passo”, com dicas de higienização, cozimento e organização na cozinha; “Receitas”, divulgação de receitas através de vídeos e *posts*; “Trocando ideias”, entrevistas com convidados da área da gastronomia brasileira; “Bate-volta”, resultado das *lives*, com uma série de postagens com os convidados; “Nhac!”, receitas com uso integral do alimento; “Culinária musical”, mostrando a gastronomia brasileira presente nas músicas populares nacionais; “Culinária literária”, a cozinha nacional nas obras de autores brasileiros; “Ervas culinárias”, dicas e características de diversas ervas utilizadas no preparo de alimentos; “Mercados do Brasil”, informações sobre os mercados populares brasileiros; “Tabuleiro das Quitadeiras”, resultado da pesquisa sobre as Quitadeiras.

Os dados referentes às postagens do projeto no perfil do *Instagram*, assim como os resultados, serão discutidos mais adiante.

5 | MATERIAL E MÉTODOS

O perfil do Projeto “Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da culinária Brasileira” pode ser encontrado no aplicativo de compartilhamento de fotos *Instagram* com o nome de usuário “@sspqcb” e na rede social *Facebook* através da página “@praticasgastronomicasdaculinariabrasileira”.

O levantamento de dados referentes ao perfil dos seguidores nas duas redes foi feito tendo como base as ferramentas métricas disponibilizadas pelos próprios aplicativos. Os dados analisados foram: número de seguidores, faixa etária, gênero, contas alcançadas e número de curtidas em cada postagem.

O número de seguidores é referente à quantas contas seguem as páginas do projeto no *Instagram* e no *Facebook*. O alcance das postagens representa o número de pessoas que viram qualquer uma das publicações ao menos uma vez nesse período.

A faixa etária e gênero dizem respeito ao público que segue as contas em ambas as redes. E as curtidas, por fim, são referentes ao número de reações positivas que cada *post* recebeu durante o período selecionado.

Durante o período de maio de 2019 a março de 2021, foram analisados os dados disponíveis no aplicativo *Instagram* e no período de outubro de 2019 a março de 2020, foram utilizadas as ferramentas disponíveis no *Facebook*. Essa diferença no período analisado é resultado do sistema de pesquisa dos dados fornecidos sobre as publicações em cada rede social.

6 | RESULTADO E DISCUSSÕES

Presente na rede social *Instagram*, desde abril de 2019, a página do projeto teve seu aumento mais significativo no número de seguidores durante a pandemia da *Covid-19*, após março de 2020.

No período analisado, pode-se perceber o crescimento do número de seguidores em 464%, de 111 em maio de 2019 a 627 em março de 2021. Contudo, seu maior crescimento foi durante a pandemia (Tabela 1).

Criada em 2018, a página do projeto no *Facebook*, teve um aumento de cerca de 177% no número de seguidores, de 290 em outubro de 2019 a 829 em março de 2021 (Tabela 1).

Esses dados estão de acordo com estudos realizados pela *Socialbakers*, empresa de marketing que compara diferentes áreas entre diferentes redes sociais. Os dados mostram que no final do primeiro semestre de 2020, no início da pandemia, a audiência no *Instagram* era cerca de 31% maior que no *Facebook* (SOCIALBAKERS, 2020).

Número de seguidores		
	Instagram	Facebook
mai/19	111	-
out/19	153	290
mai/20	217	729
mar/21	627	804

Tabela 1 – Número de seguidores do projeto SSPGCB no *Instagram* e no *Facebook*.

O perfil dos seguidores da página no *Instagram* e *Facebook* se mantém semelhante durante todo o período analisado. O público permaneceu majoritariamente feminino, correspondendo a mais de 65% dos seguidores em ambas as redes sociais desde a criação das páginas (Tabela 2).

Perfil dos seguidores				
	Instagram		Facebook	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
mai/19	68%	32%	-	-
out/19	73%	27%	73%	27%
mai/20	74%	26%	74%	26%
mar/21	75%	25%	75%	25%

Tabela 2 - Perfil dos seguidores do projeto SSPGCB no *Instagram* e *Facebook*.

Além disso, no *Instagram* o público majoritário correspondeu ao grupo com faixa etária entre 25 e 34 anos. No mês de março de 2021, no entanto, foi observado um aumento significativo no grupo com faixa etária entre 35 e 44 anos, estando tecnicamente empatado no percentual de número de seguidores com o grupo que antes era maioria absoluta.

Durante os meses de junho e setembro de 2020, com a realização das entrevistas ao vivo, houve um crescimento nas interações do público no *Instagram*. A primeira *live* “Doçaria brasileira” teve 30 pessoas assistindo ao vivo; a segunda, “Viagem gastronômica pelo Brasil”, teve 156 pessoas alcançadas; a terceira entrevista, “Cozinha brasileira e Afro brasilidade”, teve o maior alcance entre as *lives* do projeto, com 197 contas alcançadas; e a última, “Representatividade feminina nas cozinhas da América Latina”, teve um alcance de 114 pessoas.

De acordo com os gráficos 1 e 2, pode-se notar um aumento no número de curtidas e no alcance da página do projeto no *Instagram* a partir de abril de 2020 até agosto de 2020. Desde então, houve uma diminuição nas interações até novembro de 2020 e em seguida um novo aumento até o último mês analisado, correspondente a março de 2021. As curtidas nas postagens teve um pico no mês de agosto de 2020 com um total de 556 curtidas, somando as postagens do mês. O alcance, por outro lado, teve seu pico em março de 2021, com o total de 3919 contas alcançadas nesse período.

O aumento no mês de agosto já era esperado pois, foi o mês em que ocorreu a *live* “Cozinha Brasileira e Afro Brasilidade”, que recebeu o maior número de interações. Consequentemente, o restante das postagens desse mês teve um aumento no número de curtidas e alcance.



Gráfico 1 – Curtidas nas postagens da página @sspgcb no Instagram.

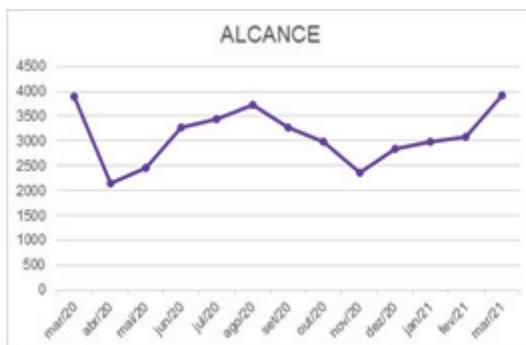


Gráfico 2 – Alcance das postagens da página @sspgcb no Instagram.

Apesar de haver mais seguidores na rede social *Facebook*, o número de curtidas de cada postagem no período determinado não foi suficiente para análise, sendo ele baixo em comparação com o resultado das publicações no *Instagram*. O alcance das publicações, por outro lado, cresceu cerca de 110% durante a pandemia, aumentando de 487 em outubro de 2019 a 1020 em março de 2021, tendo um pico de 1987 contas alcançadas em maio de 2020. Esse fenômeno segue o que foi mostrado no estudo da *Socialbakers*, onde o *Instagram* teve um alcance muito superior ao *Facebook*, com cerca de 18 vezes mais contas alcançadas (SOCIALBAKERS, 2020).

7 | CONCLUSÃO

Com esse trabalho, podemos perceber a importância da extensão virtual nas redes sociais. Em uma sociedade pós-moderna, cada vez mais imersa no mundo das informações, se faz necessário a criação de estratégias que incentivem a valorização da própria identidade cultural e dos saberes gastronômicos. Assim, com a elaboração desses conteúdos nos ambientes virtuais que as pessoas acessam diariamente, o SSPGCB exerce a comunicação de forma literal, tornando comum todo tipo de conhecimento válido.

Com os resultados obtidos, nota-se que a página do projeto no *Instagram*, mesmo com um número de seguidores menor, seguiu a tendência esperada de crescimento no alcance do seu perfil quando comparado à página do projeto no *Facebook*.

Em relação ao perfil dos internautas, observou-se que o acesso foi majoritariamente feminino durante todo o intervalo de análise em ambas as redes sociais. Com isso, pode-se destacar o acréscimo de adesões às contas das redes sociais do projeto no período pré e durante a pandemia da COVID-19, mantendo-se o perfil dos seguidores.

Os dados recolhidos nesse período possibilitaram um melhor entendimento do público que acessa a página do SSPGCB no *Instagram* e *Facebook*, com a finalidade de melhorar e direcionar as postagens aos seguidores. Assim, ocorre a permanência da troca de saberes entre a sociedade e a universidade, mesmo em meio ao isolamento social.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, Maria Terezinha. **Comunicação nas organizações da Era do Conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2010. 168 p.

ARAGÃO, Wagner de Alcântara. **A pandemia e as “lives”**. Mas o que é uma “live”? [S. l.], 14 jul. 2020. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/07/14/a-pandemia-e-as-lives-mas-o-que-e-uma-live/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 244 p.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Uma realidade pós moderna para a informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, ano 1, v. 9, p. 100-107, 15 mar. 2004. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/353>. Acesso em: 14 abr. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

NUNES, Willian Caetano Carlos; BATAGHIN, Dr. Fernando Antonio; COSTA, Dra. Marcela Avelina Bataghin. Instagram Marketing: Alavancando as vendas em tempos de Pandemia. **Revista Acadêmica - Ensino de Ciências e Tecnologias**, IFSP - Campus Cubatão, n. 7, p. 1-19, 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. 191 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Redex_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comida como lugar de história: As dimensões do gosto. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 2011.

SERGL, Marcos Júlio; CUNHA, Grace. A relação entre o indivíduo pós-moderno, o consumo e a internet das coisas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 39, p. 41-56, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rt/article/view/8747>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SITE OMS. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Social Media Trends Report Q2 2020. **Socialbakers**, 2020. Disponível em: <https://www.socialbakers.com/web-api/wp/study/social-media-trends-report-q2-2020?studyId=28964>. Acesso em: 28 abr. 2021.

STATISTA. **Most popular social networks worldwide as of January 2021, ranked by number of active users**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/> Acesso em: 20 abr. 2021.

STATISTA. **Forecast of the number of Instagram users in Brazil from 2017 to 2025**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/> Acesso em: 20 abr. 2021.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 04/05/2021

Ana Paula Cassimiro

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/4102805207409107>

Jaqueline Figueredo Silva

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/8672006926219943>

Jessica Maria de Souza Felix

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9447959805297217>

Kauany da Silva Morais

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/6127077010134313>

Thais Lopes Vasconcelos

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5549181252962878>

Paula Christianne da Costa Newton

Doutorado em Direito do Trabalho e Segurança Social, com menção de Doutorado Europeu, pela Universidade de Valencia – Espanha
<http://lattes.cnpq.br/2622332142615621>.

RESUMO: Este artigo possui como objetivo contribuir com a propagação e esclarecimento

sobre as leis vigentes no ordenamento jurídico brasileiro que garantem a proteção e os mecanismos para a consecução da tutela integral às mulheres que são vítimas de violência doméstica. Pretende-se uma eficiente abordagem sobre a lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em conjunto com os ditames expostos no bojo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A metodologia da pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter bibliográfico trazendo também uma entrevista realizada com a Assistente Social da Patrulha Maria da Penha, na cidade de João Pessoa – Paraíba. Além disso, a pesquisa também busca o oferecimento de informações no que tange a atuação do Assistente social e a relevância da atuação de dito profissional no cerne do programa de acolhimento às vítimas.

PALAVRAS - CHAVE: Violência doméstica. Assistente social. Lei Maria da Penha.

THE SOCIAL WORKER'S ACTING IN THE CONTEXT OF MECHANISMS FOR INTEGRAL PROTECTION TO WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

ABSTRACT: This article aims to contribute to the dissemination and clarification of the current laws in the Brazilian legal system that guarantee the protection and mechanisms for the provision of full protection to women who are victims of domestic violence. An efficient approach to Law No. 11,340, of August 7, 2006, known as Maria da Penha Law, is intended, in conjunction with the dictates set out in the context of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. The

research methodology has a qualitative approach and bibliographic character, also bringing an interview with a Social Worker from Maria da Penha Patrol, in the city of João Pessoa - Paraíba. In addition, the research also seeks to provide information regarding the work of the Social Worker and the promotion of the performance of said professional at the heart of the program to host victims.

KEYWORDS: Domestic violence. Social worker. Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

As pesquisas, debates e discussões sobre a violência doméstica contra a mulher estão crescendo cada vez mais, pois a temática é de extrema relevância para a sociedade brasileira, assim como as suas implicações no que diz respeito à situação da mulher em território nacional.

A violência doméstica acarreta diversos resultados negativos para a mulher, visto que, além da violência física, existe também a violência psicológica, moral e patrimonial. Nessa perspectiva, o trabalho de pesquisa procura apresentar o tratamento concedido ao tema no cerne do ordenamento jurídico brasileiro vigente, principalmente, nos seguintes instrumentos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social), entre outros.

O interesse pelo tema encontra justificativa na observância dos altos números de agressões sofridas pelas mulheres no cenário brasileiro, principalmente nos últimos anos. Grande parte das mulheres que sofrem violência doméstica não possui discernimento, conhecimento ou informações sobre as leis e os mecanismos de tutela que asseguram a sua proteção em diversas esferas. Sendo assim, é imprescindível a máxima propagação sobre os direitos e instrumentos de tutela às vítimas desse tipo de violência.

Segundo Santos *et al.* (2019, p.99)

A violência é uma problemática cada vez mais presente em nossa sociedade, basta verificarmos as notícias veiculadas pela mídia tratando da escalada dos atos criminosos, que vem atingindo direta ou indiretamente a todos, sem exceção. Tal fato vem tornando nossa rotina marcada pelo medo e apreensão ante a possibilidade de vir a ser a próxima vítima da violência.

Diante disso, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha é uma das grandes conquistas para a proteção à mulher, pois consagra um grande avanço legislativo e a criação de uma política nacional de enfrentamento e combate à violência contra mulher. Um outro importante avanço na tutela às mulheres é a consolidação da lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, responsável pela alteração do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A metodologia de pesquisa utilizada possui abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa é um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as particularidades do assunto abordado (MINAYO, 2019). Além disso, a pesquisa é de cunho bibliográfico, que segundo Garcia (2016), pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ou seja, a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos (GARCIA, 2016). Ademais, a pesquisa também adota a técnica de coleta de dados por meio de uma entrevista realizada com a Assistente Social da Patrulha Maria da Penha, localizada na cidade de João Pessoa- Paraíba.

A Patrulha Maria da Penha é um serviço de monitoramento das mulheres que sofreram violência doméstica, o qual se constitui por uma equipe multidisciplinar que conta com advogada, assistente social, psicóloga entre outros. É também uma base de apoio para as 26 cidades da Paraíba atendidas pelo programa, incluindo a região metropolitana de João Pessoa.

A partir das leituras realizadas e mediante a compreensão do assunto abordado, almeja-se à concessão de visibilidade a temática da violência doméstica contra a mulher, assim como, o merecido destaque a importância da atuação do Assistente social nas referidas situações de violência. Por outro lado, busca-se também o fomento aos mecanismos para a construção do empoderamento da mulher no que corresponde a denúncia contra o agressor e a libertação das amarras do ambiente tóxico no qual encontra-se inserida.

Dos Direitos das mulheres segundo a Constituição Cidadã de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 significou um novo início democrático, com a inserção de temas importantes para a sedimentação da cidadania plena e o reconhecimento dos direitos individuais e sociais.

Precisamente, o artigo 5º da Lei Maior consagra, entre outros ditames, o princípio de igualdade para todos os seus cidadãos, tendo todos os mesmos direitos sem distinção. Sendo assim, serve como bússola para legisladores, intérpretes, autoridades públicas. O artigo 5º diz da seguinte forma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. **(BRASIL. Constituição 1988)**

O princípio de igualdade segundo a constituição opera em duas linhas: perante a lei e na lei. Segundo Barreto (2007), a igualdade perante a lei compreende-se como o dever de aplicar o direito no caso concreto e ressalta que na lei pressupõe que as normas jurídicas não devem haver uma distinção, exceto as que são constitucionalmente autorizadas.

“[...] o princípio constitucional da igualdade, exposto no art. 5º, da Constituição Federal, traduz-se em norma de eficácia plena, cuja exigência de indefectível cumprimento independente de qualquer norma regulamentadora,

assegurando a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual [...]”. (BARRETO, 2007, p. 4).

Logo, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante de maneira formal a igualdade perante a lei, mas também uma igualdade material. O artigo 5º temem sua forma o intuito de tratamento igualitário, segundo Barreto (2007). Um importante inciso desse parágrafo é o inciso I que fala sobre a igualdade entre homens e mulheres, onde prevê que não pode haver nenhuma distinção ilegítima entre homens e mulheres: “Art. 5º - I homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”. (BRASIL, 1988, Art.5º)

Portanto, segundo este inciso fica claro que não pode ocorrer nenhum tipo de distinção ou discriminação relacionada ao sexo, que diferencie homens e mulheres de maneira que diminua sua inserção social, política, econômica, cultural e jurídica.

Barreto (2007) afirma que o papel da mulher na construção da nova constituição brasileira foi um marco bastante importante dentro do cenário político-jurídico. Onde várias de suas reivindicações foram atendidas, fazendo assim parte da maior transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil.

Embora o princípio de igualdade entre homens e mulheres esteja presente desde os tempos de Império (1824), segundo Barreto (2007) não garantia nenhuma igualdade entre homens e mulheres. E na primeira Constituição Republicana de 1891 que não reconhecia a mulher como capaz de exercer o voto, era apenas para homens acima de 21 anos. Sendo apenas em 1934, garantido o direito ao voto, após a promulgação da Constituição no artigo 108.

A luta pela conquista da cidadania plena da mulher e o reconhecimento de sua participação política, por meio do voto, evidenciam que a mera previsão do princípio da igualdade, no corpo das Constituições Federais do país desde o Império, não foi suficiente para sua plena aplicação, sendo necessária, portanto, uma interpretação mais abrangente que reflita os reais princípios democráticos e assegure a participação de todos, indistintamente. Em atenção ao princípio da isonomia, que visa tratar igualmente. (BARRETO, 2007 p. 7).

Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 reconhece direitos específicos direcionados às mulheres como a licença-gestante, presente no artigo 7º, inciso XVIII. Outro direito destacado ocorre em relação à aposentadoria para as mulheres, com prazo especial, presente no art. 40, inciso III e art. 201, §7º. Segundo Barreto (2007), a mulher exerce dupla jornada de trabalho, sendo essas as tarefas domésticas que por maioria das vezes é um trabalho exercido por mulheres. No que se refere ao salário ficou proibida a diferenciação entre homens e mulheres.

No que se refere à família, o Capítulo VII, do Título VIII, no art. 226 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, define a igualdade de direitos e obrigações entre homens e

mulheres e a proteção do Estado. Neste artigo da constituição, Barreto (2007) afirma que foi de grande importância na mudança da legislação, pois nele pela primeira vez a violência contra a mulher recebe atenção necessária e passa a ser uma responsabilidade pública e criaram-se mecanismos para erradicar a violência doméstica, mas o artigo abrange toda a família mesmo a mulher sendo a maior vítima de violência doméstica.

A lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio

O ordenamento jurídico brasileiro teve duas grandes contribuições significativas no combate à violência doméstica no Brasil. A primeira foi a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, enquanto a segunda foi a Lei nº 13.104, conhecida como a Lei do Feminicídio, de 2015. O presente tópico pretende discorrer sobre as duas leis e mostrar o quanto elas fundamentam a criação de políticas públicas, como a Patrulha Maria da Penha (PMP), no Estado da Paraíba, a qual embasou uma entrevista com a Assistente Social do local, a ser apresentada no decorrer da presente investigação.

Os números da violência contra as mulheres, no Brasil, são alarmantes¹, desta forma, após muitas lutas dos movimentos sociais, movimentos feministas e por pressão de mecanismos internacionais dos quais o Brasil é signatário, em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei Nº 11.340 – Lei Maria da Penha. A Lei dispõe em seu Art. 1º:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006)

De acordo com Barsted (2010), a Lei Maria da Penha consagrou um importante avanço legislativo e criou uma política nacional para o enfrentamento a essa forma de violência aqui apresentada. Um caso bem sucedido de articulação política entre todas as esferas representativas da sociedade.

A Lei Maria da Penha define o que é violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a lei Nº 13.104, de 09 de março de 2015(Brasil, 2006) “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Nesse particular, cabe ressaltar que a lei faz uma importante menção a um dos fundamentos constitucionais – a dignidade da pessoa humana - em seu art. 6º com a definição de que a violência contra mulher é uma violação dos direitos humanos.

A Lei ainda determina detalhadamente as formas de violência doméstica e familiar

1 De acordo com o ministério da saúde, a cada 4 minutos uma mulher é agredida por ao menos um homem e sobrevive. Disponível no site folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agresao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>.

que podem afligir as mulheres: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Outra contribuição importante foi que a Lei Maria da Penha criou um mecanismo judicial específico em seu art. 14:

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006)

Desta forma, segundo Barsted (2010) fez com que a Lei 9.999/95² tivesse sua aplicação afastada retirando da competência dos Juizados Especiais Criminais os crimes mais praticados contra as mulheres, as lesões corporais e as ameaças. E por fim, a lei designa novas medidas protetivas, capazes de trazer mais eficácia ao processo, e como se deve a atuação de todos os membros do Estado na proteção da mulher que sofreu a violência.

A Lei Maria da Penha trouxe inúmeras contribuições para a sociedade, no Estado da Paraíba é a base que alicerça a política pública intitulada Patrulha Maria da Penha (PMP), lançada em sete de agosto de 2019. Nesse sentido, a Lei determina em seu art. 3º:

O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2006)

A lei 11.340\2006, em seu art. 35, refere-se aos “[...]centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006)

No art. 23, I, da Lei Maria da Penha, que assegura em medida protetiva: “encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento” (BRASIL, 2006). Assim, respaldada pela Lei Maria da Penha, na Capital Paraibana, de acordo com a assistente social entrevistada, a Patrulha Maria da Penha (PMP) é notificada assim que a ofendida entra com medidas protetivas ou com o pedido de proteção, e passa então a poder receber o atendimento da PMP.

De acordo com Barsted (2010, p.56) a Lei Maria da Penha define principalmente:

[...] uma política de prevenção e atenção ao enfrentamento dessa violência, articulando ações governamentais da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios e de ações não-governamentais, através da integração operacional do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensora Pública, com as áreas da segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

2 De acordo com Barsted (2010) essa lei apresentava uma solução rápida para o conflito, permitindo a não interferência punitiva do Estado e acabava por desmotivar as mulheres em processar seus agressores e com isso, estimulava a ideia de impunidade, presente na nossa cultura.

Desta forma, a Lei em comento visa integrar todos os agentes públicos e privados passíveis de solução para os problemas enfrentados pela mulher que sofre violência, assim como os seus dependentes. Nesse contexto, a Patrulha Maria da Penha, em solo paraibano, constitui-se como política pública que vai monitorar a segurança das mulheres, realizando a triagem, o primeiro atendimento, visitas periódicas e rotas de monitoramento dentro de um perímetro arbitrado pela Justiça.

A importância do profissional de assistência social é assegurada na utilização da Lei Orgânica da Assistência Social “[...] a assistência à mulher em situação de violência deverá ser prestada de forma articulada e conforme os princípios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social” (BARSTED, 2010, p. 56).

De acordo com Pereira (2019) no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, Ano 13, em 2018 o Brasil registrou 1206 vítimas de feminicídio, um crescimento de 4%, sendo em 88,8% dos casos cometidos por companheiro ou ex-companheiro. Como casos de feminicídio podem decorrer de violência doméstica é importante ressaltar que um registro por lesão corporal dolosa é feito a cada 2 minutos. Nos crimes de violência sexual foram registrados 180 estupros por dia.³

A mais recente conquista foi em 2015 com a criação da Lei 13.104, Entre os avanços trazidos pela Lei 13.104, podemos citar a inclusão do crime de Feminicídio no rol dos crimes hediondos, ou seja, crimes os quais o Estado adota uma postura mais rígida em punir quem os comete, como por exemplo, o aumento das penas ou uma maior dificuldade na progressão entre os regimes, visando assim diminuir o número de crimes praticados. Ao tipificar o feminicídio permitiu o acesso a um diagnóstico mais complexo do problema e admitiu uma discussão mais profunda acerca do tema trazendo visibilidade aos dados, permitindo assim que novas políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica fossem criadas, como a PMP.

Violência doméstica e a atuação do Assistente Social

A Lei 8.742, de 7 de setembro de 1993, promulgada durante o governo de Itamar Franco, que ficou conhecida como a Lei Orgânica da assistência social e recebeu a sigla LOAS, tem como princípio garantir os mínimos sociais para as pessoas que não possuem condições de garantir o sustento e não conseguem contar com o auxílio da família para provê-lo. A LOAS, em seu art. 2º, ressalta os objetivos da assistência social:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com

³ PEREIRA, Carolina; et al. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, Ano 13, 2019

deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (BRASIL, 1993)

A LOAS deu origem ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é regulamentado pelo decreto nº 6.214/2007. O BPC é coordenado pelo Ministério da Cidadania – Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), consistindo em um benefício destinado as pessoas em estado de vulnerabilidade social, sendo devido às pessoas que não têm condições mínimas necessárias para prover a sua subsistência.

Consta ainda um projeto de lei, a PL 6011/13 que está em tramitação na Câmara que propõe a alteração da LOAS e é de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que propõe a inclusão de mulheres vítimas da violência doméstica no Benefício de Prestação Continuada (BPC), desde que elas não consigam se manter financeiramente, instaure ainda um processo por meio da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha e mediante a constatação do juiz que a mulher foi submetida a violência doméstica.

Além disso, a Lei Orgânica da Assistencial Social não possui diretrizes voltadas especificamente para o combate à violência contra a mulher. Sem embargo, a atuação do assistente é executada a partir da Constituição Federal de 1988, Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1993) a profissão Serviço Social surgiu devido às contingências geradas pelo capitalismo. O profissional de Serviço Social atua no âmbito das relações humanas e deve contribuir para que seja garantido os direitos basilares dos sujeitos. O objeto do Serviço social é a “Questão Social” e suas expressões sociais nas diversas áreas.

Desse modo, o assistente social tem como instrumento para ser utilizado a seu favor, o Artigo 9º, Capítulo II do projeto de lei nº10.593, de 2018 que diz:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar sera prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta; II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome

da Imuno deficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos medicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

De acordo com Cisne e Mara (2018, p.79), “a violência contra a mulher não se limita ao ambiente doméstico, embora seja um lugar comum de ocorrê-la, sendo comumente praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, pelo pai e irmãos.” e, acrescentam ainda que, “o lugar supostamente seguro, idealizado como um espaço por excelência de amor, proteção e acolhimento é, muitas vezes, lócus privilegiado da violência contra a mulher” (CISNE; MARA, 2018, p.79). Além disso, as autoras destacam a importância da interlocução do Serviço Social com o feminismo por contribuir de forma significativa com:

O desvelamento crítico da opressão e exploração particular que pesa sobre as mulheres e, portanto, sobre as usuárias dos nossos serviços, possibilitando o enfrentamento da “questão social” sem a reprodução de valores conservadores em torno da mulher, como no período da institucionalização da profissão.

Contribui para o processo de renovação do Serviço Social na ruptura com a subordinação e prestígio de uma profissão “feminina”.

O compromisso com a igualdade entre os sexos e a luta contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceitos, como preconiza o Código de Ética do Assistente Social, de 1993; (CISNE; MARA, 2018, p. 160)

Desta forma, o serviço social vai estar inserido no acolhimento da vítima, na escuta, no estudo do contexto social em que a vítima permeia. Isto é, o assistente social através do “projeto ético-político convida os profissionais de Serviço Social a desempenhar seu papel, orientando, discutindo estratégias e encaminhando as mulheres para onde possam receber atendimento eficiente e ter os seus direitos garantidos.” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p.205)

Somando-se a isso, é importante também o assistente social ser ativo nas lutas e manifestações sociais contra a violência doméstica, fomentando palestras, atendimento domiciliares, eventos, campanhas. Além de interagir com outros setores que atendam as demandas postas, como as pactuações com as delegacias e os centros de apoio psicológico.

A atuação do Assistente Social na Patrulha Maria da Penha, em João Pessoa, no Estado da Paraíba

O presente estudo usou como base de dados o método de entrevista, visto que a pesquisa de campo “consiste em dialogar com a realidade concreta a construção teórica elaborada.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2019, p.25). Objetiva-se com a presente pesquisa a compreensão mais aprofundada sobre como o assistente social exerce seu papel no que tange o combate à violência contra a mulher, por isso a entrevista serve como análise da realidade da profissão.

Para resguardar a identidade da entrevista, foi atribuído o nome fictício: Maria. Maria é a assistente social que atua na Patrulha Maria da Penha em João Pessoa-PB e tem

sua atuação junto com outros profissionais. A entrevista aconteceu na Patrulha Maria da Penha, localizada em João Pessoa, na Paraíba. A Patrulha Maria da Penha (PMP) tem suas atividades realizadas no seu centro de atendimento em João Pessoa- Paraíba, mas também fornece apoio para as regiões vizinhas.

A PMP é um meio de proteção e acolhimento para mulher vítima de violência doméstica, o qual oferece acompanhamento com foco na prevenção e repressão a atos de violação dos direitos humanos das mulheres, garantindo maior proteção às mulheres que solicitaram medidas protetivas de urgências nas delegacias especializadas ou distritais. A equipe é composta por Coordenadora Geral, Comandante da Polícia Militar, Auxiliar administrativa, Advogadas, Psicólogas e Assistentes sociais.

Entre os objetivos do artigo está o de mostrar como funciona a atuação e intervenção do Assistente social. Maria, ao ser perguntada como funciona a Patrulha Maria da Penha, obtivemos a seguinte resposta:

Esse programa Patrulha, é um programa integrado Patrulha Maria da Penha é recente, tem mais ou menos 8 anos e funciona da seguinte forma: Nós pactuamos, eu sou técnica da Secretaria de estado da diversidade humana. Nós pactuamos com o Tribunal de Justiça, com a polícia Militar e com a polícia civil. (MARIA, 2020).

Portanto, há uma atuação conjunta com uma equipe multiprofissional que está em constante colaboração para tornar o ambiente o mais acolhedor possível. Além disso, a Assistente Social Maria, ressalta que:

a mulher que está em situação de violência ela precisava pedir a medida protetiva e ia lá na delegacia pedia a medida protetiva e saia com ela debaixo do braço. Como é o depois? Ela ia para casa com essa medida protetiva e o que é a medida protetiva? É que a mulher está em situação de violência e não quer mais conviver com esse agressor, ela quer que ele se afaste. Seja qual for a decisão que ela tome, ela quer viver, está viva e em paz. (MARIA, 2020)

Ademais, em relação aos procedimentos realizados após a solicitação da medida protetiva, Maria diz que:

Então, ela vai na delegacia e pede a medida protetiva e a delegacia encaminha para o juiz...e ela pede deferimento para esse afastamento dele (agressor), geralmente 500m, 200m, mas temos várias metragens. Iai quando ela chega e pede, solicita essa medida, ai a gente recebe o malote digital ou então por email. Nós recebemos aqui o boletim de ocorrência dessa mulher, a gente ler esse boletim de ocorrência dela para saber mais ou menos o histórico de violência dela. (MARIA, 2020)

Logo, a mulher em situação de violência não se sente confortável em relatar o acontecido mais de uma vez, por essa razão, é de suma importância os agentes interventores e acolhedores conhecerem a história dessa mulher por meio do Boletim de Ocorrência.

No que concerne a média mensal de mulheres atendidas pela PMP, Maria relata que:

Temos o acolhimento que é um atendimento, aí dentro da sala ela vai receber um atendimento psicológico, um atendimento jurídico e um atendimento social. Quando a gente faz a triagem, é um tipo de atendimento, uma rota de monitoramento é um tipo de atendimento. Então a gente finalizou entre 4 mil atendimentos em 2019. (MARIA, 2020)

A partir disso, são realizados mais de um atendimento, visto que, é efetuada primeiramente a triagem, logo após as visitas técnicas, o monitoramento que consiste no acompanhamento e rondas policiais dentro do perímetro de risco à segurança da mulher assistida e as ações educativas. Assim, Maria expõe como é feito esse monitoramento das vítimas: “eles vão monitorar a casa dela, vão monitorar o trabalho dela, de que horas á que horas, porque são muitas mulheres, então a mulher tem um menino na creche e vai pegar aquele menino, a gente vai passar lá.” (MARIA, 2020).

É importante ressaltar que cada caso de violência doméstica possui suas especificidades e individualidades. Maria destaca que:

Não podemos falar aqui de um caso só, não existe esse igual. Ah, mas é tudo violência. Não, não tem receita de bolo, cada mulher ela traz um histórico. Tem mulher que traz um desafio que a gente tem que parar e fazemos muito estudo de caso aqui. Sexta-feira passada a gente ficou aqui fazendo estudo de caso. Não é só as mulheres que são inseridas, mas o porquê que a mulher não aceitou ser inserida, porque que ela não aceita a gente. (MARIA, 2020)

Ao tratar da atuação do assistente social neste âmbito profissional é de vasta relevância o olhar do profissional, o acolhimento e o não julgamento da vítima. Segundo Maria:

Quando entramos para atender, atendemos em equipe, na verdade todas nós fazemos encaminhamento, porque nós temos que entender a demanda dessa mulher. A mulher não chega aqui sabendo o que fazer ou do que se trata, por exemplo, a FUNAD, então às vezes nós encaminhamos para o CRAS ou para o CREAS. Eu preciso das contrarreferências para dar continuidade no serviço, se não a gente fica perdido. Além de que, como assistente social, nós precisamos ter esse olhar, na conjuntura política que a gente recebe essas mulheres, é um desafio né... a gente falar de políticas sociais, estamos falando de Bolsa Família, e a mulher que está em situação de violência, ela têm um perfil né... uma mulher negra, uma mulher pobre, então pra essa mulher é um desafio todos os dias. (MARIA, 2020)

No que se refere a importância do Assistente social na Patrulha Maria da Penha, Maria acentua que:

Tem que ter esse olhar. Na violência doméstica contra mulher, nós temos que estar o tempo todo desvelando o que há de concreto. Nós sabemos que o machismo é institucional, essas mulheres muitas vezes são violadas e vitimizadas institucionalmente. Então nosso dever é desconstruir isso. Muitas vezes essa mulher mesmo após ser desligada do sistema, porque já foi resolvido a situação dela, ela volta e aí temos que ter esse olhar e dizer “olha, cuidado”... Não estamos aqui para julgar, então por isso é muito importante fazermos o estudo de caso, e tomar muito cuidado com o posicionamento que

a gente tem né... tem que ter um perfil de experiência, como o do psicólogo, todas as nossas advogadas, a polícia. [...] A psicologia social é essencial aqui. Nós temos que entender esse contexto e principalmente a individualidade de cada um. Então, o perfil da equipe tem que estar afinado. (MARIA, 2020).

Portanto, mesmo com todos os desafios e obstáculos que o profissional de assistência social enfrenta nessa esfera de atuação, cabe enfatizar que é significativo o respeito para com a vítima, em todas as circunstâncias e individualidades, precipuamente, em razão de toda a culpabilização social que a mulher padece na sociedade. Dessa forma, o Assistente social precisa ter um olhar acolhedor e uma perspectiva esperançosa, com o intuito primordial de trazer melhorias, em macro sentido, à vida da mulher em situação de violência.

CONCLUSÃO

A violência doméstica é um problema que assola as mais distintas sociedades desde muitos anos. É inegável o quanto a mulher que sofre as múltiplas violências permanece vulnerável, pois as marcas das agressões lapidam-se como fardos duradouros. Sendo assim, é crucial que a atuação do assistente social, em conjunto com outros profissionais, como médicos e psicólogos, seja efetivada para garantir a diminuição dos obstáculos na continuidade das atividades cotidianas.

O empoderamento da mulher acometida pela violência doméstica é uma das razões para a independência financeira e a desassociação do agressor, visto que, um dos fatores para a permanência em um relacionamento abusivo está relacionado com a subordinação econômica. Em razão disso, é indispensável a criação de políticas públicas voltadas para a segurança financeira da mulher.

Após toda dissertação acerca das leis que protegem a mulher, é perceptível o quanto esse direito é de suma importância para o combate da violência contra mulher. A lei Maria da Penha é um dos marcos históricos de garantia de direitos para a mulher afetada pela violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, uma vez que, todos esses tipos de violência configuram violações de direitos.

As políticas públicas e sociais trazem a viabilização de uma tutela integral à vítima de violência, assim como a criminalização da violência contra mulher. Nesse patamar, cabe lembrar que é dever do Estado possibilitar a instauração de uma sociedade mais humanizada e igualitária, e ao criminalizar a violência contra as mulheres, concebe-se uma trilha gigantesca para o alcance deste objetivo.

Ademais, é preciso desconstruir a visão da sociedade em relação à violência doméstica, ou seja, não tornar a mulher como culpada da agressão, pois esse é um dos fatores para a mulher não denunciar a agressão, já que tem medo de ser julgada pelo meio social no qual está inserida.

Por todo o exposto, é nítido que a divulgação das informações sobre o teor dos direitos inseridos no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente, na matéria que protege e garante os direitos às mulheres vítimas de violência doméstica, consagra-se como elemento fundamental para a redução dos casos de feminicídio. Nesse sentido, cabe sublinhar, nos moldes anteriormente delineados, o relevante papel da Patrulha Maria da Penha que possui ações essenciais em termos de monitoramento e acolhimento das mulheres, mediante uma associação conjunta de ações oriundas de uma equipe multidisciplinar habilitada, resultando, definitivamente, na prevenção de casos de feminicídio. Expandir essa iniciativa para outros Estados e Municípios é ponto significativo para consolidação da segurança da mulher que vivencia um entorno de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Ana Cristina Teixeira. **A igualdade entre homem e mulheres no ordenamento jurídico brasileiro**. Anadep. 2007. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/9875/L_20ENTRE_20HOMENS_20E_20MULHERES_20NO_20ORDENAMENTO_20_20_20_20_20_20JUR_DICO__20BRASILEIRO_1_.pdf> Acesso em: 2 de março de 2020.

BARSTED, Leila Linhares. **A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil**. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito, João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.214/2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm> Acesso em: 9 de março de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10593.htm> Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm> Acesso em: 11 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.999 de 26 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm> Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.104, de 09 de março de 2015. Art. 121º**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Artº2**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 8 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006. Art. 1º**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. **PL 6011/13**. Câmara dos deputados. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585625>> Acesso em: 11 de março de 2020

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CISNE, Mirla; MARA, Silvana. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2018.

GARCIA, Elias. **Pesquisa bibliográfica versus Revisão bibliográfica – uma discussão necessária**. Revista Línguas e Letras, Paraná, v. 17, nº 35, p. 291-294, maio.2016.

IAMAMOTO, Mariilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 08, n. 02, p. 199-210, jul./dez. 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Editora vozes, 2019.

PEREIRA, Carolina; et al. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Fórum Brasileiro de segurança pública. Ano 13, 2019.

SANTOS, Robério Gomes. MOREIRA, Jéssica Gomes. FONSECA, Antônia Leyce Gonçalves. GOMES, Atoniel dos Santos Filho. IFADIREÓ, Miguel Melo. **Violência contra mulher a partir das teorias de gênero**. Revista multidisciplinar e de psicologia. V.13, N. 44, p. 97-117, 2019.

A COMPREENSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA SAÚDE EM MOMENTOS DE PANDEMIA – COVID 19

Data de aceite: 21/07/2021

Cândida Kirst Bergmann

Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Servidora pública, atua como Assistente Social na Secretaria Estadual da Saúde - SES/RS. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade São Francisco de Assis – UNIFIN/RS
<http://lattes.cnpq.br/1410980648972863>

RESUMO: Este artigo, através de uma revisão bibliográfica tem por objetivo ampliar as considerações sobre a Questão Social e sua interface no trabalho do(a) Assistente Social no âmbito da Gestão do Sistema Único de Saúde(SUS), em épocas de pandemia do Covid – 19, enquanto espaço sócioocupacional do(a) Assistente Social e de outros profissionais. Visa contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social no espaço de gestão desenvolvendo uma reflexão sobre os desafios postos na atualidade para o Serviço Social na área da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Trabalho. Assistente Social. Pandemia. Gestão.

THE UNDERSTANDING OF SOCIAL MATTER AND THE JOB OF THE SOCIAL WORKER IN THE HEALTH MANAGEMENT DURING THE PANDEMIC PERIOD -COVID 19

ABSTRACT: This paper, through a bibliographic review, has as a goal to expand the considerations about the Social Matter and its interface in the job of the Social Worker in the area of the Management of the Sistema Único de Saúde (Integrated Health Care System) -SUS, in times of pandemic of Covid -19. It aims to contribute to the strengthening of the ethical-political professional project of the Social Service in the area of management developing a reflection about the challenges currently posed for the Social Service in the health area.

KEYWORDS: Social Matter. Work. Social Worker. Pandemic. Management.

1 | INTRODUÇÃO

Hoje no Brasil estamos nos deparando com um desmonte da Política de Seguridade Social, frente a uma crise estrutural do capital, de desregulamentação ou extinção das Políticas Públicas em razão de preferências políticas, ao qual milhões de trabalhadores sofrem todos os dias com o fato de nem conseguirem acessar seus direitos. Esse desmonte reflexo de um processo econômico de precarização dos serviços, numa lógica economicista, que quer transferir e culpabilizar a classe trabalhadora. Podendo haver associação com elementos de

ordem moral e ideológica fruto de um discurso de austeridade, que preconiza a redução dos gastos públicos, para que consigam pagar suas dívidas, reduzindo políticas públicas que deflagra a intenção de fortalecimento do mercado econômico, gerando confiança no capital em detrimento a força de trabalho.

E nesta conjuntura onde o capital é quem ordena, fazendo com que o mercado econômico dite as regras ideológicas deste novo espaço político temos que pensar a questão social e suas expressões que emergem e que são objetos do trabalho do(a) Assistente Social na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e a consolidação da Política Pública de Saúde. Contudo um novo cenário se apresenta a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

21 A COMPREENSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

Para pensarmos a Questão Social é importante refletirmos sobre a contradição capital x trabalho, uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Nesta perspectiva podemos refletir também sobre a concepção de TELES, (1996, p. 85): a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

A questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade

do trabalho social-e dos sujeitos que o realizam-na era do capital fetiche IAMAMOTO (2015 pg. 125).. A questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais-do capital dinheiro e de seu fetiche IAMAMOTO (2015 pg. 125).

Segundo Raichelis 2016 a questão social, tal como a entendemos, é a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo. Não sendo uma questão recente, como vimos, mas inscrita na dinâmica histórica das relações sociais capitalistas, sua (re)produção, formas de permanência e metamorfoses precisam ser apreendidas a partir das novas configurações e mediações sociopolíticas – nacionais e internacionais – próprias da sociedade contemporânea. (2016 pg. 17)

Sendo assim, a questão social é a manifestação da contradição capital X trabalho dentro de uma sociedade capitalista que explora a classe trabalhadora dentro de um modelo conjuntural de desmonte da proteção social, com foco apenas em assegurar os meios de produção. Se expressa de várias maneiras refletindo as desigualdades geradas que atingem e corroem os direitos sociais frente ao liberalismo do mercado. Se reforça como resistência frente do desmonte dos mínimos sociais.

Neste cenário, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

O agravamento da questão social é produto desse amplo processo e indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira. Para lamamoto (2005: 25), a “mundialização unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a ‘reforma’ do Estado, a reestruturação produtiva, a ‘questão social’ e a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas”RAICHELIS (2016 pg. 19)

E é nesta análise da sociedade que ressaltamos que a “questão social” adquire centralidade no exercício profissional do Assistente Social, uma vez que o mesmo vai intervir no âmbito das suas expressões tradicionais e novas, consideradas como manifestação de um tipo de relação de subalternidade do trabalho ao capital.

31 O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para pensarmos sobre trabalho é importante caracterizar que estamos numa sociedade capitalista. O modo de produção capitalista diz respeito à relação social histórica e fundamentalmente conflituosa envolvendo duas classes sociais distintas, a burguesia detentora da propriedade privada do capital e dos meios de produção; e o proletariado, trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho para a burguesia, em troca de um salário. A premissa de obtenção do lucro ou mais valia por parte do burguês em relação ao proletário situa o modo de produção capitalista enquanto forma histórica de produção e reprodução social, na qual capital e trabalho se expressam como unidade de diversos, isto é, cujas partes se gestam a partir da negação recíproca e ao recriar-se mutuamente se constituem totalidade. A reprodução do capital pressupõe a reprodução do trabalho assalariado e das relações sociais de produção enquanto atividade originalmente social. Ao submeter-se ao modo de produção capitalista, a classe trabalhadora depende do preço do trabalho ou expressão em dinheiro do valor do trabalho (MARX, 1984). Trabalho para subsistir e, para tanto, vende sua força de trabalho para os detentores da propriedade privada do capital e dos meios de produção, característica que lhe impele a denominação de classe trabalhadora ou classe que vive do trabalho. (CAMARGO. 2016,p.68)

O Serviço Social latino-americano na busca de romper com seu caracter benevolente e religioso incorporado desde sua criação, busca sua renovação junto o movimento de reconceituação - voltada à defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social.

A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos. Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado.

A inserção dos profissionais de Serviço Social numa diversidade de espaços e, conseqüentemente, no atendimento das múltiplas demandas da população usuária dos serviços sociais, remete discutir sobre a importância de uma intervenção qualificada num contexto societário de intensas mudanças e sua relação permanente com princípios e valores defendidos pelo projeto ético-político profissional. O reconhecimento dessa diversidade de espaços sócio-ocupacionais para o exercício profissional indica o trânsito entre ações de natureza distintas, que vão desde o atendimento direto ao usuário, perpassando pelo planejamento, formulação e gestão das políticas sociais (MIOTO, 2000 apud MIOTO; LIMA, 2009).

IAMAMOTO (1997, p. 14), define o objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.[...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

A intervenção profissional do assistente social conforme Yasbek(2009), pode ser caracterizada pelo atendimento às demandas e necessidades sociais de seus usuários, que podem produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida da população, viabilizando seu acesso às políticas sociais.

O processo de trabalho do assistente social tem seu objeto manifesto nas expressões das contradições da questão social. Por isso, o Serviço Social não está vinculado às profissões que geram produtos materiais, concretos, ele atua nas condições de vida, reproduzindo aquelas condições que são indispensáveis ao funcionamento de uma ordem o que, no campo da saúde, ganha evidências expressivas (SODRÉ, 2010). O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes da ABEPSS, 1996), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação das determinações sociais, econômicas e culturais das desigualdades sociais.

A intervenção orientada por esta perspectiva teórico-política pressupõe: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2009).

Iamamoto (2002) ressaltou a necessidade de o assistente social adquirir novas funções e competências entre elas, as voltadas para planejamento e gestão, “inscritos em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional”. O assistente social tem sido cada vez mais convocado a atuar na gestão dessa força de trabalho no campo da saúde, algo que nos desafia a pensar sobre essas relações de forma mais aprofundada (SODRÉ, 2010). Visto que predominantemente na área de gestão não é requerido, em sua maioria, atribuições privativas do assistente social (REGIS, 2011).

Dados da pesquisa sobre perfil do assistente social no Brasil promovida pelo

conjunto CFESS/Cress (2005) demonstram que os assistentes sociais continuam sendo predominantemente trabalhadores assalariados, notadamente de organismos governamentais, com maior incidência nas políticas de saúde e assistência social. A maioria dos assistentes sociais é de servidores públicos, sendo que 78,16% atuam em organizações de natureza estatal, 40,97% na esfera municipal, 24% nos estados e 13,19% em âmbito federal. Neste cenário o profissional tende a se apropriar e outras atribuições que não só suas competências profissionais.

4 | O(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Movimento de Reforma Sanitária, na condição de “processo modernizador e democratizante de transformação nos âmbitos político – jurídico político – institucional e político – operativo, para dar conta da saúde dos cidadãos” (MENDES, 1993, p. 42), politizou-se, ocupando espaços de discussão e planejamento de políticas de saúde, passíveis de influenciar e serem adotadas por governos, ganhando vigor em face à transição para a redemocratização do país.

No ápice do movimento da reforma sanitária, em 1986, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde com o tema “Democracia é Saúde”, se construíram as condições políticas para a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), em 1987, com o objetivo de contribuir para a consolidação e o desenvolvimento qualitativo da saúde. Mais tarde passa a unificação da saúde passa a ser chamado de Sistema Único de Saúde – SUS que foi regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Foi uma importante estratégia no processo de descentralização e na participação na estrutura da saúde, com a criação dos colegiados representativos para acompanhamento da política de saúde no âmbito das três esferas de governo.

O processo de descentralização das atribuições do âmbito federal para os municípios, realidade que a Constituição Federal de 1988 imprimiu novas feições nas políticas públicas no país, com uma capilaridade na oferta de serviços mais próximos da população (ARRETCHE, 1997; JUNQUEIRA, 1998). Com esta modelagem, cabe aos municípios a incumbência de criar serviços, que terão aportes de recursos de investimento e de custeio da União, mas têm a responsabilidade de executar e custear as despesas de pessoal. Analisa essa situação, assinalando que os municípios saem de uma posição de “atuação marginal na gestão de políticas públicas” e se deparam com a necessidade de atender aos anseios de seus munícipes sobre todas as políticas setoriais que afetam diretamente a vida das pessoas.

O cenário econômico, político e social que vem caracterizando essa primeira década do século XXI nos remete à reflexão crítica sobre os novos padrões de gestão das políticas públicas e sua conformação no Brasil. No caso da política social, em especial o foco

desse estudo, o campo da Saúde no Brasil, vem sendo impactado pelas transformações societárias impostas pelo projeto neoliberal que ameaça o projeto da reforma sanitária e a política normativa do Sistema Único de Saúde – SUS. Privilegiar a política de saúde significa observar o quanto neste campo são múltiplos os desafios que se colocam para os profissionais, sobretudo o da promoção e proteção da saúde da população brasileira, um direito conquistado pela sociedade no final dos anos 1980 e que vem sendo consolidado com a implementação do Sistema Único de Saúde – SUS. (MENDES;GARCIA;OLIVEIRA; FERNADES, 2011 p.332)

A crise econômica e política no início dos anos 1990 foi o pano de fundo de onde emergiram dois projetos alternativos no campo da política de saúde e que se encontra em permanente disputa: “um, portador da nítida hegemonia, o projeto neoliberal e, outro, contra-hegemônico, a reforma sanitária” (MENDES, 1999, p. 20). Essa disputa permanente vem caracterizando a realidade da saúde ao longo da história e se acirra nesta primeira década do século XXI. A compreensão desta disputa histórica no campo da Saúde é fundamental para que se reconheçam os movimentos e as mudanças pertinentes à política da saúde no Brasil. (MENDES;GARCIA;OLIVEIRA; FERNADES, 2011 p.334)

Neste cenário o desenvolvimento de ações profissionais relacionadas ao planejamento e à gestão são aquelas voltadas ao enfoque do planejamento institucional e ligadas a duas questões:

[...](a) à gestão das diversas políticas sociais das instituições e dos serviços congregadores de tais políticas, e (b) à gestão e ao planejamento de serviços sociais em instituições, programas e empresas (MIOTO; LIMA, 2009, p. 41).

As ações profissionais, nesse eixo interventivo, objetivam a construção de práticas efetivas de intersetorialidade, de apoio institucional e matriciamento. Neste espaço de planejamento e gestão o Assistente Social circula e complementa as funções gerenciais, respeitando suas atribuições, mas também se descobrindo dentro do seu saber profissional e assim, promovendo interações entre as pessoas envolvidas de forma ética e comprometida, usando mecanismos que compatibilizam essa participação.

Neste contexto as organizações sejam públicas ou privadas buscam sempre formas de melhor liderar os espaços e as pessoas que os compõem, rompendo antigos modelos de gestão. A Gestão em saúde tem suas origens na Administração Sanitária, que importou da área militar muitos conceitos, como por exemplo: erradicação, controle de risco e controle de vigilância. A Gestão em Saúde vem como uma versão contemporânea dessa Administração Sanitária, dialogando com as ciências sociais, filosóficas, administração, biológicas e humanas. ¹

O tipo de gestão mais adequado para as organizações públicas de serviços de saúde recomenda-se ser o consensual e/ou colegiado. Essa gestão para Dussault (1992) deve reconhecer o papel central dos profissionais. Enfatiza a utilização de mecanismos

¹ Disponível em: < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/gessau.html> > Acesso em: set.2019

de tomada de decisões e utiliza-se de uma lógica que preconiza que “os profissionais trabalhem não por obedecer a ordens, mas por responsabilidade” (DUSSAULT, 1992, p. 15).

O Decreto nº 7.508/2011, que regulamenta o SUS, imprime um novo conceito, o de governança, ao definir como seus componentes estratégicos os espaços interfederativos de pactuação – Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e Comissão Intergestores Regional (CIR). A governança apresenta em sua essência a capacidade de conduzir conforme Araújo (2002) os processos de formulação, execução e avaliação de políticas públicas, integrando ferramentas e estruturas de gestão que viabilizem amoldar as relações econômicas e sociais, privilegiando o fortalecimento das ações governamentais, por meio da eficácia e efetividade dos resultados esperados e da transparência dos processos de tomada de decisão. Esse termo no SUS é compreendido como a capacidade de intervenção que envolve diferentes atores, mecanismos e procedimentos para que ocorra a gestão regional compartilhada. Nessa lógica, pode auxiliar a articulação interfederativa; o processo decisório; a pactuação de recursos e o monitoramento e avaliação de desempenho da Rede de Atenção à Saúde.

Esse processo de governança vai ser instituído pelo as atores que permeiam os espaços e vão configurar uma prática e gestão, que se configura complementarmente em função das mais diversa profissões que compõem a saúde pública. Em se tratando de um sistema único existe uma preocupação de delinear esta forma de gestão que apresentamos abaixo.

Gestão participativa é uma estratégia transversal, presente nos processos cotidianos da gestão do SUS, que possibilita a formulação e a deliberação pelo conjunto de atores no processo de controle social. Requer a adoção de práticas e mecanismos que efetivem a participação dos profissionais de saúde e da comunidade. A gestão estratégica pressupõe a ampliação de espaços públicos e coletivos para o exercício do diálogo e da pactuação das diferenças, de forma a construir um conhecimento compartilhado sobre saúde, preservando a subjetividade e a singularidade presentes na relação de cada indivíduo e da coletividade, com a dinâmica da vida. Esta prática amplia a vocalização das necessidades e dos desejos da população e a escuta dos profissionais e dos serviços, para que o acolhimento e o cuidado tenham significado para ambos. ²

Assim, compreende-se que cabe ao Serviço Social – numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como norte o projeto-ético político profissional tem que, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária (Matos, 2003; Bravo & Matos, 2004). Considera-se que o código de ética da profissão apresenta ferramentas fundantes para o

² Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS. 2009. P. 15

trabalho dos(as) assistentes sociais na saúde em todas as suas dimensões: na prestação de serviços diretos à população, no planejamento e na assessoria.

Para pensar hoje uma atuação competente e crítica do Serviço Social na área da saúde é importante considerar os Parâmetros para Atuação de Assistente Sociais na Política de Saúde estabelecidos pelo CFESS, Brasília, 2010³: - estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS; □ - facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da Instituição, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito, ou seja, contido no projeto de Reforma Sanitária; -"tentar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas;"- elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem como estar atento sobre a possibilidade de investigações sobre temáticas relacionadas à saúde; - efetivar assessoria aos movimentos sociais e/ou aos conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos sociais contribuindo no processo de democratização das políticas sociais, ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas de saúde, visando o aprofundamento dos direitos conquistados.

5 | A QUARENTENA IMPOSTA

O cenário da pandemia apresenta-se novamente acirrando as desigualdades trazendo a questão social como forte protagonista na inserção do Assistente Social na gestão das políticas públicas de saúde. Sabemos que os mais atingidos serão os pobres e principalmente a classe trabalhadora, que vem sendo exposta de forma expressiva com a seguinte argumentação o Brasil não pode parar.

Além disso, a necessidade de ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica e prudência.

Partindo-se da perspectiva teórica de que as enfermidades são fenômenos a um só tempo biológicos e sociais, construídos historicamente mediante complexos processos de negociação, disputas e produção de consensos, objetivo das atividades deste eixo envolve compreender e responder parcialmente aos desafios colocados pela pandemia, organizando uma rede de pesquisadores do campo das ciências sociais e humanidades visando a investigação, resposta e capacitação como estratégias para o enfrentamento do

3 Constitui-se como produto do Grupo de Trabalho "Serviço Social na Saúde", instituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2008, que incorporou nas suas discussões e sistematizações as deliberações do 36º e 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS2 .

Covid-19 no Brasil.

A quarentena imposta, auto-isolamento e outras restrições de movimento se tornaram comuns em diversos países diante da pandemia do novo coronavírus. Estima-se que haja ao menos 2,8 bilhões de pessoas vivendo sob algum tipo de restrição de movimento ou acesso a serviços. Entretanto, o impacto do isolamento social é diferente de país para país, agora e a longo prazo. Acredita-se que sociedades mais “abertas”, como o Brasil, lidem com a condição de isolamento sob mais estresse e tensões, do que sociedades mais “fechadas”, como o Japão pois os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos serão distintos.

Estar na gestão de políticas públicas de saúde durante a pandemia foi um grande desafio, pois centrar ações para realizar ações fez com que a mobilização aos profissionais envolvidos fosse ainda maior, pois o foco na pandemia trouxe uma exigência de dedicação e desgaste dos profissionais de saúde muito intensa, principalmente para os profissionais que estão a frente dos serviços que atendem a pandemia, todos estão com incansáveis demandas para enfrentamento do COVID 19.

A necessidade de considerarmos estes aspectos da conjuntura do trabalho é de fundamental importância vista que o trabalhador vem constantemente sendo afetado por um sistema que visa o lucro em detrimento da qualidade do serviço prestado, a precarização do trabalho, que corrompe e é corrompido atingindo sempre os que mais precisam, acirrando as desigualdades impostas no mundo do trabalho sendo na esfera pública ou privada. Mas o momento exige também uma reflexão da sociedade sobre o papel desta categoria que, nos últimos anos, tem experimentado profundas mudanças na produção e oferta de serviços. Entre outras demandas, o setor trabalha com a perspectiva de desvalorização do servidor, o que tem se mostrado como algo que impacta diretamente na qualidade do serviço público e, conseqüentemente, na consolidação das diversas Políticas Públicas insuficientes e inoperantes. Estas reformas constitucionais – administrativa e previdenciária -, os governos, federal, estaduais e municipais, movidos por uma visão puramente empresarial da coisa pública, no contexto de uma economia globalizada, perderam o referencial, não enxergando, com nitidez, a fronteira entre o certo e o errado, o legítimo e o ilegítimo, o justo e o injusto, ao ponto, até, de confundir o lícito com o ilícito e isso frente a uma pandemia só pode acabar em um expressivo número de mortos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o projeto ético-político profissional do Serviço Social no espaço de gestão desenvolvendo uma reflexão sobre os desafios postos na atualidade para o Serviço Social na área da saúde em época de pandemia é uma constatare provocação, pois não se olha a profissão sem fazer as interfaces conjunturais, nos aproximamos a passos lentos de um Estado de Bem Estar Social, mas este momento novo, nunca vivido somado as mudanças

políticas deu-se uma ruptura deste processo. Muitos brasileiros sofrem a perda ou foram excluídos por um Estado, que vem massacrando os direitos sociais a ponto de extingui-los como a reforma da Previdência, a restrição de novos concursos públicos, e cortes de gastos na educação e saúde, são exemplos de uma proposta de desmonte.

Neste contexto é de fundamental importância que os gestores estejam preparados e cada vez mais qualificados para enfrentar o novo normal com seus problemas e os desafios que se apresentam cotidianamente, o(a) Assistente Social assim como os demais profissionais terá que se reinventar e no desenvolvimento da consciência crítica, para refletir na sua prática a luta e seu compromisso com a garantia de acesso as políticas públicas principalmente neste contexto histórico pandêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. Brasília, DF: ENAP, 2002. 27 f. (Texto para discussão, 45).

ARRETICHE, M. O mito da descentralização como indutor de maior democratização e eficiência das políticas públicas. In: GERSCHMAN, S. ; VIANNA, M. L. W. (Org). A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, p. 127-152.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. P.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Política de Comunicação CFESS/RESS - 3ª edição. Brasília (DF), 2016. Diretrizes Curriculares. Temporalis, Brasília, n. 10, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, Brasília, 2010.

DUSSAULT, Gilles. A gestão dos serviços públicos de saúde: características e exigências. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 8-19, abr./jun. 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo, Editora Cortez, 2015.

MACHADO, Ednéia Maria. QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL? SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 2, N. 2, P.39-47, JUL./DEZ. 1999.

MENDES, E. V. Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1999

MENDES, Jussara Maria Rosa. O Assistente Social na gerência do Sistema único de Saúde. Dissertação(mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1993.

MENDES, Jussara M. GARCIA, Maria L. T. OLIVEIRA, Edinéia F. A. FERNANDES, Rosa M. C. Gestão na saúde: da reforma sanitária às ameaças de desmonte do SUS. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 331 - 344, ago./dez. 2011.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade. Revista Lua Nova, São Paulo, 69: 13-48, 2006.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 02/05/2021

Guilherme Balduino Gonzaga

Departamento de Filosofia da Universidade de
Brasília – UnB;
Brasília – DF;
<http://lattes.cnpq.br/4236536550073146>

Giuliana da Cunha Faccioli

Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Brasília – UnB;
Brasília – DF;
<http://lattes.cnpq.br/3096285808087950>

RESUMO: O Estado Plurinacional da Bolívia, formado pelo partido do Movimiento Al Socialismo (MAS) foi responsável por trazer melhorias significativas nos índices de desenvolvimento econômico e social na última década. Por outro lado, uma análise mais detida verifica profundas tensões decorrentes do processo de avanço e aprofundamento de práticas extrativistas. Assim, este artigo irá debater os limites e atritos presentes na economia política do governo de Evo Morales, tendo como plano de fundo teórico-metodológico categorias e estudos subscritos à Teoria Marxista da Dependência. De início, busca-se realizar uma retrospectiva em debate do marco teórico utilizado, se valendo principalmente das contribuições de Ruy Mauro Marini. Posteriormente, são apresentados os elementos centrais da história econômica contemporânea da Bolívia, com uma breve

discussão de suas dinâmicas. Por fim, tenta-se examinar o novo modelo de desenvolvimento do governo MAS à luz da Teoria Marxista da Dependência, desvelando possíveis contradições que levassem ao golpe militar de 2019.

PALAVRAS - CHAVE: Bolívia; Extrativismo; Capitalismo Dependente; Ruy Mauro Marini; Teoria da Dependência.

CONTRADICTIONS OF BOLIVIAN NEO-DEVELOPMENTALISM IN THE LIGHT OF THE MARXIST THEORY OF DEPENDENCE

ABSTRACT: The Plurinational State of Bolivia, formed by the Movimiento Al Socialismo (MAS) party, has been responsible for bringing significant improvements in economic and social development indexes in the last decade. On the other hand, a closer analysis verifies deep tensions arising from the process of advancement and deepening of extractivist practices. Thus, this article will discuss the limits and frictions present in the political economy of Evo Morales' government, using as a theoretical and methodological background categories and studies subscribed to the Marxist Theory of Dependency. At first, a retrospective discussion of the theoretical framework used is carried out, drawing mainly on the contributions of Ruy Mauro Marini. Afterwards, the central elements of Bolivia's contemporary economic history are presented, with a brief discussion of its dynamics. Finally, an attempt is made to examine the MAS government's new development model in light of the Marxist Theory of Dependence, unveiling possible contradictions that led to the 2019

military coup.

KEYWORDS: Bolívia; Extractivism; Dependent Capitalism; Ruy Mauro Marini; Dependency Theory.

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto Plurinacional trazido pelo governo do Movimiento Al Socialismo (MAS) à Bolívia foi certamente capaz de alcançar avanços significativos nos índices de desenvolvimento econômico e social na última década. Eleito sob a proposta de aplicação de uma nova economia de caráter mais democrático, principalmente no manejo das terras e no respeito das autonomias populares - nomeadamente, o Modelo Económico Social Comunitário Productivo Boliviano (MESCP) -, o governo de Evo Morales exteriorizou-se em torno da expansão de políticas sociais, sem, entretanto, alterar a matriz de acumulação anteriormente vigente. Quais, portanto, seriam as perspectivas e limites desse modelo de desenvolvimento dado suas características de periferia do capitalismo global e, a nível interno, que contradições estariam imbricadas na ampliação do modelo de acumulação extrativista para as demais classes presentes na Bolívia contemporânea?

O presente trabalho busca uma interpretação das políticas econômicas do governo de Evo Morales (2006 – 2019), orientada pelos conceitos e categorias da Teoria Marxista da Dependência, sobretudo a partir das contribuições teóricas oferecidas por Ruy Mauro Marini. A TMD surge a partir de uma necessidade teórica, conceitual e metodológica de compreensão e análise dos problemas socioeconômicos e políticos que operam na periferia, enquanto região subdesenvolvida e subordinada aos países desenvolvidos. Ela incorpora instrumentos da análise marxista e, na medida em que acessa níveis mais complexos de abstração, vê a sua integração por completo ao campo teórico marxista como uma necessidade, pois, segundo Marini, apenas o pensamento marxista pode estudar e compreender verdadeiramente a dinâmica da dependência. De acordo com Vânia Bambirra, a TMD trabalhada por Marini não é uma

Obviamente no en el sentido de una teoría general del modo de producción capitalista, pues eso fue hecho por Marx; ni tampoco del “modo de producción capitalista dependiente”, pues esto no existe; sino del estudio de las formaciones económico-sociales capita-listas dependientes, vale decir, el análisis a un nivel de abstracción más bajo, capaz de captar la combinación específica de los modos de producción que han coexistido en América Latina bajo la hegemonía del capitalismo (BAMBIRRA, 1978, p. 8).

A Teoria da Dependência é, portanto, um instrumento teórico-metodológico específico, em determinado nível de abstração, que faz uso dos conceitos e categorias mais gerais legadas por Marx e, com relação a importância fundamental da teoria do imperialismo, de Lênin no estudo das especificidades e formações socioeconômicas periféricas, com foco no território latino-americano.

Buscaremos, portanto, uma análise e compreensão dos fenômenos subjacentes à economia política da Bolívia contemporânea, utilizando do aparato conceitual criado por Ruy Mauro Marini dentro da tradição marxista.

2 I TEORIA DA DEPENDÊNCIA E TEORIA DO VALOR - UMA RETROSPECTIVA

Nesta parte do artigo, traremos a discussão mais teórica e em maior nível de abstração proporcionada por Marini, elucidando o movimento das categorias em torno do conceito de *dependência*, o que possibilitará uma visão teórica geral da proposta marxista-mariniana e nossa futura aplicação desse conceito em nossa análise acerca dos desdobramentos do modelo desenvolvimentista na Bolívia. O desenvolvimento econômico da América Latina em geral não pode ser compreendido sem a expansão comercial do capitalismo internacional. Antes mesmo que houvesse a formação do mercado mundial, os países que abarcam a Europa Ocidental lograram acentuada acumulação e apropriação de riquezas na época de transição do feudalismo ao capitalismo sob o processo de acumulação primitiva. Essa acumulação de riqueza, oriunda das expropriações efetuadas pelo colonialismo, demonstram, na história mundial, a importância da periferia, sobretudo a latinoamericana, no desenvolvimento da Revolução Industrial e na consolidação do capitalismo propriamente dito. As colônias, cuja existência estava condicionada a proporcionar uma base de transferências de recursos às metrópoles, eram grandes produtoras de metais preciosos, o que permitiu a fixação de uma base sólida às manufaturas europeias e a criação da grande indústria (LUCE, 2018).

A consolidação do capitalismo industrial fará surgir, com a independência conquistada pelos países latino-americanos no século XIX, uma estrutura definida de relação entre esses países e os centros capitalistas europeus, a divisão internacional do trabalho. Os novos países, segundo essa divisão, se articulam diretamente com os centros europeus, produzindo e exportando em massa bens primários de acordo com a exigência e necessidade dos centros. Ruy Mauro Marini dirá:

[...] é a partir de então [da consolidação da divisão internacional do trabalho] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1973, p. 4).

A relação dos países europeus com os países latino-americanos é o que permitirá a consolidação da Revolução Industrial. A grande indústria tem como necessidade um amplo fluxo e disponibilidade de produtos agrícolas e matérias primas, pois só assim os países centrais podem especializar-se na atividade majoritariamente manufatureira. O crescimento da classe trabalhadora urbana – que gera uma maior demanda dos meios de subsistência oriundos da agropecuária – e da maior industrialização alcançada – que exige a grande disponibilidade de insumos e matérias primas – teria travado o desenvolvimento das

economias europeias caso essas tivessem que suprir tais demandas, impossibilitando a acumulação de riquezas pela especialização na produção especificamente manufatureira. A solução que permitiu suprir essas necessidades inerentes ao desenvolvimento da grande indústria foi o deslocamento do eixo extrativista e agropecuário para os países periféricos, onde os países industriais se especializavam como produtores mundiais de manufatura e os países periféricos latino-americanos como exportadores de matérias primas e alimentos.

A oferta de alimentos e matérias primas procedente do mercado mundial, disponibilizada sobretudo pela especialização da América Latina nesses setores e em resposta às necessidades e requerimentos dos países industriais, gera uma transformação qualitativa na esfera da acumulação do capital. O crescimento quantitativo proporcionado pela entrada da América Latina no mercado mundial transforma o eixo de acumulação na economia industrial, deslocando a produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. A consolidação da acumulação em torno da mais-valia relativa por parte do capitalismo industrial é uma qualidade que se obtém mediada pelo trabalho concretizado nos países latino-americanos (ou periféricos em geral) sob a especialização instalada pela divisão internacional do trabalho. A contradição principal, aqui, é que esse deslocamento, nos países centrais, para a produção de mais-valia relativa, só é possível pela exacerbação da produção de mais-valia absoluta, que ocorrerá de forma acentuada nos países dominados pelo capitalismo dependente (MARINI, 1973).

Mais-valia é trabalho excedente, que, por sua vez, é medido pelo nível de exploração da força de trabalho. O que muda entre mais-valia absoluta e relativa são os mecanismos pelos quais se dará essa exploração, assumindo formas mais diretas ou indiretas. A mais-valia absoluta consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la, podendo manter constante ou não o pagamento da força de trabalho. Ela apresenta, portanto, algumas limitações, sejam elas fisiológicas (exaustão do trabalhador) ou sociais e políticas (a luta de classes como um de seus freios). No entanto, o capital encontra outras formas de elevar a mais-valia: através da mais-valia relativa. A mais-valia relativa acontece pela desvalorização da força de trabalho sem que isso acarrete necessariamente a diminuição do salário nominal, mas sua desvalorização *real*. Isso só é possível quando há um aumento na produtividade nos setores que produzem bens-salário e/ou insumos. Esse aumento de produtividade nos setores destinados aos bens-salário e insumos reduz o tempo na jornada de trabalho que é gasto com o trabalho necessário para a reposição da força de trabalho e aumenta proporcionalmente o tempo de trabalho excedente. (CARCANHOLO, 2011).

O aumento da produtividade e a desvalorização da força de trabalho reduz o tempo da jornada de trabalho dedicado ao pagamento dos salários¹, não por aumentar diretamente o tempo da jornada de trabalho que corresponde ao trabalho excedente ou

1 O aumento da produtividade não produz mais valor, mas apenas mais valores de uso na mesma quantidade de tempo, ou seja, é a mesma quantidade de valor que é distribuída por uma maior massa de mercadorias, levando o barateamento dos preços de mercado e uma maior apropriação de mais-valia pelo papel desempenhado na concorrência, pois um maior número de mercadorias se realiza mais facilmente a preços mais baixos.

reduzindo o salário nominal, mas por ampliar o trabalho excedente indiretamente pela via da maior produtividade, criando mais valores de uso na mesma duração da jornada de trabalho. Esse aumento da produtividade deve incidir sobre os setores de bens salário, correspondendo a uma desvalorização da força de trabalho pela via do barateamento dos produtos que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores.

A intensificação e aumento da jornada de trabalho, que corresponde à mais-valia absoluta, cria mais valores de uso, pois obriga o operário a uma maior quantidade de trabalho sem que o tempo socialmente necessário mude, não afetando o valor unitário do produto. Já o aumento da produtividade, que provém das melhorias técnicas, quaisquer que elas sejam, reduz a quantidade de trabalho abstrato necessário para produzir uma unidade do produto, e por esse motivo tende a reduzir o valor unitário da mercadoria (SAAD FILHO, 2011). Ora, é justamente a redução do valor unitário de seus produtos que faz o capitalista individual buscar o aumento de produtividade, já que pode apelar para preços de venda menores que os de seus concorrentes e obter uma mais-valia extraordinária temporária. Essa mais-valia temporária, no entanto, tende a se extinguir com o tempo, dada as limitações impostas pela generalização do progresso técnico às demais indústrias do mesmo setor e a equalização das taxas de lucro, consequência dessa mesma generalização.

A formação e cristalização do capitalismo nos países latino-americanos ocorre através do mercado mundial e das exigências que este carregava, dado que o próprio mercado mundial é uma necessidade ao desenvolvimento industrial nos países centrais; a retirada do setor primário nesses países em direção à América Latina irrompe um grande fluxo e disponibilidade de insumos e alimentos, já que as economias latino-americanas se especializam na exportação de produtos originários da pecuária, agricultura e extrativismo. Com a solidificação da divisão internacional do trabalho, vem a solidificação do capitalismo dependente. Essas exigências por parte do mercado mundial buscavam, entre outras coisas, a solucionar um problema específico derivado da acumulação de riquezas orientada majoritariamente pela mais-valia relativa e a busca dos capitalistas individuais pelo lucro extraordinário, o problema da queda das taxas de lucro. A mais-valia extraordinária é alcançada pelo desenvolvimento técnico, que aumenta a produtividade de um capitalista individual e o lança à frente da concorrência, fazendo-o obter uma taxa de lucro superior à média, pois obtém preços de mercado mais baratos. Isso é apenas momentâneo: a própria concorrência induz os demais capitalistas a inovarem, imitando, adaptando ou criando formas de aumentar sua produtividade; assim, as inovações técnicas acabam se generalizando e a taxa de lucro extraordinária daquele capitalista individual cai novamente e retorna à média.

Quando levamos em conta a composição orgânica do capital², após a generalização

² Esta é a razão do capital constante pelo capital variável. Em outras palavras, ela reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para conceber uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária.

do progresso técnico, as taxas de lucro não voltam ao seu nível médio, mas, na verdade, caem abaixo do nível anterior e estabelecem uma nova média inferior à antiga. Isso acontece porque, tendo em vista a inovação técnica e o aumento da produtividade, o capital constante sofre um aumento. Isso pode acontecer por uma série de motivos, muitas vezes pelo próprio aumento do custo das máquinas e sua manutenção, mas, mesmo que as máquinas tenham valor reduzido, o capital constante ainda assim tende ao crescimento, pois o aumento da produtividade cria maior *quantum* de valores de uso no mesmo período de tempo, o que implica que uma quantidade maior de matéria prima é necessária para a produção de mais valores de uso, gerando gastos mais elevados com matéria prima, conseqüentemente inflando o capital constante. Nesse sentido, o aumento de produtividade implica em maior necessidade de matérias primas a serem transformadas em mercadorias, elevando a composição do capital. Ao se restabelecer a taxa média de lucro, vemos que ela se fixa a um nível abaixo da anterior (antes de haver o progresso técnico), pois *a massa total de mais-valia produzida, em relação aos custos totais com capital variável e capital constante, se torna menor*. A taxa de lucro é a razão entre a massa de mais-valia produzida sobre a soma da quantidade de valor do capital constante e do capital variável. Assim, por mais que *a massa de lucro* seja maior que a anterior, a *taxa de lucro* tende a cair, pois o capitalista precisa investir uma quantidade maior de valor para se apropriar de uma mesma quantidade de lucro. (CARCANHOLO, 2013).

Existem alguns fatores contratendentes que permitem conter a queda da taxa de lucro, vale destacar os seguintes: redução dos salários dos trabalhadores, superexploração da força de trabalho e o apelo ao comércio exterior que fornece matérias primas e alimentos mais baratos, de forma a reduzir o peso do capital constante sobre a composição do capital. Podemos ver como a inserção da América Latina é uma resposta direta à queda da taxa de lucro, pois ela abarca todas essas funções. A *transferência de valor* é o fator que incide primordialmente sobre o capital constante.

A transferência de valor como troca desigual entre países subdesenvolvidos e os países centrais pode ser entendida como uma “*não-identidade* entre a *mais-valia produzida* e a *mais-valia apropriada*” (LUCE, 2018, p. 33). Tendo em mente a divisão internacional do trabalho, Marini dirá que

o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção³ mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 1973, p.10).

3 Simplificando bastante a teoria de Marx, o preço de produção de uma mercadoria pode ser entendido como o valor apropriado na sua venda que garante a obtenção do lucro médio e a uniformidade da taxa de lucro.

As economias que apresentam níveis mais altos de produtividade⁴, valendo-se das próprias leis da concorrência, não se veem obrigadas a reduzir o preço de venda de suas mercadorias ao seu valor individual⁵. Na medida em que produzem abaixo do preço de produção, possuem a capacidade de se apropriar, pela esfera da circulação, de somas maiores de valor em relação ao que efetivamente produziram, logrando uma maior quantidade de riqueza. A transferência de valor pode ser interpretada como uma perpetuação da mais-valia extraordinária no nível do comércio mundial e do intercâmbio entre a periferia e o centro. Os países centrais, por terem um preço de produção abaixo da média, logram vender suas mercadorias acima do seu valor individual, ou até mesmo acima do seu valor social, seja porque possuem o monopólio de manufaturas, ou simplesmente porque produzem certa mercadoria com maior facilidade. Segundo a própria dinâmica da transferência de valor, tudo aquilo que um dos lados ganha é igual ao que o outro lado perde, resultando na geração de superlucros nos países centrais e uma enorme perda nos países periféricos, pois os segundos compram por preços de venda mais elevados do que podem e vendem por preços mais baixos que aqueles constituídos pelo mercado mundial.

As deficiências e dificuldades econômicas provenientes das transferências de valor aos países com maior produtividade do trabalho é compensada, nos países com menor produtividade, pela superexploração da força de trabalho. Ela pode ser entendida como a articulação entre os mecanismos de exploração provenientes da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Eles são, respectivamente, a prolongação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho – que correspondem a mecanismos próprios à mais-valia absoluta – e a desvalorização da força de trabalho – correspondente à mais-valia relativa. No entanto, no caso da superexploração, a articulação entre esses mecanismos gera uma tendência qualitativa nova e essencial à exploração no capitalismo dependente, que é a remuneração do operário abaixo do valor social de sua força de trabalho e as consequências geradas pela negação às “condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (MARINI, 1973, p. 13). O elevado dispêndio de força e a restrição imposta ao operário ao consumo dos bens básicos para a conservação da sua força de trabalho acarretam a redução da própria vida média dos trabalhadores, que podem ser

4 A troca desigual no nível do mercado mundial deve ser entendido pela afirmação de Marx de que uma certa intensidade média do trabalho se constitui em todos os países. Segundo Marx, o trabalho nacional mais produtivo geralmente se mostra como trabalho nacional mais intensivo. “A intensidade nacional do trabalho é a unidade de medida do quantum de valor gerado e apropriado por uma formação econômico-social” (SEIBEL LUCE, 2018, p. 35). O trabalho mais intensivo, portanto, produz mais valor no mesmo período de tempo que o menos intensivo; em escala internacional, o trabalho mais produtivo acaba se convertendo em trabalho mais intensivo, na medida em que uma nação não se vê obrigada pela concorrência a diminuir o preço de venda das suas mercadorias até seu valor. Cf. capítulo XX de *O Capital*.

5 “Relembremos que o valor individual de uma mercadoria, o trabalho real corporificado nela, pode diferir do valor de mercado, o qual é determinado pelas condições médias de produção naquela indústria. Tomemos o caso de um capitalista individual que utiliza essas condições médias de produção. Suponhamos que ele introduza uma nova técnica, o que aumenta a produtividade de seus trabalhadores acima da média. O valor individual de suas mercadorias ficará abaixo do valor de mercado, porque elas foram produzidas mais eficientemente do que é normal naquele setor. O capitalista pode agora fixar os seus preços a um nível mais baixo do que o valor de mercado, obrigando os rivais a baixarem os seus preços, mais ainda num valor mais alto que os seus valores individuais, realizando assim um lucro extra” (CALLINICOS, 2004, p. 24)

substituídos facilmente, pois há um grande exército industrial de reserva no capitalismo dependente.

O aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a diminuição forçada do salário do trabalhador (sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho) – aspectos que dizem respeito à superexploração – implicam uma incapacitação e desestímulo ao consumo individual da classe trabalhadora. Com o início da segunda fase da circulação – isto é, a fase de realização e do produto final, após seu processo de valorização pela esfera da produção –, dá-se início ao processo de reposição do capital investido na primeira fase de circulação – com matérias primas, maquinaria etc. –, reposição tal que possibilita o recomeço do ciclo do capital. Nas economias dependentes, ocorre uma limitação da segunda fase de circulação, em parte causada pelos próprios mecanismos de valorização e extração de mais-valia através da superexploração, impedindo que o fluxo da produção se resolva adequadamente pelo fluxo do comércio; uma vez que o valor médio da remuneração salarial da classe trabalhadora é reduzido abaixo do nível necessário para o consumo dos bens básicos para sua reprodução orgânica, diminuindo drasticamente a função que o consumo individual por parte dos assalariados representa para o restabelecimento do ciclo do capital. Ocorre uma cisão entre a produção e sua realização na circulação, ocasionado pela debilidade do mercado interno enfraquecimento pelo limitado consumo individual da classe trabalhadora; isso aumenta mais ainda as contradições próprias ao capitalismo (a contradição do trabalhador enquanto produtor e consumidor) e reforça a dependência da economia latino-americana ao mercado externo, pois só assim consegue realizar a massa produzida de suas mercadorias. Marini diz:

Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (MARINI, 2012, p. 35).

O problema de realização da produção de mercadorias no comércio interno, cujos países latinoamericanos encontram e procuram solucionar apelando à exportação, é um dos fatores para entendermos uma transformação qualitativa no capitalismo dependente que o conduz a uma nova etapa: a do subimperialismo. O conceito de subimperialismo surge quando uma economia dependente alcança o patamar dos monopólios e do capital financeiro, mas ainda persiste a dependência tecnológica frente aos países centrais e o estreitamento entre a produção e as necessidades de consumo das massas, já que o regime de acumulação orientado pela superexploração persiste enquanto, a partir da maior industrialização alcançada pelos países dependentes em meados do século XX, surge um maior consumo suntuário por parte das classes médias e altas da burguesia. No entanto,

no subimperialismo, temos um papel primordial desempenhado pelo próprio Estado como fator de investimento e multiplicador da demanda. Assim, vemos três tendências que se concretizaram e geram uma nova etapa do desenvolvimento dependente: primeiro, a primazia do mercado interno pelo consumo suntuário das classes médias e altas; segundo, as exportações como uma necessidade à realização da produção interna; terceiro, a importância do Estado no que diz respeito aos investimentos públicos, à regulação da demanda etc (SOTELO VALENCIA, 2018).

Em meados dos anos 60, sobretudo no Brasil, mediado por grandes investimentos dos capitais estrangeiros e da introdução de novas tecnologias vindas do exterior (como os Estados Unidos), ocorre a formação de grandes capitais individuais com alto nível de desenvolvimento tecnológico e índices de produtividade. Esses capitais, em posição privilegiada, alcançam altos níveis de lucro extraordinário e concentram cada vez mais a mais-valia produzida, dando início ao processo de monopolização precoce nas economias dependentes. O processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico que ocorreu nessas economias se dá paralelamente à contradição entre o aumento das escalas produtivas e o limitado mercado interno desses países. A demanda estatal e o consumo suntuário compensam parcialmente o consumo das massas populares, mas não conseguem lidar com o aumento da produtividade. Essa contradição particular torna inevitável o movimento cada vez maior das exportações como forma de lidar com a debilidade do mercado interno, por maior que seja o seu crescimento. Esse processo fica claro pela dinâmica econômica estabelecida no Brasil durante o período de ditadura militar (1964 – 1985), onde surgiu novos setores na produção, como a formação do sistema de energia nuclear e o complexo industrial-militar. A formação de polos industriais em paralelo ao mercado interno restrito pelo regime econômico que se orienta ao redor da superexploração e demais especificidades da dependência ao bloco imperialista direciona o Estado a uma expansão comercial e financeira rumo ao exterior. No caso do Brasil, isso pode ser visto nas relações econômicas estabelecidas com a Bolívia (o que será mostrado nesse artigo mais adiante). Os países subimperialistas, apesar de possuir algum nível de autonomia nos seus investimentos e políticas expansionistas, ainda sofrem restrições ocasionadas pelo bloco imperialista, ao qual continua a transferir valor. Ruy Mauro Marini afirma: “[...] independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza.” (MARINI, 1977).

3 | A ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO EVO MORALES (2006 – 2019)

Na seguinte seção, iremos expor os principais elementos estruturantes da história econômica recente da nação boliviana, examinando os efeitos líquidos da política econômica do governo de Evo Morales (2006-2019). Nesse sentido, será discutido como a Bolívia contemporânea se insere na lógica do neodesenvolvimentismo latino-americano,

fortemente pautado na exploração e exportação de recursos ambientais, com atuação de peso do Estado, tanto no sentido de sustentar certo nível de demanda agregada através de políticas públicas, quanto para fomentar as atividades do capital privado nacional e estrangeiro, conservando alguma continuidade com a lógica neoliberal do período anterior.

A eleição e permanência do Movimento Al Socialismo (MAS) no governo da Bolívia entre os anos de 2006-2019 podem ser compreendidas no ciclo de governos progressistas que alcançaram o poder na América Latina, como bem descreve Decio Machado e Raúl Zibechi:

Entre os diversos governos progressistas, houve pelo menos quatro questões em comum e algumas diferenças. Essas lógicas comuns são: o fortalecimento\reposicionamento do Estado, a aplicação de políticas sociais compensatórias como eixo das novas governabilidades, o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e a realização de grandes obras de infraestrutura. Ao nosso modo de ver, o modelo extrativo ancorado nos hidrocarbonetos, na mineração a céu aberto e as monoculturas como a soja, foram a chave do êxito econômico e das políticas sociais ancoradas nas transferências monetárias, assim como o eixo da legitimidade do progressismo (MACHADO; ZIBECHI, 2017, p. 14).

Assim, no período de 2003 a 2014, a América Latina e em especial, a Bolívia desfrutaram de um *boom* econômico sem precedentes na história. Em decorrência deste fenômeno, se pôde verificar, na maioria dos países do Cone Sul, altos índices de crescimento econômico, redução da dívida externa e aumento das reservas internacionais, superávits na balança de pagamentos dado o aumento do valor das exportações, aumento dos níveis de ingresso de investimento direto (ID), orçamentos fiscais relativamente equilibrados com taxas moderadas de inflação, queda no desemprego e crescimento dos salários reais. Dentre os elementos que justificam o bom desempenho da economia, entende-se que

se atribuye estos resultados al comportamiento favorable de los precios de las materias primas impulsado por los países asiáticos, a las remesas, al ingreso de capitales que huyeron de las crisis de los países del Occidente y al buen manejo de la macroeconomía regional (ANAYA, 2017, p. 80).

No caso da Bolívia, os termos de intercâmbio fortemente favoráveis acentuaram o ciclo de matérias primas, levando as exportações a se concentrarem nas seguintes commodities: gás natural, metais, soja e quinoa. Nesse período, a região andina expandiu a produção e comercialização de bens primários a taxas superiores à média da América Latina (BENAVIDES; COSSÍO; MITA; TORRICO; WANDERLEY, 2018). A reprimarização das economias no período de boom recente permitiu forte crescimento de curto prazo e melhorias significativas em muitos indicadores sociais. Nesse sentido, apontamentos que condensem a dinâmica essencial de funcionamento destes setores se fazem particularmente necessários.

A nacionalização dos hidrocarbonetos em de maio de 2006 foi uma peça-chave para o modelo neo-desenvolvimentista boliviano, pois foi a partir dela que se pode gerar recursos

internos para o financiamento do investimento público. Se tratou de uma nacionalização indireta, uma vez que não ocorreu expropriação de ativos das empresas estrangeiras, senão um incremento da participação do Estado nos fluxos de renda que eram gerados pela extração de tais recursos naturais. Em outras palavras, as modalidades contratuais com as empresas transnacionais foram alteradas, beneficiando a contraparte estatal no que concerne ao aumento moderado de suas receitas.

Com relação à comercialização de gás natural, pode-se afirmar que o Brasil se consolidou como principal parceiro comercial e dessa relação foi possível ao Estado Plurinacional da Bolívia o acúmulo de um montante considerável de divisas, tendo em vista um total produzido de 75% se direcionando para o mercado de exportação (MONRROY, 2017); de fato, a pauta comercial durante o governo de Morales se deslocou para transações regionais na América do Sul, com os Estados Unidos perdendo sua liderança de principal comprador, dando lugar ao Brasil e à Argentina, logo em seguida. O petróleo, por outro lado, teve maior participação no mercado interno, principalmente pela sua expansão a partir de preços subsidiados pelo governo.

A mineração, por sua vez, é expressiva em duas correntes centrais: primeiro, pela moderna mineração, com exemplos em San Cristóbal⁶, Manquiri e Sinchi Wayra, onde se usa uma exploração mais intensiva em técnica e tecnologia como a mineração a céu aberto e flotação - gozando, portanto, de maior produtividade – sendo ainda os responsáveis pela maior parte do processamento e exportação de minerais na Bolívia. Em segundo lugar, as Cooperativas de Mineração são expressivas na configuração do setor, caracterizando-se enquanto um ramo de atividade informal. Nesse caso, foram beneficiadas por diversos fatores: não lhes é obrigatório a apresentação de demonstrações financeiras, são isentas do cumprimento das normas ambientais, de segurança industrial e de segurança social, além de arcarem também com menos royalties e impostos. No período mais recente, houve uma forte expansão das cooperativas na economia, dado o aumento dos preços dos minerais no mercado internacional e a brecha deixada pela empresa estatal, que não foi capaz de se capitalizar na área de exploração de metais; de acordo com Roca:

este cooperativismo esconde una alta tasa de empleo asalariado en condiciones de precariedad laboral, pero en su cúspide tiene a unos pocos cooperativistas que son los empresarios capitalistas del área, quienes sí poseen la estatura de una nueva elite económica que, a la par, funge como elite política (ROCA, 2017, p. 501).

Todavia, seu crescimento não é sustentável devido aos altos custos de produção e baixa produtividade, sendo mais vulnerável à instabilidade de preços.

Por fim, com relação ao avanço agrícola, diversos acordos da Comunidade Andina

⁶ San Cristóbal, incubado na década de 1990 como um megaprojeto de George Soros, teve um investimento de 1.200 milhões de dólares. Sua capacidade produtiva de 60.000 toneladas por dia (tpd), é uma das maiores operações polimetálicas do mundo, que opera um depósito polimetálico de zinco, prata e chumbo. Tem uma capacidade três vezes maior que a Inti Raymi e 80 vezes maior que qualquer mina de tamanho médio na Bolívia (POZO, 2017).

beneficiaram significativamente a agricultura comercial, além da baixa tributação pelo governo e da expansão da fronteira agrícola. Também o governo MAS incentivou o avanço da produção privada e capitalista de gêneros alimentícios por meio de políticas de crédito, assistência técnica, dentre outras, em detrimento da então chamada economia comunitária, de usufruto coletivo da terra, relegando essa prática apenas ao reconhecimento jurídico-formal de posse coletiva, como se verificou no cultivo da quinoa (RAMIREZ F.; SAVEEDRA, 2013). A soja, por outro lado, foi fortemente impulsionada pela entrada de capital estrangeiro, especialmente do capital brasileiro, com destaque para a região do complexo agroindustrial de soja e pecuária de Santa Cruz e Beni.

Por outro lado, a então preponderância da exploração de recursos naturais no interior da economia nacional levou o setor primário a deslocar os outros setores, caminhando na contramão de uma tão prometida diversificação do sistema produtivo boliviano e a um aumento considerável nas importações. Esse fato configura uma situação de maior vulnerabilidade estrutural, dado que a concentração em torno de produtos de baixo valor agregado aumenta a volatilidade do crescimento, associando-o às flutuações dos preços internacionais no mercado externo, como também ao risco inerente de esgotamento (econômico ou físico). Se verifica, ademais, uma diminuição da produção manufatureira interna (exceto para o processamento industrial de hidrocarbonetos) e um aumento nos preços e salários dos setores não comercializáveis em relação aos seus similares comercializáveis (ANAYA, 2017).

Sem embargo, o âmbito de atuação estatal passa a se aglomerar em torno da sustentação do consumo doméstico, seja pela produção direta de bens e serviços subsidiados, seja pela obtenção do câmbio necessário para atender à demanda nacional com importações, ou, ainda, pela responsabilidade no fornecimento de infraestrutura. Nesse sentido, o neostatismo de Evo Morales pode ser também entendido como um novo modelo de desenvolvimentismo:

Después de 20 años de un modelo económico centrado en el dinamismo privado, en el 2006 la política económica se enfoca nuevamente a través de las ideas keynesianas y cepalinas, que en alguna medida se asemejan al capitalismo de Estado del periodo 1952-1985. El Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010, en lo referente a la matriz productiva señala que esta estará conformada por dos sectores: 1) sector estratégico: generador de excedentes, y 2) sector generador de empleos e ingresos (con el que se refiere a las empresas privadas pequeñas y medianas, economía agrícola y de subsistencia) (YAÑEZ, 2017, p. 202).

A necessidade de se acumular maiores excedentes, confere ao Estado a execução de diversas nacionalizações em setores estratégicos, como aqueles destinados à exploração e fornecimento de energia, combustíveis, transporte, dentre outros; também são criadas uma multiplicidade de novas empresas estatais para expandir seu aporte financeiro. Essas importantes mudanças geram maior disponibilidade de receitas para a autoridade central,

de forma a impactar também no modo de financiamento do investimento público. A partir de 2006, em lugar de ser financiado pela poupança estrangeira, passa a ser financiado pela poupança doméstica (YAÑEZ, 2017).

É então no governo MAS que se observa uma expansão significativa do Estado na economia: este, através do aumento de seus canais de captação de recursos, passa a ter maior peso na alocação do valor gerado no interior da economia. Mesmo assim, não busca desvencilhar-se de sua função enquanto provedor de bens e serviços públicos, muito menos de parcerias com o capital estrangeiro ou privado nacional, mas se relaciona com os demais agentes em uma posição ativa de competição, um comportamento efetivamente empresarial, como destaca José Gabriel Espinoza Yañez:

En este sentido, la relación de la empresa pública con la empresa privada ha sido importante, ya que es a través del esfuerzo del sector público que se han desarrollado importantes empresas en el sector privado. Ejemplos de esto son los complejos azucareros, aceiteros y de beneficiado de arroz, así como textiles y fábricas de insumos como el cemento. En el ámbito de los transportes la intervención estatal ha sido aún más importante, ya que más allá de la construcción de infraestructura, los aportes estatales ayudaron a desarrollar las empresas ferrocarrileras, así como aeronáuticas (YAÑEZ, 2017, p. 207).

Ainda no que concerne à nova forma de funcionamento do Estado na economia boliviana, vale destacar sua entrada com majoritária participação acionária em diversas empresas pelo país, além de subscrever o repúdio a déficits fiscais, em prol de saldos orçamentários sempre positivos (reafirmando seu sentido enquanto empresa). Isso implica que a manutenção de suas fontes de receita deve prevalecer sobre outras preocupações econômicas, como, por exemplo, a taxa de desemprego, a qual está intimamente conectada a constatação de uma população boliviana majoritariamente empregada no setor informal da economia; não obstante esse novo modelo, foi no setor informal onde se encontraram as melhores perspectivas para a expansão do setor privado, principalmente na emergência de uma nova burguesia mineradora.

De fato, apesar do discurso oficial do governo insistir nos avanços decorrentes das políticas de redistribuição de renda, seus resultados seriam de fato significativos com relação à diminuição da pobreza e da pobreza extrema, mas acabam apresentando certas ambiguidades ao se analisar outros aspectos de melhoria de vida da classe trabalhadora. Tomando como exemplo a política salarial, mesmo com sua grande dinamicidade e com incrementos substanciais, tanto do salário mínimo como do salário médio, ela acabou por beneficiar somente 30% da população economicamente ativa. Se faz mister mencionar também que as transferências de renda, como os benefícios assistenciais “Juancito Pinto” e “Renta Dignidad”, com o objetivo de adicionar progressividade ao gasto público, acabam tendo seus resultados questionados dado o efeito regressivo dos impostos indiretos sobre a renda da população.

Finalmente, a partir de 2012, passa a se verificar uma queda suave dos preços internacionais das principais commodities de exportação da Bolívia⁷, colocando a sustentabilidade do progresso social e da redução da desigualdade em xeque, dados os efeitos contrários decorrentes da diminuição do valor acumulado. Num contexto de crise e, conseqüentemente, de crescente instabilidade, as diversas parcelas de classes buscam amortizar ao máximo suas perdas. Desse modo, não apenas o gasto público sofre um abalo (tendo de recorrer às próprias reservas internacionais e, em menor parte, ao crédito externo, para se sustentar), como também os setores extrativistas verificam perdas nos ganhos acumulados, terminando por desvelar a forte vulnerabilidade desse modelo e questionar os efeitos de longo prazo do neodesenvolvimentismo.

4 I UMA CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO

Esta parte consistirá numa discussão das contradições presentes na economia política do governo Morales, que serão postas à luz e debatidas pela Teoria da Dependência. O esforço analítico se justifica pela tentativa de compreender as contradições do governo MAS em interação à atual conjuntura da crise política boliviana, que teve seu ponto mais alto no golpe civil-militar responsável por depor Evo Morales e Álvaro García Linera, em novembro de 2019.

O governo de Morales se formou em torno da rearticulação do extrativismo com as demandas externas tendo por finalidade conduzir o país a um maior desenvolvimento econômico e bem-estar social. Entretanto, o desenvolvimento industrial e tecnológico assume conseqüências peculiares dentro da economia dependente e isso se ilustra perfeitamente com a então denominada moderna mineração boliviana. Sua configuração enquanto atividade econômica moderna acontece ao reintegrar o país na nova divisão internacional do trabalho, isto é, ao inserir a Bolívia nos fluxos de comércio mundial, operando distante da economia nacional e mais próxima dos circuitos de reprodução do capital em âmbito internacional. Assim, a aquisição de plantas produtivas, maquinaria e de novas técnicas de produção, não perpassa o consumo intermediário, promovendo uma indústria de bens de consumo voltada para a circulação interna, dado que a aplicação tecnológica em economias de enclave, “não geram atividades econômicas novas através do encadeamento produtivo nem se integram no mercado local” (MACHADO; ZIBECCHI, 2017, p. 88). A indústria boliviana se mostrou cada vez mais dependente dos setores de bens de capital dos países capitalistas avançados, sem que de fato houvesse uma dinamização do seu mercado interno. A subordinação da Bolívia ao mercado mundial ocorre, portanto, em diferentes instâncias: não só com relação à exportação dos bens-primários, mas também da importação de produtos alimentícios e maquinário tecnológico, pois o setor agropecuário

⁷ A queda se prolonga até o ano de 2016, podendo se verificar uma leve recuperação nos anos seguintes, mas ainda muito abaixo do nível de crescimento antes da crise. (BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA, 2018).

boliviano não atende às demandas do mercado interno e as tecnologias importadas dos países imperialistas acarretam numa maior subordinação ao mercado externo.

A reatualização da divisão internacional do trabalho força um processo de reprimarização econômica da Bolívia, o que agrava substancialmente a exploração sobre o trabalhador, reforçando as transferências de valor aos países imperialistas e subimperialistas. Essas transferências são compensadas de forma tipicamente dependente: pela superexploração da força de trabalho. O regime de superexploração busca recompor as taxas de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, ou seja, na fase da produção, prolongando a jornada laboral, intensificando o trabalho e /ou forçando os salários dos trabalhadores para baixo, sem que a redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. A exemplo da Bolívia, a superexploração aparece principalmente tanto nos casos das cooperativas mineiras, quanto no caso do setor de processamento de hidrocarbonetos:

El éxito de la política hidrocarburífera llevada hasta el año 2005, reflejado esencialmente en la consolidación del proyecto de exportación de gas natural Bolivia-Brasil, llevó (con alta probabilidad) a incrementar la participación estatal en el sector hidrocarburos. Sin embargo, esta mayor participación se profundiza en la mayor explotación de los campos y mayores volúmenes de exportación de gas natural como materia prima, relegando la apertura de nuevos mercados y descubrimiento de nuevas reservas a un segundo plano (MONRROY, 2017, p. 140).

Também o setor informal das cooperativas mineiras deve ser devidamente pontuado. Se trata de um ramo que, apoiado pelo boom nos preços das commodities e pelas diversas vantagens obtidas do governo, demonstrou considerável expansão, abrigando camadas da população que vão desde uma alta elite político-econômica de empresários gerenciais (com rendimentos que chegam até 60 mil bolivianos por mês), até trabalhadores subcontratados em situação de superexploração (com rendimentos de até 1.500 bolivianos), a exemplo dos peões de minas (LOHMAN, 2014). As cooperativas, vale destacar, são extremamente vulneráveis às flutuações de preços dos minérios, sendo a elas reservadas o adequado prognóstico de Jordán Pozo (2017, p. 264.) “Con la continuada baja en los precios podría gestarse el estallido de una bomba de tiempo social.”

A estrutura de produção implementada na Bolívia, aliada ao regime de acumulação orientado pela superexploração da força de trabalho nos setores de hidrocarbonetos e mineração, gradativamente se separa das necessidades reais de consumo das massas trabalhadoras. As políticas de incremento salarial não alcançam de maneira suficiente grande parte da população, tornando questionável em que medida se consegue gerar um maior consumo interno de forma a sustentar a demanda agregada em vias de uma realização da mais-valia não acumulada. De acordo com Marini (2012), as mercadorias provenientes da produção interna são criadas em função de sua realização externa via mercado mundial, e não com a finalidade de satisfazer as necessidades populares, característica ocasionada

pela redução do nível médio salarial abaixo do valor da força de trabalho no contexto da mineração cooperativista e dos hidrocarbonetos. Isso gera uma forte agudização da luta de classes e um aumento da insatisfação em parte da base popular de legitimação do governo de Evo Morales.

Portanto, o Estado assume um importante papel na tentativa de contrapor ou frear a agudização das tendências de baixa capacidade de consumo da massa trabalhadora. À primeira vista, o Estado pós-neoliberal - a partir de políticas públicas de transferência de renda, saúde e educação, subsídio de preços de certos setores produtivos - se incumbem com a função de manter um nível de renda capaz de estimular a circulação interna de capital, a princípio, assegurando um nível básico de consumo da classe trabalhadora. Um olhar mais profundo da nova configuração dessa instituição consegue captar melhor suas tensões essenciais.

Vale lembrar que, à medida que o desenvolvimento capitalista avança, aumenta também a concentração e centralização de capitais, produzindo um ambiente cada vez mais competitivo. Isso exige montantes cada vez maiores de investimentos por parte dos capitalistas para dar continuidade ao ciclo e tentar recuperar as taxas de lucro. Portanto, tal necessidade cada vez mais presente passa a conformar a figura do Estado empresarial. O novo ator, ou seja, o “Estado-empresa”, propicia a institucionalidade política e social capaz de dar prosseguimento às práticas de espoliação e superexploração, porque devolve ao sistema capitalista certa legitimidade - pelos setores populares, via ampliação de políticas de transferência de renda, e pelos setores burgueses, via políticas de subsídio de preços e de proteção jurídica ao capital estrangeiro (MACHADO; ZIBECCHI, 2017). Aqui revela-se uma contradição central: a da tentativa de promover justiça social ao mesmo tempo que se aprofunda e faz avançar processos de acumulação e espoliação.

A política de conciliação de classes tenciona seus limites, principalmente quando do incidente da construção de uma rodovia que passaria por uma grande reserva ecológica e território indígena autônomo, o TIPNIS, que terminou com fortes repressões por parte do governo central e o efetivo rompimento com sua base social, de apoio ao governo Morales. O governo, anteriormente eleito com uma posição ambientalmente amigável foi abandonando-a paulatinamente. A política efetiva e concreta, foi, na verdade, de maximizar a renda passível de se extrair dos recursos naturais, ao lado dos interesses de acumulação mineira e agropecuária.

Dessa forma, muitas das contradições do capitalismo periférico sob uma recentralização da atuação do Estado na extração de uma parcela da mais-valia acabam se exacerbando, muito mais que se mitigando. Na verdade, adiciona maior complexidade ao conflito inerente à sociedade capitalista, no qual, por motivos já anteriormente discutidos na parte 3, traz ainda elementos da tradição neoliberal. As debilitadas tentativas de restituir o poder de compra perdido pelas classes populares, através de reajustes salariais e assistencialismos, amplificam as contradições internas à economia boliviana, na medida

em que o Estado se recusa a implementar, aliadas às políticas de empoderamento do consumo popular, efetivas medidas de controle dos grupos privilegiados que furtam imensas massas de lucro através da superexploração da força de trabalho. Em parte, o próprio governo se encarregou de auxiliar mais ainda essas burguesias, como no caso das cooperativas mineiras, que correspondiam a uma elite econômica ascendente, em que o Estado assegurava preços subsidiados, menores obrigações tributárias, facilidade de comercialização e uma série de outros privilégios, como eximir o cumprimento das leis trabalhistas – o que contribuía ainda mais para a superexploração. Não existia, portanto, nenhuma política real de transferência de renda das camadas burguesas aos trabalhadores e, em certos casos, se verificava um agravamento da situação social em que se encontrava algumas camadas da classe trabalhadora. A importância do Estado na atual fase de expansão do capitalismo deve recuperar também a relação que se coloca entre os demais Estados num contexto de profunda globalização. No contexto de exportação de capitais no período pós-guerra, países como o Brasil lograram uma maior composição orgânica do capital ao aumento a proporção entre meios de produção e força de trabalho, o que desenvolveu o setor nacional de bens duráveis. Marini diz:

El subimperialismo corresponde a la expresión perversa de un fenómeno resultante de la diferenciación de la economía mundial, con base en la internacionalización del capital, que llevó a la superación de la división simple del trabajo —expresa en la relación centro-periferia, tematizada por la Cepal— en provecho de un sistema mucho más complejo. En él, la difusión de la industria manufacturera, elevando la composición orgánica media del capital, es decir, la relación entre medios de producción y fuerza de trabajo, da lugar a subcentros económicos (y políticos), dotados de relativa autonomía, aunque permanezcan subordinados a la dinámica global impuesta por los grandes centros. Como Brasil, países como Argentina, Israel, Irán, Irak y Sudáfrica asumen —o han asumido, en cierto momento de su evolución reciente— carácter subimperialista, al lado de otros subcentros en los que esa tendencia no se ha manifestado plenamente o tan solo se ha insinuado, como es el caso, en América Latina, de México y Venezuela (MARINI, 1993).

Como já salientamos, o subimperialismo se mostra a partir do desenvolvimento industrial da indústria pesada – com o predomínio dos investimentos externos –, organizada em torno da produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, na conjuntura própria do capitalismo dependente – superexploração da força de trabalho e a cisão entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas populares. O subimperialismo brasileiro é uma resposta aos problemas de realização próprios à economia dependente, cuja função é buscar restaurar a unidade entre produção e a realização do valor, fazendo uso de uma política expansionista relativamente autônoma, logrando uma esfera de influência regional própria, mas que ainda se mantém circunscrito à hegemonia do imperialismo dominante.

No marco dessa conjuntura peculiar é que se compreende a relação política e econômica entre Brasil e Bolívia, em que o primeiro, logrando uma posição privilegiada,

recorre a uma forte influência regional na busca pela realização da sua produção, exportando capitais, investimentos e manufaturas. Nesse sentido, a relação com o Brasil torna a Bolívia ainda mais suscetível às oscilações econômicas e políticas brasileiras, além de transferir somas de valor ao país subimperialista.

5 | CONCLUSÃO

Acima se demonstrou que o discurso neodesenvolvimentista boliviano deixa muito a desejar frente aos seus projetos de justiça social, de uma economia comunitária e de um governo popular, pois longe de conseguir superar as mazelas do capitalismo periférico, acaba por reforçar a dinâmica do capitalismo global. Nesse sentido, o processo de capitalização do Estado com a finalidade de alcançar um desenvolvimento endógeno é perdida pelo aprofundamento da dependência

Grande parte dos conflitos políticos ao longo da história boliviana giraram em torno da distribuição da renda acumulada pela exploração dos recursos naturais e os recentes acontecimentos que lá se verificam não são exceção. O Estado empresarial, a moderna mineração, as cooperativas, a crescente agricultura comercial e as camadas populares, todos se circunscrevem no contexto de uma sociedade baseada no conflito distributivo, tal como é a sociedade capitalista, que se desdobra em ciclos expansivos e em circunstâncias de profunda crise, como em momentos de golpes de Estado.

Não pretendemos aqui ignorar a fundamental importância que representam determinados agentes políticos na execução de um golpe de Estado, como o ocorrido na Bolívia em novembro de 2019. Reconhecemos a destacada importância que tiveram as Forças Armadas na deposição de Evo Morales e repressão violenta da população, os canais midiáticos na agitação e desinformação das massas, esfera jurídica na perseguição da resistência de militantes políticos e grupos religiosos de extrema direita. O que finalmente se deseja é apontar os principais determinantes da economia política que desaguaram no mais recente golpe, entendendo o contexto de crise como que de continuidade com a discussão anteriormente realizada das contradições presentes no governo de Evo Morales, visando entender o fenômeno enquanto *processo histórico*.

A última grande notícia que se pode verificar com relação ao governo de Evo Morales foi o ambicioso projeto de industrialização das maiores reservas de lítio em salmoura do mundo, no Salar Uyuni, numa tentativa de integrar cadeias que são comumente separadas nos circuitos de produção globalizada. A chamada *Estrategia Nacional de Industrialización de los Recursos Evaporíticos* reunia três fases entendidas da seguinte forma: i) na produção de commodities de lítio e potássio em escala piloto; ii) fornecimento de infraestrutura e condições necessárias para o Estado boliviano produzir commodities de lítio e potássio em escala industrial; iii) pela aprofundação das etapas de industrialização através do fabrico de materiais de cátodo e baterias de lítio. Ademais, o projeto seria concretizado em parceria

com a empresa alemã ACY Systems (com a participação majoritária do governo, através da YLB, mantida em 51%), chegando a assinar também um outro acordo preliminar com o consórcio chinês TBEA-Baocheng para construir plantas de industrialização de lítio nas salinas de Coipasa e Pastos Grandes (SANCHEZ, 2019).

Con esto se esperaba que el Estado Boliviano tenga total control y conocimiento del procesamiento y producción de los recursos del Salar Uyuni. Esto le permitiría, una vez consolidado, insertarse en el mercado mundial del litio sin depender ni de los recursos, ni de las maquinarias, ni de las inversiones, ni de la técnica, ni de las condiciones de las grandes multinacionales. El litio de los salares bolivianos se explotaría desde y para ese mismo país (SANCHEZ, 2019).

De suma relevância é o fato de que o lítio pode ser compreendido como elemento central na mudança da matriz energética e do padrão tecnológico atuais, ou seja, como ponto nodal na disputa geopolítica sobre os recursos naturais capazes de garantir poder substancial para uma transição hegemônica. As políticas que se projetavam em torno do lítio, mostravam o maior potencial de supressão, mesmo que parcial, das relações de produção própria ao capitalismo dependente dentro da Bolívia contemporânea, marcando, possivelmente, o momento mais ambicioso do governo Morales até então, em contraste com agenda da reprimarização e exportação. Contraditoriamente, as políticas econômicas anteriores implementadas por Evo Morales, embora trazendo alto desenvolvimento econômico e inegáveis melhorias sociais no interior do país, marcavam um acentuamento das dinâmicas de dependência e maior subordinação ao imperialismo. Nesse sentido, Marini afirma que “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 1973, p. 4).

Por fim, analisando e discutindo a trajetória do Estado Plurinacional da Bolívia, corroboramos com a ideia de que o conceito de socialismo do século XXI foi esvaziado, deturpado enquanto equivalente ao triunfo do Estado-empresa e, portanto, assumindo primeiramente a farsa do neodesenvolvimentismo e mais recentemente, enfrentando a tragédia de um golpe militar. O que se prometeu enquanto modelo de transição de uma sociedade capitalista em direção a uma nova sociedade de valor comunitário que buscava fortalecer as tradições andinas foi sufocado pela suposta política do consenso e da centralidade do poder estatal, que suprime a noção de luta de classes, conceito sob o qual se organiza de forma autônoma e heterogênea o poder popular. Nesse sentido, se obscureceu o fato de que o socialismo, em sua práxis, não guarda identidade direta com o modo de produção em si. Por não se reduzir ao mero desenvolvimento das forças produtivas, não pode ser entendido como prolongação natural do capitalismo sob uma contemporânea forma de maior participação estatal. Somente a renovação do conceito de socialismo no século XXI poderá quebrar o ciclo eterno de reprodução da dependência que gera mais dependência.

REFERÊNCIAS

ANAYA, Rolando Morales. Crecimiento y desarrollo. El desarrollo de Bolivia en el siglo XX y a comienzos del siglo XXI. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 43 - 88;

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA – BCB. **Reporte de capital privado extranjero en Bolivia: Gestión 2017**. La Paz: 2018;

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**, 1978. Disponível em: https://www.lahaine.org/amauta/b2-img/vaniadependencia_02.pdf. Acesso em: 03/07/2020

CALLINICOS, Alex. Introdução ao Capital de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 38, p. 1-19. 2004;

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência: vol. 1**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

_____. **Capital: essência e aparência: vol. 2**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013;

LOHMAN, Huáscar Salazar. **Se han adueñado del proceso de lucha**. 1. ed. Cochabamba: SOCEE/ Autodeterminación, 2015;

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

MACHADO, D.; ZIBECHI, R. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017;

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em: 07/03/2020;

_____. **Los caminos de la integración latino-americana**, 1993. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/003_libros_marini.html. Acesso em: 07/03/2020;

_____. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**, 1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html. Acesso em: 07/03/2020;

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012;

MONRROY, S. Mauricio Medinaceli. Reseña histórica del sector hidrocarburos en Bolivia (1916-2016). In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 91 – 166;

RAMIREZ F., Nilton; SAAVEDRA, Enrique Ormachea. **Propiedad colectiva de la tierra y producción agrícola capitalista: El caso de la quinua en el Altiplano sur de Bolivia**. 1. ed. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario – CEDLA, 2013;

ROCA, Carlos Toranzo. Élités económicas en los siglos XX y XXI. In: VELÁSQUEZCASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo I**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 469 – 504;

POZO, Rolando Felipe Jordán. Minería. Paradojas del proceso de construcción del capitalismo en Bolivia. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo I**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 221 – 273;

SAAD FILHO, Alfredo. **O Valor de Marx**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011;

SANCHÉZ, Agustina. **Detrás del Golpe: la industrialización del litio en Bolivia**, 2019. Disponível em: <https://www.clacso.org/detras-del-golpe-la-industrializacion-del-litio-en-bolivia/>. Acesso em: 07/03/2020;

UNIVERSIDAD CATÓLICA BOLIVIANA “SAN PABLO”. **Hacia el desarrollo sostenible en la región andina Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia**. La Paz, 2018;

VALENCIA, Adrián Sotelo. Subimperialismo e Dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

YAÑEZ, José Gabriel Espinoza. Las empresas del Estado en el siglo XX y XXI. In: VELÁSQUEZCASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 169 – 208.

A (DES) URBANIDADE DO DISTRITO DE MARECHAL BORMANN / CHAPECÓ / SC

Data de aceite: 21/07/2021

Data de submissão: 13/05/2021

Ana Laura Vianna Villela

UNOCHAPECÓ, Curso de Arquitetura e
Urbanismo
Chapecó – SC
<http://lattes.cnpq.br/1723289699887548>

Katiane Laura Balzan

UNOCHAPECÓ, Curso de Arquitetura e
Urbanismo
Chapecó – SC
<http://lattes.cnpq.br/9215697294884428>

Gabriela Borges da Silva

UNOCHAPECÓ, Curso de Arquitetura e
Urbanismo
Chapecó – SC
<http://lattes.cnpq.br/1425527883465747>

André Luiz Carrilho Nucci

Arquiteto Urbanista
Florianópolis - SC
<http://lattes.cnpq.br/8260846570019389>

Dyenifer Taysa Mendes

Arquiteto Urbanista
Chapecó – SC
<http://lattes.cnpq.br/4647309247350194>

cada cidade. Entende-se que esta leitura pode ser feita a partir do estudo da urbanidade, que tal como entendida por Ana Clara Ribeiro (1995), é o nível de amadurecimento das relações políticas e socioculturais, podendo ser compreendida pelo estudo das condições materiais e sociais do desenvolvimento urbano que afetam, sobretudo, a qualidade de vida nas cidades. Nesse sentido a urbanidade precisa ser enfrentada política e institucionalmente. Não necessariamente distantes destas reflexões e plenamente cientes da complexidade e amplitude das relações que se estabelecem no fato urbano, AGUIAR e NETTO (2012: p. 13) explicitam a “impressão de que ‘urbanidade’ é uma propriedade robusta, chave; uma propriedade que parece endereçar o coração da vida urbana e suas condições”. Dentre os muitos caminhos teóricos e epistemológicos possíveis este estudo se aproxima das reflexões de Lucas Figueiredo e do que chamou de desurbanismo: tendências de algumas lógicas de produção do espaço, identificadas no estudo das cidades brasileiras ao longo dos últimos anos, tal como tipologias arquitetônicas, espaços e sistemas de transporte. Assim a partir do recorte do ordenamento territorial contido nos Planos Diretores do município, refletiu-se sobre as características urbanas hoje encontradas no Distrito de Marechal Bormann em Chapecó/SC.

PALAVRAS - CHAVE: Desurbanismo; Política pública; Chapecó; Marechal Bormann.

RESUMO: Na pauta de questões para compreensão do processo de urbanização brasileira Milton Santos (1994) expõe relevante enfoque: o espaço materializa o tempo, ou seja, registra as intenções pensadas e executadas para

THE (DIS) URBANITY OF THE DISTRICT OF MARECHAL BORMANN / CHAPECÓ / SC

ABSTRACT: In the list of questions for understanding the Brazilian urbanization process Milton Santos (1994) presents a relevant focus: space materializes time, that is, it registers the intentions thought and executed for each city. It's understood that this reading can be made from the study of urbanity, which, as understood by Ana Clara Ribeiro (1995), is the level of maturity of political and socio-cultural relations, which can be understood by studying the material and social conditions of the urban development that mainly affect the quality of life in cities. In this sense, urbanity needs to be faced politically and institutionally. Not necessarily distant from these reflections and fully aware of the complexity and breadth of the relationships that are established in the urban fact, AGUIAR and NETTO (2012: p. 13) explain the "impression that 'urbanity' is a robust, key property; a property that seems to address the heart of urban life and its conditions". Among the many possible theoretical and epistemological paths this study comes close to the reflections of Lucas Figueiredo and what he called desurbanism: trends in some logics of space production, identified in the study of Brazilian cities over the last few years, such as architectural typologies, transportation spaces and systems. Thus, from the cut of the territorial ordering contained in the Master Plans of the municipality, it was reflected on the urban characteristics found today in the District of Marechal Bormann in Chapecó / SC.

KEYWORDS: Desurbanism; Public policy; Chapecó; Marechal Bormann.

1 | INTRODUÇÃO

Na pauta de questões para compreensão do processo de urbanização brasileira Milton Santos (1994) expõe relevante enfoque: o espaço materializa o tempo, ou seja, registra as intenções pensadas e executadas para cada cidade. Entende-se que esta leitura pode ser feita a partir do estudo da urbanidade, que tal como entendida por Ana Clara Ribeiro (1995), é o nível de amadurecimento das relações políticas e socioculturais, podendo ser compreendida pelo estudo das condições materiais e sociais do desenvolvimento urbano que afetam, sobretudo, a qualidade de vida nas cidades. Nesse sentido a urbanidade precisa ser enfrentada política e institucionalmente.

Não necessariamente distantes destas reflexões e plenamente cientes da complexidade e amplitude das relações que se estabelecem no fato urbano, e, por conseguinte, na tentativa de compreender a urbanidade existente, ou não, nas cidades, oito teóricos, sob a organização de Vinícius Netto e Douglas Aguiar, lançam em 2012 o livro *Urbanidades*, explicitando a "impressão de que 'urbanidade' é uma propriedade robusta, chave; uma propriedade que parece endereçar o coração da vida urbana e suas condições" (AGUIAR e NETTO, 2012, p. 13). Muitos são os caminhos teóricos e epistemológicos apresentados e discutidos, que profundamente construídos e argumentados, são plenos em suas lógicas. Destes se destaca o que Lucas Figueiredo chamou de desurbanismo: tendências de algumas lógicas de produção do espaço, identificadas no estudo de cidades

brasileiras ao longo dos últimos anos, tal como tipologias arquitetônicas, espaços e sistemas de transporte.

Figueiredo pauta suas reflexões em uma ampla base teórico (Bill Hillier, Christopher Alexander, Michael Batty, Jane Jacobs, entre outros) bem como sobre as ações de Enrique Peñalosa que enquanto Prefeito de Bogotá estruturou valorizou os modos de vida que privilegiaram os pedestres e não o automóvel, alterando radicalmente as características urbanas daquela cidade. Contudo, o interesse deste estudo em refletir sobre as características urbanas hoje encontradas no Distrito de Marechal Bormann em Chapecó/SC (Figura 1) se aproxima tanto do desejo de ver neste local ações como as propostas por Peñalosa quanto de compreender a sua urbanidade a partir das reflexões e discussões de Figueiredo, para quem

a urbanidade acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, isto é, sistemas de transporte entre outros, permitem ou mesmo potencializam encontros e a copresença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos em espaços legitimamente públicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a usar ou passar pelos mesmos lugares (FIGUEIREDO, 2012, p. 216 e 217).

Por conseguinte, a desurbanidade acontece quando

o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, isto é, sistemas de transporte entre outros, impedem ou pelo menos restringem encontros e a copresença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos, separando-as em espaços privados ou semipúblicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a não usar ou não passar pelos mesmos lugares (FIGUEIREDO, 2012, p. 217).

Localização

Localização Santa Catarina



Localização de Chapecó



Fonte: IBGE, 2014.
Edição: Dvenifer Taysa Mendes
Sistema Geodésico: SIRGAS 2000

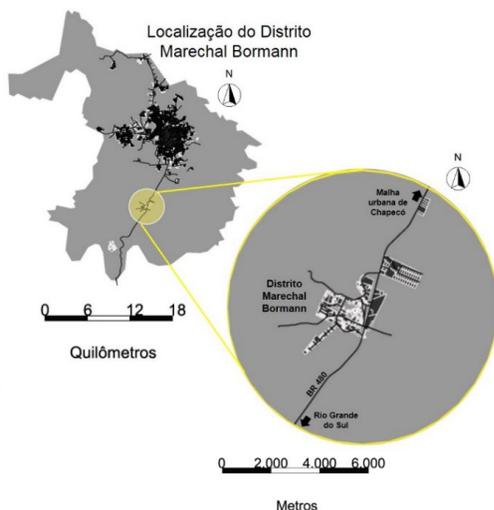


Figura 1: Mapa de localização

“A urbanidade parece ter um componente democrático que permite ou incentiva encontros e a copresença entre pessoas de classes e estilos de vida distintos” (FIGUEIREDO, 2012, p. 228), o que está vinculado as possibilidades, ou não, do encontro físico/real. Neste contexto, e para este estudo, os elementos de investigação elencando como parâmetro de análise são:

- Estrutura urbana (relação quadra / via / calçada) como forma de compreender os caminhos urbanos disponíveis para os pedestres, bem como suas possibilidades em incentivar a copresença e o encontro;
- Efetivação de fachadas ativas no que tange a compreensão da diversidade de usos e a sua relação com as formas edilícias efetivadas nesta urbanização;
- Transporte coletivo enquanto elemento facilitador e oxigenador da mobilidade do e para o distrito.

Como recorte temporal e documental, definiu-se os ordenamentos contidos na política urbana municipal – planos diretores – por serem estes importantes indutores do processo de urbanização, e, portanto, reveladores dos seus impactos sobre o território. Esta reflexão e elementos viabilizaram a investigação e, por conseguinte, a compreensão da urbanidade, ou desurbanidade, presentes hoje no Distrito de Marechal Bormann.

2 | OS PLANOS DIRETORES E O DISTRITO DE MARECHAL BORMANN

A importante alteração da matriz econômica ocorrida no oeste catarinense a partir da década de 1950, e principalmente a partir de 1970, engaja a região no processo de consolidação das fronteiras nacionais e de descentralização da força produtiva, alterando a matriz econômica local a fim de atender não somente o mercado interno, mas também a exportação (SANTOS, 1994). No caso do oeste de Santa Catarina migra-se dos ciclos econômicos do plantio da erva-mate e de extração de madeira para a atividade agroindustrial com a implantação de indústrias de abate de carne, principalmente suína e de aves.

Esta ativação econômica repercute especificamente na política urbana do município de Chapecó, que no início da década de 1970 tem um importante marco em termos de Planejamento Urbano: a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano: termos de referência para Chapecó/SC, realizado em 1972 por uma equipe multidisciplinar contratada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) do Ministério do Interior (MINTER). O aspecto mais importante deste documento se concentra na elaboração de duas hipóteses para o papel regional do município de Chapecó: a importância da atividade terciária enquanto estabelecimento como polo regional de prestação de serviços (atividade até então com pouca expressividade, mas que hoje compõe fortemente a identidade e vocação desta cidade); e a função de desempenhar o papel de polo agroindustrial do Oeste Catarinense (principal atividade econômica na atualidade).

Com base neste documento é desenvolvido, para Chapecó, o primeiro Plano Diretor

do oeste catarinense. O Plano Diretor de Chapecó, Lei N° 068 de 31.12.1974, organizado em quatro partes: Planejamento a longo prazo (Plano Diretor Urbano), a médio prazo (Plano de Ação Municipal) e a curto prazo (Diretrizes relativas a Administração Municipal) e Diretrizes relativas ao Desenvolvimento Econômico do Município. Este é um dos primeiros macro diagnósticos do município, onde fica explicitada a relevância enquanto “centro administrativo e de empório comercial regional” (Chapecó, 1974, p. 12), sua centralidade locacional com a conclusão das obras da BR 282 (que atravessa o estado de leste a oeste) e a ponte de conexão com o Rio Grande do Sul (conexão norte-sul).

Especificamente sobre o Distrito de Marechal Bormann tem-se que na década de 1970

a Prefeitura implantou o núcleo hortigranjeiro no distrito de Marechal Bormann, como incentivo a jovens famílias de agricultores visando abastecer a área urbana, gerar renda e substituir os produtos comprados de Curitiba e São Paulo (CHAPECÓ, 2015, p. 36).

Esta iniciativa do município indica um processo de ocupação deste território, mas infelizmente não há registros que permitam a sua leitura. Efetivamente o que pode ser observado na Figura 2 é que este núcleo urbano não configura nas estratégias de desenvolvimento territorial do município.

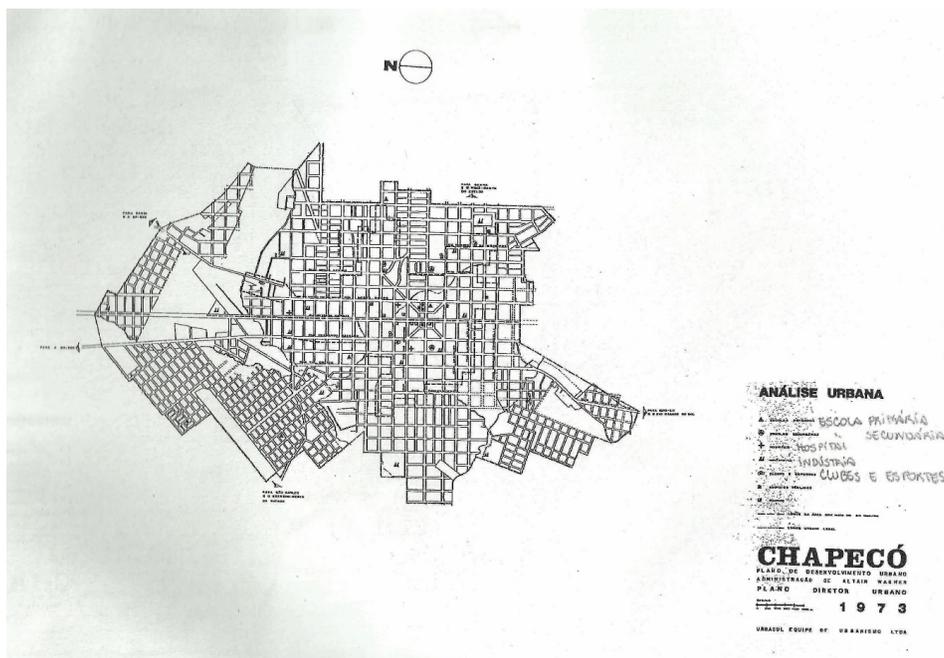


Figura 2: Mapa de Análise da Estrutura Urbana em 1973.

Fonte: Plano Diretor de Chapecó de 1974, p. 383.

A Lei Municipal Nº 71 de 18 de Setembro de 1980 e subsequentes alteram o Plano Diretor de 1974 deixando basicamente a regulamentação quanto ao zoneamento e uso do solo. Especificamente sobre o Distrito de Marechal Bormann o que pode ser observado no Art. 9º da Lei nº 2786 de 01.06.1987 é que este documento reconhece, mas não ordena, os distritos.

É considerada área urbana, para fins desta Lei, a área contida no perímetro urbano da cidade de Chapecó e das vilas dos distritos de Itaberaba, Marechal Bormann, Goio-En, Figueira, Cordilheira Alta, Alto da Serra e Guatambu. [...] A área urbana da cidade de Chapecó e o seu respectivo perímetro é a que consta no mapa de zoneamento do uso do solo, anexo I, conforme a descrição do inciso IV do artigo 6º desta Lei (CHAPECÓ, 1987).

Como compreensão geral das décadas de 1970 e 1980 tem-se a completa falta de preocupação do poder municipal com processo de ocupação que se desenvolvia no Distrito de Marechal Bormann naquele momento.

Na década de 1990 com uma população de 123.050 habitantes (Censo IBGE 1990) e uma matriz industrial consolidada, o município elabora o novo Plano Diretor, mais centrado no desenvolvimento econômico e de serviços - Lei Complementar Nº 04 de 31.05.1990 - Plano Diretor Físico-Territorial de Chapecó (PDFTC) que compreende os seguinte títulos: I - Código de Diretrizes Urbanísticas; II - Código de Posturas; III - Código do Meio Ambiente; IV - Código do Parcelamento do Solo; V - Código do Sistema Viário; VI - Código do Zoneamento; VII - Lei do Código de Obras.

O documento, como o anterior, reconhece, mas não ordena, os distritos (Figura 3).

Título I: Código de Diretrizes Urbanísticas

CAPITULO VII: Do Zoneamento e Uso do solo

Art. 14 - O uso do solo para fins urbanos do 1º distrito, sede do município, obedecerá ao disposto neste Código e nos Códigos do Zoneamento, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Meio Ambiente e Lei do Código de Obras.

Art. 15 - É revogada a Lei nº 2.588 de 19 de novembro de 1984, no que se refere ao perímetro urbano e área urbana da sede do município - 1º distrito.

Art. 16 - A área urbana das sedes distritais estabelecidas na Lei nº 2.588, poderão ter legislação urbanística própria.

Art. 17 - O Código do Zoneamento fixará zonas no perímetro urbano, com usos permitidos, permissíveis e proibidos (CHAPECÓ, 1990, p.5).

A solicitação de emancipação do distrito no início da década de 1990 reafirma o que a política urbana já explicitava: o descaso com este território e o descontentamento desta comunidade. Neste movimento foram emancipados entre 1991-1992 os Distritos de Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba, mas Marechal Bormann continuou pertencente ao Município de Chapecó.

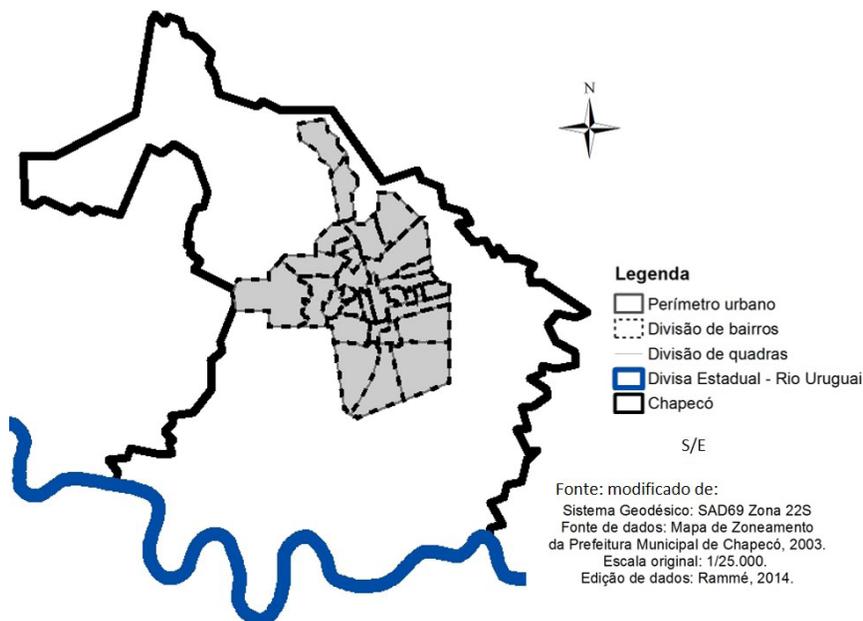


Figura 3: Plano Diretor Físico-Territorial de Chapecó 1990

Ao adentrar o Século XXI Chapecó já contava com uma população de 146.967 habitantes (IBGE, 2000). À luz do Estatuto da Cidade – Lei 10257 de 10.07.2001 - constrói com sua comunidade a Lei Complementar Nº 202, de 06.01.2004 - Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó (PDDTC). Elaborado por equipe composta pelo quadro técnico efetivo do município e a partir de amplo levantamento e análise do território municipal, o plano define a política de desenvolvimento urbano e territorial, incorporando tanto agentes públicos quanto privados.

Neste momento o Distrito de Marechal Bormann passa a compor o mapa de ordenamento territorial do município e a ter regramento para sua estrutura urbana (Figuras 4 e 5).

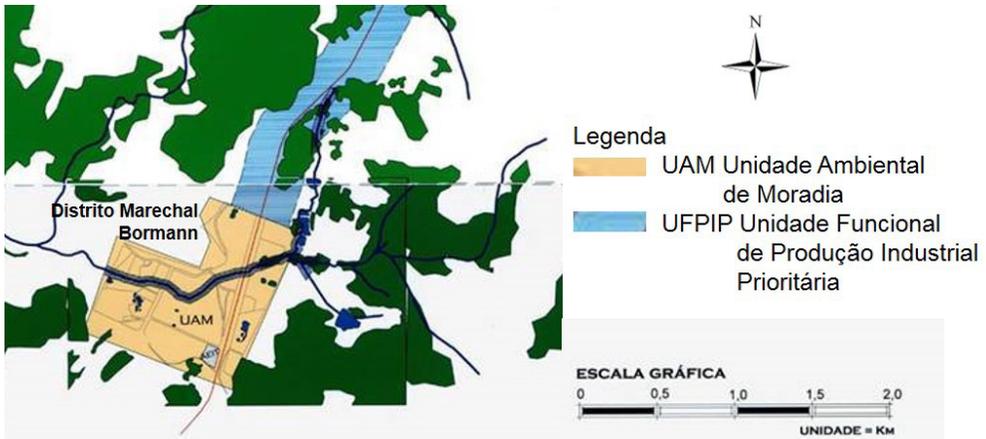


Figura 4: Mapa parcial do zoneamento - PDDTC 2004

Fonte: Modificado de PDDTC, 2004, anexo III.

PDDTC	ÍNDICES URBANÍSTICOS							ANEXO X
UNIDADE TERRITORIAL	CA mín.	CA básico	CA máx.	TO base (%)	TO torre (%)	Recuo ajardin. (m)	Afastamento mínimo(m)**	Limite de pavimentos
Unidade Ambiental de Moradia - UAM	0,1	1,8	2,4	-	60	4,00	1,50	4 pavtos. ou 12,00m

PDDTC	PARCELAMENTO DO SOLO				ANEXO XI
UNIDADE TERRITORIAL	Área mín. lote (m ²)	Testada mínima (m)	Dimensões mínimas da quadra C X L (m)	Dimensões máximas da quadra C X L (m)	
Unidade Ambiental de Moradia - UAM	360,00	12,00	108,00 x 60,00	192,00 x 90,00	

Figura 5: Tabela parcial do Ordenamento Territorial - PDDTC 2004

Fonte: modificado de PDDTC, 2004, anexo X e XI.

Neste momento é possível compreender que a:

- Estrutura urbana (relação quadra / via / calçada) orgânica, desenha quarteirões irregulares com poucas opções de caminhos para os pedestres, bem como resritos locais que possibilitam e incentivam a copresença e o encontro(Figura 6);
- Efetivação de fachadas ativas fica comprometida com a indução ao uso de moradia de até 12m de altura na totalidade deste território, bem como pela sua localização – cerca de 10Km da área central;
- pouca opção quanto ao transporte coletivo, que passa em poucos horários e somente na estrada, não se torna elemento facilitador e muito menos oxigenador da mobilidade do e para o distrito.



Figura 6: Imagem aérea do Distrito de Marechal Bormann - 2002

Fonte: modificado de Google Earth, 2002.

O plano não consegue ser implantado em sua totalidade e são iniciadas as descaracterizações. A Lei Complementar N° 281 de 18.12.2006, modifica o PDDTC e cria a Macrozona Urbana de Transição (MUT – anteriormente gravada principalmente como Unidade de Moradia) e altera os índices construtivos para deixá-los mais abrangentes e permissivos. No que tange o Distrito de Marechal Bormann foi retirada a obrigatoriedade de afastamento mínimo das laterais do lote e a altura máxima permitida passou de 12 para 15m (Figuras 6 e7).

PDDTC	ÍNDICES URBANÍSTICOS						ANEXO X	
UNIDADE TERRITORIAL	CA mín.	CA básico	CA máx.	TO base (%)	TO torre (%)	Recuo ajardin. (m)	Afastamento mínimo(m)	Limite de Pavimentos
Unidade Ambiental de Moradia - UAM	0,1	1,8	2,4	-	60	4,00	--	-4 pvtos ou 15,00 m *****

Figura 7: Tabela parcial do Ordenamento Territorial – revisão PDDTC 2006

Fonte: modificado da Lei Complementar N° 281 de 18.12.2006, anexo X.

Sequencialmente entra em vigor, entre outras legislações, a Lei Complementar N° 317 de 17.10.2007. Esta praticamente modifica o ordenamento territorial junto a malha urbana consolidada (os distritos sequer são citados), o zoneamento, insere zonas de expansão futura e revoga os gravames das Áreas Especiais de Requalificação Ambiental (AERA).

Quanto a Unidade de Moradia que rege o ordenamento territorial do Distrito de

Marechal Bormann a altura de 15m fica vinculada à quando o quinto pavimento for de uso comum, o recuo mínimo recebe novo regramento de 5% da testada do lote ou 0,85m mínimo – devendo ser utilizado o que for de maior valor. De modo geral os Distritos, incluindo o de Marechal Bormann, finalizam esta década novamente sem uma clara intensão para a sua urbanização.

Na década de 2010 a Prefeitura Municipal de Chapecó intervém efetivamente num dos principais problemas deste território, e promove a primeira regularização fundiária a partir da situação já consolidada. Assim, com consulta popular e aprovação de 90%, os moradores que habitavam irregularmente em volta do córrego Lajeado Carneiro (Figura 8) são realocados para o Loteamento Nova Vida II (Figura 9). Após esta intervenção, não houve mais nenhuma melhoria da infraestrutura neste Distrito, agravando os problemas de segurança, tanto que atearam fogo na base da Polícia Militar em janeiro de 2014 e somente em dezembro de 2015 o distrito inaugura nova base operacional.



Figura 8: Lajeado Carneiro

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.



Figura 9: Foto Loteamento Nova Vida II

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.

3 I SÉCULO XXI: AS CARACTERÍSTICAS URBANAS DO DISTRITO

Com obrigatoriedade de revisar o Plano Diretor em dez anos e o mercado supra aquecido pelas políticas públicas nacionais, tal como o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, o município, novamente por meio de equipe técnica própria, elabora a Lei Complementar Nº 541, de 26.11.2014 que institui o novo Plano Diretor de Chapecó – PDC. Este basicamente continua o processo de verticalização e permissividade iniciado na década anterior. O Distrito de Marechal Bormann com uma área territorial de 14.377 ha corresponde a 22,99% da área do município e apresenta diminuição do número de moradores (Figura 10).

Ano	Censo 2000	Contagem 2007	Censo 2010
População	3.978	4.461	4.289

Figura 10: Tabela populacional do Distrito de Marechal Bormann

Fonte: IBGE.

Neste momento o Distrito de Marechal Bormann tem o gravame de Área de Urbanização Específica (AUE), tendo legislação própria e mais complexa, abrangendo potencial de degradação ambiental, entre outros ordenamentos (Figuras 11 e 12).

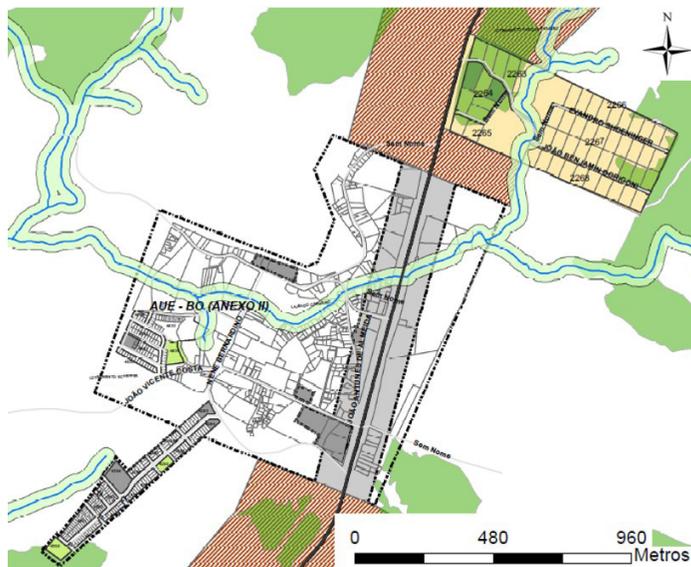
Art. 46 As Áreas de Urbanização Específica - AUE, são porções do território localizadas na Macrozona Rural, gravadas por Lei específica, cuja urbanização obedece a critérios específicos de uso e ocupação do solo, estabelecidos em função das características físicas e socioambientais locais (CHAPECÓ, 2014, p. 20).

ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA DO MARECHAL BORMANN - AUE-BO												
1. Área Especial de Interesse Social - AEIS												
1.1 Índices Urbanísticos - Para novos parcelamentos do solo e edificações.												
Lote mínimo	Testada mínima (m)		Coeficiente de Aproveitamento (CA)			Taxa de Ocupação (%)		Recuo mínimo	Afastamento mínimo	Taxa de permeabilidade - TP	Número Pavimentos	Dimensão máxima das quadras
(m ²)	Esquina (m)	Meio de quadra (m)	min	básico	máx.	Base	Torre	(m)	(m)	(%)		(m)
140	10	10	0,1	1,8	2,4	60	60	2	1,5	20	4	192
1.2 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES - Usos permitidos												
Potencial de degradação ambiental			Porte				Horário de funcionamento		Produção de Ruídos		Periculosidade (PE)	
Pequeno	permitido		Pequeno	permitido			Diurno	permitido	Nível I	necessário correção (c)		proibido
Médio	sujeito à análise		Médio	sujeito à análise			Noturno	proibido	Nível II	proibido		
Grande	proibido		Grande	sujeito à análise								
2. Unidade Funcional de Requalificação Ambiental- UFRT-BORMANN												
2.1 Índices Urbanísticos												
Lote mínimo	Testada mínima (m)		Coeficiente de Aproveitamento (CA)			Taxa de Ocupação (%)		Recuo mínimo	Afastamento mínimo	Taxa de permeabilidade - TP	Número Pavimentos	Dimensão máxima das quadras
(m ²)	Esquina (m)	Meio de quadra (m)	min.	básico	Máx.	Base	Torre	(m)	(m)	(%)		(m)
4.000	40	40	-	0,4	0,6	50	50	10 (c)	4	20	6	-
2.2 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES - Usos permitidos												
Potencial de degradação ambiental			Porte				Horário de funcionamento		Produção de Ruídos		Periculosidade (PE)	
Pequeno	permitido		Pequeno	permitido			Diurno	permitido	Nível I	necessário correção (c)		proibido
Médio	sujeito à análise		Médio	permitido			Noturno	sujeito à análise	Nível II	proibido		
Grande	proibido		Grande	sujeito à análise								

Figura 11: Tabela dos índices da Área de Urbanização Específica (AUE)

Fonte: PDC, 2004, anexo II-C.

Importante destacar que o entendimento do distrito como AUE está vinculada a sua caracterização como Área Especial de Interesse Social – AEIS, ou seja, é oficialmente marcado como lugar de “descarte territorial” da população de baixa renda, não o vislumbrando, por exemplo, seus potenciais turísticos: local do primeiro autódromo de Chapecó e da Flona II - Reserva Ambiental e Floresta do IBAMA, bem como da presença do Parque recreativo Estância da Águas, além da MOAI Summer Club, Amazon Club e o Complexo de Eventos Tabajara, e a proximidade com o Porto Goio Ën, entre outros importantes pontos de entretenimento do município.



LEGENDA

- ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - AEIA
- UNIDADE DE MORADIA - UM
- UNIDADE FUNCIONAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL PRIORITÁRIA - UFPIP
- UNIDADE FUNCIONAL DE REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL - UFRT

Figura 12: Mapa parcial do zoneamento - PDC 2014

Fonte: modificado de PDC, 2014, anexo III.

Neste processo a estrutura urbana se consolida e desenha o que acabou sendo a identidade territorial deste Distrito: a falta de conexão e a irregularidade da ocupação do solo. Sem um plano de urbanização que ordenasse a ocupação do território e longe dos interesses dos investidores e do governo municipal, os moradores parcelaram suas terras e consolidaram a estrutura urbana do Distrito. Neste processo se consolidam as características urbanas, sendo possível compreender que a:

- Estrutura urbana (relação quadra / via / calçada) orgânica se perpetua, desenhando quarteirões irregulares com poucas opções de caminhos para os pedestres, bem como restritos locais que possibilitam e incentivam a copresença e o encontro (Figuras 13, 14 e 15);

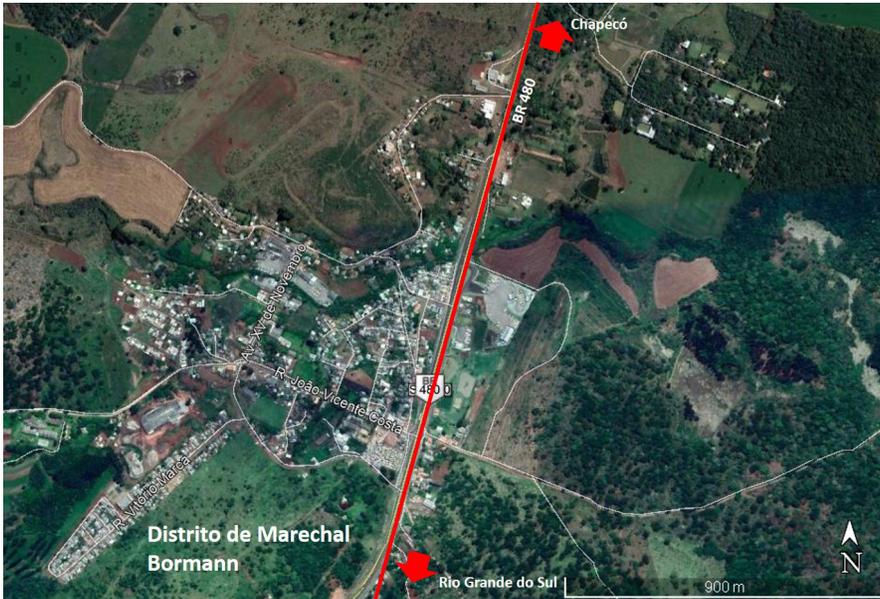


Figura 13: Imagem aérea do Distrito de Marechal Bormann - 2019

Fonte: modificado de Google Earth, 2019.



Figura 14: Foto da precariedade do sistema de circulação tanto de pedestre quanto de veículos – ausência de calçadas.

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.



Figura 15: Foto da precariedade do sistema de circulação de pedestre – calçadas com pouca largura.

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.

- a falta de efetivação de fachadas ativas também se perpetua no interior do Distrito, ficando a pouca variedade e diversidade de usos e atividades somente ao longo da BR 480 (Figuras 16 e 17) e com isso agravando os índices de violência;



Figura 16: Foto do Supermercado Alfa na BR 480

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.



Figura 17: Foto de uma rua interna do Distrito

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.

- a pouca opção quanto ao transporte coletivo, que passa em poucos horários e somente na estrada, consolida o Distrito enquanto local de passagem, não facilitando e muito menos oxigenador a mobilidade do e para o distrito (Figuras 18 e 19).



Figura 18: Foto da relação da BR 470 com o Distrito de Marechal Bormann

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.



Figura 19: Foto da estrutura de circulação.

Fonte: Dyenifer Taysa Mendes, 2018.

Contudo os desdobramentos das políticas urbanas, no caso a falta delas, sobre o ordenamento territorial do Distrito Marechal Bormann/Chapecó/SC consolidam este território como de passagem entre a importante conexão Rio Grande do Sul / Chapecó e oeste do estado de Santa Catarina e registram a desurbanidade conceituada por Figueiredo, visto que tanto o ambiente construído quanto as estruturas auxiliares restringem encontros e a copresença entre pessoas. Fato agravado pelo distanciamento intencional de classes e estilos de vida distintos, onde o Distrito acolheu principalmente as classes menos privilegiadas e o núcleo urbano consolidado as demais, conseguindo efetivar “um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a não usar ou não passar pelos

mesmos lugares” (FIGUEIREDO, 2012, p. 217).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos das políticas urbanas de ordenamento territorial do Distrito Marechal Bormann explicitadas nos Planos Diretores do município de Chapecó/SC a partir da década de 1970 comprovam as poucas intenções efetivas para construir uma urbanidade neste local. Neste contexto o Distrito hoje se caracteriza por sua desurbanidade, um território abandonado e negligenciado e de sérios problemas sociais. Por outro lado, é um espaço múltiplo de possibilidades e potencialidades que a partir de uma política urbana adequada, e pró ativa, pode definir um novo rumo para esta urbanização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas e NETTO, Vinícius (orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

CHAPECÓ. **Plano de Desenvolvimento Urbano**: termos de referência para Chapecó/SC, 1972.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 68 de 31 de dezembro de 1974. **Plano Diretor de Chapecó** – PDC. Chapecó, 1974.

CHAPECÓ. Lei Municipal N° 71 de 18 de Setembro de 1980. **Zoneamento e uso do solo do Município de Chapecó**. Chapecó, 1980.

CHAPECÓ. Lei N° 2786 de 01 de junho de 1987. **Zoneamento e uso do solo do Município de Chapecó**. Chapecó, 1987.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 04 de 31 de maio de 1990. **Plano Diretor de Chapecó** – PDDTC. Chapecó, 1990.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 202, de 06 de janeiro de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó** – PDDTC. Chapecó, 2004.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 281, de 18 de dezembro de 2006. **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó** – PDDTC. Chapecó, 2006.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 317 de 17.10.2007. **Modifica Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó** – PDDTC. Chapecó, 2007.

CHAPECÓ. Lei Complementar N° 541, de 26 de novembro de 2014. **Plano Diretor de Chapecó** – PDDTC. Chapecó, 2014.

CHAPECÓ. **Plano de Desenvolvimento Rural**. 2015. Disponível em: <https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/?f=/Sedema/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Rural.pdf>. Acesso em: novembro 2018.

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, Douglas e NETTO, Vinícius (orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 2009-234.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo** 1990, 2000 e 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem** 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: 1995. p. 556-590.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

UGEDA JÚNIOR, José Carlos. Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, no 1, 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/764>. Acesso em: 10.03.2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta, professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEPG e tutora da Especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente autor de ato infracional 200, 203, 204, 205
Agroindústria 11, 59, 60, 61, 62, 66, 75, 76
Assistente Social 13, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 317
Associações 10, 52, 53, 54, 57, 157
Auditoria 34, 35, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 100, 157, 165

B

Bem Viver 12, 183, 184, 185, 194, 195, 196, 197, 198
Bibliotecas Públicas 12, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Biblioteca Universitária 226, 227, 228, 229
Bolívia 280, 281, 282, 288, 289, 290, 293, 294, 296, 297, 298

C

Capitalismo Dependente 280, 283, 284, 286, 287, 296, 298
Chapecó 13, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 314, 315
Compartilhamento de informações 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130
Contabilidade 11, 24, 27, 32, 33, 34, 36, 38, 49, 50, 51, 92, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 156, 163, 165
Contabilidade Gerencial 122, 163
Contabilidade Interorganizacional 11, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133
COVID-19 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 214, 216, 241, 242, 243, 245, 249, 252, 253, 269, 277
Crise Econômica 25, 65, 274
Crítica 17, 18, 19, 20, 21, 119, 136, 139, 140, 142, 154, 158, 159, 166, 191, 199, 213, 272, 273, 276, 278, 293
Culinária Brasileira 13, 241, 242, 245, 247, 248
Cultura 16, 37, 60, 61, 66, 70, 74, 75, 76, 77, 88, 121, 131, 137, 139, 150, 160, 164, 166, 194, 200, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 241, 243, 244, 245, 246, 259
D
Desenvolvimento Social 9, 21, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 261
DESENVOLVIMENTO SOCIAL 11, 112

Desistência da conduta infracional 12, 200, 201, 202, 203, 205, 210, 211

Desurbanismo 301, 302, 316

Diáspora 59, 60, 61, 62, 63, 75, 76

Direito 12, 34, 50, 63, 135, 137, 140, 153, 157, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 211, 243, 254, 256, 257, 265, 266, 274, 275, 276

Diversidade cultural 11, 59, 60, 75, 196, 217, 241

E

Ecoeducação 1, 3, 9

Empreendedorismo 32, 52, 57, 58

Energia sustentável 1, 3, 9

ERTS 11, 79

Escola Sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 15, 16

Espírito do capitalismo 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Exposições 12, 147, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Extensão 15, 134, 136, 161, 163, 164, 224, 226, 227, 229, 232, 233, 236, 237, 242, 243, 245, 246, 251

Extrativismo 280, 284, 293

F

Fábricas Recuperadas 11, 79, 81, 91

Ferramentas gerenciais 23, 25, 32

Final de graduação 134

Flaskô 11, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90

Forças Políticas 152, 154, 155, 156

Formação técnica integrada 11, 112, 113, 114, 115, 120, 121

Fragilidade socioespacial e ambiental 134, 135, 142, 149, 150

G

Gastronomia 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

Gestão de recursos humanos 12, 92, 95, 100, 226

H

Haitianos 59, 61, 63, 64, 65, 77

I

Informação em saúde 170

Investimento 1, 6, 98, 140, 165, 188, 273, 288, 289, 290, 292

M

Marechal Bormann 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315

Microempreendedor Individual 23, 24, 25, 27

Mídias Sociais 23, 29, 30, 32, 238, 242

Moradia 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 206, 308, 309

O

Oportunidades 52, 53, 54, 55, 56, 57, 110, 120, 124, 135, 149, 159, 191, 200, 223

P

Pandemia 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 214, 216, 222, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 249, 251, 252, 268, 269, 276, 277

Perfil e expectativas de estudantes 112, 121

Pesquisa interdisciplinar 112, 114

Política Pública 150, 201, 259, 260, 269, 301

Produção científica 12, 118, 170, 182

Q

Questão Social 13, 261, 262, 268, 269, 270, 272, 276, 278, 279

R

Remuneração Estratégica 92, 93, 94, 95, 96, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Repositórios 12, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 226, 232, 235

Resultado Econômico 34

Ruy Mauro Marini 280, 281, 282, 288, 300

S

Senegaleses 59, 61, 65

Sistema Gestão Ambiental 34, 37

Sistema único de saúde 156

Sustentabilidade 9, 1, 2, 3, 4, 15, 16, 36, 37, 49, 131, 150, 157, 161, 163, 168, 195, 215, 224, 293

T

Técnicas construtivas de urgência 134

Teoria da Dependência 282

Terceirização 12, 84, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166

Trabalho 10, 13, 2, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 35, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 128, 131, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 159, 160, 161, 164, 165, 168, 173, 181, 184, 187, 188, 190, 192, 193, 196, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 214, 215, 221, 223, 224, 230, 240, 241, 243, 244, 251, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 264, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 293, 294, 295, 296

V

Violência doméstica 13, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Editora
Ano 2021